

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

CAMILA BONIN LIEBGOTT

“POSSO TE CONTAR HISTÓRIAS DE MULHERES COMO EU?”:
Os ativismos *on-line* de jovens lésbicas e a construção de suas identizações

**Porto Alegre
2023**

Camila Bonin Liebgott

“POSSO TE CONTAR HISTÓRIAS DE MULHERES COMO EU?”:
Os ativismos *on-line* de jovens lésbicas e a construção de suas identizações

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Porto Alegre
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Bonin Liebgott, Camila
"POSSO TE CONTAR HISTÓRIAS DE MULHERES COMO EU?":
Os ativismos on-line de jovens lésbicas e a construção
de suas identizações / Camila Bonin Liebgott. --
2023.
257 f.
Orientador: Leandro Rogerio Pinheiro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Educação. 2. Ativismo lésbico. 3. Ativismos
on-line. 4. Lesbofobia. 5. Identização. I. Rogerio
Pinheiro, Leandro, orient. II. Título.

Camila Bonin Liebgott

“POSSO TE CONTAR HISTÓRIAS DE MULHERES COMO EU?”:
Os ativismos *on-line* de jovens lésbicas e a construção de suas identizações

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Leandro Rogério Pinheiro (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Ana Claudia Godinho (Examinadora interna)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Luis Antonio Groppo (Examinador externo)
Universidade Federal de Alfenas

Dra. Simone Brandão Souza (Examinador externo)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Iara e Roberto por todo o afeto e acolhimento que sempre recebi em todos os períodos da vida. Através dos conselhos, da paciência, da preparação do alimento, da lida com as plantas em frente a casa, do cuidado com os nossos bichos, vocês me ensinam o que é o amor. Repito todos os dias que é um privilégio ser filha de vocês. Obrigada por estarem ao meu lado. Sem isso, nada seria possível. Agradeço, também, ao resto da minha família pelos momentos de risadas e de conversas, pela leveza dos encontros e pelo amor demonstrado no cotidiano.

Aos meus amigos por seguirem sendo a minha família, por se fazerem presentes nos momentos bons e nos difíceis também. Cada passo que dou só é possível porque posso contar com o apoio de vocês. Sou fortalecida a cada encontro e coisas divididas, obrigada por permanecerem na minha vida e por terem sido o suporte necessário durante os períodos de escrita desta dissertação – e também em todos os outros. Eu amo vocês e sou mais feliz porque vocês existem.

Ao meu orientador, Leandro, pelos aprendizados, pela paciência com a minha ansiedade e pelos momentos de conversas cotidianas. Te agradeço por ter embarcado comigo nessa pesquisa e por toda a confiança depositada em mim. Tua escuta, sugestões, indicações foram essenciais na minha trajetória de mestranda. Fico realmente grata de ter caminhado ao teu lado nesses dois anos.

Um agradecimento especial aos meus colegas de orientação que me ensinaram tanto em tantas situações, obrigada por terem me recebido tão bem no grupo e por me permitirem construir uma amizade com vocês. O mestrado foi mais leve porque conheci vocês. Levo-os dentro do meu coração.

Por fim, agradeço às ativistas interlocutoras desta pesquisa, Bruna C., Bruna B., J Lo, Kim e Sophia por dividirem comigo suas histórias e terem cedido seu tempo para a realização desta pesquisa. Ela não existiria sem vocês cinco. Obrigada pelo carinho e pela parceria nessa trajetória. Admiro muito cada uma pela luta diária contra a lesbofobia em todos os espaços que transitam, vocês são inspiração e força para todas nós.

(...)

*Eu vim explorar os destroços.
As palavras são intenções.
As palavras são mapas.
Eu vim ver o estrago que foi feito
e os tesouros que prevalecem.
Eu passo a luz da minha lanterna
lentamente ao longo da lateral
de algo mais duradouro
que peixes ou algas*

*a coisa pela qual eu vim:
os destroços e não a história do naufrágio
a coisa-em-si e não o mito*

(...)

*Nós circundamos silenciosamente
ao redor dos destroços
nós mergulhamos no porão.
Eu sou ela: eu sou ele*

*cujo rosto afogado dorme com os olhos abertos
cujos peitos ainda suportam a pressão
cuja carga de vermeil, cobre e prata jaz
obscuramente dentro de barris
mal escorados e abandonados à deterioração
nós somos os semidestruídos instrumentos
que uma vez mantiveram em um rumo
o diário de bordo comido pela água
a bússola obstruída*

*Nós somos, eu sou, você é
por covardia ou coragem
os que encontram nosso caminho
de volta para esta cena
carregando uma faca, uma câmera
um livro de mitos
no qual
nossos nomes não aparecem.*

“Mergulhando nos destroços”

por Adrienne Rich (1971/2)

Tradução de Bruna Pereira

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar como as narrativas construídas por jovens lésbicas em redes sociais virtuais constituem seus processos de identificação, considerando suas relações com os itinerários pessoais, as ações coletivas que integram e a luta contra a lesbofobia. Conforme Lorenzo (2012), a lesbofobia é uma construção cultural que opera como um mecanismo político de opressão às lésbicas na sociedade contemporânea, e que pauta as relações erótico-afetivas dos sujeitos a partir da heteronormatividade. Nesse sentido, há a recusa da diferença, a desumanização, a violência e a exclusão de lésbicas. Paralelamente, é possível observar diferentes ações coletivas de enfrentamento a essa opressão, dentre elas o ativismo nas redes sociais virtuais, sobretudo entre jovens, articulando cotidiano, espaço virtual e narrativas individualizadas. Deste modo, analisam-se as narrativas produzidas por cinco ativistas lésbicas, mediante registros etnográficos relativos a seus perfis na rede Instagram (HINE, 2004) e, também, a partir de entrevistas narrativas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). A partir das análises foi possível perceber que não há distinção entre identificação e ação política porque as pautas e disputas se situam no campo da identidade e, também, porque as postagens de base narrativa se fazem na articulação si-outro, individualidade-coletivo. Além disso, essa pesquisa possibilitou visualizar que, durante o contexto da pandemia da Covid-19 e os períodos de isolamento social, houve uma maior adesão ao ativismo nas redes sociais por parte de ativistas lésbicas, que buscaram, na rede virtual Instagram, dar continuidade aos debates e discussões que ocorriam anteriormente em espaços físicos (como os coletivos), bem como registrar sua narrativa após a percepção desse ambiente como grande reprodutor de discursos normativos e violentos. Há limites nesse tipo de ativismo que está condicionado aos termos elaborados e impostos por grandes corporações e subordinado às inteligências artificiais que operacionalizam algoritmos que excluem e invisibilizam sujeitos e pautas *on-line*. Por fim, foi possível analisar que as identificações em curso são construídas e reconstruídas nesse processo inacabado de narração e reflexividade, retomando a autoridade da narrativa e reelaborando outras, colaborando para a construção de uma sociedade menos lesbofóbica.

Palavras-chave: Educação; Ativismo lésbico; Ativismos *on-line*; Lesbofobia; Identificação.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how narratives built by young lesbians in online social networks constitute their processes of identization, considering their relationships with personal trajectories, collective actions in which they participated and the struggle against lesbophobia. According to Lorenzo (2012), lesbophobia is a cultural construction that functions as a political mechanism of oppression against lesbians in contemporary society, grounding individuals' affective-erotic relationships against the backdrop of heteronormativity. Simultaneously, it is possible to observe different confrontational collective actions against this oppression, among which activism within online social networks, especially in youth, articulating daily life, online spaces, and individualized narratives. Thus, the narratives produced by five lesbian activists were analyzed through ethnographic registries relating to their profiles in the Instagram platform (HINE, 2004), along with narrative interviews (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Through the analyzes it was possible to see there is no distinction between identization and political action, as the agendas and disputes are located within the field of identity, and because the narrative-based posts are made within the articulation of self-other, individuality-collective. Furthermore, this research facilitated the understanding that, during the context of the Covid-19 pandemic and the periods of social isolation, there was a higher adherence to activism in social networks by lesbian activists, who sought, through Instagram, to continue debates and discussions that happened previously in physical spaces (like in political collectives), as well as registering their narratives after perceiving this environment as a relevant reproducer of normative and violent discourse. There are limits in this type of activism that are conditioned to the terms elaborated and imposed by big corporations and subordinated to artificial intelligence that operationalize algorithms that exclude and erase online subjects and agendas. Finally, it was possible to analyze that identizations in course are constructed and reconstructed in this unfinished process of narration and reflexivity, taking back the authority in the narratives and recreating others, collaborating to the construction of a less lesbophobic society.

Keywords: Education; Lesbian activism; Online activism; Lesbophobia; Identization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - "O que é zami?"	108
Figura 2 - "Eu, sapatona negra..."	114
Figura 3 - "O que te contaram sobre sapaton..."	118
Figura 4 - "Sobre ser a única lésbica desfem no local"	121
Figura 5 - "Você já parou pra pensar...?"	123
Figura 6 - "Ver duas mulheres se relacionando incentiva sim!"	126
Figura 7 - "Parente sapatão e ceia de natal"	144
Figura 8 - "O que eu, sapatona preta, compreendo do amor?"	147
Figura 9 - "Algum sintoma?"	150
Figura 10 - "Papo Ei, Sapatão"	152
Figura 11 - "O amor entre mulheres é um ato revolucionário"	154
Figura 12 - "Destrinchando elementos da bandeira lésbica"	157
Figura 13 - "Conhece-te SapaTona"	158
Figura 14 - "Orgulho Lésbico"	165

SUMÁRIO

1. Introdução	13
PARTE I. A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	19
2. Pesquisas que versam sobre o tema	19
2.1. Pesquisas a respeito da lesbianidade	19
2.1.1 <i>A produção sobre lesbianidades na área da Educação</i>	22
2.2. Ativismo lésbico: pesquisas a respeito	24
3. Juventudes, mídias e ativismos	31
3.1. Espaços digitais presentes nas experiências das juventudes na atualidade	34
4. Conceitos centrais da pesquisa	43
4.1. Movimentos sociais, ações coletivas e ativismo	43
4.2. Teorizações sobre as lesbianidades	48
4.3. Lesbofobia – mecanismo político de opressão, dominação e subordinação das lésbicas	52
4.4. O conceito de identidade para Melucci	54
4.4.1. <i>O corpo lésbico como território de confrontação social e subversão</i>	56
4.4.2. <i>Narração e construção de si</i>	61
5. Hipóteses e Objetivos	66
5.1. Hipóteses de pesquisa	Erro! Indicador não definido.
5.2. Objetivos	Erro! Indicador não definido.
5.2.1. <i>Objetivo geral</i>	66
5.2.2. <i>Objetivos específicos</i>	66
6. Metodologia	67
6.1. O percurso da revisão de literatura em bancos e catálogos <i>on-line</i>	67
6.2. A saída a campo através da etnografia virtual	71
6.2.1. <i>A etnografia virtual</i>	71
6.3. A entrevista exploratória com ativistas de movimentos lésbicos como parte da contextualização a respeito da luta lésbica no Brasil	75
6.4. Entrevista Narrativa: o diálogo com as interlocutoras da pesquisa	78
PARTE II. IDENTIZAÇÃO DE JOVENS LÉSBICAS ATIVISTAS	82
7. Lesbianidades e Movimentos Sociais	82
7.1. Apontamentos sobre a história da lesbianidade no Brasil e na América Latina ...	82
7.1.1. <i>As experiências lésbicas no contexto latino-americano</i>	88
7.2. Os movimentos lésbicos brasileiros: ontem e hoje	90

8. “Prazer, sou sapatona” – conhecendo as interlocutoras desta pesquisa.....	100
9. Itinerários e pertencas.....	102
9.1 As múltiplas pertencas que compõem a “multiplicidade do eu”	102
9.2 A solidão como parte dos itinerários.....	111
10. O ativismo lésbico <i>on-line</i>: conhecendo a luta de cinco jovens ativistas	116
10.1 Falar de si é falar coletivamente: narrativas de si com caráter de denúncia	116
10.2. Falar coletivamente é falar de si: a necessidade de construção de um referencial positivo sobre a lesbianidade	125
10.3 Experiência em coletivos e movimentos tem como desdobramento o ativismo <i>on-line</i>	132
10.4 Sobre o ativismo <i>on-line</i> lésbico.....	140
<i>10.4.1. A pandemia da Covid-19 e o ativismo on-line.....</i>	<i>140</i>
<i>10.4.2. Principais características do ativismo on-line construído pelas interlocutoras desta pesquisa</i>	<i>144</i>
<i>10.4.3. Os alcances e os limites da rede virtual</i>	<i>159</i>
11. Lesbofobia: opressão e resistência	167
11.1 Os sofrimentos causados pela lesbofobia nas realidades lésbicas.....	167
11.2 As “culturas lésbicas” como forma de combate à lesbofobia.....	172
11.3 A importância da escrita de si para mulheres lésbicas: transformando o silêncio em linguagem e ação	175
12. Considerações finais	180
Referências	187
Apêndices.....	197
APÊNDICE A – Tabela completa de pesquisa realizada nos bancos e catálogos <i>online</i> ...	197
APÊNDICE B – Prática exploratória: entrevista com militantes de movimentos lésbicos brasileiros.....	232
APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido	233
APÊNDICE D – Questões norteadoras para Entrevista Narrativa com as interlocutoras da pesquisa (jovens lésbicas que elaboram o ativismo <i>on-line</i>)	236
APÊNDICE E – Tabela de análise semiótica das imagens e ilustrações nas postagens <i>on-line</i>	237
APÊNDICE F – Tabela com dados empíricos: postagens e trechos de entrevistas	241
ANEXOS.....	254
ANEXO1– Reprodução da carta elaborada pelo grupo Lésbico-Feminista e dirigida ao Movimento Homossexual em 19 de maio de 1980, no jornal O Lampião da Esquina.....	254

ANEXO 2 – Documento elaborado pelo Núcleo de Tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Rio Grande do Sul (MTST-RS) com o objetivo de explicitar o nível de participação dos ingressantes no movimento.....255

1. Introdução

Entender-me e aceitar-me como mulher lésbica nunca foi algo simples. Não porque a minha trajetória seja muito diferente da maioria das lésbicas brasileiras, mas justamente porque sei que passamos por experiências e situações semelhantes geradas pela lesbofobia. Vivi vinte anos da minha vida negando a minha sexualidade, acreditando que eu deveria ser de uma forma específica, me comportar de uma forma específica e amar de uma forma específica. Coloquei-me em situações que não gostaria de ter vivido, obrigando-me, por exemplo, a estar com pessoas com quem eu não estava confortável. Então enxerguei que estava me violentando, me escondendo, tudo isso porque eu genuinamente pensava que aquilo era o que eu deveria ser e aquele o lugar aonde eu deveria estar. Reprimi pensamentos e vontades, questioneei minha própria consciência diversas e diversas vezes. “Não, isso não pode passar pela tua cabeça, tu não é machorra” – essa frase foi pensada por mim quando eu tinha nove anos de idade, e eu nunca mais esqueci da minha própria voz repetindo isso para mim mesma. A partir daquele dia eu acreditei que eu não era aquilo e que eu não podia ser aquilo. E eu tentei *não ser* por muito tempo.

Apesar de ser uma mulher branca, ter nascido na década de 1990 e vivido minha infância e adolescência nos anos 2000/2010, em um contexto no qual as lutas dos movimentos lésbicos e LGBT+¹ permitiam, em geral, que fosse possível *ser* de uma maneira menos dolorosa, eu tentei não ser porque não tive muitas referências sobre a lesbianidade. Quase tudo o que eu conhecia chegava até mim de forma pejorativa, desde as imagens até as palavras que denominam, hoje, quem eu sou. Só me permiti ser quando comecei a conhecer outras mulheres como eu; me fortaleci quando percebi que essa experiência é coletiva, que as sensações descritas por mim são compartilhadas, de formas diferentes, por muitas e muitas mulheres que vivem sua lesbianidade. Vi quem eu era e gritei com orgulho a minha lesbianidade no seio do movimento de ocupação das universidades – em 2016, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, ao lado de outras colegas –, na tentativa de barrar a aprovação da PEC 95². A militância me fortaleceu. Estar ao lado de outras lésbicas, nesse

¹ A sigla LGBT foi uma conquista do movimento nacional de lésbicas feministas. Na Conferência Nacional GLBT, realizada em meados de 2008 em Brasília/DF, foi aprovado o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, para dar visibilidade ao segmento das lésbicas (FACCHINI; FRANÇA, 2009). Neste projeto, utilizo uma variante, que é LGBT+, com a inserção do sinal de adição (+), para referenciar aos múltiplos sujeitos que compõem essa população.

² De acordo com Amaral (2017), a Emenda Constitucional nº 95 (PEC 95), de 15 de dezembro de 2016, tornou efetiva uma mudança constitucional que instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no Brasil. O autor afirma que este NRF particiona o orçamento da União em partes independentes, sendo uma delas o Poder Executivo. Assim, de acordo com o autor, nesse regime fiscal, de 2018, até o ano de 2036, o orçamento do Poder Executivo não

contexto, conhecendo e reconhecendo nosso lugar – e o demarcando como estratégia ética e política voltada à transformação de sensibilidades e de estruturas na sociedade –, foi crucial na minha trajetória e gerou, posteriormente, ações voltadas para a nossa população.

Nessa perspectiva, afirmo que a coletividade também faz parte da experiência lésbica, por outro lado, ao mesmo tempo em que não há homogeneidade nas relações e nos sofrimentos imputados às mulheres lésbicas, existem recortes e especificidades dentro de cada contexto social, bem como diferenças marcadas por questões étnico-raciais, sociais, de localidade, geracionais, religiosas, entre outras, dentro de uma mesma população. Ainda, é inegável a afirmação de que essas experiências são regularmente atravessadas pela dor e pelo sofrimento. Esses dois elementos, infelizmente, compõem as identidades de mulheres lésbicas, assim como os registros históricos sobre as existências não heterossexuais. De acordo com Oliveira (2015), no período colonial da história brasileira, os processos abertos pelo Santo Ofício criminalizavam lésbicas por crime de sodomia, além de classificarem a lesbianidade como pecado mortal. Já no século XIX, inicia-se o processo de patologizar a lesbianidade. Para a autora, o discurso médico e do direito brasileiros se empenhavam em classificar a homossexualidade como doença mental (a histeria, por exemplo), devendo ser submetida a tratamentos como a hidroterapia ou a hipnose. Nesse contexto, alguns médicos também tentavam explicar as “causas” da homossexualidade como problemas de ordem fisiológica, por exemplo.

Atualmente, a violência contra a população lésbica segue ocorrendo de forma expressiva, como demonstram os dados coletados pelo I LesboCenso Nacional, publicado em 2022. De acordo com o relatório, 78,61% das respondentes do censo já sofreram algum tipo de lesbofobia. Dentre os atos lesbofóbicos destacados estão: assédio moral (31,36%), assédio sexual (20,84%) e violência psicológica (18,39%). No que tange às situações de violência, 39,17% afirmaram ter vivido contato sexual forçado, 36,46% foram impedidas de sair de casa pela família e 19,66% afirmaram que já tiveram de enfrentar situação de violência na rua. Além disso, no capítulo sete desta dissertação há dados de registros a respeito dos assassinatos e suicídios de mulheres lésbicas (lesbocídio), bem como de casos de estupro corretivos de forma mais detalhada.

pode ser reajustado por percentuais acima da inflação do ano anterior. Isso gera um “congelamento” de gastos em diversos âmbitos, como na Educação, por exemplo, enfraquecendo e limitando os investimentos nas políticas sociais e tornando frágil toda a rede de proteção social.

Apesar da trajetória histórica de dor, considero importante o resgate da resistência e da luta no combate à lesbofobia. Desde a década de 1970, os movimentos lésbicos constroem ações políticas e lutam por uma realidade menos dolorosa para a nossa população, além disso, há variadas práticas de combate a essa opressão, ainda em curso no tempo presente, que se desenrolam em diferentes espaços e por meio de distintas estratégias, dando visibilidade a pautas específicas e diferentes formas de violências sofridas por lésbicas. A denúncia à lesbofobia tem ganhado destaque nas postagens de perfis de jovens, e enxergo uma potência em ações como essas, pois, nelas, explicitam-se questões a respeito do corpo e do que socialmente entende-se como feminilidade/masculinidade, também das práticas violentas a que somos submetidas, além da intersecção entre raça, classe e sexualidade, constantemente pontuadas. Ademais, o caráter autobiográfico que algumas postagens assumem, de forma geral, possibilitam pensar que as histórias pessoais foram sendo produzidas em contextos específicos, mas estão atravessadas por condições estruturais e aspectos comuns.

Outro ponto importante da pesquisa, envolvendo os ativismos *on-line*, é a possibilidade que o espaço virtual oferece para a produção de narrativas próprias que pluralizam as formas de ver e os modos de registrar acontecimentos contemporâneos. O ciberespaço tem possibilitado a mobilização de jovens lésbicas e a criação de espaços de debate *on-line* (como “*lives*” com transmissão ao vivo) que permitem a participação de qualquer usuário da rede social. Todas essas pautas e ações podem ter um alcance maior através das redes sociais e uma maior possibilidade de se tornarem mais visíveis. Além disso, os espaços digitais tem se tornado, cada vez mais, locais de ação política de movimentos sociais que atuam através de redes sociais, locais, regionais, nacionais ou transnacionais por meio da internet (GOHN, 2011, p. 336), e de produção de narrativas “outras”, caracterizado pela tensão entre estas e os “lugares tradicionais e dominantes de fala” (REGUILLO, 2017, p. 90).

As redes sociais virtuais se colocam cada vez mais como uma das formas de mobilização política ativada pelas juventudes no tempo presente, e, no que tange às jovens lésbicas, um espaço possível de debate, discussão e visibilidade de pautas e demandas importantes para a coletividade. Porém, importante sinalizar que o acesso às redes sociais não se encontra democratizado e, dependendo do uso, inclusive, pode favorecer condutas alienantes (PAIS; LACERDA; OLIVEIRA, 2017). Assim, é importante não romantizar o acesso às redes sociais e os usos que se fazem delas, visto que, muitos sujeitos – principalmente no Brasil –, ainda não possuem o acesso às tecnologias.

É relevante, ainda, justificar, nesta introdução, a escolha da palavra “lésbica” – para falar de mulheres que se envolvem afetivo e sexualmente com outras mulheres – utilizada na escrita desta dissertação. No âmbito teórico, há discussões a respeito desse termo, dado que este não seria reconhecido³ por todas as mulheres que se relacionam afetivamente e vivem práticas sexuais com outras mulheres, porém, o mantive por entender que ele é, ainda assim, o mais conhecido, em que pese a estigmatização sofrida. Historicamente, a designação “lésbica” carrega conotações negativas. Exemplo disso é o fato desta ainda soar “agressiva” às pessoas em vários contextos, se comparada com a palavra “gay”, por exemplo. Também considero importante explicitar que a decisão de escrever os nomes completos dos e das autoras citados/as é uma escolha política, visto que no ambiente acadêmico há um apagamento histórico das autoras mulheres, dos autores não brancos e não europeus, logo, suas contribuições e reflexões, muitas vezes, não são valorizadas pela hegemonia universitária.

A partir dessa elaboração, posso afirmar que esta dissertação nasceu de questionamentos e inquietações pessoais, mas, também, políticas, a respeito das novas formas de combater a lesbofobia. Além disso, nasceu no contexto da pandemia da Covid-19, em um momento de isolamento social no qual as possibilidades de saída a campo ficaram muito restritas. Como também se modificaram as formas de ativismos contra a lesbofobia, com destaque aos construídos no espaço virtual na rede social Instagram. Sendo assim, me interessa saber como as narrativas construídas por jovens lésbicas em redes sociais virtuais constituem seus processos de identificação, considerando suas relações com os itinerários pessoais, as ações coletivas que integram e a luta contra a lesbofobia. Foram selecionadas cinco ciberativistas para diálogo, considerando raça/etnia, localidade, classe, geração e corpo. Esta pesquisa se propõe a analisar fragmentos de histórias narradas por essas ativistas nos seus perfis *on-line* e também através das entrevistas narrativas realizadas entre os anos de 2021 e 2022. Assim sendo, o título desta dissertação, “Posso te contar histórias de mulheres como eu?”, é extraído de uma dessas postagens na rede social virtual⁴ de uma das jovens. Esta pesquisa é definida por mim como um diálogo entre várias narrativas, dentre elas a minha – como lésbica ativista e pesquisadora interessada em trazer para o âmbito acadêmico a luta lésbica, e às das jovens ativistas, que são também, de certa forma, autoras desta dissertação.

³ Muitas vezes, tal designação não chega a algumas localidades brasileiras, mas sim expressões como “sapatão”, “caminhão”, “homossexual”. Além disso, há discussões como a de Lorde (2009), considerando o termo “zami”, e, também, de Swain (2002), que propõe o uso de “lesbiana”, porque afirma que a palavra “lésbica” faz emergir os sentidos pejorativos que a acompanham, não passando de um “anacronismo vazio”.

⁴ Fragmento retirado da postagem do perfil da rede social Instagram de J Lo, realizada em 02 de março de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CL6jolLJzVB/>. Acesso em: 18 out. 2021.

Nesse sentido, entendo que é na experiência, no ouvir, no narrar, no debater que construímos estratégias e formas de combate contra as opressões. Reitero o que assimilei com Nilma Lino Gomes (2017) – e com outros sujeitos militantes – de que há um caráter pedagógico em todos os processos de construção de ação coletiva, em todas as manifestações e movimentos coletivos que nos relembram que a educação se desenvolve em vários espaços e instâncias sociais e não apenas dentro do ambiente escolar. Ainda é difícil ser na conjuntura atual, ainda há muita luta contra a lesbofobia e contra as outras opressões que violentam e estigmatizam os sujeitos “outros”, ainda é preciso resistir e tentar criar possibilidades de existência, mas coletivamente é um pouco menos doloroso.

Tratando, agora, sobre a estrutura desta dissertação, informo que ela está organizada em onze seções, dispostas após esta introdução ao tema e ao problema de pesquisa. Na parte I, intitulada “A problemática de pesquisa”, há seis capítulos nos quais elaboro um levantamento de produções acadêmicas sobre e a partir das lesbianidades e dos ativismos lésbicos, com ênfase na área da Educação, além disso, também abordo as discussões e teorizações sobre juventudes e ativismos nas redes sociais virtuais. Também são apresentados os referenciais teóricos que embasam a pesquisa, notadamente os conceitos de identização, lesbianidade, lesbofobia e narrativização. As hipóteses e os objetivos da pesquisa são apresentados no capítulo cinco. Informações sobre a metodologia e sobre os procedimentos adotados neste estudo estão contidas no capítulo seis e versam sobre a busca de fontes, a produção de dados através da etnografia virtual e entrevistas, assim como os critérios de escolha das participantes e os aspectos éticos. Na parte II, denominada “Identização de jovens lésbicas ativistas”, há quatro capítulos. No primeiro, discorro sobre aspectos históricos da lesbianidade e dos movimentos lésbicos brasileiros a partir de apanhado histórico e de entrevistas exploratórias com ativistas de movimentos de idades distintas. Além disso, experiências lésbicas no contexto latino-americano são brevemente expostas, bem como os conceitos de movimentos sociais e ações coletivas.

A partir do capítulo nove são elaboradas as análises das postagens coletadas nos perfis virtuais das ativistas, oriundas dos diálogos nas entrevistas. No capítulo nove, exponho as reflexões acerca dos processos de identização das jovens interlocutoras desta pesquisa de mestrado – focalizando a análise nos seus itinerários, bem como apresento e reflito sobre a relevância da escrita e da arte no ativismo construído por essas jovens, que compreende o movimento de construção de uma teoria lésbica brasileira descolonizada. No capítulo seguinte, investigo o ativismo *on-line* elaborado pelas interlocutoras desta pesquisa,

analisando os aspectos que caracterizam este tipo de ativismo e quais são os limites e os alcances desse tipo de ação política. Por fim, no último capítulo, analiso como a lesbofobia afetou as vidas das cinco ativistas e quais são suas formas de enfrentamento a essa opressão, partindo de suas próprias narrativas.

PARTE I. A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

2. Pesquisas que versam sobre o tema

Neste capítulo apresento um levantamento das produções científicas sobre e a partir das lesbianidades, buscando compreender o que já foi pesquisado até o momento, com ênfase na área da Educação, bem como artigos, teses e dissertações de outros campos, além de um apanhado em relação às pesquisas que versam sobre os ativismos lésbicos. Os temas abordados nas pesquisas aqui analisadas trazem parte da diversidade de disputas dos ativismos lésbicos, que inclui o ativismo *on-line* protagonizado por jovens. No capítulo seguinte, apresento as discussões e teorizações de juventudes, mídias e ativismos, bem como a presença dos espaços digitais nas experiências e ativismos dos jovens.

2.1. Pesquisas a respeito da lesbianidade

No caminho percorrido na busca por leituras a respeito do tema da lesbofobia, juventudes e ativismos *on-line* de mulheres lésbicas, encontrei teses, dissertações e artigos que se fizeram essenciais no percurso de escrita desta dissertação, os quais foram fontes de pesquisa e inspiração nesse percurso.

Inicialmente, descrevo alguns dos trabalhos selecionados na pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da Capes, na plataforma Scielo e no Google Acadêmico a respeito das produções brasileiras sobre o tema⁵. Nessa busca, utilizei palavras-chave como “lésbicas”, “lesbianidade”, “jovens lésbicas”, reduzindo o número de resultados com os filtros de pesquisa: teses e dissertações; grande área de conhecimento; área de concentração⁶. Muitos desses trabalhos foram essenciais para a minha escrita e meu constante aprendizado como pesquisadora deste tema. Início essa retomada com o artigo intitulado “Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos”, de Lenise Santana Borges e Mary Jane Paris Spink (2009), que apresenta uma análise discursiva da telenovela *Senhora do Destino*, apresentada na Rede Globo durante os anos de 2004 e 2005. No centro da atenção das pesquisadoras estão os discursos a respeito da lesbianidade que se constituem e se propagam nesta produção televisiva. Os resultados demonstraram que, por um lado, há uma maior “familiarização” sobre o tema na sociedade e, assim, uma legitimação das

⁵ Estes trabalhos estão apresentados em quadro-síntese no capítulo sobre a metodologia e, também, em quadro expandido nos apêndices da dissertação. A descrição completa dos movimentos utilizados para as buscas nos bancos e catálogos on-line está no capítulo sobre metodologia desta dissertação.

relações lésbicas, contudo, por outro lado, os modos como ocorrem os processos de aceitação não desestabilizam as normas sociais e os modelos hegemônicos.

Compreendo que a mídia contribui para a construção de estereótipos e manutenção de modelos hegemônicos a respeito da lesbianidade e das relações lésbicas – bem como também pode colaborar para a familiaridade das nossas relações quando apresentadas em rede nacional. Acredito que, assim como a televisão traz maior visibilidade a respeito do tema das lesbianidades, possibilitando a abertura de lacunas nas concepções hegemônicas, também pode reproduzir estas concepções. A visibilidade que a internet traz gera efeitos similares, porém, no caso das atuações *on-line* analisadas nesta dissertação, são as próprias lésbicas que constroem as narrativas sobre si, e não outros sujeitos. As telenovelas, em especial a analisada pelas pesquisadoras, não são escritas por mulheres lésbicas. Como qualquer produção cultural, elas podem apresentar visões estereotipadas e restritivas sobre esses sujeitos, colaborando, inclusive, para a manutenção da lesbofobia.

O segundo artigo que considero relevante para esta revisão é “Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids”, de Claudia Mercedes Mora e Simone Monteiro (2013), que discute as percepções de risco às DSTs/Aids⁷ em um grupo de jovens lésbicas no Rio de Janeiro. Neste trabalho, as autoras discutem os descompassos entre as identidades (de gênero e sexuais), os desejos e as práticas sexuais, bem como as percepções de um grupo de mulheres jovens lésbicas e bissexuais (frequentadoras de espaços de entretenimento noturno) dos riscos às DSTs/Aids. Considero que há a necessidade de se realizarem pesquisas a respeito da saúde sexual de lésbicas e bissexuais, visto que essa é uma pauta dos movimentos lésbicos e algo muito precário na realidade das mulheres lésbicas. Isso porque a medicina prioriza a saúde sexual reprodutiva, logo, lésbicas têm sua saúde preterida ao não receberem um atendimento adequado nos consultórios porque mantêm relações sexuais com outras mulheres e não relações heterossexuais. Saúde sexual lésbica, além de ser pauta dos movimentos lésbicos, é também uma pauta amplamente discutida nos perfis de jovens ativistas lésbicas que tentam trazer informações a respeito de prevenção de doenças durante o ato sexual, bem como alertar as mulheres lésbicas da necessidade de realizar consultas médicas regulares e inteirar-se sobre maneiras de se proteger da lesbofobia dentro dos consultórios médicos.

⁷ De acordo com o Araújo e Silveira (2007), a sigla “DSTs” significa Doenças Sexualmente Transmissíveis e “Aids” refere-se a doença causada pelo vírus HIV. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/ZxPLC9yc9rKbVdPddtmTKLm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 dez. 2021.

Entre algumas ciberativistas há, inclusive, ações em conjunto com profissionais na saúde para a elaboração de cartilhas para a população lésbica, por exemplo. Nesse sentido, o artigo escrito por Mora e Monteiro (2013) contribui muito para a compreensão das percepções de risco das doenças sexualmente transmissíveis entre jovens lésbicas e da importância desse debate dentro da medicina e da sociedade num geral.

Outro artigo também relevante é “Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais”, de Julia Paiva Zanetti (2011), que aborda a importância da participação de jovens no movimento feminista e suas reivindicações a respeito das pautas específicas da juventude dentro do movimento; texto de suma importância para esta escrita. Os sujeitos dessa pesquisa são jovens e lésbicas inseridas também em um movimento específico, no qual compartilham ativismos e pautas vinculadas à juventude. Além disso, muitas delas também compõem movimentos lésbicos e atuam junto deles no seu cotidiano, sinalizando para a necessidade de contemplar discussões que sejam específicas da juventude dentro dos movimentos.

Trago o artigo denominado “Narrativas de mulheres jovens através de imagens nas Redes Sociais: Dispositivo de juventude nos atravessamentos com gênero” escrito por Nathalye Machado e Anderson Ferrari (2021). Neste artigo, os autores abordam os processos de subjetivação de sete mulheres entrevistadas, por meio das imagens produzidas e expostas nas redes sociais delas. Considero esse artigo relevante para a pesquisa, pois têm, em comum, as narrativas de si através das produções *on-line*, que, no caso desta pesquisa, se dará a partir de um trabalho de etnografia virtual, além das falas oriundas das entrevistas realizadas com ativistas lésbicas. Nesse sentido, é possível perceber a importância de pesquisas que tenham como espaço de análise as redes sociais e as produções elaboradas por jovens sobre si nesse ambiente, fazendo circular suas próprias narrativas, sejam imagéticas – como é o caso do artigo de Machado e Ferrari –, sejam escritas ou orais.

Em síntese, os trabalhos selecionados – apesar de abordarem temáticas diversas – versam sobre pautas e realidades vividas por mulheres lésbicas e que, em sua maioria, são também apontadas e discutidas pelas jovens ciberativistas. Nesse sentido, assinalo alguns aspectos principais resultantes dos artigos abordados que concernem a esta pesquisa. Em relação à primeira produção, de Borges e Spinky (2009), a análise televisiva aponta para a importância das narrativas produzidas sobre as lesbianidades, destacando o fato de que a maior parte dessas narrativas não são produzidas por mulheres lésbicas. Na atuação *on-line*, a

partir das jovens ativistas, as narrativas são construídas por quem vive esta sexualidade e, dessa maneira, apresentam uma visão outra sobre as existências lésbicas. No que tange ao segundo trabalho, de Mora e Monteiro (2013), a saúde sexual de mulheres lésbicas ainda precisa ser foco de investigação científica, por ser parte da pauta dos movimentos lésbicos e uma demanda coletiva de mulheres que se relacionam sexualmente com outras mulheres, e algo comumente apontado pelas jovens ciberativistas em suas postagens nas redes sociais. A atenção à perspectiva de mulheres lésbicas sobre sua saúde sexual é urgente.

O terceiro trabalho, de Zanetti (2011), colabora para contemplar discussões específicas das juventudes dentro dos movimentos sociais, devido à compreensão das juventudes como um momento específico de vida com demandas específicas. Nesse sentido, ressalto a importância do recorte de lésbicas jovens nesta dissertação. Por fim, a última produção, de Machado e Ferrari (2021), dialoga com minha pesquisa, pois também analisa as narrativas produzidas e expostas por mulheres lésbicas nas redes sociais virtuais, porém elaboradas a partir de imagens, apontando a relevância da construção de si neste espaço para as realidades lésbicas.

2.1.1 A produção sobre lesbianidades na área da Educação

De acordo com Regina M. Barbosa e Regina Facchini (2006), a produção de conhecimento científico a respeito das mulheres lésbicas, que não estivesse em um viés patologizante, só teve início a partir de 1980, no Brasil. Nesse sentido, posso afirmar que as pesquisas que abordam a lesbianidade, movimentos lésbicos, ou mesmo experiências lésbicas diversas são relativamente recentes na ciência. As teorizações que retiram da anormalidade as condutas lésbicas foram elaboradas por autoras mulheres e, principalmente, autoras lésbicas – como será possível visualizar a partir desta revisão de literatura.

No levantamento realizado em repositórios de pesquisas acadêmicas, no que tange ao campo da Educação, localizei pesquisas e trabalhos que abordam a lesbianidade e se debruçam sobre a trajetória de professoras lésbicas (MACIEL, 2014; FREITAS, 2018; MARINHO, 2020; SILVA, 2019; LIEBGOTT, 2020) com recortes geográficos ou de raça. Também são frequentes as pesquisas que tratam sobre o itinerário de estudantes lésbicas ou LGBT+s (BRAGA, 2019; FORTES, 2013; VIGANO, 2019), bem como as que abordam a visibilidade lésbica em pedagogias outras, como o cinema, por exemplo (PAULINO, 2019). De acordo com o levantamento realizado por Keith Braga, Marcio Caetano e Arilda Ribeiro, em 2018, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com o recorte temporal de 2008 a

2016, foram identificados 29 trabalhos defendidos, sendo quatro destes do campo da Educação – ou que tem a escola como objeto de análise: Cavaleiro (2009), Oliveira (2010), Fortes (2013) e, novamente, Maciel (2014). Os autores mencionam o estudo de Toledo (2008), no qual também se realizou o levantamento de trabalhos publicados de 1980 a 2008, sendo que os resultados encontrados reportam 25 pesquisas sobre lesbianidade, porém nenhuma na área da Educação. Esses dados demonstram como os trabalhos que abordam a existência lésbica, em particular na nossa área, ainda são recentes e pouco explorados.

Considero importante destacar que a maior parte das pesquisas no campo da Educação que abordam a sexualidade têm como foco a população LGBTQ+ em geral, sendo pouco expressivo o número que focaliza a população lésbica dentro do campo educacional. Mesmo as pesquisas sobre os movimentos lésbicos – uma forma de pedagogia cultural de amplo espectro– encontram-se, em sua maioria, em áreas como as Ciências Sociais (Antropologia, principalmente), Psicologia e Letras. Para Braga, Caetano e Ribeiro (2018), mesmo que as pesquisas com o tema da sexualidade – ou da diversidade sexual – estejam se intensificando no campo da Educação, é uma parte pequena destas que estão centradas em sujeitos lésbicas. Para os autores, isso ocorre porque as produções investigativas que não são heterocentradas, e se colocam como “gerais”, tomam como referência a experiência gay, uma vez que nossa sociedade fora historicamente centrada no masculino e associa o “homem homossexual” como figura universal da homossexualidade e as lésbicas como minoria ou uma particularidade.

Outra revisão bibliográfica que merece destaque é a realizada por Daniela Auad e Luisa B. Martins (2020) nos anais de três edições de três eventos nacionais e com relevância na área da Educação: Reunião Nacional da ANPEd (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação), Seminário Internacional Fazendo Gênero e Seminário Internacional Desfazendo Gênero. De acordo com as autoras, a busca teve como objetivo analisar trabalhos que abordassem a presença de lésbicas na produção acadêmica, considerando o feminismo e as interseccionalidades de gênero, raça e classe. Foram encontrados 145 trabalhos, destes, apenas oito continham a palavra lésbica ou palavras derivadas (lesbianidade, lésbico, lesbofobia, por exemplo) e as análises se debruçaram sobre estas produções especificamente. De acordo com as autoras, em grande parte das produções analisadas, os trabalhos que mencionam LGBTQ+s e homossexualidades parecem não incluir as mulheres lésbicas, que não aparecem como sujeitos da coleta de dados e nem nas escolhas de materiais utilizados nos projetos. Auad e Martins (2020) também mencionam a ausência de relações entre raça, classe

e gênero, além dos aspectos identitários e condição social que são relevantes historicamente para as pesquisas. Assim, as autoras afirmam que essa falta de representatividade lésbica, bem como a ausência de abordagens interseccionais, deixa margem para uma visão homogênea da população LGBTQ+.

Após o levantamento que realizei, bem como a leitura dos trabalhos citados que também empreenderam este movimento de revisão de literatura, resgato a afirmação de Auad e Martins (2020) de que há uma lacuna no campo acadêmico em relação à presença lésbica, inclusive quando o foco das produções são a população LGBTQ+. Há uma lacuna maior ainda no que tange as análises que levem em consideração raça/etnia, classe, geração, entre outros marcadores que percorrem os corpos lésbicos. Para as autoras, citando Auad e Cordeiro (2018), o ambiente acadêmico constantemente tenta se reafirmar como não sendo o lugar das mulheres cotistas negras lésbicas e bissexuais, enviando permanentemente mensagens verbais e não verbais que afirmam isso. Porém, a presença cada vez maior dessas mulheres na universidade, “(...) tem potencial de desestabilizar a ordem e as hierarquias naturalizadas” (AUAD; MARTINS, 2020, p. 111), obrigando cada vez mais esse espaço a lembrar e a falar das existências lésbicas múltiplas.

2.2. Ativismo lésbico: pesquisas a respeito

Em relação às pesquisas sobre o ativismo lésbico, ressalto produções relacionadas ao movimento LGBTQ+ como um todo (FERNANDES, 2007; GREEN, 2000; NAZARÉ, 2013), que são relevantes e contribuem às investigações a respeito de recortes específicos da sigla, como é o caso desta dissertação, e que são maioria nas buscas sobre o tema da lesbianidade nos bancos como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, ou Scielo. Porém, no que se refere às análises a respeito dos movimentos e ativismos lésbicos especificamente, destaco alguns pontos importantes. Durante as buscas percebi haver nichos de pesquisa, como as realizadas sobre os movimentos lésbicos, em localidades específicas do Brasil; outras sobre movimentos e grupos específicos lésbicos; estudos a respeito da subjetividade e identidade lésbica; e, finalmente, aquelas que abordam o ativismo *on-line* lésbico, dos quais irei discorrer e trazer algumas delas em destaque.

Em relação ao primeiro ponto, destaco autoras como Ana Carla Lemos (2019), Zuleide Paiva da Silva (2010), Cláudia Freitas de Oliveira (2015), Raila de M. Alves (2019), Anahi B. de Carvalho (2017), que abordam história, trajetória e a organização dos movimentos lésbicos, bem como a construção da identidade lésbica e a subjetividade das ativistas. Essas

pesquisas partem da etnografia como metodologia, ou de pesquisas qualitativas com entrevistas narrativas ou semiestruturadas. Trago, como exemplos, a dissertação de Ana Carla da Silva Lemos (2019), intitulada “Movimentos de Lésbicas de Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista”, a qual investiga como se deu o surgimento e a organização dos movimentos lésbicos em Pernambuco, analisando como a identidade lésbica individual se constituiu e reverberou nas identidades coletivas dos movimentos de lésbicas. Lemos parte da pesquisa etnográfica, no período compreendido entre 2016 e 2018, em dois espaços de articulação política em Pernambuco, como também de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com 18 interlocutoras.

O trabalho de Lemos contribui para a pesquisa a respeito da militância ou ativismo lésbicos no país, principalmente porque a autora aborda a história e a construção do movimento lésbico fora do eixo central do Brasil (especificamente São Paulo e Rio de Janeiro), recorte geográfico comumente priorizado e abordado na história do movimento lésbico. Assim, a pesquisa de Lemos colabora para uma melhor compreensão do desenvolvimento e da atuação dos movimentos ao longo da história, sendo um trabalho que contribui para a edificação da memória lésbica brasileira ao trazer em seus anexos, um acervo de fotografias e documentos reunidos durante a pesquisa de campo com as militantes. Este foi um dos trabalhos que muito contribuiu a esta dissertação, em específico, auxiliando na construção do panorama histórico sobre os movimentos lésbicos brasileiros.

Em relação ao segundo ponto, a análise de grupos ou movimentos lésbicos específicos, posso citar os trabalhos de Maria Célia O. Selem (2007) e Cláudia F. Oliveira (2015), e o artigo escrito por Bruna P. Cilento, Cássia S. Garcia e Maria Helena de A. Freitas (2020) que se debruçam no resgate à história e análise dos movimentos: Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Lésbicas Atuantes No Ceará (LAMCE) e Movimento Lésbico de Campinas (MO.LE.CA), respectivamente. Destaco a dissertação de Maria Célia O. Selem (2007) que analisa as produções discursivas da LBL desde a sua fundação até o ano de 2007. A autora selecionou materiais impressos, imagens, entrevistas e depoimentos em vídeo documentários para traçar a história do movimento, visando à análise do que foi construído como sujeito político nacional “lésbica”, a partir das representações sociais e autor representações das militantes.

O trabalho de Selem (2007) resgata a história dos movimentos lésbicos brasileiros, além de realizar uma análise do corpo lésbico e das representações sociais sobre a população

lésbica, conforme foi feito nesta dissertação. A produção da autora resgata a importância da Liga Brasileira de Lésbicas no ativismo lésbico, que se constitui como um movimento reconhecido e respeitado no Brasil – sendo um dos mais conhecidos popularmente. Dessa maneira, a história da LBL é também a história de um movimento lésbico “mais recente” e que segue ativo, atuando em diversas localidades do país com ações diversas, priorizando a população lésbica.

No terceiro ponto, sobre trabalhos que abordam a subjetividade e identidade lésbica, referencio os trabalhos de Patrícia Lessa (2007) e de Gláucia Almeida e Maria Luiza Heilborn (2008). A tese de doutorado de Patrícia Lessa (2007), intitulada “Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)”, trata das redes de relações presentes nos relacionamentos entre mulheres e também suas lutas por visibilidade política e social, abordando as lesbianas desde as representações sociais às suas autorrepresentações. Neste trabalho, Lessa faz um levantamento dos movimentos lesbianos⁸ do Brasil e das representações tanto escritas, quanto imagéticas, dos movimentos, analisando as perspectivas teórico-políticas destes nas diferentes regiões do país, ao longo da história. Acredito que a pesquisa de Lessa merece destaque pelo grande apanhado histórico dos movimentos lésbicos, desde o significado dos símbolos, até as produções realizadas por lésbicas ao longo do tempo – como é o caso do Boletim ChanacomChana e a importância desses elementos na constituição da subjetividade lésbica e das lésbicas enquanto sujeitos políticos.

Também evidencio o artigo elaborado por Almeida e Heilborn (2008), denominado “Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras”, que aborda a afirmação de uma identidade lésbica e sua autonomização no que tange às outras identidades políticas. As autoras entrevistaram integrantes dos movimentos de lésbicas, e também ginecologistas colaboradores da causa, realizando a análise de fóruns do movimento de lésbicas, dos materiais produzidos pelas ongs e a leitura das bibliografias nacional e internacional. Nesse sentido, as autoras afirmam que a identidade lésbica se constitui como foco central no diálogo das lésbicas com o Estado, transformando-se numa identidade de resistência capaz de possibilitar a construção de um movimento autônomo que vocaliza suas demandas e se sustenta financeiramente. Acredito que as análises a respeito da identidade lésbica e da subjetividade contribuíram para a compreensão da luta dos movimentos lésbicos,

⁸ Patrícia Lessa utiliza o conceito “lesbiana” e “movimentos lesbianos” partindo das teorizações de Swain (1999; 2000) que afirma que a palavra “lésbica” está atrelada ao estatuto médico e jurídico, colocando essa população ainda dentro da normatividade quando acionado. A autora propõe a substituição do termo por “lesbiana” como identidade política e feminista.

no que diz respeito à importância de uma certa “essencialização” da identidade para a manutenção de um movimento sólido e com voz para lutar por suas pautas específicas.

O quarto e último ponto se refere aos trabalhos que abordam o ativismo *on-line* lésbico (MEDEIROS, 2017; MOTTER, 2018; ANDRADE; LIMA, 2017; AMORIM, 2019). Esse recorte da bibliografia mostrou-se relevante para a construção desta dissertação, pois ainda são poucas as pesquisas que tratam desse tema em específico, visto que é relativamente recente a presença do espaço *on-line* como também um espaço de ação e disputa política – como é possível observar nas teorizações de Manuel Castells (2013), Carles Feixa (2014), Paolo Gerbaudo (apud ROMANCINI, 2020) e Caio B. Valiengo e Maria J. de Oliveira (2020). Nesse sentido, destaco a pesquisa de Maria do S. da S. Medeiros (2017) e Juliana P. J. Motter (2018), e também o artigo elaborado por Anna Carolina H. Amorim (2019). Na dissertação intitulada “O caminho não precisa ser solitário: fissuras e representatividade lésbica no ciberespaço”, Medeiros investiga como o portal LETTERA (Literatura Lésbica e LGBT) se torna um espaço de publicação de escritos literários que abordam a lesbianidade e que são produzidos por autoras lésbicas, ao mesmo tempo em que constitui uma rede de afetos entre as integrantes. Machado afirma que este portal se apresenta como um espaço de fissuras no discurso normativo ao possibilitar a publicação desses escritos – normalmente ignorados pelas grandes editoras –, além de ser um território de socialização entre as usuárias, viabilizando a construção de laços que se estendem para outros ambientes virtuais (como as redes sociais pessoais). Através da leitura desse trabalho percebi como o ambiente virtual possibilita, sim, a visibilidade de pautas e a ação política de mulheres lésbicas das mais diversas formas, como também um lugar afetivo e de companheirismo para essas mulheres que encontram, na relação com as suas iguais, o fim de uma solidão muitas vezes presente no mundo *off-line*.

Na dissertação de mestrado de Motter (2018), denominada “Falar do ódio fora do ódio: Testemunho de ativistas lésbicas sobre o discurso de ódio nas redes sociais”, a autora coloca sua pesquisa como um testemunho sobre o discurso de ódio experienciado por três ativistas lésbicas na internet – nas redes sociais, especificamente – afirmando que a linguagem é capaz de ferir, mas também dar outros sentidos e ressignificar as práticas de ódio. Isso porque a aprovação de leis como, por exemplo, a 13.642/2018, conhecida popularmente como Lei Lola, não são suficientes para conter o ódio, mas funcionam como instrumentos de garantia de direitos para esse grupo. Motter (2018) apresenta as narrativas das ativistas afirmando encontrar, nas palavras dessas mulheres, uma estratégia de conferir materialidade à

violência causada pela linguagem, bem como reumanizar as vítimas e possibilitar discursos de resistência. Esse trabalho se mostra potente para as pesquisas relacionadas à lesbofobia e aos discursos de ódio contra as denominadas minorias sociais, pois apresenta recursos os quais esses sujeitos podem buscar em situações de violência *on-line*, bem como a força que narrativas lésbicas possuem na luta e na resistência contra o ódio.

Por fim, o artigo de Amorim (2019), intitulado “Dupla maternidade no Instagram: entre fotos, ativismo e parentesco”, foi um dos trabalhos que mais se aproximou de minha pesquisa de mestrado e que também colaborou muito para a minha escrita, principalmente em relação a aspectos metodológicos. Na pesquisa, destaca-se a importância da internet enquanto um espaço frutífero para a formação de redes de relações entre mulheres lésbicas, produzindo impactos sobre a formação das identidades desses sujeitos e, principalmente, sobre os processos que têm relação com a construção da homoparentalidade entre casais de mulheres não heterossexuais. A autora realizou sua busca através de *hashtags* (#) no Instagram e, ao selecionar postagens de fotos marcadas com essas *hashtags*, observou como a rede social é utilizada como ferramenta para movimentação social no que tange à possibilidade de mulheres construírem projetos familiares. A pesquisa de Amorim demonstra como a internet, e estas postagens específicas, contribuem com a desconstrução de formas familiares rígidas e fixas – como a família heteronormativa – e com a construção política de identidades e maternidades. Concordo com a autora quando ela afirma que o universo das redes sociais se torna, cada vez mais, um espaço importante de movimentação e ativismo em prol da lesboparentalidade – assim como do ativismo lésbico em geral, através da visibilidade de pautas e de vidas lésbicas.

Ainda nessa perspectiva, Christine Hine (2004) afirma que o espaço virtual (ou ciberespaço) e a “vida real” não precisam ser vistos como lugares separados, visto que a internet se conecta de formas complexas com os ambientes físicos – a partir deles esse acesso é facilitado ou não. Segata (2008) compartilha da perspectiva da autora afirmando que o ciberespaço não está separado da vida real das pessoas, e se faz como constructo comum e cotidiano. Assim, é possível considerar o ativismo como uma imbricação virtual-real cotidiana, visto que a atuação política nos espaços virtuais se mostra presente também na vida “*off-line*” dos indivíduos que acessam os perfis das jovens ativistas nas redes sociais, produzindo discussões, debates e reflexões que se estendem também para fora da internet, além de possibilitar que outras mulheres lésbicas se sintam acolhidas e representadas através dessas narrativas, gerando reconhecimento da sua identidade. Da mesma maneira, é possível

afirmar que as ações presenciais, em coletivos lésbicos, por exemplo, possibilitam que jovens como as entrevistadas nesta pesquisa iniciem outras formas de ativismo, como o ativismo *online*.

No conjunto de pesquisas e artigos selecionados, não encontrei trabalhos que articulassem narrativas orais (através das entrevistas) com narrativas digitais (produções nas redes sociais virtuais, a partir da etnografia virtual) de ativistas lésbicas, tal como pretendo operar nesta pesquisa. O que foi encontrado, como a pesquisa de Amorim (2019), por exemplo, centra a análise na dupla maternidade e apenas em produções imagéticas dessas mulheres na rede social virtual. Assim, ao considerar as narrativas produzidas em diferentes espaços, penso ser possível entender como se constroem estratégias, ações e ativismos contra a lesbofobia. Nesse sentido, um aspecto importante da pesquisa envolvendo os ativismos *online* é a possibilidade que esse espaço oferece na produção de narrativas próprias, pluralizando as formas de ver e os modos de registrar acontecimentos contemporâneos.

A partir dessas leituras posso afirmar que minha pesquisa possui relevância acadêmica e também política. Em relação à sua relevância acadêmica, esta revisão demonstrou que há poucas pesquisas, principalmente no campo da Educação, que versem sobre o ativismo lésbico no espaço virtual, dando ênfase às realidades de jovens lésbicas – a partir das teorizações sobre juventudes, bem como pesquisas que trabalhem em conjunto com a etnografia virtual e entrevistas como metodologia. Essa escolha foi selecionada entendendo a importância de priorizarmos as narrativas dos sujeitos estudados – nesse caso, jovens lésbicas – nas nossas pesquisas acadêmicas. A relevância política do estudo se evidencia no propósito amplo de contribuir para a visibilização das lutas lésbicas, dentro e fora das instâncias acadêmicas.

A pergunta sobre as formas como as jovens constroem suas identizações em ativismos contra a lesbofobia me coloca como responsabilidade a atenção às suas narrativas, produzidas tanto em redes sociais virtuais quanto nas entrevistas que serão realizadas. Djamila Ribeiro, através do conceito de lugar de fala, nos apresenta a importância de romper com a narrativa dominante, evidenciando mulheres negras que, historicamente, estavam produzindo insurgências contra esse modelo, para assim partirmos de novas premissas para que se possa “desestabilizar verdades” (RIBEIRO, 2017, p. 17). De acordo com Ribeiro (2017, p. 17), “a voz da ativista não traz somente uma dissonância em relação à história dominante do feminismo, mas também a urgência por existir”. Nesse sentido, partindo da perspectiva da autora,

reafirmo a relevância política de se evidenciar as vozes e “escritas” de jovens lésbicas ativistas que utilizam o espaço *on-line* como forma de luta e resistência contra a lesbofobia. Assim como acredito que me identificar como mulher branca e lésbica ativista, dentro da universidade, também é uma maneira de situar o leitor a respeito da minha escrita. Através dessas produções, elaboradas principalmente por mulheres negras, é possível refletir sobre os privilégios que possuo por ter chegado neste espaço (a pós-graduação) e nele permanecer, bem como a importância de ser quem sou escrevendo sobre o que escrevo.

Os dados sobre o lesbocídio no Brasil, e os que abordam as outras violências sofridas por mulheres lésbicas em decorrência da lesbofobia, a serem abordados com profundidade no capítulo sete, demonstram como ainda é necessário que essa opressão seja discutida e evidenciada na maior parte dos espaços que frequentamos, porque são vidas de mulheres que estão em jogo cotidianamente e tais discussões não estão contempladas nos currículos da Educação Básica ou mesmo a nível universitário. Como lésbica, constantemente tive que ir atrás, por conta própria, de teoria e literatura lésbica, pois o espaço universitário ainda não valoriza autoras mulheres, autoras lésbicas ou LGBTQ+s e, menos ainda, autoras não brancas. Nesse sentido, outro ponto relevante desta pesquisa é a prioridade em acionar teoricamente autoras lésbicas, ou autoras mulheres, sempre que possível, privilegiando a discussão a partir da perspectiva de quem vive esta realidade e luta pela sua sobrevivência – nesse caso, inclusive, a sobrevivência epistêmica, visto que a história lésbica é invisibilizada, conforme evidenciado anteriormente. Assim, reforço a relevância de trazer as vozes de mulheres lésbicas, que não estão ocupando o espaço universitário, como forma de valorizar a luta dessas jovens e de ampliar o debate a respeito dos ativismos contra a lesbofobia para além do que já foi produzido academicamente, participando explicitamente da produção identitária.

3. Juventudes, mídias e ativismos

De acordo com Luis A. Groppo (2016, p. 388), nas pesquisas sobre juventude, uma das noções sociológicas apropriadas com sucesso foi a de que o jovem deveria ser promovido a sujeito social. Essa noção emerge como um contraponto à ideia do jovem como problema social, e reconhece o jovem como sujeito de direitos e com maior capacidade de ação social em relação às crianças. Para o autor, é possível afirmar que há um movimento de apropriação desta noção dentro da Sociologia da Juventude, a partir das obras de Touraine (1998) e de sociólogos da juventude e educação no Brasil como Juarez Dayrell (2003) e Paulo Carrano (2011). Para esses dois últimos autores, é necessário reforçar a ideia da juventude como tendo valor em si mesma, como um momento do percurso da vida com uma finalidade intrínseca, superando a noção de juventude como “etapa de transição” e considerando os jovens como agentes dos seus destinos (GROPPO, 2017, p. 168). Assim, de acordo com Groppo (2017), nessa perspectiva, se valoriza o que vivem e pensam os jovens, considerando-os como atores e sujeitos capazes de resolver problemas que possam aparecer diante de si e da coletividade a que fazem parte.

Para Dayrell e Carrano (2014), compreender os jovens apenas pelo fator idade – uma associação bastante comum – é simplificar uma realidade complexa e que envolve diversos elementos como a cultura, os contextos históricos e sociais, os condicionantes econômicos e os campos simbólicos. De acordo com Dayrell e Carrano (2014), é necessário considerar que as representações sobre a juventude, “os sentidos que se atribuem a essa fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos” (p. 110), logo, a juventude é uma condição social e, ao mesmo tempo, um tipo de representação. Isso porque, apesar de esses indivíduos passarem por transformações biológicas semelhantes de determinadas faixas etárias, vivem diferentes construções históricas e sociais que são relacionadas a esse tempo. Sendo assim, também não se deve reduzir a juventude a uma passagem, uma vez que ela constitui um momento determinado, assumindo uma importância em si mesma como um momento de inserção social; descobrindo-se e experimentando as possibilidades possíveis nas instâncias diversas da sua vida.

Ainda, para Dayrell e Carrano (2014), juventude é uma categoria dinâmica. Eles explicam:

As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, por exemplo) e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição dos diferentes modos de vivenciar a juventude. (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 112).

Dessa maneira, os entendimentos sobre juventude alteram-se no contexto das mutações sociais que ocorrem ao longo da história, assim, os autores afirmam que não há uma juventude, mas sim juventudes – no plural –, visto que os jovens experimentam esse momento da vida e o sentem de acordo com o contexto sociocultural no qual estão inseridos e, dessa maneira, vão elaborando seus modos de ser jovem. Esta noção dos autores, da diversidade de sujeitos que fazem parte da categoria juventudes, é o que orienta a análise desta pesquisa de mestrado.

Para os autores, a partir da década de 1990, no Brasil, as linguagens culturais (música, dança, vídeo) têm sido os mediadores que articulam os jovens que se reúnem para sociabilizar e se expressar publicamente, e também têm possibilitado que jovens se coloquem como produtores culturais e não só fruidores. Dessa maneira, para Dayrell e Carrano (2014), o mundo da cultura se estabelece como um espaço de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens demarcam uma identidade juvenil, assumindo o papel de protagonistas nos meios que pertencem. Os autores afirmam que “a condição juvenil é vivenciada por meio da mediação simbólica expressa nas mais diferentes manifestações culturais” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 115), isso porque, a partir dessas ações, os jovens constroem determinados olhares sobre si próprios e sobre os contextos que fazem parte, buscando visibilidade através da ocupação dos espaços públicos, se apropriando e transformando-os em espaços de uso coletivo.

A juventude é, dessa maneira, também caracterizada como uma etapa da vida na qual – a partir desses movimentos de ocupação do espaço público, ou da construção de uma visão outra sobre si mesmos por parte dos jovens – se inicia a participação política. Da mesma forma, com base na entrevista exploratória realizada com as três militantes de movimentos lésbicos brasileiros, referidas anteriormente, posso afirmar que isso se confirma na experiência dessas mulheres.

Neste sentido, convém retomar, de forma breve, um pouco de quem são as militantes participantes da pesquisa exploratória – nesta, são utilizados nomes fictícios para a

preservação da identidade e a apresentação completa está contida no capítulo sete desta dissertação. Paula, 25 anos, lésbica negra, mora em Porto Alegre (RS), desde 2019 integra coletivos lésbicos e uma rede de pesquisadoras e ativistas lésbicas e bissexuais. Amanda, 39 anos, também lésbica negra, vive em Recife (PE) e integra três coletivos lésbicos, um grupo de pesquisa universitário que discute – entre outros temas – a lesbianidade, e a rede nacional na qual Paula também está inserida. Por fim, Rosely, 49 anos, se intitula sapatão, é branca, mora em Curitiba (PR) e é militante de um movimento lésbico organizado, além de presidenta do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres em Curitiba.

A primeira militante, Paula, relata que iniciou sua atuação política aos 21 anos, em um coletivo que centra sua ação, principalmente, na saúde sexual lésbica. Ela o constrói, desde 2016, com outras duas colegas da universidade. Amanda também passou a buscar e a compor coletivos durante a sua juventude, mais especificamente, aos 22 anos de idade. Ela conta: *“Quando eu me assumi lésbica, em 2004, eu acho, aí em 2005 eu comecei a visitar alguns grupos, né, e fiquei muito interessada em participar dos espaços e tal”* [Amanda, abril de 2021], contudo, esses grupos eram majoritariamente LGBT+s, nos quais ela afirma ter sofrido machismo, inicialmente. Por fim, Rosely também iniciou sua trajetória nos movimentos sociais na sua juventude, aos 24 anos. De acordo com ela, *“a gente só veio a construir a Liga Brasileira de Lésbicas em 2003, eu estava já, na década de 1990, eu vinha militando nos movimentos pelos direitos humanos, né, (...) eu já tinha 24 anos de idade quando eu comecei a militar”* [Rosely, abril de 2021]. Diferente de Paula e Amanda, Rosely iniciou sua atuação política fora do recorte de militância LGBT ou lésbica, porém, todas as três entrevistadas afirmam que só ingressaram em coletivos ou movimentos após se identificarem e se assumirem como mulheres lésbicas.

Nessa perspectiva, a juventude é, então, caracterizada por ser o período da vida no qual os indivíduos buscam ingressar em movimentos e coletivos que promovam ações políticas e que sejam marcados também como espaços de sociabilidade. Para Karl Mannheim (1975 apud CORROCHANO et al, 2018), é a possibilidade de partilhar experiências comuns que define uma geração e não o nascimento em um mesmo período histórico ou o tempo cronológico. Porém, isto não representa a necessidade de orientações e posicionamentos comuns. De acordo com o autor, mesmo quando há conexões geradas pela posição geracional, não é possível identificar unidade em relação à política e à participação, visto que há outras posições sociais que atravessam as compreensões políticas, como classe, gênero, raça, entre outros. Assim, existe uma pluralidade decorrente das experiências juvenis em determinados

momentos históricos. Mesmo assim, para Mannheim (1961 apud GROPPPO; SILVEIRA, 2020) há um potencial renovador das juventudes nas sociedades modernas que habita, justamente, na possibilidade de estranhamento dos valores vigentes (comumente defendido pelas pessoas adultas) por parte dos jovens, que não os consideram mais adequados ao contexto sócio-histórico atual. Dessa maneira, as juventudes podem aderir a valores alternativos ou mesmo construir novos valores e podem, assim, iniciar a aproximação à vida pública e às lutas coletivas. Ainda, os movimentos sociais e coletivos podem ser espaços de sociabilidade para os jovens, além da turma de amigos, por exemplo. Ou seja, para Dayrell e Carrano (2014), a relação com os pares é fundamental para os jovens e é referência para as experimentações e descobertas desse momento da vida, possibilitando, inclusive, a construção da autonomia em relação ao mundo adulto. Além disso, os autores chamam a atenção para a presença da cibercultura cada vez mais marcante entre os jovens, principalmente no que tange ao uso das redes sociais que possibilitam essa interação com os pares. Tem-se, também nos espaços *on-line*, a constituição de relações expandidas, nas quais se agregam pessoas de diferentes localidades, estilos de vida, pertencas.

3.1. Espaços digitais presentes nas experiências das juventudes na atualidade

Seguindo a perspectiva de Dayrell e Carrano (2014), posso afirmar que o uso das redes sociais virtuais se faz cada vez mais presente na sociabilidade juvenil, pois permite interações entre pares em momentos nos quais a presença física não é possível. Assim, a sociabilidade se mantém constante e a nível global, possibilitando, inclusive, a promoção de ações políticas no campo dos enunciados e da comunicação (mídias), pois as trocas e debates se fazem de forma mais facilitada. Os autores afirmam que a sociedade planetarizada da qual fazemos parte tem como eixo fundamental a produção e circulação de informações e gera a exposição cada vez maior do jovem a universos sociais diferenciados e a espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes que passam a inferir nos processos identitários. Dessa forma, para os autores, a construção das identidades juvenis é um processo cada vez mais complexo que constitui o jovem como ator plural, com múltiplas identidades e produto de experiências de socialização em contextos sociais diversos –, ganhando destaque os que ocorrem nos espaços intersticiais dominados pelas relações de sociabilidade (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 124).

Assim, estudos recentes sobre juventude têm indicado a relevância de considerar os espaços digitais cada vez mais presentes nas experiências juvenis da atualidade, razão pela

qual estes espaços se tornam importantes fontes na produção de pesquisas acadêmicas. Considero importante trazer dados coletados por Luis C. Kubota et al. (2016) a respeito do uso de tecnologias da informação e comunicação por jovens do Brasil. De acordo com os autores, a partir de pesquisa empírica realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), intitulada “TIC Domicílios”, iniciada em 2005, a proporção de usuários de internet entre crianças e jovens se mantém acima da média da população brasileira – sendo que os jovens entram em contato com o mundo digital cada vez mais cedo e de forma mais intensa ao longo dos anos. Na pesquisa realizada no ano de 2013, os dados mostravam que 51% dos brasileiros eram considerados usuários da internet, essa proporção chegava aos 75% entre crianças e adolescentes (na faixa de idade entre 10 e 15 anos) e 77% dos adolescentes entre 16 e 24 anos (KUBOTA et al., 2016, p. 199).

Ainda em relação aos dados analisados por Kubota et al. (2016), os autores afirmam que a conectividade móvel às redes sociais é uma atividade mais relevante para os jovens do que para os mais velhos (no Sudeste, por exemplo, independentemente da classe social analisada – A/B, C, D/E com Ensino Médio – os jovens entre 16 e 24 anos representavam entre 86% e 88% dos usuários de redes sociais na internet, enquanto a faixa etária de 45 a 59 anos com as mesmas especificidades representavam entre 52% e 56%)⁹. Nessa perspectiva, os dados também mostram que a criação e compartilhamento de conteúdos na internet tem número mais expressivo nas faixas entre 16 e 24 anos (26,2%), em comparação com as faixas entre 45 e 59 anos (16,2%). Esses números demonstram como o mundo *on-line* está presente no cotidiano de alguns grupos de jovens brasileiros e a influência dessas interações nas culturas juvenis. Importante destacar que os números desta pesquisa também informam que 12 a 14% dos jovens do nosso país não são usuários assíduos da internet, provavelmente por consequência das desigualdades educacionais e sociais que enfrentamos, e que não pode ser ignorada nesta pesquisa – realço que aqui abordo segmentos específicos das juventudes que têm acesso a determinados recursos e que não enfrentam a omissão do Estado na garantia de seus direitos, como é o caso da população jovem encarcerada, por exemplo.

A partir da visualização desses dados e da compreensão de que uma parcela significativa da população juvenil brasileira vive interações *on* e *off-line*, trago as contribuições de Maurício Perondi e Maria Stephanou (2017) no artigo intitulado “Juventudes na atualidade: abordagens e conceitos” sobre a condição juvenil, e também de Carles Feixa

⁹ Informações retiradas da tabela de número 7, na página 215 (KUBOTA et al., 2016).

(2014) na obra “*De la generación@ a la #generación: la juventude en la era digital.*”. Os primeiros autores argumentam que há uma profusão de estudos sobre juventudes, tornando-se difícil pensar na condição juvenil sem considerar a interação com tecnologias de comunicação digital, como a internet. Citando Prensky (2001), Perondi e Stephanou, referem-se aos jovens nascidos no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, como “nativos digitais” – “aqueles que, desde a infância, estão em contato com diversos aparatos eletrônicos e imersos no mundo digital.” (p. 70). Esses jovens utilizam as tecnologias e, por meio delas, conformam uma cultura juvenil diferenciada. O segundo autor também estabelece uma relação geracional com os jovens nascidos na década de 1990, e que chegaram à juventude em torno de 2010, com a era digital e as redes sociais. De acordo com Feixa (2014), esta geração é denominada “Geração #” e viveu a consolidação das redes sociais durante a juventude, como Facebook e Twitter, nas quais muitos participam segundo afinidades sociológicas, ideológicas ou culturais e que, conseqüentemente, aumenta a capacidade de conectividade entre os usuários.

Feixa (2014) analisa os possíveis efeitos dessas interações para as juventudes, como, por exemplo, uma subjetividade que se cria na qual as conexões estão deslocalizadas, pois não é mais necessário estar reunido em um ambiente físico (*off-line*, portanto) para haver conexões entre os sujeitos, além de viverem microgrupos (locais, segundo afinidades) que têm na rede social seu espaço de comunicação, socialização e ação privilegiada. Ainda, o autor elenca a conversão de consumidor em, ao mesmo tempo, “*prosumidor*” – termo em espanhol, que remete a produtor de conteúdo. Esse novo papel que une a disseminação de aplicativos *on-line* e as ferramentas de colaboração, tem promovido o trabalho colaborativo na internet, que vai além dos interesses pessoais, transformando as redes sociais em locais de debate e ação virtual (FEIXA, 2014, p. 407). Nessa mesma perspectiva, Pinheiro e Machado (2019) afirmam que as interações midiáticas ocupam um lugar central para os jovens, dado o tempo dedicado por eles, diariamente, às redes sociais. Para os autores, a sociabilidade é algo bastante valorizado pelas juventudes, e as mídias se apresentam como uma arena significativa para isso, promovendo “certa ubiquidade do interativo, que passa a se infiltrar nos interstícios das práticas rotineiras e/ou institucionais” (PINHEIRO; MACHADO, 2019, p. 141).

Em contrapartida, apesar das análises apresentadas representarem certa parcela das vivências juvenis atuais, é importante não generalizar e não reduzir as múltiplas realidades a uma questão geracional. Entendo que essas teorizações se fazem relevantes para a compreensão do quanto há uma apropriação das ferramentas digitais em algumas existências juvenis, principalmente no que tange às populações invisibilizadas pelo discurso normativo e

hegemônico, e do quanto essa apropriação possibilita novas formas de viver o ativismo, por exemplo. Não há aqui a intenção de afirmar que as mudanças tecnológicas redefinem os sujeitos, mas sim que existe uma imbricação entre os mundos *on* e *off-line* que deve ser considerada em certas trajetórias juvenis e que produz distintas maneiras de encarar o tempo, as relações interpessoais, e repercute, conseqüentemente, nas novas formas de ativismo ecoando também sobre o mundo físico.

Nesse sentido, é significativo considerar a presença do mundo digital na vida e na ação política de alguns setores da juventude brasileira, sem generalizar essa presença na totalidade dos jovens que, em sua maioria, ainda enfrenta situações de desigualdade e de precarização do trabalho – como informam Lila C. da Luz et al (2021) com dados como a taxa de desemprego, que, no 2º trimestre de 2020, foi alta (29,7%) entre a população de 18 a 24 anos, por exemplo, além da dificuldade de muitos jovens de seguirem na escola durante a pandemia por falta de instrumentos para assistir às aulas, e uma sensação de incerteza quanto ao futuro para os de camadas populares, inibindo a construção de projetos possíveis. Mulheres lésbicas compõem a população juvenil brasileira e estão inseridas em contextos diversos, como os descritos, construindo possibilidades de existência que podem englobar o ativismo, por exemplo, e que recebem atenção nesta dissertação por representarem as novas formas de ação política dentro do campo dos movimentos sociais.

A partir das teorizações apresentadas, considero as redes sociais como uma das formas de mobilização política ativada pelas juventudes no tempo presente, e no que diz respeito às jovens lésbicas, um espaço possível de debate, discussão e visibilidade de pautas e demandas importantes para a coletividade. Trago as contribuições de José Machado Pais (2017) que, assim como Feixa (2014), discorre sobre as redes sociais e afirma que elas têm um papel importante na mobilização dos jovens, pois eles “interconectam-se, tecem tramas de cumplicidade, envolvem-se em novas formas de comunicação de suporte à participação cívica e política: websites, Facebook, blogs, fóruns, protestos *online*, etc.” (PAIS; MACHADO; OLIVEIRA, 2017, p. 311). Inclusive, para os autores, muitos questionam os interesses mercantis associados ao controle da informação digital, reivindicando a sua partilha como um direito universal.

Rossana Reguillo (2017), ao analisar os denominados “movimentos-rede” – como o “15M”¹⁰ na Espanha e o “Ocuppy”¹¹ nos Estados Unidos, por exemplo –, afirma que os movimentos nascidos naquele contexto são a expressão contemporânea de um mal estar coletivo acarretado, entre outros fatores, pela aceleração tecnológica e a globalização da cultura, que produz um espaço público cada vez mais multiescalar e globalizado, devido ao fluxo constante de informações e imaginários compartilhados. Dessa maneira, para a autora, há uma relação entre as tecnologias digitais e a esfera pública globalizada que configura um “novo” espaço de interpretação e interação que é caracterizado pela tensão entre os “lugares tradicionais e dominantes de fala” (REGUILLO, 2017, p. 90) e a emergência de novas vozes, perspectivas e formas de participação política. De acordo com a autora, uma das características principais deste “novo” espaço público é a multiplicação das vozes que assumem a primeira pessoa do singular e do plural (REGUILLO, 2017, p. 90) e que afirmam sua autoria sem pedir autorização, gerando a possibilidade de “ruptura” dos espaços de fala antes consagrados pela modernidade como centros de emissão dos discursos legítimos e únicos. Ainda, para Reguillo (2017, p. 91), os principais protagonistas dessas novas expressões de mal estar coletivo são os jovens que enunciam e se movem entre o digital e a rua, tornando seu desconforto audível e visível.

Para Reguillo (2017, p. 95), não se trata de defender a tecnologia, mas,

de entender que el capitalismo electrónico tiene fisuras y que no sólo produce patrones de consumo y nivelación de significados, sino que comporta la posibilidad (siempre infinita y no cerrada, tensa) de que sujetos diversos puedan comenzar a pensarse a sí mismos de maneras diferentes.

Nesse sentido, a articulação de um mal estar coletivo com um espaço “multiescalar” de ação possibilita que falas, antes invisibilizadas, sejam agora apropriadas e consideradas legítimas, inaugurando, de acordo com Reguillo, uma nova fase do ativismo e do protesto

¹⁰ De acordo com Almansa-Martinez e Torres (2016, p. 235), o 15M ou “movimento de los indignados” se estabeleceu em 15 de maio de 2011 na Espanha, uma semana antes das eleições municipais, e foi um movimento cidadão que promovia uma democracia mais participativa (como afirmavam) se afastando do bipartidarismo PP-PSOE e denunciavam o poder de instituições bancárias e financeiras, como o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, por exemplo. Foi característico deste movimento a utilização da rede social Facebook para manifestação de indignação e organização política. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139331/134672>. Acesso em: 10 jun. 2022.

¹¹ Para Couto (2013, p. 57), o Occupy nasceu em setembro de 2011 a partir da inspiração provocada pelos movimentos da Primavera Árabe, em 2010, no Egito, e os Indignados, em 2010, na Espanha. De acordo com os relatos do movimento, com a convocação publicada pelo Adbusters – grupo canadense composto por ativistas, artistas, escritores, estudantes, educadores, empresários que buscam produzir um movimento da era da informação – para a ocupação de Wall Street em Nova Iorque (EUA), centenas de manifestantes ocuparam as ruas de Wall Street e o movimento se difundiu em efeito viral, principalmente através da internet. Disponível em: <http://cp2.gov.br/ojs/index.php/PS/article/view/1311/962>. Acesso em: 10 jun. 2022.

social. Trago as observações da autora, porque considero importante a compreensão desse contexto específico: o “boom” dos movimentos juvenis entre os anos de 2010 e 2014 que foram caracterizados por esse espaço multiescalar *on* e *off-line* – na análise das ações políticas atuais, principalmente no decorrer da pandemia da Covid-19.

Acredito que essa “nova” fase do ativismo, inaugurada a partir de 2010, que utiliza a internet como também espaço de mobilização, propiciou que os sujeitos (principalmente jovens) encontrassem no mundo *on-line* a possibilidade de empreender formas variadas de ação política – sejam elas coletivas e aliadas às ações de movimentos sociais organizados, ou mais individualizadas na tentativa de trazer debates e movimentações para dentro desse espaço, visando um público mais global – que teve ecos no período da pandemia da Covid-19 e podem ser observados nas ações das jovens interlocutoras desta pesquisa. Em contrapartida, o período de 2020 a 2022, no Brasil, foi marcado pela intensa crise sanitária, pelo negacionismo – que gerou o atraso da vacinação em massa, bem como pela violência, e esses aspectos podem ser analisados como possíveis causas da retração da população na ocupação do espaço público e, em algum grau, de censura da fala. Além disso, a efervescência dos movimentos originados em 2010 geraram efeitos concretos na época (como, por exemplo, a revogação de aumento das passagens de ônibus) e, por consequência, foram severamente reprimidos pelos governos neoliberais – sobretudo no Brasil, com a tentativa de criminalizar os movimentos sociais, perseguindo militantes que estavam na linha de frente das mobilizações contra o aumento das passagens, por exemplo – e que também colaborou para o momento atual de medo e retração.

Assim, a partir da leitura dessa obra e da observação da nossa conjuntura atual, foi possível compreender de forma mais ampla o contexto no qual a atuação política *on-line* de algumas jovens lésbicas se constrói, principalmente durante um período de pandemia e de isolamento social, e sua forma de participação nos espaços públicos – sejam eles *on* ou *off-line*. A utilização da rede social Instagram por essas ativistas está inserida no contexto de 2010, observado por Reguillo, de fala em primeira pessoa e produção de ação política no espaço virtual quando elas trazem suas vozes – nunca escutadas nos locais antes consagrados como únicos emissores de discursos legítimos – para as redes. Há, obviamente, limites e tensões nessa atuação, como, por exemplo, os usos conservadores das redes sociais, a mercantilização de algumas pautas e, até mesmo, a violência contra as manifestações presenciais e remotas, porém, não se pode negar a possibilidade de construção de narrativas de si – principalmente para grupos marginalizados – que os “movimentos-red” propiciaram a

partir de 2010 e, especialmente, num contexto de isolamento social e de medo de ocupar as ruas.

Outro autor importante para esse debate é Manuel Castells (2013) que afirma que os movimentos sociais em rede, na atualidade, são amplamente fundamentados na internet, sendo esta uma das ferramentas de mobilização, organização, deliberação e tomada de decisão para os movimentos. Nesse sentido, é perceptível que o espaço digital se torne cada vez mais um lugar de mobilização política, seja de forma coletiva (através das páginas dos coletivos e movimentos sociais), seja de forma individualizada (através de perfis pessoais que abordam pautas específicas). Porém, importante destacar que, assim como afirma Castells (2013), a internet não é um componente suficiente para a mobilização política, ela é elaborada também fora do mundo virtual, através de ações políticas como protestos ou mesmo na construção cotidiana dos movimentos, por exemplo. Além disso, convém mencionar que as redes sociais também produzem outros desafios e nelas também se articulam “novos” racismos, machismos, LGBTfobias, a partir de amplas conexões e composições de forças. Não se trata, portanto, de um espaço horizontal no qual estamos isentos de relações de poder, de opressões, de jogos de força.

Nesse sentido, Caio B. Valiengo e Marília J. de Oliveira (2020) afirmam que há limites da rede – o alcance limitado da tecnologia no que tange às classes mais baixas e o surgimento das novas corporações midiáticas como a Google ou o Facebook que geram uma ilusão de liberdade na *web*, por exemplo – e esses limites devem ser considerados quando se pesquisa os ativismos *on-line*. Também há limites no sentido de apreensão das técnicas das redes sociais, principalmente em relação ao aumento do alcance de público. Para Mariana Z. Thibes et al. (2020), dominar a lógica das redes sociais demanda tempo, dinheiro e técnica e, por isso, embora seja mais democrática em vários aspectos, as redes virtuais também são um território de desigualdades e de poder. De acordo com os autores, há ainda outro elemento importante a ser elencado para a compreensão da grande disparidade existente no ambiente das redes sociais virtuais: a dificuldade de comunicação e diálogo com as bases e com um público mais amplo que não seja o que já segue e interage com as páginas.

Assim, afirma-se que há um potencial grande nesse ambiente (a possibilidade de maior alcance das postagens, ou mesmo a identificação coletiva), porém, como afirma Pais (2017), o acesso às redes sociais não se encontra democratizado e, dependendo do uso, inclusive, pode favorecer condutas alienantes. É importante não assumir uma perspectiva ingênua sobre o

acesso às redes sociais e o uso que se faz delas, uma vez que há limites importantes nas ações políticas no mundo *on-line*, principalmente quando estamos falando de um país como o Brasil – no qual mais de 51,9 milhões pessoas vivem abaixo da linha da pobreza¹². Tal como lembra Paolo Gerbaudo (apud ROMANCINI, 2020), o processo de identificação coletiva nas mídias sociais ocorre com a evocação de um “nós”, quando o indivíduo – ao aderir ou adotar outras identidades no seu perfil pessoal a favor de uma causa específica – está aderindo a essa coletividade. Porém, a identificação coletiva “só pode ocorrer onde haja pontos em comum passíveis de ser interligados. Onde existe uma dificuldade prévia de conexão, a rede se torna de pouca valia” (THIBES; PEREIRA; SEGURADO; CHICARINO, 2020, p. 69).

Ainda, é relevante trazer as contribuições de Marilia P. Sposito, Elmir de Almeida e Maria Carla Corrochano (2020) em relação ao ativismo LGBTQ+ e o espaço *on-line*. Para os autores – citando Nussbaumer –, o mundo virtual se apresenta também como lócus de reconhecimento e explicitação de identidades, atuando nos momentos de invisibilidade e latência (SPOSITO; ALMEIDA; CORROCHANO, 2020, p. 11) e, mesmo sendo provisória, a adesão aos espaços e comunidades virtuais permite romper o isolamento, “abrindo alternativas para as interações no mundo *off-line* e para a integração em atividades coletivas, podendo constituir nexos com o próprio movimento LGBTQ+ (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p. 11). Dessa maneira, a existência dos perfis de redes sociais em questão aqui – que trazem discussões a respeito de violência, saúde, identidade, etc. – permitiria romper com a solidão gerada pela falta de representatividade em outros espaços (graças às imposições heteronormativas) e possibilitaria a reflexão e a ação política dentro e fora do espaço virtual.

Em síntese, as formas de ativismo se pluralizam – não estão centradas apenas em práticas específicas –, articulando os espaços da vida cotidiana e as redes sociais virtuais, visto que a internet é também um espaço no qual se constroem as culturas juvenis contemporâneas, conforme Feixa (2014), Perondi e Stephanou (2017), citados anteriormente. Assim, posso aventar, conforme indicarei nas hipóteses apresentadas adiante nesta dissertação, que há uma intensa imbricação entre o ciberespaço e os outros espaços sociais

¹² De acordo com Carrança (2021), na matéria intitulada “Auxílio emergencial: Com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza”, para o portal BBC, em 2021, são consideradas pobres as pessoas que vivem com uma renda mensal per capita inferior a R\$ 469,00 por mês, de acordo com o critério adotado pelo Banco Mundial. Os considerados extremamente pobres são aqueles que sobrevivem com menos de R\$162,00 por mês. Ainda, afirma-se na reportagem que, em 2019, os brasileiros que viviam abaixo da linha da pobreza somavam 51,9 milhões, e em 2021 – pós pandemia do Coronavírus, o nosso país terá 9,1 milhões a mais de pessoas nessa situação. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56843399>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

cotidianos entre os jovens. Como afirma José Alberto Simões (2010), “o que se passa na internet só pode ser compreendido tendo por referência o que ocorre fora desta (em certa medida, vice-versa)” (SIMÕES, 2010, p. 24), logo, os espaços *on-line* e *off-line* são espaços que se misturam e se complementam, sendo o ciberespaço também parte constituinte nos modos de produção de identizações e de ação coletiva, na atualidade, e não apenas uma arena adicional ou acessória.

Uma característica importante dos ativismos em contextos digitais – e aqui especificamente de jovens lésbicas em seus perfis nas redes sociais virtuais – é a base narrativa das postagens que exploram diversos pontos das realidades dessas mulheres e trazem para o âmbito virtual as interpretações que estas têm de si, do seu cotidiano, do seu ativismo e da sua identificação. Acredito que a aproximação de outros sujeitos com estas narrativas possibilita romper com estereótipos e estigmas construídos historicamente na nossa cultura, além de proporcionar visibilidade e possível identificação para outras lésbicas, o que pode gerar mudanças que ecoam nos diversos espaços nos quais os indivíduos transitam – dentro e fora do mundo virtual.

4. Conceitos centrais da pesquisa

A questão central desta dissertação é analisar como jovens lésbicas constroem suas identizações em ativismos contra a lesbofobia, a partir das narrativas que produzem em redes sociais virtuais, trazendo, através das entrevistas, as experiências e realidades dessas jovens. Os referenciais teóricos dos quais parto para estas análises são, inicialmente, as reflexões sobre ações coletivas e os novos movimentos sociais, a partir de Melucci (2001), bem como as discussões sobre ativismo e coletivos. Em seguida, trago as teorizações de pesquisadoras lésbicas que abordam o tema da lesbianidade e da existência lésbica (WITTIG, 2012 [1970]; RICH, 2010 [1980]; FALQUET, 2004; 2012; LORDE, 2009 [1992]), que representaram a resistência do pensamento não normativo no século XX, no seio de discursos e teorizações científicas a respeito da anormalidade de práticas não heterossexuais. Na terceira seção deste capítulo, apresento a teorização de Angela A. Lorenzo (2012) a respeito da lesbofobia como opressão central vivida por mulheres lésbicas. Ao final, na última seção, são trazidos os conceitos de identificação e corpo, a partir do pensamento de Alberto Melucci (2004) e das contribuições de Luz Sanfeliu (2007) sobre o corpo lésbico – enquanto um corpo que fora historicamente território de confrontação social, de subversão e utopia.

4.1. Movimentos sociais, ações coletivas e ativismo

Na obra *A Invenção do Presente*, Alberto Melucci (2001) nos apresenta a teorização a respeito dos movimentos sociais e ações coletivas. Para o autor, movimento social, geralmente, se refere a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que internamente contém formas de ação, significados e modos de organização muito diferenciados, com os sujeitos investindo parte de suas energias para manter unidas justamente essas diferenças. Não há uma estrutura homogênea definida, pelo contrário, pois, para Melucci (2001), tais movimentos são fenômenos heterogêneos e fragmentados que destinam muitos dos seus recursos para gerir essa complexidade e diferenciação que os constitui.

Dessa maneira, o movimento social, como categoria de análise, é a expressão de um conflito, a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para controle e apropriação de recursos que são valorizados por ambos (MELUCCI, 2001, p. 35). Assim, o autor afirma ser necessária a verificação de três condições para análise de um movimento social: 1) a solidariedade; 2) a presença de conflito; e, por fim, 3) a ruptura dos limites de compatibilidade.

Em relação ao primeiro ponto, Melucci (2001) afirma que alguns fenômenos coletivos implicam solidariedade, ou seja, os atores têm a capacidade de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte de uma mesma unidade social. Há, então, no interior de alguns movimentos sociais mais estruturados, por exemplo, componentes de agregação que se manifestam nos rituais, na circulação dos símbolos ou nas manifestações de massa. Em relação ao segundo ponto, o autor afirma que alguns fenômenos sociais implicam a presença de um conflito, isto significa uma relação de oposição entre dois ou mais atores que desejam o controle de recursos dos quais ambos atribuem valor, através de um confronto. Porém, Melucci (2001) pontua que o conflito precisa ultrapassar os limites do sistema de referência, gerando melhoria da posição relativa do ator, ou a superação de obstáculos funcionais, ou mesmo a modificação das relações de autoridade para a sua caracterização. Por fim, em relação ao terceiro ponto, o autor afirma que alguns fenômenos coletivos comportam a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema de relações sociais no qual a ação se coloca, podendo gerar condutas desviantes ou a própria ruptura da ordem.

Nessa perspectiva, para Melucci (2001), a ação coletiva de um movimento social se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema no qual a ação se situa e é resultante dos objetivos, recursos e limites colocados. Ou seja, de acordo com o autor, a ação coletiva é uma orientação finalizada que se constrói por meio de relações sociais no interior de um campo de vínculos e de oportunidades. Dessa forma, os atores elaboram sua ação, combinada por orientações diversas, de forma coletiva (com atores múltiplos), sendo que os vínculos e oportunidades construídos dão forma às suas relações. Assim, os atores “produzem a ação coletiva porque são capazes de definir-se e de definir sua relação com o ambiente (outros atores, recursos disponíveis, possibilidades e obstáculos)” (MELUCCI, 2001, p.46), não sendo essa uma definição linear, mas produzida através da interação, negociação e oposição entre as mais diversas orientações, formando um “nós”. De tal modo, há a formação da identidade coletiva.

De acordo com Melucci (2001), os indivíduos e os grupos participam com a sua ação na formação da sua identidade – “que é o resultado de decisões e de projetos, além de condicionamentos e de vínculos” (MELUCCI, 2001, p.89). Há, dessa maneira, o reconhecimento da capacidade da ação por parte dos atores e isso constituiria a identidade do grupo. Ainda é importante mencionar que, desde a perspectiva do autor, a constituição da identidade coletiva tem um caráter contínuo, nunca tem fim e nem é um fato acabado; é constantemente construída e reconstruída nas ações coletivas, sendo motivo e resultado das

ações. A identidade coletiva é estabelecida como o resultado da construção de um “nós” em oposição a um “eles”. Na esteira desse pensamento, posso afirmar que a identidade das jovens lésbicas ciberativistas é formada tanto na experiência do movimento social, quanto em ações que elas vão mobilizando nas redes sociais, através do conteúdo que compartilham e das histórias que contam sobre si mesmas e sobre os outros.

A partir desses conceitos, posso afirmar que os movimentos lésbicos brasileiros são plurais, pois há diversidade em sua composição interna, e é por esse motivo que não podemos referenciá-los no singular e empregamos acepção plural. Isso porque são constituídos de lésbicas oriundas de localidades distintas, com recortes de raça/etnia, deficiência, classe, entre outros. Além disso, essas mulheres atuam de forma individualizada, ou dentro de coletivos, ou ainda, inseridas nos movimentos – sendo uma espécie de rede. Também há diferentes frentes de atuação, algumas delas em diálogo com o Estado (pré-golpe de 2016), com a inserção nos Conselhos Nacionais, outras confrontam políticas e ações do Estado, utilizando a estratégia da denúncia por entender que a alternativa é a ruptura com as práticas institucionais. Posso mencionar, ainda, a inserção acadêmica que tem, entre outros objetivos, o de produzir conhecimento sobre a população lésbica, bem como dar visibilidade às produções dessas mulheres que historicamente foram (e estão sendo) elaboradas neste espaço. Entendo que os movimentos lésbicos são compostos pela militância clássica, mas também por formas de ação políticas da atualidade, como é o caso dos coletivos e do ativismo *on-line*.

Assim, para seguir a reflexão sobre movimentos sociais, militância e ativismo, trago a discussão a respeito do conceito de ativismo a partir de Andre Luis L. de F. Sales (2019), no artigo intitulado “Quais as diferenças entre os termos militância e ativismo”, publicado pelo Nexo Jornal¹³. Para Sales (2019, *on-line*), militância e ativismo são metodologias usadas com o objetivo de “agir em conjunto para interferir nas normas”, contudo, elas são diferentes e produzem efeitos distintos. Como afirma o autor, é a partir das Jornadas de Junho em 2013¹⁴ que, no Brasil, a palavra ativismo passou a fazer parte do vocabulário político brasileiro. Tem como características principais: o fato de que as decisões e as lideranças são partilhadas entre muitos; novas tecnologias dão corpo às ações dos sujeitos; os ativistas contam com redes de modelo organizativo estratégico e valorizam a agência; a criatividade; e, ainda, dão

¹³Artigo disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/academico/2019/02/27/Quais-as-diferen%C3%A7as-entre-os-termos-milit%C3%A2ncia-e-ativismo#section-9>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

¹⁴Jornadas de junho de 2013 é o nome dado a uma série de mobilizações de rua, ocorridas de modo síncrono em diversas localidades do Brasil no mês de junho do ano de 2013. Estes movimentos tiveram início com a onda de protestos contra o aumento da passagem de ônibus. Em algumas capitais, registrou-se uma participação massiva de pessoas, em grande parte mobilizadas por meio de redes sociais virtuais.

importância às necessidades singulares imediatas. O ativismo se caracteriza, então, como uma pertença singularista e múltipla, com horizontalidade nas escolhas das decisões e o reconhecimento das necessidades singulares imediatas. Diferentemente do conceito histórico de militância que, de acordo com o autor, “privilegia estruturas organizativas centralizadas funcionando segundo lógicas militares e produz, naqueles que fazem uso dela, uma moralidade rígida semelhante a demandada aos soldados durante as guerras” (SALES, 2019, *on-line*), o que requer disciplina, valorizando a centralização e a heteronomia.

Para além da discussão de Sales (2019), ao longo da escrita desta dissertação, e durante os diálogos com as jovens ativistas lésbicas, percebi a utilização tanto da palavra “ativismo”, quanto de “militância” nas suas narrativas, quando abordavam suas trajetórias. Estas eram empreendidas pelas entrevistadas como sinônimos quando o assunto era a sua própria atuação. Porém, considero importante ponderar que há uma discussão e uma tensão dentro dos próprios coletivos e movimentos a respeito desses dois termos e sua utilização no cotidiano da ação política. Um exemplo disso é o material organizado pelo setor de tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Rio Grande do Sul (MTST-RS) – presente nos anexos (Anexo 2) desta dissertação – que aborda a diferença da atuação dos sujeitos considerados “militantes”, “ativistas”, “apoiadores” e “simpatizantes”¹⁵. De acordo com militantes do MTST, há responsabilidades e papéis diferentes para os sujeitos que querem se inserir no movimento, exige-se tempo e dedicação para uma construção coletiva, por exemplo. Nesse sentido, posso afirmar que não há uma definição exata do que é ser militante ou ativista, sendo este um debate em curso, tanto no meio acadêmico, quanto nos próprios movimentos sociais. Por esse motivo, opto por denominar as interlocutoras desta pesquisa como “ativistas” por compreender que suas pertencas são diversas – algumas atuam em coletivos, outras apenas de forma *on-line* – e podem ser analisadas com um grau de flexibilidade e horizontalidade, além de serem mais individualizadas, em alguns casos. Além disso, opto por esse termo também por observar que ele foi o mais utilizado por elas durante as entrevistas e, também, nos textos elaborados nas suas redes sociais virtuais.

¹⁵ A partir do documento escrito, posso entender que há uma compreensão geral de que nem todas as pessoas que se colocam como aliadas na luta pela moradia são, de fato militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, pois existem níveis de participação e de envolvimento diferentes. De acordo com o documento, os “ativistas” são os indivíduos que apoiam as iniciativas do movimento, mas que também se somam à luta – isto é, participam das atividades propostas como, por exemplo, os protestos de rua, os mutirões, os debates, além de compartilharem os posicionamentos do movimento e podem, ou não, colaborar financeiramente. Em contrapartida, os “militantes”, na perspectiva do MTST, são os sujeitos que compreendem que os problemas sociais não serão resolvidos apenas com contribuições pontuais, e, por esse motivo, decidem se organizar e dedicar parte da sua vida para a luta e tudo o que ela traz. O militante, então, não só está presente nas atividades, como ajuda a construí-las, tem uma rotina no movimento e se coloca na linha de frente por um objetivo maior.

Em relação aos ativismos, Caio B. Valiengo e Marília J. Oliveira (2020) abordam os grupos denominados “coletivos”, devido ao uso que fazem das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) e suas formas de organização horizontais. Para os autores, há uma pluralidade de grupos que se autodenominam como coletivos, além de uma diversidade de experiências, e esses fatores dificultam a elaboração de uma definição conceitual que permanece ainda em construção, diante da complexidade desse fenômeno. Além disso, de acordo com os autores, um dos principais usos estratégicos que os coletivos fazem das TDICs é o fomento e a circulação de conhecimentos, experiências e conteúdos temáticos que dialogam com os seus campos de atuação (VALIENGO; OLIVEIRA, 2020). Assim há a divulgação de conteúdos que compartilham seus valores e objetivos, reafirmando que as mídias digitais são também espaços de disputa política. Nessa perspectiva, posso afirmar que os perfis de jovens lésbicas que serão analisados nesta pesquisa, são também exemplos de ações políticas que caminham na mesma direção das realizadas pelos coletivos através da internet, utilizando o espaço virtual para compartilhar e divulgar conteúdos que abordam pautas importantes para a população lésbica, mas também que fomentam discussões a respeito de raça, classe, entre outras.

Valiengo e Oliveira (2020), citando Machado (2007), afirmam que as tecnologias proporcionaram a emergência de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo, como é o caso do ciberativismo, por exemplo. Valiengo e Oliveira (2020) afirmam que o conceito de ciberativismo aborda “novas formas de mobilização e ativismo, nas quais os indivíduos e grupos têm suas ações políticas potencializadas pelos ambientes midiáticos e descentralizados da internet” (VALIENGO; OLIVEIRA, 2011, p. 77), utilizando-se de plataformas de mídias sociais como Facebook, Twitter, Youtube e o Instagram. Para esses autores, é importante destacar que os usuários se tornam “ciberativistas” quando fazem o uso engajado e sistemático dessas ferramentas e não apenas quando as utilizam de forma cotidiana. Os autores recorrem a Moraes (2009, apud VALIENGO; OLIVEIRA, 2011) para afirmarem que a internet e as redes sociais têm um inegável potencial de multiplicar vozes, romper barreiras geográficas e temporais, garantindo pluralidade de informações e, dessa maneira, criando uma forma de comunicação na qual os usuários podem atuar simultaneamente como produtores, emissores e receptores de ideias e conhecimentos.

Na análise de Marília P. Sposito, Elmir de Almeida e Maria Carla Corrochano (2020), sobre a multiplicação e a emergência dos coletivos, o ativismo LGBTQ+ clássico é visualizado por vários desses grupos, atualmente, como um ativismo que desconsidera os múltiplos e

heterogêneos sujeitos que fazem parte da militância. Nessa perspectiva, os autores, a partir de Mendonça (2017, apud SPOSITO; ALMEIDA; CORROCHANO, 2020), salientam que as formas mais individualizadas de engajamento político estão próximas da formulação “singular-comum” e não da diáde “indivíduo-coletivo”. Logo, a partir das experiências individuais, encontram-se aspectos comuns nas várias outras experiências que compõem esses coletivos.

Para seguir pensando sobre a ação dos coletivos, trago alguns argumentos de Luis A. Groppo et al. (2019) quando analisam a configuração de um microespaço público estudantil, a partir da ação de três coletivos juvenis, na Universidade Federal de Minas Gerais, nos anos de 2016 e 2018. Convém mencionar que, naquele período, ocorreram ocupações de várias universidades públicas no Brasil. Em relação aos três coletivos, os autores afirmam que a grande maioria de seus integrantes e lideranças eram mulheres, havendo também um número expressivo de pessoas LGBTQ+ atuando neles. Conforme os autores, esses jovens se identificam com as chamadas políticas de identidade (relativas à raça, gênero e diversidade sexual) e anseiam que suas demandas realmente tenham centralidade nas elaborações de pautas e análises de conjuntura formuladas pelos coletivos e movimentos sociais (GROPPO et al., 2019, p. 1035), demonstrando o esforço conjunto em construir cada vez mais espaços políticos que reconheçam a heterogeneidade dos indivíduos e lutem contra as múltiplas opressões.

Em síntese, os ativismos lésbicos, dentro e fora dos movimentos sociais, são amplos e cada vez mais caracterizados pela heterogeneidade. Está inserido nesse contexto o ativismo de jovens lésbicas no espaço *on-line*, que se coloca como uma possibilidade dentro do contexto das ações políticas mobilizadas por mulheres lésbicas na atualidade. A atuação *on-line*, através das narrativas, principalmente, amplia possibilidades para os debates das pautas lésbicas, visibilidade das demandas e, ainda, a perspectiva da experiência singular, que, ao ser divulgada, pode se tornar comum, a partir da identificação e da referência que essas jovens podem representar para os sujeitos que entram em contato com seus perfis. Nesta pesquisa, estão em foco ativistas lésbicas que são jovens e que fazem uso sistemático, regular e engajado das redes sociais para combater a lesbofobia, direcionando sua atuação para este espaço, não sendo apenas uma utilização pessoal e cotidiana.

4.2. Teorizações sobre as lesbianidades

De acordo com Zuleide P. da Silva (2017, p. 76), lesbianizar a ciência é um ato político, visto que, assim, questiona-se o saber instituído e se produz conhecimento para as mulheres, para as suas lutas e se mantém como resistência frente à hegemonia heterossexual – ainda presente na academia. Nessa perspectiva, apresento as teorizações de autoras lésbicas que conseguiram falar sobre as experiências lésbicas dentro desse espaço que historicamente tentou invisibilizar e patologizar esses sujeitos.

Desde a década de 1970, Monique Wittig refletia sobre a heterossexualidade e sobre a mulher lésbica. Na obra *Pensamento Hétero* (1978), a autora analisa o pensamento hétero como um discurso que coloca a heterossexualidade como base da sociedade e, dessa maneira, oprime lésbicas e homens homossexuais, pois impede a fala (PEDROSO, 2020), pontuando que, a não ser que se fale nos termos estabelecidos pela norma, então não se deve falar. Nessa perspectiva, o “pensamento hétero” estabelece que homens e mulheres estão em complementaridade, em uma lógica baseada no processo biológico da reprodução, e de forma universal isso se aplicaria a todos os indivíduos, em todas as sociedades, em todas as épocas, colocando a heterossexualidade como obrigatória. Assim, na obra *Ninguém nasce mulher* (2012), Wittig questiona “o que é uma mulher?”, visto que, nesse sistema de complementaridade dos sexos existente na estrutura da sociedade patriarcal, o que torna alguém uma mulher seria a relação específica com o homem (o casamento, os trabalhos domésticos, por exemplo). Dessa maneira, para a autora, “o sujeito lesbiano não é uma mulher economicamente, politicamente nem ideologicamente” (WITTIG, 2012, p.3), uma vez que lésbicas escapariam da categoria mulher ao rejeitarem essa relação e, assim, não seriam mulheres.

Outra autora lésbica muito valorizada no que tange às teorizações a respeito da lesbianidade é Adrienne Rich, principalmente com o trabalho *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, originalmente escrito em 1980. Nele, Rich aborda a heterossexualidade e a coloca como uma instituição política que retira o poder das mulheres, além de gerar o apagamento da lesbianidade, principalmente na literatura acadêmica feminista. Para a autora, a heterossexualidade compulsória invisibiliza a existência lésbica, fazendo com que essa história não possa ser conhecida por outras mulheres, trazendo o pensamento inato de que “todas as mulheres são heterossexuais” e catalogando a lesbianidade como doença. Além disso, Assim, Rich (2010) afirma que a existência lésbica é uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado e um ato de resistência. Outra reflexão da autora é a de que existem diferenças entre a homossexualidade feminina e a masculina – embora ambas

sejam estigmatizadas –, a falta de privilégio econômico e cultural das mulheres em relação aos homens é um dos exemplos de Rich para explicar essa realidade. Para ela, a experiência lésbica é “(...) tal como a maternidade, uma experiência profundamente feminina, com opressões, significados e potencialidades particulares” (RICH, 2010, p. 37) e, ao tratar essas sexualidades como iguais, há o apagamento da existência lésbica.

A heterossexualidade compulsória, de acordo com a autora, também minimiza a identificação entre mulheres. Essa identificação, para Rich, “é uma fonte de energia e de poder feminino potencial” (RICH, 2010, p. 40) que abarca relações íntimas de amizade e de apoio psíquico e emocional que, em muitos casos, promovem uma sobrevivência vital para as mulheres. Essa dificuldade de identificação é causada pela exploração dos homens sobre os corpos, a sexualidade e o trabalho das mulheres, bem como do confinamento ao espaço privado. Dessa maneira, a autora afirma:

A negação da realidade e da visibilidade da paixão das mulheres por outras mulheres, da escolha das mulheres por outras como suas aliadas, companheiras de vida e de comunidade, ao se obrigar que tais relações sejam dissimuladas e até desintegradas sob intensa pressão tem representado uma perda incalculável do poder de todas as mulheres em mudar as relações sociais entre os sexos e de cada uma de nós se libertar. (RICH, 2010, p. 40)

Nessa perspectiva, há uma crítica ao movimento feminista que, de acordo com a autora, não problematiza ler, escrever e ensinar a partir de uma perspectiva não examinada da heterocentricidade (RICH, 2010, p. 19) e que poderia ser fôlego para um movimento de libertação. Enquanto uma das autoras precursoras à crítica em relação à falta de diálogo dos movimentos feministas com as pautas das sexualidades já na década de 1980 (LE MOS, 2019), Rich (2010), sugere uma ponte entre os movimentos lésbicos e feministas com o termo “continuum lésbico”. Este significa um vínculo exclusivo entre mulheres no compartilhamento de uma vida, dando e recebendo apoio prático e político e gerando uma identificação da mulher longe de obrigações como as do casamento, por exemplo.

Jules Falquet é outra autora relevante, e mais atual, que constrói estudos a respeito dos movimentos e lutas lésbicas. Na obra *Breve resenha de algumas teorias lésbicas*, Falquet (2004) buscou sintetizar e trazer visibilidade a algumas teorias e reflexões de lésbicas e seus movimentos em muitas partes do mundo, numa espécie de catálogo, abordando teorias diversas e até opostas. Outro trabalho de grande relevância da autora é o artigo “Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política”, no qual Falquet (2012) aborda o “lesbianismo feminista” para além das práticas sexuais, mas como movimento social que produziu – principalmente a partir das décadas de

1970 e 1980 – teorias que a autora considera que merecem mais visibilidade. É o caso do trabalho de Mathieu sobre a diversidade dos modos de conceituação das relações entre sexo, gênero, ou do coletivo Rio Combahee que buscou afirmar o entrelaçamento das relações de poder de sexo, raça, classe e sexualidade e as políticas de aliança que este e outros movimentos sociais adotam. Também traz as análises de Rich e Wittig (abordadas anteriormente) que, de acordo com Falquet (2012), possibilitam ir além das lutas pela transformação dos corpos e papéis sociais individuais, mas ataca direta e coletivamente a heterossexualidade como instituição fundadora das relações sociais. A autora, ao trazer todas essas teorias lésbicas, nos aponta a possibilidade de um trabalho interseccional que inclui a sexualidade como fator de opressão social.

Compreendo que a existência lésbica é singular, ou seja, há especificidades nos corpos lésbicos, e isso é algo que só foi possível de ser concluído a partir das teorizações de autoras como Audre Lorde. Lorde, em textos escritos na década de 1980, já afirmava que, como negra, lésbica, feminista e poeta, desde os anos 1960, ela foi triplamente invisibilizada – por sua cor, seu gênero e sua sexualidade – acrescidos de sua profissão. Para Lorde (2009), os ataques que lésbicas e homens gays sofrem são uma introdução aos crescentes ataques sofridos por pessoas negras que sempre são vítimas em potenciais. Assim, como afirma a autora,

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquias de opressão.¹⁶ (LORDE, 2009, p.22 – tradução livre, feita por mim).

Nesse sentido, saliento que a realidade de lésbicas negras é diferente da de lésbicas brancas, bem como a população lésbica deve urgentemente colocar o antirracismo como pauta de luta – junto da luta antilesbofobia, pois, como afirma Daiane de Jesus Oliveira (2019), a violência que mulheres lésbicas negras sofrem na nossa sociedade abarca, além da violência física ou verbal, a falta de visibilidade e acesso ao poder. Para esta autora, limitar o poder é uma das formas de fazer com que mulheres negras, principalmente lésbicas, continuem sem o registro da sua existência e sem atenção às suas pautas. De acordo com Oliveira (2019, p.

¹⁶Texto no original: “Within the lesbian community I am Black, and within the Black community I am a lesbian. Any attack against Black people is a lesbian and gay issue, because I and thousands of other Black women are part of the lesbian community. Any attack against lesbians and gays is a Black issue, because thousands of lesbians and gay men are Black. There is no hierarchy of oppression.” (LORDE, 2009, p. 22).

157), “quanto mais marcadores que oprimem uma pessoa, mais distante do ideal de sujeito aqueles corpos estão. Assim, se a mulher negra é o outro do outro como citou a autora Grada Kilomba (2010), a mulher negra e lésbica seria o outro, do outro, do outro, por ter uma tripla opressão na sociedade.”. Assim, Lorde (1984) afirmou a necessidade de se ouvir as palavras das mulheres, sobretudo mulheres negras, lendo-as, compartilhando-as e examinando-as em sua pertinência à vida, pois só assim é possível transformar a realidade de violência, silenciamento e invisibilidade a que estão sujeitos esses corpos.

4.3. Lesbofobia – mecanismo político de opressão, dominação e subordinação das lésbicas

Enquanto central para esta dissertação, a lesbofobia é um conceito elaborado e difundido por autores como Angela A. Lorenzo (2012), Daniel Borillo (2010) e Olga Viñuales (2002). Considero importante nesta revisão bibliográfica apresentar as definições para os autores citados, embora a teorização escolhida para o desenvolvimento da pesquisa seja o cunhado por Lorenzo (2012). A autora conseguiu trazer elementos importantes para a compreensão de como a lesbofobia se conforma e quais são as outras opressões que a constituem, como o machismo e a homofobia, por exemplo, destacando que é algo vivido especificamente por mulheres lésbicas. Ainda, a autora trabalha com a interseccionalidade das opressões, reconhecendo que um corpo é atravessado por mais de uma opressão simultaneamente, uma visão da qual compartilho e que será melhor explicitada nesta e na próxima seção.

Início esta seção trazendo a definição de lesbofobia para Angela Alfarache Lorenzo, no artigo intitulado “*La construcción cultural de la lesbofobia. Una aproximación desde la antropología*”, publicado em 2012. De acordo com a autora, a lesbofobia é uma construção cultural, um mecanismo político de opressão, dominação e subordinação das lésbicas na sociedade contemporânea. No núcleo da lesbofobia está o sexismo – no qual se articulam o machismo, misoginia e homofobia e, através dessa articulação, se estabelece um tipo de opressão estrutural inserida no contexto de um ordenamento sexual dominante que organiza as relações erótico-afetivas dos sujeitos. Nesse sentido, considera-se a heterossexualidade como natural, superior e positiva, em oposição a homossexualidade, antinatural, inferior e negativa. Porém, a lesbofobia é um tipo de opressão vivida apenas por mulheres lésbicas, pois é conformada tanto pelo machismo (inferioriza o feminino e coloca a mulher em condição de

subordinação em relação ao homem), quanto pela homofobia (trata a homossexualidade como desviante em relação ao padrão heterossexual). Nesse sentido, para Lorenzo (2012), a lesbofobia se estabelece a partir das características estruturais da sociedade ocidental e se organiza a partir de um sistema binário, hierárquico e excludente – somente os gêneros mulher e homem, correspondentes aos sexos feminino e masculino, respectivamente, são reconhecidos, havendo a hierarquização de um deles sobre o outro (acarretando na supremacia dos homens sobre as mulheres). Outro elemento que concretiza a lesbofobia é a hierarquização das sexualidades, uma vez que se reconhece o desejo heterossexual como único possível, pois entende-se que o homem e a mulher enquanto sujeitos se complementam. Assim, todas as outras práticas sexuais que não estão em conformidade com esse padrão são consideradas desviantes e estigmatizadas.

Nessa perspectiva, Lorenzo (2012) afirma que a lesbofobia, como efeito de relações sociais desiguais, se expressa a partir de quatro elementos: a não aceitação da diferença e a sua construção como desigualdade, a desumanização das lésbicas, a exclusão e a violência. No que tange ao primeiro elemento, a autora destaca que a construção da desigualdade é conformada pelo gênero e pela sexualidade, no caso de mulheres lésbicas. Elas são mulheres, logo, “inferiores aos homens” dentro da concepção hegemônica, e também se diferenciam em relação ao padrão heterossexual por se relacionarem com outras mulheres. Em relação ao segundo elemento, Lorenzo (2012) afirma que lésbicas são estigmatizadas e, assim, é retirado o caráter humano dessas mulheres, pois mulheres só são consideradas razoavelmente humanas se cumprem com determinados papéis – como o papel de esposa (a partir da heterossexualidade) e de mães. Sobre o terceiro elemento, a exclusão, de acordo com a autora, as lésbicas são excluídas do grupo dos indivíduos heterossexuais, do grupo formado por mulheres heterossexuais e, ainda, excluídas do espaço social e político de luta por seus direitos. E em relação ao quarto elemento, a autora caracteriza-o pela intersecção do machismo, da misoginia e da lesbofobia que coloca em risco a vida das lésbicas e se expressa na violência sofrida por muitas, cotidianamente.

Além de Lorenzo, Daniel Borillo, no seu trabalho intitulado “Homofobia: história e crítica de um preconceito” (2010), descreve a lesbofobia como uma especificidade, dentro do que ele denomina “homofobia específica”, caracterizada por uma violência particular definida “pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula as discriminações contra o gênero e contra a sexualidade.” (p. 27). Para o autor, as lésbicas foram historicamente menos perseguidas que os gays por terem sua

sexualidade invisibilizada – reflexo da misoginia, o que está no âmago da violência lesbofóbica. Borillo segue a mesma perspectiva de Lorenzo ao afirmar que o menosprezo masculino pela sexualidade feminina (incluindo da mulher lésbica, considerada inofensiva, de acordo com o autor) se transforma em violência quando as mulheres contestam a imposição de serem esposas e mães. Para o autor, esse ódio à mulher que contraria a imposição de gênero “transformou a mulher autônoma em uma lésbica e a própria lésbica em uma personagem invisível, discreta, simples vítima de um sentimento necessariamente passageiro” (BORILLO, p. 29-30) que pode ter reparação através da intervenção de “um homem de verdade” (2010, p. 30).

Outra autora que se debruçou sobre a análise da lesbofobia é Olga Viñuales, na obra “Lesbofobia”, em 2002. Viñuales (2002) afirma que a heteronormatividade é um sistema social, político, cultural e econômico imposto no capitalismo patriarcal e no qual se estabelece como única opção possível a heterossexualidade. Dentro dessa perspectiva descrita pela autora, e que conversa com os autores citados anteriormente, se pressupõe que o masculino e o feminino são complementários no que diz respeito ao desejo e, assim, há a imposição dessa sexualidade para todos os sujeitos. De acordo com Viñuales (2002), a lesbofobia é um produto desse sistema e mascara uma profunda misoginia, pois nega a possibilidade de experimentar a sexualidade e a feminilidade às mulheres, se não for sob a tutela do homem. A autora cita Nieto: “*En sexualidad, todo lo que no sea imposición, todo lo que se haga con el acuerdo de las partes, podrá mostrarse plural, heterogéneo, cambiante y diverso, pero no por ello debe ser negado, ‘medicalizado’, despectivamente ‘etiquetado’ y estigmatizado.*” (VIÑUALES, 2002, p. 7). Dessa forma, a perspectiva da autora nos mostra que é necessário ressignificar os corpos das mulheres longe de um padrão heteronormativo e misógeno.

Dessa maneira, é possível conceituar a lesbofobia como entrelaçamento da misoginia e do sexismo com a homofobia, como nos apontam as perspectivas dos autores apresentados. Essa opressão produz violências diversas contra lésbicas, que vão desde o assassinato até os estupros corretivos, hostilizações verbais, assédios sexuais e morais e a invisibilização. A compreensão da lesbofobia como opressão específica vivida por lésbicas, e suas consequências, nos contextos diversos vividos por essas mulheres, se faz essencial e central para esta pesquisa de mestrado, pois os ativismos aqui analisados, produzidos por jovens lésbicas, são parte da luta constante pelo fim da lesbofobia.

4.4. O conceito de identidade para Melucci

Para Alberto Melucci (2004), na obra *O jogo do eu*, a identidade surge com o questionamento sobre nós mesmos causado pela experiência da falta. O autor afirma que é impossível falar de necessidades puramente naturais na espécie humana a partir do momento em que podemos representar simbolicamente a falta – através da linguagem. A cultura é o universo simbólico no qual definimos as experiências fundamentais da falta, que, para o autor, são o limite, a morte e a alteridade.

Não existem necessidades biológicas que já não estejam organizadas dentro de uma linguagem e sejam parte das relações sociais, sendo assim, as nossas necessidades são produto da cultura e também resultado de uma construção social. De acordo com o autor, “a espontaneidade das necessidades primárias foi reprimida por uma sociedade que as obstaculariza ou constrange com os seus aparatos de controle” (2004, p. 40). Logo, para Melucci, vivemos dentro de relações de poder que não conseguimos eliminar (mas podemos mudar) e que são condição para a vida associativa. Está incutida nessa socialização a ideia de que todas as necessidades – incluindo as individuais – são políticas e o seu reconhecimento é condição para a participação na vida civil. Ao mesmo tempo, de acordo com o autor, a sociedade não pode substituir a natureza, uma vez que ela é o ponto de resistência contra as pressões externas e, nesse sentido, nossas necessidades são “o limite entre natureza e sociedade” (p. 43) e cabe a nós reconhecer e elaborar culturalmente esses sinais da falta.

Nessa perspectiva, é a partir da “falta” que questionamos quem somos. Logo, identidade, para Melucci (2004), abrange três elementos principais: continuidade de um sujeito que se conserva no tempo (independente das variações no tempo e adaptações do ambiente); também a noção de unidade (que estabelece os limites entre um sujeito e outro); e, ainda, a relação entre dois elementos (que é a capacidade de se reconhecer e ser reconhecido). Como afirma o autor, a identidade define a nossa capacidade de agir e de falar, permanecendo nós mesmos, mas nos diferenciando dos outros. É necessário que os outros também nos reconheçam, então ela depende do retorno de informações. Portanto, identidade, para Melucci (2004), é uma capacidade autônoma de produção e reconhecimento do nosso eu que possui certa semelhança e certa reciprocidade, pois nos percebemos semelhantes aos outros ao mesmo tempo em que somos capazes de afirmar nossa própria diferença como indivíduos. Existe um equilíbrio quando há a união da identificação (afirmamos o que somos e pedimos que sejamos reconhecidos pelos outros) somada à afirmação da diferença (nos distinguimos dos outros e pretendemos que essa diversidade seja reconhecida).

Ainda, é importante ressaltar que, para Melucci (2004), não há mais a possibilidade de pensar os sujeitos como entes dotados de um núcleo essencial, sendo preciso redirecionar a atenção para os processos pelos quais os indivíduos constroem a identidade. Para o autor, muitas identidades nos pertencem (a familiar, a social, por exemplo), o que ele denomina “multiplicidade do eu” – a identidade, então, se torna um processo de constante negociação entre as diversas partes do eu, tempos diversos do eu e ambientes ou sistemas diversos de relações nas quais cada um de nós está inserido. Logo, a identidade não é uma essência, mas um campo de ação, o que o autor denomina de “identização”. Nessa perspectiva, Melucci (2004) afirma que a participação em ações de mobilização coletiva e movimentos sociais assentam seus alicerces justamente nessa necessidade de identidade e contribuem para respondê-la.

No subtítulo seguinte, apresento a relação das representações sociais sobre mulheres lésbicas, compreendendo como as definições externas sobre esses corpos e a tentativa de controlá-los pode afetar (e pode ter afetado) os processos de identização de lésbicas ao longo da história.

4.4.1. O corpo lésbico como território de confrontação social e subversão

Para dar conta desta discussão, trago as contribuições de Maria Célia O. Selem (2007) a respeito das representações sociais sobre as mulheres lésbicas. De acordo com a autora, as representações sociais instauram o modelo binário do masculino e feminino e, assim, atuam na materialidade constitutiva dos sujeitos. Selem (2007), na minha perspectiva, está de acordo com Melucci ao afirmar que não há a possibilidade de um desenvolvimento do eu sem os outros e, por isso, a identificação com categorias já existentes possibilita ao sujeito forjar uma identidade, um eu. Dessa maneira, mulheres lésbicas internalizavam esse imaginário coletivo – construído principalmente a partir de parâmetros da heteronormatividade – e, em geral, não dispunham de outras representações possíveis sobre si.

Como escreve Nadia Nogueira (2005), ao analisar as condições subjetivas relativas à relação amorosa entre Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop, nos anos 1950 e 1960, evidencia-se a sensação de exclusão social, de se considerar de fato uma pessoa danosa para qual o sentimento de desejo e amor por outra mulher deveria desaparecer – visto que ninguém seria capaz de tão absurdo desejo – foi algo que perseguiu a grande maioria das mulheres lésbicas na época. De acordo com a autora, “o discurso penetrou no olhar que criaram sobre si, sentiram-se inadequadas, incorretas, que precisavam esconder seus sentimentos” (2005, p.

91). Nesse sentido, pode-se observar que as representações lesbofóbicas construídas pela Igreja e pela medicina, abordadas no capítulo dois desta dissertação, colaboravam na manutenção desse imaginário de ódio e repúdio às lésbicas – inclusive por elas mesmas – e foram (e ainda são) violentas e nocivas à subjetividade dessas mulheres. Contudo, importante pontuar também que, por meio de sua ação e inserção em grupos, coletivos, movimentos, espaços compartilhados com outras lésbicas, essas mulheres criam novas representações de suas práticas sexuais e afetivas, desvinculando-as dos conceitos de “perversão” e “patologia”.

Junto a isso é preciso reconhecer que o corpo é também uma instância importante na constituição das identidades, assim como a afirmação da lesbianidade. Nessa perspectiva, de acordo com Melucci (2004), por descendermos de uma cultura religiosa (cristã) na qual o corpo fora sempre relegado a áreas marginais, reduzido como instrumento para a atividade física ou para o trabalho, tudo o que se referia à ordem dos instintos, dos impulsos, ou das necessidades básicas do corpo era considerado suspeito. De acordo com o autor, "a herança deixada pela versão religiosa de possessão do maligno e do pecado ou pela versão puritana da moral burguesa apresenta os anseios do corpo como forças malignas e perigosas" (MELUCCI, 2004, p. 92), logo, interpreto que se esperava, ao fim da vida, a chegada ao paraíso e, para isso, o corpo não poderia ter cedido ao pecado – isto é, deveria ser controlado até a morte. Melucci (2004) ainda afirma que, mesmo com o decorrer das décadas e as transformações na cultura, há uma ambivalência no discurso sobre o corpo, pois ele é considerado tanto um corpo sujeito, quanto um corpo objeto – isto é, o corpo que somos e o corpo exposto a uma crescente ingerência externa, na ordem.

De acordo com Melucci (2004), todos os eventos fundamentais da nossa existência, na atualidade, que são relacionados diretamente com o corpo – como o nascimento e a morte, sexualidade e amor, saúde e doença, por exemplo – são regulados por critérios de normalidade impostos por intervenções médicas, modelos de consumo ou pareceres de especialistas. Simultaneamente, esse corpo do qual se fala é o *nosso* corpo, logo, representa a nós mesmos, sendo “o fundamento da nossa pessoa e o local de toda a energia e de toda a possibilidade de ação” (MELUCCI, 2004, p. 94). É através dele que nos afirmamos como indivíduos distintos e resistimos às pressões externas e, ainda, que vivemos a descoberta da relação com o outro, uma vez que ele é o “canal da nossa afetividade”.

Nesse sentido, Melucci (2004) aborda o controle do corpo feminino, a partir da intervenção do nascimento pela medicina. Para o autor, nas sociedades contemporâneas, o

nascimento deixa de ser um destino e passa a sofrer com a intervenção social e médica, tornando-se um campo de escolha. Há, atualmente, as técnicas de controle da fertilidade e as técnicas de intervenção sobre a gravidez (como os contraceptivos) e sobre o parto. Assim, os corpos femininos se tornam um espaço de possibilidade, de atenção e de escolha – pois gerar não é mais um destino fatídico, ao mesmo tempo em que, também os corpos femininos, podem se tornar “objetos colocados nas mãos de um poder externo, técnico e médico” (MELUCCI, 2004, p. 103) que os transforma em meros recipientes mais uma vez. Para além do corpo feminino, considero importante trazer a essa escrita mais um recorte importante, o corpo lésbico.

Luz Sanfeliu (2007), no artigo intitulado “*Sexualidades Femeninas al margen de la norma heterosexual*”, aborda como o corpo lésbico foi construído na cultura ocidental como um território de confrontação social, controle e subversão desde os séculos VII-VI a.C, em Grécia e Roma até a atualidade, demonstrando como essa existência foi sendo apagada e culpabilizada por séculos. Tal como afirma Sanfeliu (2007), entre os séculos VII-VI a.C a cultura grega considerava natural a existência de relações homoeróticas entre mulheres em alguns espaços especiais como os “*thaisoi*” – cultos religiosos – ou então nas instituições de iniciação feminina que eram pensadas para jovens solteiras que iriam se preparar para o casamento. Contudo, as leis escritas e os vínculos cidadãos foram conformando o corpo feminino como “reprodutor”, acarretando na exclusão das mulheres de toda forma de educação e na restrição do seu espaço ao âmbito doméstico. Assim, como consta no texto *O Banquete*, de Platão, de acordo com a autora, as mulheres que se relacionavam com outras mulheres tornaram-se “invertidas” ou “tríbadas” (mulheres selvagens, incontroláveis e perigosas) para a sociedade da Grécia Clássica, mesmo as relações sexuais entre homens permanecendo centrais na formação do cidadão. No que tange à sociedade romana durante a época do império, também foi designada às mulheres a condição exclusiva da reprodução e, assim, elas deveriam manter-se castas – se fossem solteiras ou viúvas, e fiéis se fossem casadas. A lesbianidade era descrita de forma pejorativa nessa sociedade, remetendo à masculinização dos corpos lésbicos¹⁷ e também era considerada contra a natureza e criminosa.

No século XII, a partir do direito romano e canônico, os teólogos escolásticos passaram a classificar as sexualidades consideradas antinaturais (lésbicas e homossexuais) como pecados, visto que os genitais femininos, por exemplo, eram considerados exclusivos

¹⁷Descrição da conduta e dos corpos das mulheres lésbicas exemplificada nesse excerto: “*se rapaban la cabeza, se adiestraban como atletas y vomitaban en la cenas tras haberse saciado de vino.*” (SANFELIU, 2007, p. 37).

para o uso dos homens. Sujeitos do mesmo sexo que mantinham práticas sexuais eram denominados “sodomitas” e entendia-se que estes violavam as leis da natureza e, por esse motivo, eram castigados de diversas formas – a retirada de membros do corpo e a morte na fogueira são exemplos. De acordo com Sanfeliu (2007), a partir do século XVI, iniciam-se as teorias a respeito da anatomia dos corpos – femininos e masculinos – e redescobre-se o clitóris. Os médicos europeus, então, passam a classificar o clitóris como equivalente ao pênis, afirmando que as mulheres que tinham relações sexuais com outras mulheres utilizavam-se desse “pênis invertido” para compor o ato, como afirma a autora: “*e nese contexto se comenzará a relacionar también en Europa la hipertrofia del clítoris y la sodomia*” (SANFELIU, 2007, p. 41). Por esse motivo, quando uma mulher era acusada de sodomia, ela era examinada por parteiras ou médicos que determinavam se ela era fisiologicamente capaz de cometer tal ato sexual, avaliando seu clitóris, e, caso ele fosse dilatado, a mulher era castigada ou poderia receber a sentença de morte por enforcamento.

Para Sanfeliu (2007), por três séculos a relação do tamanho do clitóris com as relações sexuais entre mulheres permaneceu viva no imaginário social, e a medicina ocidental seguiu descrevendo as “tríbadas” – mulheres que não eram consideradas femininas – como possuidoras de um clitóris maior do que o normal. Já no fim do século XIX, com o alvorecer do pensamento científico, a medicina e a psicologia se tornam protagonistas da ciência e passam a regular os corpos, classificando como “enfermidades orgânicas” as sexualidades não heterossexuais. Em relação às mulheres lésbicas, estas eram denominadas “pervertidas” e “invertidas”, e, como afirma a autora, foi a partir desse momento que o corpo lésbico patologizado foi objeto de uma representação “sócio-etiológica” (SANFELIU, 2007, p. 45). Tal representação tinha como finalidade controlar as sexualidades consideradas “perversas”, tendo como base a lei escrita do tratado científico. Assim, a ciência inicia um processo de estudos científicos que reuniam “provas” da anormalidade da lesbianidade, tendo como base mulheres internadas em manicômios e cárceres, classificando as “condutas” consideradas lésbicas como “anormalidades congênitas” – pelo psiquiatra Karl Westphal¹⁸, por exemplo.

Considero importante a contribuição de Melucci (2004) – exposta anteriormente no texto –, em relação aos corpos femininos, como um espaço de intervenção de um poder externo que é técnico e médico, pois, de acordo com Sanfeliu (2007), também eram

¹⁸ Ver, por exemplo, C. F. O. Westphal, o texto ‘Die Conträre Sexualempfindung: Symptom eines neuropathischen (psychopathischen) Zustandes’, Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten, vol. 2, 73- 108, mencionado em LOMBARDI-NASH, M. A. Sodomites and Urnings: Homosexual Representations in Classic German Journals. New York: Harrington Park Press, 87-120, 2006.

classificadas como “anormais” as mulheres que lutavam pela equiparação dos gêneros, mulheres que haviam cometido crimes e, ainda, mulheres que eram consideradas “loucas” – demonstrando como o controle dos corpos femininos pela medicina e pela ciência segue, desde o século XIX, até o contexto atual. Ainda em Melucci (2004), no capítulo da obra em questão que abrange “a cura” (capítulo VI “Do tomar conta de si”), o autor afirma que as relações sociais, atualmente, se transformaram em “problemas” ou em patologias, e assim, se difundem as intervenções terapêuticas nos mais diversos campos – como as relações sexuais, a família, a escola – e, nesses setores se multiplicam mensagens de alarme e as consequentes intervenções desenvolvidas para resolver esses problemas exaltados pelo próprio alarme. Assim, há o que o autor denomina “terapeutização do cotidiano”, visando à cura da vida que acarreta na fomentação do mercado de produtos e informações ligadas a saúde, e, ainda, amplia a área da percepção das patologias induzindo a uma leitura dos comportamentos e das relações, em consequência de padrões de normalidade e bem-estar. Esse fenômeno acarreta também uma situação de “auto-rotulagem”, como afirma o autor, na qual interiorizamos os critérios de definição externa e reforçamos o ciclo de dependência.

Penso que esses processos atuais, como a “terapeutização do cotidiano” e até mesmo a “auto-rotulagem” estão discursivamente vinculados a um pensamento religioso citado anteriormente, mas embasados, principalmente, pelo pensamento científico do século XIX que iniciou o movimento de patologização dos corpos na tentativa de controle destes, através da noção de “normalidade”. Hoje, mulheres lésbicas seguem tendo sua sexualidade questionada, apagada e discriminada e, ainda, são consideradas “não normais” por não corresponderem ao padrão heterossexual, considerado o “normal”. Mesmo com a mudança de discurso da psicologia e da ciência, considero importante salientar que a homossexualidade só foi retirada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 17 de maio de 1990¹⁹, ou seja, há apenas 31 anos – graças à luta do movimento LGBTQ+. Esses discursos e categorizações médicas mencionados por Sanfeliu (2007), no parágrafo anterior, afirmavam o caráter patológico da lesbianidade ao reforçar a norma heterossexual e a binaridade entre o “correto” (a heterossexualidade) *versus* “incorreto” (a homossexualidade).

Em relação ao conceito de “auto-rotulagem” cunhado por Melucci (2004), acredito que este possa ser também utilizado para abordar outro ponto trazido por Sanfeliu (2007), que diz

¹⁹Informação retirada do artigo de Carneiro (2015) intitulado “A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990)” publicado nos Anais do Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC, Brasil, v. 28.

respeito à apropriação de categorias culturais pelas próprias lésbicas. A autora afirma que, no que tange à identidade de mulheres lésbicas, no contexto dos séculos XIX e XX, a partir das classificações da medicina, cria-se uma categoria também cultural a respeito da lesbianidade, e, a partir disso, lésbicas passam a interpretar suas próprias experiências e se apropriar dessas definições para falarem de si mesmas.

A partir dessas apropriações, é possível perceber como os processos de identificação de lésbicas foram – e são – atravessados pelas construções sociais e também narrativas a respeito de seus corpos, suas práticas, sua sexualidade, suas existências. Nesse sentido, trago, no subtítulo seguinte, uma discussão sobre identificação e narrativização, a partir de Alberto Melucci (2001b) e Paul Ricoeur (2010).

4.4.2. *Narração e construção de si*

Como apresentado nos pontos anteriores, para Alberto Melucci (2004), a identidade é um campo de ação, um processo constante de negociação entre as diversas partes do eu, na multiplicidade que nos compõe. Na obra *“Vivencia y convivencia: Teoría social para una era de la información”* (2001b), o mesmo autor afirma que o termo “identidade” é essencialista – visto que este prevê uma estrutura estável, inacessível em uma sociedade complexa na qual não podemos mais nos identificar de forma constante diante da enorme variedade de possibilidades, contextos, tempos, mudanças. Nessa perspectiva, Melucci (2001b) elabora o conceito de “identificação” afirmando que somos nós, enquanto atores, que damos sentido àquilo que dizemos e fazemos; mesmo com processos de fragmentação e multiplicação de nossas identidades, seguimos nos referindo a nós mesmos como sujeitos de ação. O autor propõe pensar a ação como produção de sentido do que somos e fazemos, e esta ação é construída continuamente por nós, como indivíduos e como membros de coletividades. De acordo com o autor, *“Cada uno experimenta muchas caras de sí y muchos modos de pertenencia a una identidad colectiva”* (MELUCCI, 2001b, p.93) e, nessa multiplicidade, há, como dito anteriormente, a necessidade de se reconhecer e ser reconhecido pelo outro.

Partindo dessa perspectiva, avanço na reflexão a respeito da identificação, apresentando outro componente importante trazido por Melucci: a narrativa. Para o autor, na sociedade contemporânea, temos contextos cada vez mais construídos pela informação, difundida pelos meios de comunicação e internalizada pelos indivíduos, no que ele denomina “espiral interminável” – que relaciona os sujeitos e as informações, transformando a sociedade cada vez mais em signos e imagens. De acordo com Melucci (2001b), as atividades cotidianas dos

sujeitos estão pouco a pouco sendo afetadas pelas transformações na esfera da informação e passam a depender dela, inclusive no que tange às realidades experimentadas por eles. Além disso, o autor afirma que a produção, distribuição e controle da informação são as chaves dos processos sociais e que isto não está distribuído de forma igualitária nas sociedades, sendo o acesso ao conhecimento – a este tipo de código – o que configura as novas formas das estruturas de poder na atualidade e, assim, gera novos tipos de discriminação e conflito. Nesse sentido, a informação se tornou o recurso mais importante para pensarmos na dimensão reflexiva da ação social.

Com o advento da modernidade, para Melucci (2001b), os indivíduos passaram a pensar em si mesmos em termos individuais – sem esquecer o reconhecimento de seus vínculos e relações sociais, percebendo-se como ser social diferenciado. Isso foi possível pela produção e o consumo de massas, a generalização dos sistemas da informação, bem como a extensão dos direitos sociais e individuais a todos os cidadãos, permitindo aos sujeitos das sociedades contemporâneas se abrirem a autorreflexão e explorarem o potencial disponível para a individualização. Porém, como mencionado anteriormente, os recursos não são distribuídos equitativamente, o que faz nascer um novo nível de diferenciação social e novas formas de desigualdade relacionadas ao acesso assimétrico aos novos recursos para a individualização.–Dessa maneira, Melucci (2001b, p. 45) conclui: *“cuando se habla de sociedad de la información, se dice en realidad con otras palabras que la capacidad social de producir representaciones de del sí llega a ser un rasgo constitutivo de la acción social”*.

Então, de acordo com o autor, a ação social está marcada pela capacidade de intervir no plano das representações. Estas, por sua vez, incorporam discursos – o do próprio sujeito e/ou o dos outros. Assim, são os discursos e os textos que fornecem aos indivíduos recursos para a formação da sua identidade e, ao mesmo tempo, estabelecem seus limites (MELUCCI, 2001b, p. 93). A experiência de narrar é um elemento significativo da cultura contemporânea, pois se torna um dos modos de responder aos desafios da identidade, cumprindo as funções de definir fronteiras e, ao mesmo tempo, manter a continuidade – não como unicidade e nem em uma relação de causa e efeito, mas como possibilidade de reconhecer o fio que nos ata ao passado e ao futuro. Todavia, para Melucci (2001b), narrar não pode se dissociar das relações em que a prática se situa, ou seja, a narrativa se estabelece em certo contexto relacional, do contrário, pode se tornar apenas uma projeção, por exemplo.

Outro ponto importante elencado por Melucci (2001b), a respeito da narrativa, é que ela pede reconhecimento. Ao nos relatarmos, afirma o autor, investimos uma parte importante dos nossos recursos em nos construir como atores e em construir um sentido para a nossa ação. Nessa elaboração de sentido, há uma dinâmica do “eu-outro”, isto é, o reconhecimento, pois nossa imagem está sempre em relação a alguém. Seja na diferenciação do “eu” para o “outro”, seja na identificação, ou mesmo na tentativa de nos apresentarmos de forma compreensiva e coerente. Assim, para Melucci (2001b, p. 98), “*narrar es siempre un intento de co-fundir, es decir, de unir lo que está dividido y al mismo tiempo de plegar la experiencia a aquel punto de vista particular, irremediavelmente situado, que todo actor representa*”, e sendo a relação entre narração e realidade jamais algo transparente, ela sempre é problemática – visto que relatamos histórias, e relatos sempre apresentam incongruências e jamais preenchem o todo.

Seguindo na perspectiva de Melucci (2001b), considero relevante apresentar a teorização de Paul Ricoeur a respeito do papel da narrativa na construção das existências. Para Ricoeur (2010, p. 93), “(...) existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural”, isto é, o tempo se converte em “tempo humano” quando está articulado de modo narrativo, e a narrativa acaba por se tornar uma condição da existência temporal. Nesse sentido, Pinheiro (2017) explica que a narrativa para Ricoeur é compreendida a partir de uma tripla mimese: I, II e III. A mimese I corresponde ao momento pré-figurado da prática, ou seja, a interpretação dos signos da realidade experienciada; a mimese II ocorre na experiência do tempo simbolicamente configurado no conjunto narrativo; e, por fim, a mimese III é concretizada na comunicação com o outro, operada pelo interlocutor (ouvinte, leitor) ao apropriar o que foi narrado dentro da sua experiência. Esse processo demonstra que narrar exige competências complementares, isto é, ser possível dar sentido às ações e a capacidade de identificar as “mediações simbólicas” (PINHEIRO, 2017, p. 38) destas. Assim, para o autor, quando elaboramos e/ou consideramos a narrativa, compreendemos os códigos e as estruturas nos quais ela se constitui e tem como condição para efetividade a pertença sociocultural.

Nessa perspectiva, compreendo que, para Ricoeur, através da narrativa, os diversos elementos que também compõem a experiência, como o tempo e a cultura, por exemplo, se preenchem de sentido para os indivíduos. É através dela que os signos previamente compreendidos e compartilhados nas relações são integrados e atualizados e há a necessidade

de reconhecimento pelo outro. Assim, a narrativa está marcada por uma identidade (“identidade narrativa”), isto é, o sujeito que narra importa, pois é quem dá sentido ao que produz, assim como o sujeito que escuta também importa, pois dá sentido ao que recebe. Para Pinheiro (2017, p. 41), “o autor situa a prática narrativa como produção cultural que se faz desde e para uma organização necessária do experienciar, do existir no transcurso e nos acontecimentos a tocar nossas sensibilidades”, dessa forma, a prática narrativa integraria a produção identitária, pois reorganiza a compreensão da realidade social e do experienciado. A narrativa, de acordo com Pinheiro (2017), dispõe um arranjo próprio compreensivo para os signos incorporados, visibilizando sujeitos, ações, lugares e relações que são articulados em um enredo imaginado constitutivo de um “si mesmo”, ou da “ipseidade”.

Em conclusão, Pinheiro (2017) explica que nosso cotidiano é repleto de narrativas, quando partilhamos conversas ou acessamos perfis em redes sociais, por exemplo, e através delas nos identificamos, nossos desejos são simbolizados, e, assim, nos elaboramos pessoas/grupos com itinerários biográficos. Ao sermos interpelados, fazemos uma narrativização para compreensão e apresentação de nós mesmos. Dessa maneira, para o autor, narrar elabora um fluxo reflexivo entrelaçado às questões existenciais que nos povoam, representando o empenho de articular a multiplicidade de elementos que fazem parte do campo de vetores da identificação. Essas múltiplas narrativas também podem se apresentar como provocações, e o ato narrativo serve para “marcar uma posição” frente a variedade e a incerteza. Nesse sentido, como afirma Pinheiro (2017, p. 56), “narrar não é somente tecer um depoimento, e sim um agenciar das experiências e, neste sentido, configura-se como exercício interpretativo-identitário, que comporta a apropriação de elementos de contexto (fatos e artefatos) para compor um enredo.”.

Resumidamente, tanto para Melucci, quanto para Ricoeur e Pinheiro, as identizações são formadas pela produção narrativa, mas estas não se restringem unicamente aos discursos – temos, por exemplo, as questões de classe, raça e etnia, geração, entre outras, que também participam destes processos. Para os autores, narrativização e identificação são formas de ação social que se interpenetram, em um processo contínuo e inacabado. Por fim, considero importante trazer um último ponto elencado por Pinheiro (2017), a respeito do processo da criação narrativa na pesquisa acadêmica. De acordo com o autor, o pesquisador, ao ter a intenção de trabalhar com narrativas, através das perguntas que carrega consigo durante todo o caminho, participa dessa criação narrativa. Nesse sentido, reafirmo a importância de tentar constantemente me posicionar enquanto lésbica e ativista, pois entendo que as escolhas feitas

por mim nessa trajetória de escrita – e de escuta – interferem diretamente na criação narrativa que se processa neste estudo, em conjunto com as interlocutoras deste trabalho, sendo o resultado final um diálogo entre essas várias narrativas.

5. Objetivos

A seguir apresento o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

5.1. Objetivo geral

Analisar como as narrativas construídas por jovens lésbicas em redes sociais virtuais constituem seus processos de identificação, considerando suas relações com os itinerários pessoais, as ações coletivas que integram e a luta contra a lesbofobia.

5.2. Objetivos específicos

- Observar como os movimentos lésbicos contribuem à participação política de jovens lésbicas, identificando quais as ações predominantes de militância e/ou ativismo mobilizadas;
- Analisar os itinerários de jovens lésbicas ativistas, examinando desafios e sentidos narrados que convergem para a participação contra a lesbofobia;
- Cotejar narrativas de itinerários e modos de participação em redes sociais virtuais, considerando interações e tensões entre ações coletivas e experiências singulares;
- Examinar as narrativas ativistas de jovens lésbicas, buscando discutir as identificações em curso e as possíveis estratégias comuns de articulação e cooperação na luta contra a lesbofobia.

6. Metodologia

A pesquisa em questão se trata de uma pesquisa qualitativa e exploratória, na qual cinco jovens lésbicas são as interlocutoras, cuja orientação epistemológica se direciona a compreensão do cotidiano e das individualidades, no aprofundamento daquilo que produzem como identidades e pertencas políticas. Nesse sentido, as narrativas elaboradas pelas ativistas são centrais para a compreensão das realidades descritas e analisadas, construídas em conjunto comigo, enquanto pesquisadora.

Parto da perspectiva de Alberto Melucci (2005) a respeito das mudanças da pesquisa qualitativa dentro da Sociologia e o que ele denomina de pesquisa reflexiva. De acordo com o autor, o objetivo da pesquisa social não é mais o de explicar uma realidade em si, independente do pesquisador, mas sim uma forma de “tradução do sentido produzido pelo interior de um certo sistema de relações sobre outro sistema de relações que é aquele da comunidade científica ou do público” (MELUCCI, 2005, s/p). Sendo assim, a pesquisa se apresenta como construção de textos que se referem a fatos socialmente construídos, tendo o pesquisador consciência da distância que o separa à interpretação da realidade – pois este é um tradutor de uma linguagem para a outra. Portanto, enquanto pesquisadora, construo e sou construída por esta pesquisa em colaboração com as jovens interlocutoras, sendo uma narrativa conjunta e coletiva de interpretação da realidade.

Assim, neste capítulo, apresento como iniciei o processo de interlocução na escrita – através do percurso de revisão de literatura, conhecendo outras pesquisas já elaboradas sobre o tema, e, depois, como se deu o diálogo com militantes de movimentos lésbicos de idades distintas para ampliar esta compreensão do campo. Por fim, explico a metodologia utilizada para a análise das narrativas das cinco jovens ativistas interlocutoras desta pesquisa, por meio de etnografia virtual em seus perfis no Instagram e, posteriormente, de entrevistas.

6.1. O percurso da revisão de literatura em bancos e catálogos *on-line*

No que tange à revisão de literatura acerca do tema, realizei uma pesquisa exploratória inicial utilizando nove palavras-chave em bancos e catálogos *on-line*, como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a plataforma Scielo e o Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: “lesbianidade”; “lésbicas”; “ativismo lésbico”; “lesbofobia”; “militância lésbica”; “ativismo *on-line*”; “jovens lésbicas”; “movimentos lésbicos”; “lesbianidade e juventude”; “ativismo sapatão”. Priorizei artigos, teses e

dissertações publicados após o início da década de 1990 até o ano de 2020 que abordassem especificamente lesbianidade, lesbofobia e militância/ ativismos no Brasil. Optei por este recorte temporal, pois a partir do fim da década de 1980 e início dos anos 1990 – com o processo de redemocratização do país pós-ditadura civil-militar – as produções sobre a lesbianidade e movimentos lésbicos começaram a ganhar espaço nas universidades brasileiras. De acordo com Santos, Souza e Faria (2017), com o surgimento de ONGs de lésbicas, na década de 1970, intensificado na década de 1990, houve o aumento das produções que falavam a partir do e sobre o universo lésbico, oriundo do processo afirmativo da identidade lésbica vivenciado nesses períodos. As autoras afirmam que historicamente “esse incremento nos trabalhos acadêmicos sobre a lesbianidade possui nexos com a autonomização do movimento lésbico em relação ao movimento homossexual ou da identidade lésbica em relação às outras identidades políticas” (SANTOS; SOUZA; FARIA, 2017, p.01). Nesse contexto, as ações das militantes eram voltadas à tradução de textos de autoras lésbicas de outros países (como os de língua inglesa ou espanhola) para o português, bem como a produção de boletins como, por exemplo, “ChanaComChana”²⁰ e o “Um Outro Olhar”²¹ escritos pelo GALF (Grupo de Ação Lésbico Feminista) – ações que posso considerar importantes para as publicações acadêmicas que viriam posteriormente, conforme discorri em parte anterior desta dissertação.

Para as buscas realizadas no banco de teses e dissertações da CAPES, utilizei os seguintes filtros disponíveis de modo a refinar meus resultados: teses e dissertações; grande área de conhecimento; área de concentração. A palavra-chave “ativismo lésbico” recuperou 1.762 resultados, sendo a grande maioria de dissertações de mestrado concentradas nas grandes áreas de: Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Ao utilizar os filtros referidos anteriormente foram encontradas 26 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado – nas áreas de concentração Educação e Sociologia. Esse movimento exploratório resultou em um grande número de trabalhos e, por isso, passei à leitura dos títulos dos trabalhos, de modo a selecionar aqueles que apresentavam aproximações com o meu tema.

²⁰ Sobre o Boletim ChanaComChana, de acordo com Lessa (2007), ele “foi lançado em 1982 e atravessou os anos 80, marcando a presença lesbiana no cenário da imprensa alternativa da cidade de São Paulo. O formato de Boletim facilitou a circulação e a reprodução do material, reduzindo o seu custo” (p. 109), o conteúdo transita entre textos que abordam o amor e a revolta contra o preconceito, bem como com a utilização do humor através de histórias em quadrinhos.

²¹ Em relação ao Boletim Um Outro Olhar, Lessa (2007) afirma que entre 1987 e 1993, este “torna-se mais uma nova possibilidade para as lesbianas comunicarem suas experiências por intermédio do jornalismo alternativo” (p. 122). Também produzido em São Paulo, ainda de acordo com a autora, o Um Outro Olhar teve a linha editorial voltada para o cotidiano das mulheres lésbicas, suas práticas na vida social, abordando sua presença no esporte, na saúde, na educação e na cultura urbana (LESSA, 2007, p. 122).

Deste processo, foram selecionadas 11 teses e dissertações, citadas no quadro de referenciais teóricos nos apêndices desta pesquisa.

No Scielo, utilizando a palavra-chave “lesbianidade” foram encontrados seis resultados, destes selecionei um artigo. Na busca pela palavra-chave “jovens lésbicas” selecionei dois artigos, dos 21 resultados obtidos. Nas outras palavras-chave, os resultados não contemplavam as minhas prioridades de pesquisa e, em alguns casos, a plataforma informou que não havia encontrado documentos na busca – como foi o caso da palavra-chave “ativismo sapatão”, por exemplo.

No site Google Acadêmico, a possibilidade de filtrar as pesquisas é muito escassa e os resultados são variados. Dessa maneira, como critério de busca, optei por selecionar resultados até a décima página, visto que cada uma me oferecia dez produções, gerando no total de busca de cada palavra-chave 100 resultados. Destes 100, foram selecionadas dez teses e dissertações e nove artigos, de acordo com os critérios estabelecidos por mim e explicitados anteriormente.

Além disso, também constam nesta revisão duas dissertações oriundas da bibliografia do “II Curso Feminismo Lésbico: Arcabouços teóricos metodológicos e produções brasileiras”, ministrado por Ana Carla da Silva Lemos (de forma remota) do qual fui aluna no primeiro semestre do ano de 2021. O resultado dos referenciais totalizou 23 teses e dissertações e doze artigos, estes estão apresentados de forma detalhada nos apêndices dessa pesquisa e, também, no quadro-síntese abaixo.

Palavra-chave	Base de dados	Número de obras encontradas
“ativismo lésbico”	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES / Google Acadêmico	- 05 teses/dissertações: 1) FERNANDES (2007) 2) LESSA (2007) 3) CARVALHO (2017) 4) PEDROSO (2020) 5) MOTTER (2018) - 02 artigos: 1) FERNANDES; LISSA; RODRIGUES (2020) 2) GREEN (2000)
“ativismo <i>on-line</i> lésbico”	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES / Google Acadêmico	- 01 tese/dissertação: 1) MEDEIROS (2017) - 02 artigos:

		1) ANDRADE; LIMA (2017). 2) AMORIM (2019)
“ativismo sapatão”	Google Acadêmico	- 02 teses/dissertações: 1) ALVES (2019) 2) SILVA (2017) - 01 artigo: 1) ALMEIDA; HEILBORN (2008)
“jovens lésbicas”	SciELO/ Google Acadêmico	- 01 tese/dissertação: 1) OLIVEIRA (2019) - 03 artigos: 1) MONTEIRO; MERCEDES (2013) 2) ZANETTI (2011) 3) DE LIMA (2015)
“lesbianidade”	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES / SciELO	- 01 tese/dissertação: 1) PAULINO (2019) - 01 artigo: 1) BORGES; SPINK (2009)
“lésbicas”	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES / Google Acadêmico	- 05 teses/dissertações: 1) MACIEL (2014) 2) FREITAS (2018) 3) MARINHO (2020) 4) SILVA (2019) 5) FORTES (2013) - 01 artigo: 1) LIEBGOTT (2020)
“lesbianidade e juventude”	Google Acadêmico	- 02 teses/dissertações: 1) BRAGA (2019) 2) VIGANO (2019) - 01 artigo: 1) MACHADO; FERRARI (2020)
“militância lésbica”	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES / Google Acadêmico	- 02 teses/dissertações: 1) LEMOS (2019) 2) PIASON (2013) - 01 artigo: 1) CILENTO; GARCIA; FREITAS (2020).
“movimentos lésbicos”	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES / Google Acadêmico	- 04 teses/dissertações: 1) SILVA (2010) 2) SELEM (2007) 3) NAZARÉ (2013) 4) OLIVEIRA (2015)

6.2. A saída a campo através da etnografia virtual

Em relação à saída de campo e coleta de dados desta pesquisa, articulei duas estratégias principais. A primeira envolve um mapeamento *on-line* de perfis de jovens lésbicas na rede social Instagram, que utilizam seus perfis como espaços para a ação política em combate à lesbofobia. A segunda estratégia diz respeito à realização de entrevistas narrativas com as ativistas cujos perfis foram selecionados na primeira estratégia. As entrevistas foram realizadas com o objetivo de compreender melhor suas experiências no ativismo lésbico, os motivos de exercerem a ação política *on-line* e a importância desse tipo de ativismo pra si e para população lésbica.

6.2.1. A etnografia virtual

A primeira estratégia metodológica foi realizada com um mapeamento *on-line* dos perfis das ativistas, através da etnografia virtual (HINE, 2004) durante os anos de 2021 e o primeiro semestre de 2022. Inicialmente, considero importante destacar alguns pontos a respeito da rede social virtual escolhida para a pesquisa. O Instagram, existente desde 2010, é uma rede social *on-line* gratuita de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários e que permite, também, a criação de *lives* de transmissão ao vivo na qual podem participar até dois usuários, sendo exibida para os seguidores de quem a iniciou (e que podem, posteriormente, ficar salvas no perfil da usuária). De acordo com Anna Carolina H. Amorim (2019), o Instagram possibilita a utilização de *hashtags* (#) que organizam e agrupam várias postagens de perfis diferentes em um único endereço. Além disso, a base de interações desta rede social está na existência de seguidores com quem é possível partilhar essas publicações. A autora ainda afirma que a utilização dessa plataforma pode ser feita por usuários de modo mais privativo (mantendo as contas fechadas para aqueles que não fazem parte da lista de seguidores), quanto para empresas ou sujeitos que estão interessados na publicização de eventos, palestras, venda e divulgação de produtos. Acrescento que esta rede social é muito utilizada por portais de notícias, ou mídia alternativa, para o compartilhamento de notícias e, ainda, por coletivos e movimentos sociais na divulgação de suas pautas, eventos ou para compartilhamento de informações.

Os perfis escolhidos foram encontrados através de indicações de sites de mídia alternativa, como Mídia Ninja ou Jornalistas Livres, que elaboraram postagens comemorativas durante os meses de agosto (Mês da Visibilidade Lésbica) e de novembro

(Mês do Orgulho Negro), recomendando perfis “para seguir e conhecer” – além de pesquisa através de contatos pessoais, pois conheço uma rede de lésbicas no mundo virtual. Valendo-me das informações obtidas no cruzamento destas diferentes fontes, encontrei quinze perfis nos quais todas as usuárias são jovens e se identificam como lésbicas nos próprios *usernames* ou descrição do perfil – às vezes com outros sinônimos da palavra lésbica como “caminhão” e “sapatão”. Há, também, outras pertencas sinalizadas nestas descrições como, por exemplo, raça/etnia e profissão, que apontam os espaços de ação nos quais elas transitam e a multiplicidade de suas pertencas. Não havia qualquer informação a respeito do nível de escolaridade das jovens em seus perfis virtuais e não foi algo que privilegiei durante o levantamento. Optei, durante a seleção, por aqueles perfis nos quais as jovens fossem brasileiras, se identificassem como lésbicas e também tivessem grande número de postagens sobre a pauta lésbica. Essas postagens são facilmente encontradas nos perfis, pois, normalmente, há uma referência textual ao tema, feita de maneira direta na imagem (como, por exemplo, “lésbicas não querem ser homens” ou “lesbofobia no esporte”), e também podem ser encontradas através da busca por *hashtags* (como, por exemplo, “#sapatão”, “#visibilidadelésbica”).

Dessa maneira, entrei em contato com as quinze ativistas, através de mensagem direta no Instagram ou por e-mail, buscando sondar o interesse na participação da pesquisa, além da solicitação de autorização para a seleção e análise de trechos das postagens e para a exibição dos nomes dos perfis. Obtive resposta de oito destas e, nas trocas de mensagens, conversamos sobre a pesquisa e a viabilidade da entrevista. Duas delas mostraram-se interessadas em fazer parte da pesquisa, mas não estavam com tempo disponível para agendamento de entrevista. Por essa razão, foram excluídas da seleção, visto que as análises desta pesquisa comportam tanto as postagens *on-line*, quanto narrativas orais. Outro caso foi o de uma jovem com a qual eu estava em diálogo constante por e-mail, porém, em um dado momento, não obtive mais resposta às mensagens enviadas.

Além disso, a opção por circunscrever o universo da pesquisa a cinco ativistas diz respeito, também, a um critério de viabilidade – considerando a quantidade de postagens nos perfis e o que demanda o processo de análise em profundidade dos dados *on-line* e de entrevistas dentro do tempo de um mestrado acadêmico. Sendo assim, as interlocutoras desta pesquisa foram: Bruna C., Bruna B., J Lo Kim e Sophia que são apresentadas no próximo capítulo desta dissertação.

Em relação à abordagem metodológica para análise das postagens, opto pela realização de etnografia virtual a partir de Christine Hine (2004). Para a autora, o espaço virtual (ou ciberespaço) e o cotidiano de outros espaços sociais não precisam ser vistos como lugares separados, pois a internet se conecta de formas complexas com os ambientes físicos – que facilitam o seu acesso e também se tornam dependentes de tecnologias que são apreendidas, incorporadas, interpretadas e adquiridas em seus espaços de ocorrência. Dessa maneira, é uma etnografia “*en lo virtual, de lo virtual, y a través de lo virtual*” (HINE, 2004, p.82)”, sendo o mundo virtual um espaço que faz parte da vida “real” através de interação mediada caracterizada pela autora como “*fluida, dinâmica y móvil*” (HINE, 2004, p. 81). A autora também argumenta que a cultura e a comunidade não são produtos diretos de um lugar físico, logo, a etnografia também não precisa ser, e “*el objeto de investigación etnográfica puede formularse, convenientemente, para centrarse en los flujos y las conexiones en vez de en las localidades y los limites como principios organizadores.*” (HINE, 2004, p. 81). Sendo assim, a etnografia virtual se faz adequada para o propósito de explorar as interações mediadas, pois é uma etnografia adaptável às condições que se encontra. Segata (2008) compartilha da perspectiva da autora afirmando que o ciberespaço não está separado da vida real das pessoas, e se faz como constructo comum e cotidiano.

No que tange a saída a campo – a observação dos perfis a partir da etnografia virtual, optei por analisar as postagens que foram publicadas desde a criação do perfil das ativistas – algumas o iniciaram durante a pandemia, portanto no ano de 2020, e outras em anos anteriores (2016 e 2018). Como seus perfis *on-line* também são perfis pessoais, há publicações de fotos íntimas – individuais ou entre amigos e família –, somadas a publicações que abordam temas políticos. A diferenciação dessas postagens se dá, principalmente, porque quando se referem a assuntos e debates sobre lesbianidade (ou outros temas políticos) as publicações textuais vêm acompanhadas de uma produção artística – desde ilustrações, até imagens com elementos de design gráfico (normalmente com uma frase ou questionamento). Dessa maneira, após a observação geral dos perfis, selecionei apenas as publicações referentes a discussões, reflexões ou debates políticos – excluindo, assim, as análises de postagens que são acompanhadas de fotos pessoais. Dos cinco perfis, 200 postagens foram selecionadas para análise, em média 40 por perfil. Isso porque algumas ativistas tem uma frequência menor de publicações, enquanto outras uma frequência maior. Dessas 40, realizei uma nova seleção, chegando ao número de 14 para análise minuciosa a partir dos três grandes eixos criados para esta pesquisa: 1) itinerários de vida, 2) ativismo *on-line*, 3) lesbofobia.

Para além da análise textual das postagens, debrucei-me também nas ilustrações e imagens que acompanham os textos das ativistas. Considero significativo que a etnografia virtual realizada nos perfis também compreenda uma análise das imagens criadas nas publicações, porque, como afirma Milton José de Almeida (2004, p. 8), apesar de termos, na nossa cultura, o texto escrito como referencial mais importante pela possibilidade de “voltar, pensar e refletir”, não podemos deixar de pensar que nós mesmos, em parte, estamos formando nossa inteligibilidade do mundo a partir das imagens e sons das produções (principalmente) do cinema e da televisão. Nesse sentido, atualmente, inclui-se também a internet – e as redes sociais, podem ser inseridas neste contexto, pois somos constantemente bombardeados com imagens e vídeos ao acessarmos sites e redes sociais que moldam nossa compreensão do mundo. A própria plataforma Instagram privilegia a imagem ao texto, sendo impossível a publicação de um texto sem uma imagem atrelada. Assim, partindo das teorizações de Gemma Penn (2002) e Roland Barthes (1964), optei por utilizar a semiologia para análise das imagens, ilustrações e desenhos nas postagens das jovens ativistas.

Para Penn (2002), a semiologia – ou semiótica, estuda o sistema de signos e suas ações, e abastece o analista com um conjunto de instrumentais conceituais com o objetivo de descobrir como os signos produzem sentido. A autora parte das teorizações de Barthes (1964) que compreende que as imagens, objetos e comportamentos nunca produzem significado autonomamente, pois possuem uma mistura linguística, isto é, o sentido de uma imagem visual é ancorado pelo texto que a acompanha e pelo status dos objetos, pois os sistemas de signos necessitam da mediação da língua que extrai seus significantes (na forma de nomenclatura) e dá nome aos seus significados (na forma de usos/razões). De acordo com Penn (2002), Barthes (1964) escreve sobre os “sistemas semiológicos de segunda ordem”. Para o autor, a partir da análise estrutural do signo, há a associação de significante e significado. Barthes (1964) chama de “denotação” o primeiro nível no qual o leitor “necessita somente de conhecimentos linguísticos e antropológicos” (PENN, 2002, p. 324), e o segundo nível é intitulado “conotação” e, neste, o leitor precisa de outros conhecimentos culturais para a compreensão – que o autor denomina de léxicos. De acordo com Penn (2002), Barthes define um léxico como uma porção do plano simbólico, isto é, da linguagem, que corresponde a um conjunto de práticas e técnicas, podendo ser prático, nacional, cultural ou estético. Sendo assim, ler um texto ou uma imagem é um processo interpretativo (PENN, 2002, p. 324).

Partindo dessa perspectiva, Penn (2002) indica cinco passos para a análise semiológica. O primeiro passo é caracterizado como o momento de escolha das imagens que serão analisadas, ocasião em que o pesquisador deve assegurar-se da disponibilidade do material, os critérios de seleção deste e a quantidade, levando em consideração o tempo de trabalho. No caso desta pesquisa de mestrado, o material estava disponível *on-line* nos perfis das ativistas, e os critérios de seleção das postagens e a quantidade foram informados acima neste capítulo. O segundo passo é descrito pela autora como um inventário denotativo, ou seja, um levantamento sistemático dos conteúdos literários do material, realizando anotações no material. Nesta etapa, elaborei uma tabela na qual há uma lista com os elementos, observados por mim, das imagens e ilustrações selecionadas – presente nos apêndices desta dissertação (Apêndice E – Quadro I). O terceiro passo, de acordo com Penn (2002), deve ser o momento de examinar os níveis mais altos de significação, questionando o que os elementos conotam, por exemplo, e identificando os conhecimentos culturais aos quais as imagens se referem e através dos quais são interpretadas. Durante esta etapa, ao elaborar as análises do material empírico nos capítulos a seguir, explicito alguns apontamentos acerca destes questionamentos e constatações. A quarta etapa caracteriza-se pela conclusão da análise, investigando se esta enfocou o problema de pesquisa; e, por fim, a quinta e última etapa é descrita pela autora como a fase de elaboração de um relatório. Em relação a essa fase final, o relatório foi construído como tabela e está apresentado de forma detalhada no Apêndice E (Quadro II) deste trabalho.

6.3. A entrevista exploratória com ativistas de movimentos lésbicos como parte da contextualização a respeito da luta lésbica no Brasil

Para a construção da problemática de pesquisa, elaborei a revisão de literatura (explicitada na seção anterior) em conjunto com entrevistas exploratórias com militantes de movimentos lésbicos de idades distintas, visto que estas mulheres também são especialistas no que se refere à luta lésbica e a atualidade dos movimentos. Estas entrevistas estão baseadas na teorização de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2005) – com três lésbicas ativistas de regiões diversas do país e de faixas etárias distintas, cujas contribuições foram inseridas anteriormente. De acordo com os autores, entrevistas exploratórias ajudam a constituir a problemática da investigação e têm como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado não perceptíveis ao investigador por si só, complementando as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras realizadas por ele anteriormente: “as entrevistas exploratórias servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho, e não

para verificar hipóteses preestabelecidas” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, s.p). Nessa perspectiva, as entrevistas ocorreram com o objetivo de complementar as teorizações que me aproximei no processo de escrita sobre os movimentos lésbicos. As três entrevistadas compõem coletivos e movimentos que atuam em diversos âmbitos da sociedade e realizam ações voltadas para a criação de políticas públicas e luta por direitos, bem como ações voltadas à denúncia de violências contra lésbicas e, ainda, de visibilidade às produções acadêmicas destas. Além disso, as entrevistas colaboram para compreender como estes grupos estão se articulando e mantendo sua luta na atualidade através das perspectivas e narrativas de quem faz parte deles.

Nesta parte do trabalho, apresento o perfil das militantes participantes da pesquisa exploratória de forma mais completa, para que seja possível compreender a importância desse diálogo com elas ao longo da escrita e, principalmente, a relevância da atuação dessas mulheres nos movimentos lésbicos brasileiros, hoje. Paula, lésbica negra, tem 25 anos e mora em Porto Alegre (RS), é estudante de graduação na área da saúde e integra dois coletivos lésbicos ativos e uma rede de pesquisadoras lésbicas e bissexuais, colaborou na construção da última Jornada Lésbica Antirracista em Porto Alegre, em 2019, e, anualmente, constrói o movimento feminista o “8M POA”²². A entrevistada afirma que percebeu ser uma mulher lésbica aos 15 anos e nunca sentiu a necessidade de assumir isso publicamente, pois foi algo que todo mundo “sempre soube”. Iniciou sua atuação política aos 21 anos em um dos coletivos que ainda integra atualmente e afirma que os movimentos sociais, mais especificamente os movimentos lésbicos, possibilitam o fortalecimento da luta das mulheres lésbicas, mas principalmente são espaços de muito aprendizado (como teoria lésbica, por exemplo) e de contato com pessoas que já estão na militância há bastante tempo, criando laços afetivos importantes que possibilitam, inclusive, a entrada em outros ambientes de militância – Paula afirma que, a partir da construção da Jornada Lésbica Antirracista em Porto Alegre, no ano de 2019, ela conseguiu se inserir em outros espaços que desde então ajuda a construir.

Amanda, 39 anos, é antropóloga e mora em Recife (PE), integra três coletivos lésbicos, um grupo de pesquisa universitário que discute, entre outros temas, a lesbianidade, e a rede nacional na qual Paula também está inserida. Ademais, Amanda constrói e ministra um

²² “8M POA” é a sigla do movimento feminista “Greve Internacional de Mulheres em Porto Alegre” que tem como uma de suas ações anuais a construção e mobilização de eventos no dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher, na capital do Rio Grande do Sul.

curso anual sobre Feminismo Lésbico. Ela relata que assumiu sua lesbianidade aos 24 anos e que não foi um processo fácil para a família, mas que hoje é algo superado. Iniciou na militância aos 22 anos, em movimentos e coletivos LGBTQ+, e considera de extrema importância a atuação dos movimentos sociais, pois eles contribuem na garantia de direitos, através da pressão e do diálogo com o Estado, para que se possam assegurar políticas públicas para parte da população que ainda está marginalizada na sociedade. Além disso, Amanda também afirma que a atuação política dentro da academia, através das pesquisas, colabora para a construção de epistemologias outras (ampliando olhares e levando autoras negras e lésbicas pra dentro da universidade), e também para levantar as bandeiras lésbicas nesse espaço, atuando politicamente.

A última entrevistada, Rosely, tem 49 anos, é branca e se identifica como “sapatão” (por não ser lida com a feminilidade padrão), mora em Curitiba (PR) e tem formação profissional em marketing. É articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), um dos maiores movimentos lésbicos brasileiros, além de integrar uma rede de pesquisa lésbica, e atua nos movimentos sociais há, pelo menos 25 anos. Assumiu sua lesbianidade aos 14 anos e, inicialmente, também não foi um processo fácil para a sua família. Iniciou sua atuação nos movimentos sociais aos 24 anos, em movimentos que lutavam pelos direitos humanos. Para Rosely, a existência e atuação dos movimentos sociais são fundamentais, principalmente em relação à participação ativa destes na busca por políticas públicas – e na sua fiscalização – e também na luta por direitos.

A partir das entrevistas exploratórias, foi possível visualizar a ação dos movimentos lésbicos também na atualidade, compreendendo que, desde 1970, o ativismo lésbico no Brasil se concretiza por meio de ações diretas, protestos em bares e nas ruas, produções de boletins, eventos para debate exclusivo das pautas lésbicas – em nível nacional e internacional²³, além de ações que visam à segurança de lésbicas vítimas de violência, a promoção de visibilidade às produções lésbicas, a elaboração de projetos que visam a obtenção de direitos para essa população, entre outras ações. Atualmente, o ativismo lésbico ainda vem sendo construído no espaço virtual. Esse diálogo entre passado e presente me ajudou a compreender os passos dados pelos movimentos lésbicos até aqui, a importância do conhecimento da história de luta e resistência desses movimentos (que não está acabada) e, principalmente, o fato de que a

²³ São exemplos, o Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE (SENALESBI, pós 2016), que teve sua primeira edição em 1996 e ocorre até hoje, e os Encontros Lésbicos Latino Americano e Caribenho, na década de 1970 (SELEM, 2007; SOARES; COSTA, 2011).

construção coletiva possibilita a nossa existência enquanto população lésbica. O ativismo lésbico é feito cotidianamente em coletividade, seja no seio dos movimentos, seja nas atuações em rede.

6.4. Entrevista Narrativa: o diálogo com as interlocutoras da pesquisa

Para dar continuidade ao trabalho de diálogo entre narrativas *on-line* e narrativas orais, realizei – como terceira estratégia metodológica – entrevistas com as interlocutoras desta pesquisa. O contato com as entrevistadas se iniciou em agosto de 2021 através de mensagem no Instagram, como informado na seção anterior. Nem todas me responderam prontamente, algumas só entraram em contato comigo meses depois e, assim, marcamos as entrevistas em dias e horários de acordo com a disponibilidade de cada uma. Utilizei como base as teorizações de Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (2002) a respeito da entrevista narrativa. De acordo com os autores, a entrevista narrativa é classificada como um método de pesquisa qualitativa, por meio de uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas que leva em consideração a narração elaborada pelo entrevistado como método de análise de um evento ou contexto sócio-histórico específico, com pouca influência do entrevistador – este deve ter uma escuta ativa sem a pretensão de comprovar ou julgar a veracidade do que foi dito, compreendendo que a narrativa expressa a verdade de um ponto de vista situado no tempo e no espaço.

Nessa perspectiva, para Jovchelovitch e Bauer (2002), contar histórias implica selecionar e ordenar acontecimentos e ações, compondo, assim, articulações novas e arranjos significativos. Dessa forma, os autores afirmam que o sentido não está no “fim” da narrativa, mas permeia toda a história, pois o sujeito a elabora conforme sua interpretação da realidade, com o que considera ou não relevante para a narrativa. Logo, todo o enredo é relevante para a análise. Além disso, é importante que os fenômenos sociais também possam ser interpretados e considerados através das histórias pessoais contadas pelos indivíduos, pois estas narrativas reconstróem acontecimentos sociais a partir de uma perspectiva que expressa um contexto social e histórico e, como afirmam os autores, representam o indivíduo (ou uma coletividade) e também o mundo além do indivíduo. Assim, os dados que são gerados em uma entrevista não devem ser valorados, compreendendo que os pontos de vista sobre os processos pensados ou vividos são plurais.

No que tange à análise dos dados obtidos a partir das entrevistas narrativas, Jovchelovitch e Bauer (2002) afirmam, a partir de Schütze (1977; 1983, apud

JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002), que são necessários alguns procedimentos por parte do pesquisador, são eles: a transcrição, a divisão do texto em material indexado e não indexado, a análise dos componentes indexados, a análise das dimensões não indexadas e, por fim, o agrupamento e a comparação entre as trajetórias individuais que leva à identificação de trajetórias coletivas. Em relação ao primeiro procedimento, os autores sugerem que as transcrições das entrevistas sejam realizadas pelo próprio pesquisador de forma muito detalhada. O segundo procedimento se refere ao estudo das entrevistas, com o objetivo de separar o material indexado e não indexado. De acordo com os autores, as proposições indexadas se referem a “quem fez o que, onde, quando e por que”, e as não indexadas expressam pontos para além dos acontecimentos, como juízos, valores e opiniões, por exemplo, além das reflexões a respeito do que é relatado. O terceiro procedimento, denominado por Schütze como “trajetórias”, pode ser definido pela análise do ordenamento dos acontecimentos para o entrevistado, a partir dos componentes indexados. O quarto procedimento se refere à investigação das dimensões não indexadas do texto, intitulada, também por Schütze, de “análise do conhecimento”.

Para os autores, nesta etapa, as opiniões, conceitos, teorias gerais, divisões entre o comum e o incomum devem ser a base sobre a qual as teorias operativas se reconstruem. A partir destas teorias operativas, se realiza a comparação com os elementos da narrativa, visto que elas caracterizam o “auto entendimento” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 107) do entrevistado. Finalmente, o quinto e sexto procedimento referem-se à análise entre as trajetórias individuais, que, através de comparação, são colocadas dentro de um determinado contexto em que se estabelecem as semelhanças, gerando a identificação das trajetórias coletivas.

Assim, realizei, entre os meses de agosto de 2021 e abril de 2022, cinco entrevistas narrativas em formato remoto – uma com cada ativista, através da plataforma Zoom. Iniciava o diálogo me apresentando e falando um pouco dos meus objetivos com esta pesquisa e, em seguida, propunha para as entrevistadas que me contassem sobre seus itinerários de vida. As entrevistas tiveram duração de, mais ou menos uma hora cada, e foram pautadas na escuta das histórias trazidas pelas interlocutoras. Por esse motivo, desenvolvi algumas questões norteadoras (que estão nos apêndices desta dissertação) que eram evocadas nos momentos que julguei adequadas – quando já não eram respondidas pelas ativistas, anotando em um caderno os pontos mais importantes que me foram úteis no momento de separação do material. Além disso, com a autorização delas, gravei as entrevistas e, posteriormente, transcrevi as falas para

estudo e análise dos dados de forma cuidadosa. O roteiro de questões foi elaborado a partir das leituras prévias das teorizações que guiam este estudo – identidade (MELUCCI, 2001), lesbofobia (LORENZO, 2012) e juventudes (DAYRELL; CARRANO, 2014), principalmente – e foram formuladas sete perguntas condutoras. Como afirmado anteriormente, nem todas as questões foram evocadas porque, muitas vezes, as interlocutoras já as respondiam ao longo de suas narrativas, bem como surgiram novas perguntas geradas por falas específicas de cada ativista. Nesse sentido, a condução da entrevista foi baseada na escuta e no mínimo de intervenção possível de minha parte, tentando priorizar o que as próprias falas das jovens traziam para elas mesmas ao longo da conversa.

Em relação aos aspectos de análise dos dados, inicialmente li todas as transcrições, elencando trechos e separando-os em tabelas correspondentes a cada entrevista. Em seguida, construí uma nova tabela, na qual dividi o material em indexado e não indexado – conforme Schütze, para, posteriormente, elaborar o procedimento intitulado “trajetórias”, no qual analisei a ordem dos acontecimentos, de acordo com cada entrevistada. Por fim, ao ler todo o material, busquei realizar a transposição deste modo de análise às postagens virtuais em tabelas organizadas por eixos de análises (esta tabela está presente nos apêndices desta dissertação).

Considero importante pontuar que, inicialmente, no projeto de dissertação, o objetivo da pesquisa era entrevistar seis jovens ativistas lésbicas, porém, dessas seis que estabeleci contato, apenas cinco seguiram em diálogo comigo e demonstraram interesse em participar da pesquisa. Tentei me comunicar com outras ciberativistas que havia encontrado no primeiro mapeamento de perfis, porém, muitas não correspondiam aos elementos de seleção escolhidos por mim – explicados na seção anterior, e outras nunca responderam minhas mensagens. Nesse sentido, esta pesquisa se construiu a partir das narrativas de cinco jovens ativistas lésbicas que possuem idades distintas, oriundas de regiões diversas do Brasil, com territorialidades e pertencas diferentes e com trajetórias políticas que se encontram em alguns momentos, mas também se particularizam. Seus itinerários são apresentados de forma detalhada no próximo capítulo desta dissertação.

Esta estratégia metodológica está ancorada em questões éticas relacionadas à integridade das participantes e, assim, as entrevistas ocorreram após esclarecimentos da natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos – baseados na Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Apresentarei o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) evidenciando que as entrevistadas estavam cientes do amparo e da responsabilidade legal que há nesse documento, bem como para fins de registro do consentimento. Durante o diálogo, busquei explicitar também as etapas do trabalho, bem como a exclusividade dos dados para fins de pesquisa, além dos direitos que as participantes possuem, baseado no art. 9º da Resolução 510/16. São eles:

- I - ser informado sobre a pesquisa;
- II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III - ter sua privacidade respeitada;
- IV - ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V - decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI - ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e
- VII - o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa. (CNS, 2016, Art. 9º).²⁴

²⁴ A respeito do item VII, esclareço que não houve despesas para as participantes, uma vez que as entrevistas foram realizadas remotamente, através de videochamadas *on-line*.

PARTE II. IDENTIZAÇÃO DE JOVENS LÉSBICAS ATIVISTAS

7. Lesbianidades e Movimentos Sociais

Na primeira seção deste capítulo, apresento aspectos históricos da construção social da lesbianidade no Brasil e na América Latina sem pretensão de exaustividade, tratando-se de uma tentativa de frisar aspectos sócio-históricos importantes à contextualização desta pesquisa e trazer dados mais recentes sobre as realidades lésbicas do nosso país. Em seguida, elaborei um levantamento histórico a respeito dos movimentos lésbicos brasileiros e, através de entrevista exploratória com militantes de idades distintas, busquei compreender quais são as principais frentes de ação destes movimentos hoje.

7.1. Apontamentos sobre a história da lesbianidade no Brasil e na América Latina

A sexualidade lésbica não existia, nem mesmo lésbicas. Essa palavra não foi usada habitualmente até o século XIX e era mais aplicada a uma série de atos do que a uma categoria de pessoas (NAPOLITANO, 2004, p. 4).

De acordo com a historiadora Cláudia Freitas de Oliveira (2015), a história das mulheres no Brasil foi secundarizada pela narrativa acadêmica tradicional. Somente a partir da década de 1980 os mais diversos tipos de mulheres passaram a ser objeto de pesquisas, gerando uma crescente e significativa bibliografia. Porém, para a autora, é ainda mais desafiador tematizar a mulher lésbica, visto que, na historiografia brasileira, há pouca documentação produzida – principalmente no que tange aos séculos XVI, XVII e XVIII – a respeito da homossexualidade feminina. Para Oliveira (2015, p. 3), a falta de interesse por particulares ou mesmo por instituições de pesquisar sobre mulheres lésbicas resultou “(...) em práticas de silenciamento e condição de sua invisibilidade maior ainda do que as conferidas às mulheres em geral”. Nesse sentido, a autora apresenta, a partir das pesquisas de outros historiadores, um panorama a respeito da presença lésbica na história brasileira.

Como afirma Oliveira (2015), no período colonial, a existência lésbica é registrada a partir da análise de documentação produzida pela instituição eclesiástica durante a instalação da inquisição no Brasil. Principalmente os processos abertos pelo Santo Ofício, instalado na Bahia e em Pernambuco²⁵, no período de 1591 a 1595, nos quais é possível verificar que, dos

²⁵ Os historiadores Luís Mott (1985) e Ronaldo Vainfas (2010) são os autores tomados como referenciais por Oliveira, que, segundo a autora, debruçaram-se, em suas pesquisas, sobre processos inquisitoriais contra mulheres denominadas “nefândas”, acusadas pelo crime de sodomia em processos abertos pelo Santo Ofício.

130 casos de sodomia²⁶ registrados como crimes envolvendo homossexuais, 29 foram praticados por mulheres (VAINFAS, 2010, apud OLIVEIRA, 2015 p. 3). Nesse contexto, havia a distinção entre dois tipos de sodomia, a própria (praticada entre dois homens) e a imprópria (a que ocorria entre duas mulheres), essa diferenciação ocorria porque o crime praticado entre duas mulheres era considerado de menor gravidade em comparação ao dos homens, por não haver penetração com pênis e nem ejaculação. Nesse sentido, é possível observar que, já nesse contexto histórico, a prática da lesbianidade não era considerada uma prática inteira e completa, fruto da misoginia da Igreja. Citando Luís Mott, Oliveira (2015) afirma que, em 1646, a prática sexual entre duas mulheres deixou de ser considerada crime e foi retirada da categoria de sodomia, passando a ser vista, apenas, como pecado mortal.

A referida autora também aborda o discurso médico e do direito brasileiros a respeito da lesbianidade, no século XIX. Naquele contexto, a medicina e o direito articulam-se ao poder da Igreja e passam a classificar a homossexualidade como doença – especificamente como doença mental (histeria, por exemplo) – e, dessa maneira, prescrevem supostos modos de correção por meio de tratamentos diversos (como a hidroterapia e a hipnose). Médicos como Leonídio Ribeiro relacionavam as “causas” da homossexualidade a problemas de ordem fisiológica relacionados ao desequilíbrio das funções endócrinas e seus tratamentos podiam incluir intervenções cirúrgicas como transplantes ovarianos ou testiculares (OLIVEIRA, 2015, p. 9). Havia, ainda, psiquiatras que afirmavam que a homossexualidade poderia ser evitada por meio de intervenções de caráter educativo, indicando-se, assim, que as escolas incluíssem temas moralizadores e de educação dos costumes relativos à sexualidade. Assim, é possível observar que, mesmo sob uma ótica racional e científica, predominam discursos que seguiam culpabilizando e punindo sujeitos homossexuais. Em relação às lésbicas, especificamente, a autora afirma que a ciência e o direito as interpretavam como “invertidas” e tentavam justificar as práticas sexuais entre mulheres como alternativas para “(...) romperem com a condição passiva de esposas e mães” (OLIVEIRA, 2015, p. 13) ou mesmo as explicavam como receio de gravidez, ou decorrência de fatores climáticos, de fatores hormonais (como menstruação ou menopausa) ou, como resultado de uma suposta influência da literatura moderna.

²⁶ De acordo com Zenaide Gregório Alves (2011), a homossexualidade recebe como sinônimo a palavra Sodomia, “(...) termo originado a partir do episódio bíblico que relata a destruição das cidades de Sodoma e Gomorra, a qual é atribuída de uma nova ressignificação, agora relacionada às práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, a partir do coito anal e que, para Tomás de Aquino, também está ligado a Luxúria, um dos sete pecados capitais” (ALVES, 2011, p. 5). A mesma autora afirma, ainda, que, no período Colonial, na Europa e no Brasil, a prática da homossexualidade era considerada um enorme pecado e quem a praticava estava sujeito a sofrer com punições severas como ser queimado na fogueira, por exemplo.

Nesse sentido, é possível afirmar que a história só tem conhecimento da existência de lésbicas porque, durante o período do Brasil Colônia, estas foram flagradas e condenadas pela Igreja Católica – punidas pela sua existência e, dessa forma, registradas –, e também porque foram objetos de pesquisas científicas e do direito nos séculos XIX e XX. Como afirma Oliveira (2015, p. 07),

A ironia de suas histórias é que se os processos não tivessem sido abertos, provavelmente, suas relações ficariam restritas ao universo do cotidiano e das relações de cunho privado e suas existências seriam muito mais difíceis de serem historicizadas.

Logo, a existência lésbica está marcada com o signo do sofrimento e da punição, ou seja, sendo o interesse registrar a lesbianidade decorrente de discursos que a enquadravam como anormalidade, desvio ou incompletude. Assim, nos registros históricos, a lesbianidade é caracterizada pela invisibilidade e pela dor.

Voltando meu olhar para um contexto mais atual, trago dados sobre a realidade lésbica brasileira, indicando que, nestes, o sofrimento ainda é protagonista, pois a violência e a morte seguem sendo o cotidiano de mulheres lésbicas em uma sociedade lesbofóbica, e, portanto, sexista, heteronormativa e misógina como a nossa. Destaco o documento denominado “Dossiê sobre lesbocídio no Brasil” (PERES; SOARES; DIAS, 2018a), o primeiro elaborado no nosso país sobre violência e morte de mulheres lésbicas que ocorreram entre 2014 e 2017. Os dados examinados no referido dossiê foram veiculados nas mídias, nas redes sociais e também foram divulgados por organizações lésbicas e LGBTQ+.

O conceito de “lesbocídio”, cunhado por Milena Peres, Suane F. Soares e Maria Clara Dias, designa “a morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (PERES; SOARES; DIAS, 2018a, p. 19). Conforme explicam as autoras, o termo lesbocídio é proposto “como forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia.” (PERES; SOARES; DIAS, 2018a, p.19).

As análises das autoras mostram que os números de violência contra lésbicas crescem a cada ano e, mesmo com a maior divulgação e multiplicidade de meios de acesso a dados,

segue sendo difícil fazer pesquisas e levantamentos a respeito do lesbocídio. Isso porque há casos que não chegam aos pesquisadores e pesquisadoras pois, muitas vezes, no momento após a morte, o círculo social da vítima oculta a informação de que ela foi lésbica em vida e que a morte pode ter sido ocasionada por esse motivo (PERES; SOARES; DIAS, 2018b). Ainda, para as pesquisadoras, é comum que os autores dos crimes de lesbocídio busquem expressar suas ações de forma que os favoreçam judicialmente e moralmente. Nesse sentido, assumir preconceitos significaria agravar a pena imputada e, por isso, os motivos declarados para os assassinos acabam por invisibilizar a lesbofobia. Outro fator importante destacado por Peres, Soares e Dias (2018b) é que as populações de menor representatividade social, normalmente, não conseguem a garantia de uma investigação qualificada, sendo os dados negligenciados e subnotificados. Soma-se a isso o fato de o Estado – em sua configuração hegemônica – ser uma entidade que promove a lesbofobia e representa a moral patriarcal, não colaborando para a tipificação dos crimes por lesbocídio (PERES; SOARES; DIAS, 2018b).

Considero relevante trazer dados a respeito das mortes de mulheres lésbicas, apresentadas no Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil (PERES; SOARES; DIAS, 2018a) entre 2014 e 2017, destacando especificamente as informações sobre raça/etnia dessas mulheres e também sobre a tipificação (conceito usado pelas autoras para classificá-las em feminilizadas ou não feminilizadas)²⁷. Em 2014 foram registradas 16 mortes de lésbicas no Brasil, dessas 53% eram negras e 47% não feminilizadas; em 2015 foram 26 mortes, dessas 38% eram negras e 48% não feminilizadas; em 2016 foram 30 mortes registradas, dessas 38% eram negras e 69% não feminilizadas; e, por fim, em 2017, foram 54 mortes registradas, sendo 45% dessas negras e 54% não feminilizadas. É possível observar que, nesse recorte temporal, o número de mortes registradas de mulheres lésbicas, na sua totalidade, foi aumentando na medida em que alguns casos ganharam maior proporção na mídia, como o caso de Luana Barbosa²⁸. Assim, embora subnotificados, os assassinatos dessa população acabaram adquirindo maior projeção nos portais de notícias.

²⁷Feminilizadas seriam as mulheres que são lidas socialmente em sintonia com a feminilidade padrão, enquanto que não feminilizadas seriam as que não utilizam esses signos que conformam a feminilidade padrão – podem ou não utilizar cabelos curtos, ou roupas do vestiário masculino. Isso é melhor explicitado no capítulo dez desta dissertação.

²⁸ Luana Barbosa, mulher, negra, mãe, lésbica, desfeminizada e moradora da periferia de Ribeirão Preto (SP) foi assassinada por policiais militares no dia 09 de abril de 2016. De acordo com Costa (2018, p. 75), na data em questão, no município de Ribeirão Preto, Luana foi abordada por três policiais e espancada na frente do próprio filho que tinha 14 anos. Em seguida ela foi internada, porém não resistiu aos ferimentos e faleceu quatro dias depois por uma isquemia cerebral aguda (causada por politraumatismo crânio-encefálico). Esse caso ganhou certa repercussão midiática, pois há um vídeo de Luana gravado neste dia e porque a família dela lutou pela visibilidade do seu assassinato buscando justiça. Como nos traz Costa, o motivo da morte de Luana foi porque

É perceptível, a partir dos dados reunidos no estudo das autoras que, ao longo dos anos, o número de lésbicas não feminilizadas assassinadas aumentou de forma significativa, isso porque lésbicas que não estão dentro do padrão considerado feminino são mais suscetíveis a sofrerem com a lesbofobia, pois são lidas socialmente como lésbicas, sem precisarem revelar sua sexualidade. Além disso, são alvos de outros tipos de violência como a agressão verbal, por exemplo, justamente pela facilidade de identificação, por outras pessoas, com a sexualidade lésbica e em função de estereótipos constituídos a partir de uma longa história de opressão.

Em relação às lésbicas negras assassinadas, por mais que os dados não demonstrem um aumento expressivo – em comparação com as mulheres brancas – considero importante trazer esses números porque elas são vítimas em potencial dentro de um país racista e de história colonial como o nosso. Neste caso, lésbicas negras são submetidas a uma dupla opressão, decorrente da pertença étnico-racial e da sexualidade – como discuto nos capítulos oito a dez desta dissertação. As mulheres negras são as que mais sofrem com a violência doméstica, por exemplo, e acredito que há subnotificação de suas mortes por estarem, muitas vezes, em contextos marginalizados da sociedade.

Outro conjunto de dados relevantes para esta pesquisa, e mais atuais, são os registrados no Relatório do Grupo Gay da Bahia denominado “Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil”, organizado por José Marcelo Domingos de Oliveira e Luiz Mott, em 2019. Os pesquisadores coletaram os dados através de indicadores produzidos pela academia, instâncias governamentais e pelo próprio movimento LGBTQ+. De acordo com o relatório, estima-se que existiam no Brasil, até 2019, cerca de doze milhões de lésbicas (6% da população). Em 2019, foram registradas 32 mortes de lésbicas (9,73% das mortes de LGBTQ+). O relatório também apresenta informações como “1/3 das mortes violentas de LGBTQ+, sobretudo de gays e lésbicas, ocorreram no interior da residência” (OLIVEIRA; MOTT, 2019, p. 17), demonstrando que existe alto índice de intolerância nas relações privadas e familiares. Ainda, em relação ao suicídio, neste mesmo ano, dos 32 casos localizados nos meios de comunicação, 21,8% eram de lésbicas. Sobre esse dado os autores afirmam que eles acabam

ela era negra, lésbica e pobre, citando Geledés: “Luana ceifada, Luana exterminada, Luana assassinada, causa básica da morte: racismo e lesbofobia, Luana transgrediu a sociedade brasileira porque queria ser inteira, queria ser só ela, amar outras mulheres iguais a ela. (Portal Géledes)” (COSTA, 2018, p. 80). Disponível em: <https://www.alaic.org/site/wp-content/uploads/2019/04/GT-8-ALAIC-2018.pdf#page=75>. Acesso em: 02 ago. 2021.

“(…) demonstrando a maior vulnerabilidade das lésbicas face à morte voluntária, diferente dos homicídios (9%)” (OLIVEIRA; MOTT, 2019, p. 76).

Considero importante também trazer dados a respeito do estupro de mulheres lésbicas no Brasil. De acordo com Vitória Régia da Silva (2019)²⁹, em média, seis lésbicas foram estupradas por dia no ano de 2017. Foi um total de 2.379 casos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde e, em 61% dos casos notificados, a mesma vítima foi estuprada mais de uma vez. Os dados informam que, em 61% dos casos, a agressão ocorreu na residência, sendo os homens 96% dos agressores (as mulheres 1% e os demais são autores não identificados). As lésbicas negras representam 58% das vítimas, ou seja, são a maioria – assim como nos outros tipos de violência. Convém mencionar que mulheres negras são mais vulneráveis por sofrerem com a hiperssexualização dos seus corpos, por exemplo. Outro ponto importante abordado por Da Silva (2019) é que há subnotificação dos casos, além de um apagamento do motivo desses estupros nas denúncias e ocorrências registradas. Assim, as mulheres declaradas lésbicas representam 10% das notificações de estupros do Sinan.

O estupro contra mulheres lésbicas pode ocorrer com o intuito de “corrigir” sua sexualidade, violência denominada de “estupro corretivo”. Esse conceito, como afirma Da Silva (2019), inicialmente designava o estupro contra lésbicas – mulheres negras e aquelas que não se enquadram na feminilidade hegemônica estão mais vulneráveis. Porém, de acordo com Da Silva (2019), não há dados de estupro corretivo no Brasil, pois esses casos acabam sendo registrados apenas como “estupro”, sendo difícil saber, portanto, sua recorrência. Embora não notificados ou devidamente qualificados, alguns destes casos são denunciados em grupos lésbicos, seja como forma de dirimir seus efeitos dolorosos e proporcionar apoio, seja como forma de alertar para cuidados que as mulheres devem ter, de modo a tentar evitar a agressão.

A partir da análise desses dados, é possível perceber que pesquisar sobre lésbicas – e sobre as violências às quais estão submetidas, é, como afirmam Peres, Soares e Dias (2018b), debruçar-se sobre o “não dito”, pois as vozes que falaram – na historiografia – e que falam sobre as vítimas de lesboicídio são as das pessoas que sobreviveram e são também os escassos registros de que se dispõe. Não são falas em primeira pessoa, quase sempre são retratos

²⁹ Reportagem disponível em: <https://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulheres-lesbicas-sao-estupradas-por-dia/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

marcados pela dor, pelo constrangimento, pela opressão e pelo sofrimento. É também por essa razão que considero importante trazer para essa pesquisa as vozes em primeira pessoa de quem lutou e luta para mudar a realidade histórica de lesbofobia e dor que mulheres lésbicas enfrentam. Como afirmam Daniela Auad e Luisa B. Martins (2020, p. 127), a visibilidade pela lesbofobia importa, visto que é necessária ao combate das forças que insistem em exterminar essa população, mas, ao lado disso, importa também que sejam palpáveis as visibilidades que dão conta da sociabilidade e da vida potente das lésbicas. Trago, na próxima seção, as vozes dos movimentos e das ativistas lésbicas.

7.1.1. As experiências lésbicas no contexto latino-americano

Prosseguindo na reflexão a respeito do processo de identização de lésbicas e do corpo lésbico, considero importante fazer o recorte de localidade, pois não entendo a experiência lésbica como homogênea. Assim, trago as contribuições de Cecilia Ugarte (2006) e de Alejandra Sardá, Rosa Guinea e Veronica Morales (2006) para abordar a história dessa população no contexto da América Latina. Não só o recorte de localidade, mas também o de raça e de classe serão trazidos nesta escrita.

Os artigos “*Identidad lésbica. Una mirada histórica*” (UGARTE, 2006) e “*Lesbianas en América Latina: de la inexistencia a la visibilidad*” (SARDA; GUINEA; MORALES, 2006) serão tomados como base para discorrer sobre a história da experiência lésbica latino-americana, visto que, nós lésbicas localizadas no Brasil (eu e as que serão por mim entrevistadas), vivemos em uma sociedade colonizada, que tem como base na sua estrutura o racismo e o sexismo, acarretando em vivências distintas de opressão – incluindo a construção de nossas subjetividades – em relação a lésbicas europeias ou norte-americanas.

De acordo com Ugarte (2006), as primeiras descrições de práticas homoeróticas em diversas etnias da atual América Latina foram escritas pelos colonizadores já as classificando como “sodomia” ou “vício nefando”. Cartas de jesuítas e missionários como Pero Correa, Pero de Magalhães de Gândavo e Gabriel Soares de Souza, ao analisarem as práticas de alguns povos do nosso continente, afirmavam que, em muitos casos, mulheres tomavam o lugar masculino naquele contexto participando da caça, se relacionando com outras mulheres e tendo seus cabelos cortados. Um exemplo muito rico trazido pela autora é do artigo “*Sodomía en Bahía*”, do antropólogo Luis Mott, que afirmava que a homossexualidade era comum nas terras brasileiras, e que o povo Tupinambá possuía nomes específicos para designar esses sujeitos: “Tibiras”, homens que se relacionavam com outros homens e

“Çacoaimbeguiras”, as mulheres que tinham relações com outras mulheres. Entre os séculos XVI e XVIII, com a inquisição do Santo Ofício, a sodomia passou a ser considerada um delito e foi um dos mais castigados pelos colonizadores. Nos fins do século XVI, como afirma Ugarte, das vinte e nove denúncias a lésbicas registradas no Nordeste brasileiro, cinco receberam sanções econômicas e espirituais, três foram banidas e duas condenadas a açoites públicos. A autora afirma que vários processos de sodomia por parte de mulheres estão incluídos nos arquivos da Inquisição Portuguesa e estas recebiam castigos variados que iam desde orações especiais, leituras edificantes até açoites públicos ou banimento de seus territórios de origem permanentemente.

De acordo com Ugarte (2006), lésbicas também foram consideradas “bruxas” ou “feiticeiras” e de vida infame, no contexto da colonização. Mais tarde, durante o século XIX, a imprensa mexicana publicava notícias sobre mulheres lésbicas em alguns de seus jornais que, de acordo com a autora, descreviam-nas como “marimacho” ou que estavam “vestidas de homens”, tratando isso de forma horrorizada e em tom de piada – em um dos jornais, inclusive, Ugarte afirma que faziam piada sobre o casamento de duas mulheres, questionando-se quem deveria ganhar as calças.

Em relação a dados mais atualizados sobre lésbicas na América Latina, Sardá, Guinea e Morales (2006) afirmam que, no âmbito do trabalho, quando o patrão descobre a sexualidade da empregada, pode submetê-la à pressão do receio de ser demitida, ou invadir sua vida privada, e existe, até mesmo, a possibilidade de ela vir a sofrer assédio sexual. De acordo com as autoras, na maioria dos casos, lésbicas são obrigadas a esconder sua orientação sexual por medo da descoberta, e vivem em constante medo e tensão por conta disso. Outro ponto salientado por Sardá, Guinea e Morales é o da pobreza:

Como vimos por los datos anteriores, las mujeres latinoamericanas perciben salarios inferiores a los de los hombres, en consecuencia, "por el hecho de estar formadas por mujeres, las familias lésbicas están más expuestas a la pobreza que en las familias en las que hay varones (tanto heterosexuales como de hombres gays) (SARDÁ; GUINEA; MORALES, 2006, p. 3).

As autoras prosseguem argumentando que as adolescentes e jovens que iniciam sua vida sexual e afetiva com outras mulheres se enxergam em situação de vulnerabilidade por consequência das barreiras encontradas em escolas e faculdades e devido à falta de compreensão e abertura das famílias, além do medo de exposição que, muitas vezes, as deixam em silêncio sobre o que sentem, impelindo-as a não fazer denúncias. Elas

exemplificam com a história de uma aluna que foi expulsa da escola Juan Francisco Vergara em Viña del Mar, na cidade de Valparaíso, no Chile, bem como de alunas que estavam sendo submetidas a castigos por funcionários da escola Carmela Carvajal, também no Chile, em 2003.

7.2. Os movimentos lésbicos brasileiros: ontem e hoje

Para a escrita desse apanhado histórico recorri às teorizações a respeito dos novos movimentos sociais, bem como à historiografia dos movimentos lésbicos brasileiros e, ainda, às transcrições de entrevistas exploratórias que realizei com três lésbicas militantes de regiões diversas do país e de faixas etárias distintas, como referido anteriormente nesta dissertação. Optei pela realização dessas entrevistas, pois é importante trazer as vozes de quem constrói os movimentos lésbicos atualmente. Posso afirmar que a atuação dessas mulheres abriu caminhos para que outras formas de luta contra a lesbofobia, como o ativismo *on-line*, por exemplo, tivessem o espaço que têm hoje.

Jorge Machado (2007), ao escrever sobre os novos movimentos sociais, afirma que, por longo tempo, a compreensão de movimentos sociais esteve atrelada àqueles de caráter revolucionário que tinham suas ações e lutas localizadas dentro de um espectro político considerado mais radical. De acordo com o autor, até os anos 1970, havia a associação das lutas políticas dos movimentos sociais com a luta de classes. Porém, conforme estes passam a se proliferar, ganhando complexidade e alcance, emergem “novos movimentos sociais” que seriam, principalmente, os de base urbana – de mulheres, de ambientalistas, de luta pelos direitos civis, etc. As demandas destes movimentos são variadas, específicas e marcadas por circunstâncias sociais, históricas e culturais singulares.

É nesse contexto que se organizam e ganham visibilidade os movimentos feministas e o Movimento Homossexual (atualmente denominado Movimento LGBTQ+). A partir de 1969, com a rebelião no bar Stonewall em Nova York, nos Estados Unidos – organizada pela população LGBTQ+ contra as perseguições a sujeitos LGBTQ+ e as repressões em batidas policiais –, o Movimento Homossexual Brasileiro (FACCHINI, 2005) se organiza e passa a ser reconhecido, em nível nacional, na década de 1970. Importante destacar que o movimento se concretizou no período em que o país enfrentava a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985), colocando-se como oposição ao regime com suas pautas alinhadas à luta pela democracia (OLIVEIRA, 2017). Nesse momento, de acordo com Ana Carla Lemos (2019), já

havia distinções nas relações entre mulheres e homens dentro do movimento e isso aparecia como um problema.

Em contrapartida, o movimento feminista emerge no cenário mundial no início do século XX, na luta pelo direito ao sufrágio universal – reconhecido como a primeira onda do feminismo e, na sua segunda onda, reivindicando direitos reprodutivos – com os métodos contraceptivos, de modo especial –, ao prazer sexual e ao aborto. Nesse contexto, as especificidades das mulheres não eram evidenciadas dentro do movimento, construindo-se uma ideia de homogeneidade entre as mulheres que objetivava uma luta macro, sem distinções – o que posteriormente passa a ser questionado com a perspectiva do Feminismo Interseccional, elaborada principalmente por mulheres negras, que aborda a “identidade mulher” com recortes e especificidades.

Apesar de não reconhecidas, as mulheres lésbicas e bissexuais marcaram a existência do campo feminista no Brasil desde o início do movimento, de acordo com Gilberta S. Soares e Jussara C. Costa (2011). Os encontros nacionais feministas entre os anos 1980 e 1990 foram importantes momentos de visibilidade da presença lésbica no feminismo, tanto para as próprias feministas, quanto para as mulheres, em geral. A lesbianidade não estava pautada no temário central, como afirmam as autoras, porém, mesmo assim, as mulheres lésbicas realizavam ações políticas como oficinas, reuniões, de modo a trazer visibilidade às suas existências dentro do movimento. Entretanto, para Soares e Costa (2011), os feminismos resistiram a incorporar as questões das mulheres lésbicas na agenda política dos movimentos e também nas produções teóricas, principalmente porque o movimento feminista brasileiro emergiu em um contexto de Ditadura Civil-Militar e construía sua luta junto de outros movimentos de esquerda da época, incluindo a Igreja Católica, tendo de priorizar pautas específicas e suprimir outras (a exemplo da heteronormatividade compulsória, que era invisibilizada). Ainda de acordo com as autoras, a “relativa ausência das referências feministas nacionais está relacionada às dificuldades de vencer as barreiras da invisibilidade pela imposição da heteronormatividade no interior do campo feminista” (SOARES; COSTA, 2011, p. 24).

Entende-se, assim, que havia tensões entre mulheres feministas que não queriam ser associadas à lesbianidade e mulheres lésbicas. Além disso, a construção das agendas feministas internacionais da época não contemplava o enfrentamento ao heterossexismo e, nelas, havia o silêncio a respeito das violências sofridas por lésbicas, como o estupro corretivo

(SOARES; COSTA, 2011), anteriormente referido. Dentro do Movimento Homossexual, as mulheres lésbicas também não conseguiam atuar de forma protagonista, como afirma Lemos (2019), pois os homens eram maioria e, dessa maneira, foram vivenciados conflitos entre homens gays e mulheres lésbicas que denotam, em alguma medida, as desigualdades de gênero e vinculação a um pensamento machista. Um exemplo era o fato de que os assuntos relacionados às lésbicas não eram priorizados e o protagonismo era sempre masculino nas ações públicas. Sobre esse momento, em específico, Soares e Costa (2011) afirmam que as mulheres lésbicas:

(...) logo percebem a inviabilidade de empreender uma luta política lesbiana e feminista nesse espaço, que abandonou posturas mais radicais em prol de um discurso que enfatiza a diversidade, que ficou empobrecido politicamente, especialmente, por não questionar a heterossexualidade obrigatória. (SOARES; COSTA, 2011, p. 32)

Nesse contexto, as militantes lésbicas iniciam, então, um processo de separação dos movimentos mencionados, motivado pela sensação de invisibilização da sua atuação dentro deles e do silêncio a respeito de suas pautas. Deste modo, no final da década de 1970, no Brasil, surge o grupo LGBT “SOMOS” em São Paulo e, após os conflitos citados, mulheres lésbicas se auto-organizam e criam o Grupo Lésbico Feminista (LF) (FACCHINI, 2005), grupo exclusivo lésbico, em 1980. Como afirma Míriam Martinho (2019), as razões para que o LF fosse criado foram: a necessidade de dar continuidade às discussões especificamente lésbicas; os problemas enfrentados dentro do SOMOS como “(...) o uso da palavra “rachada” com a qual alguns gays se referiam às mulheres em geral e às lésbicas em particular” (MARTINHO, 2019, p. 04), demonstrando o machismo e a lesbofobia reproduzidas dentro do grupo; o fato de a dupla discriminação sofrida por lésbicas (por serem mulheres e homossexuais) ser ignorada pelo grupo ou não tematizada. A carta enviada ao jornal *Lampião da Esquina*, em 1980, comunicando os motivos para esta separação está nos anexos desta dissertação. Ainda, na Bahia, como afirma Lemos (2019), após a criação do Grupo Gay da Bahia (GGB), surge o Grupo Lésbico da Bahia (GLB), com o mesmo intuito, visto que os problemas vivenciados nos grupos homossexuais, em várias regiões brasileiras, eram similares. Importante destacar também o investimento na criação de Encontros Lésbicos Latino-Americanos e Caribenho neste período, que, como afirmam Soares e Costa (2011), foi um espaço de resistência e acolhimento lésbico, no qual foram produzidas estratégias políticas que privilegiavam ações artísticas, rodas de conversa e o investimento conceitual no regime heterossexista como categoria teórica e política.

Na entrevista exploratória realizada em 2021, Amanda e Rosely afirmam que, ainda hoje, o movimento LGBTQ+ segue reproduzindo machismo e oprimindo lésbicas em muitos espaços. Nos termos de Rosely:

(...) toda essa nossa luta, toda essa nossa história (...) teve portas que a gente teve que abrir no pé mesmo, porque ninguém deixava a gente entrar. Principalmente quando se trata do movimento LGBTQ+. Porque ele é machista, ele é misógino, ele é lesbofóbico, entende? Então por muitas vezes, entrava o movimento GGG³⁰, e a gente tinha que entrar atrás com o pé na porta, porque senão (...), eles falavam por nós. [Rosely, abril de 2021].

É possível observar como o movimento LGBTQ+ brasileiro ainda é muito marcado pela presença de homens gays que, de acordo com a militante, tentam falar sobre e pelas mulheres lésbicas, e, mesmo construindo ações de forma coletiva, elas continuam sentindo que esse espaço é opressor para lésbicas. Amanda relata que o que a impulsionou para cursar o mestrado foi um preconceito que sofreu dentro de um espaço LGBTQ+ vindo de um homem gay. Ela relata: *“E ele dizia que uma pessoa que não tinha formação acadêmica não conseguia coordenar. Assim, várias outras pessoas já tinham coordenado, né, sem ter formação acadêmica, mas eu não podia, né?”*. Esses relatos parecem indicar que mulheres lésbicas ainda precisam se esforçar para conseguirem ter voz e permanecerem incluídas dentro de alguns espaços da sociedade que seguem reproduzindo machismo e lesbofobia, mesmo quando deveriam ser espaços de acolhimento e construção coletiva.

O contexto de emergência do movimento lésbico brasileiro, no fim da década de 1970, era o mesmo da Ditadura Civil-Militar brasileira, assim muitas mulheres sofreram com ações de censura ou mesmo de perseguição pelo governo e pelos militares. De acordo com Oliveira (2017), os livros de Cassandra Rios – escritora lésbica – foram censurados durante esse período, e a autora também menciona a existência de uma operação denominada “Operação Sapatão”, comandada pelo delegado José Wilson Richetti, na qual o alvo eram as mulheres lésbicas. A perseguição à comunidade LGBTQ+ era frequente, mas, essa em específico, atacou os bares frequentados por lésbicas em São Paulo como o Ferro’s, Último Tango, Canapé e Cachação (OLIVEIRA, 2017, p. 14). De acordo com Luana F. Oliveira (2017), duzentas

³⁰Movimento “GGG” é uma expressão usada por militantes, principalmente as e os que compõem a população LGBTQ+, acusando o movimento LGBTQ+ de centrar sua representatividade no homem gay, dessa forma invisibilizando as outras especificidades do movimento. A centralidade é sempre na experiência do homem gay, bem como o protagonismo é também só deste sujeito. Isso é perceptível em vários âmbitos da sociedade, como na mídia, por exemplo, que resume a luta LGBTQ+ à imagem do homem gay utilizando expressões como “meio gay”, “parada gay”, etc. Porém, a crítica de Rosely e de outras e outros militantes é feita, justamente, porque “gay” e “homofobia” não são mais termos que representam as populações e nem as violências das quais pessoas trans, lésbicas, bissexuais e outros sujeitos estão submetidos, sendo necessário dar protagonismo para esses outros sujeitos dentro do movimento.

mulheres foram presas nesta operação e tiveram de pagar para serem liberadas, pois havia a relação da homossexualidade e da esquerda com a subversão.

Além do grupo Lésbico Feminista (LF), fundado em 1979, em 1981 o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) também nasce, sendo a década de 1990 o início de um novo cenário para o ativismo lésbico – com atuações em grupo, independentes, em redes, ou em partidos políticos (SOARES; COSTA, 2011). De acordo com Soares e Costa (2011), a experiência dos grupos exclusivamente lésbicos, no passado (em específico do GALF), foi imprescindível para o movimento lésbico se constituir como um movimento social específico. Mesmo com as divergências entre o movimento feminista e homossexual, as autoras afirmam que as mulheres lésbicas mantiveram laços com estes, porém sem permitir que as alianças diluíssem as suas prioridades.

A partir da década de 1990, há o trabalho de inserção da palavra lésbica nos espaços políticos brasileiros. Lemos (2019) explica que esse termo passa a ser trabalhado e posicionado em eventos como o VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais em 1993, por exemplo, com o objetivo de distinguir as especificidades, visto que, até a década anterior, a identificação “homossexual” era utilizada para todos os sujeitos que faziam parte do Movimento Homossexual. A partir disso, de acordo com Maria Célia O. Selem (2007), os grupos exclusivos de lésbicas³¹ foram, aos poucos, se multiplicando no Brasil e, nas últimas três décadas, muitos surgiram, muitos acabaram, foram esquecidos ou nem chegaram a ser conhecidos, em função da falta de registros (em parte resultante da perseguição às lésbicas, já mencionada). Ainda, para a autora, há hoje muitos que existem virtualmente, na forma de sites, blogs, revistas *on-line* ou grupos de discussão. Além disso, nesta mesma década, de acordo com Almeida e Heilborn (2008), houve um adensamento da teia de sustentação de grupos exclusivamente formados por lésbicas, também o fortalecimento da participação

³¹ Selem (2007) lista determinados grupos lésbicos nas diferentes décadas, alguns ainda existentes, outros não. São eles: Grupo Terra Maria Opção Lésbica (SP), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Grupo Terceira Dimensão (RS), Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas (RS), Grupo Deusa Terra (SP), Grupo Afins (Santos, SP), Estação Mulher (SP), Coletivo de Feministas Lésbicas (SP), Grupo Lésbico da Bahia, Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro – COLERJ, Movimento D’Ellas (RJ), Associação Lésbica de Minas – ALEM, Grupo de Mulheres Felipa de Souza (RJ), AMAM (SP), Grupo Safos (PR), Movimento Lésbico de Campinas – MOLECA (SP), Secretaria de Lésbicas da Associação da Parada GLBT de SP, DIVAS – Grupo pela diversidade sexual (PE), Mulheres Rebeldes (RS), Mulheres de Keto (SP), Lésbicas Gaúchas – Legau (RS), Athena (SE), Umas e Outras (SP), Grupo de lésbicas negras MINAS DE COR (SP), Coturno de Vênus (DF), Maria Quitéria (PB), Núcleo Cássia Eller da Organização Espaço Lente Lilás (PR), Mulheres da Pedra Lilás (RS), Grupo Afirmativo de Mulheres 91 Independentes – GAMI (RN); ACARMO (RS), Grupo de Lésbicas de Goiás – GLG, Grupo Elas por Elas – GO, Articulação e Movimento Homossexual do Recife – AMHOR, RioLes – RJ (SELEM, 2007, p. 91).

lésbica em grupos mistos e, para além do surgimento dos novos grupos citados acima, também novas lideranças emergiram.

No fim da década de 1990, e início dos anos 2000, os movimentos lésbicos passam a adotar uma “performance mais propositiva e continuada na agenda política do movimento feminista brasileiro, participando de ações promovidas por organizações feministas” (SOARES; COSTA, 2011, p. 40), pois muitas lésbicas se identificavam como feministas e/ou tinham integrado o Movimento Feminista em algum momento das suas trajetórias. De acordo com autoras, as lésbicas passam a construir pautas conjuntas em Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres Brasileiras, estando presentes nas Paradas de Orgulho LGBTQ+, bem como construindo atividades da visibilidade lésbica no mês de agosto (mês da visibilidade lésbica).

Outro momento importante na história dos movimentos lésbicos brasileiros foi a criação do Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). Este se caracterizou como um espaço de discussão nacional, organizado por militantes lésbicas que ocorreu e ocorre em várias regiões do país, sendo a organização construída por um grupo de militantes da região na qual o evento acontece. A primeira edição do SENALE ocorreu no Rio de Janeiro, em 1996, com o objetivo de discutir, de forma ampla e democrática, as questões específicas das lésbicas (SELEM, 2007). A partir dessa edição, o evento ocorreu anualmente em outros lugares do Brasil, tendo sua última edição, em 2016, quando passou por uma alteração da nomenclatura, incluindo também mulheres bissexuais. Atualmente é intitulado SENALESBI, e ainda ocorre com a mesma periodicidade – importante pontuar que, no contexto de pandemia da Covid-19, o SENALESBI ocorreu de forma *on-line* no ano de 2020.

No que tange à construção e a existência do SENALE, as três entrevistadas reconhecem a importância desse seminário na história lésbica brasileira, sendo que Rosely e Amanda participaram e ajudaram a construir várias edições do evento. Elas salientam que a única ação lésbica existente em âmbito nacional atual no nosso país é esse seminário. Para Paula, a existência do SENALE demonstra a importância de lembrarmos que as ações lésbicas foram protagonizadas, principalmente, por lésbicas negras.

Muito protagonismo de sapatona preta, a própria Neusa das Dores, assim, que está viva, né? Ela é do Rio de Janeiro, acho que o primeiro SENALE foi no Rio de Janeiro e que ela foi uma das fundadoras assim, né? Desse SENALE... E ela é uma lésbica preta, (...) e que bom... Existia um movimento muito forte, e onde que tá, né? E aí foi ouvindo essas mulheres de antes, assim, que é muito importante ouvir elas (...) [Paula, abril de 2021].

Amanda afirma que participar de edições do SENALE foi algo que enriqueceu muito sua trajetória enquanto lésbica negra, mesmo que também seja um espaço com muitos conflitos de ideias e debates.

O SENALE, desde 2006, foi o primeiro Seminário Nacional que eu participei, de lésbicas. Foi em Pernambuco esse SENALE, e assim, pra mim foi muito assustador e muito enriquecedor também. Foi assustador porque era muita briga, né, era muita confusão, e eu fiquei muito assustada, porque eu pensei que todos os movimentos eram tudo paz e amor (...) Foi muito difícil, assim, e também foi muito bonito porque teve uma mesa sobre racismo, que Lucia Castro estava nela, e foi muito linda. Eu nunca vou esquecer daquela mesa, porque inclusive naquela época eu nem me reconhecia enquanto mulher negra ainda, e ela fez assim todo um ritual na mesa, que foi, que me chamou muito a atenção pra pensar sobre as questões raciais. Não pra mim enquanto pessoa, mas assim, de me sensibilizar, sabe? Com essas questões, mesmo sendo de família de negros, aquilo não me chamava, eu não tratava minha pele daquele jeito. Sofria racismo sem compreender que era racismo, né. (...) Então a partir daquela mesa, assim, foi muito importante, que eu comecei a perceber mais fortemente, né. E aí o SENALE foi esse lugar que me abriu caminhos pra reflexão dessas pautas. Mas aí, eu vim participando do SENALE desde essa época, eu acho que eu já participei de uns cinco SENALE... [Amanda, abril de 2021].

Rosely também informa sobre a recorrência de conflitos, mas afirma que participar desse evento é uma experiência única, visto que são espaços compartilhados exclusivamente por lésbicas, que nutrem a sensação de liberdade e de força para lutar contra a lesbofobia.

Mas, olha, é uma experiência única, sabe? Você tá ali com 600 mulheres lésbicas, 600 sapatão ali, todas brigando, debatendo sobre a mesma pauta. Tu sai dali com uma experiência de vida, de história, que em momento algum você vai perder na tua trajetória, sabe? Tu sai dali com uma força pra continuar na luta, e pra reverberar aquilo que você viveu, aquilo que você aprendeu, né. Porque são espaços de aprendizado, de acolhimento, de afeto, de briga também, porque dava bastante. Mas também espaços em que você se sentia livre, né, e se sentia empoderada. [Rosely, abril de 2021].

As considerações a respeito do SENALE ajudam a perceber como a historiografia dos movimentos lésbicos não costuma reconhecer o protagonismo negro na construção destes espaços e nem nas ações políticas. Nomes como o de Neusa das Dores Pereira e Elizabeth Calvet (lésbicas negras que organizaram o I SENALE) são raramente citados. Além disso, os relatos possibilitam a compreensão de que não há um movimento lésbico, mas sim vários movimentos lésbicos, visto que, em eventos como o SENALE, os conflitos seguem existindo e, inclusive, se mostram mais visíveis. Dessa maneira, as narrativas das militantes entrevistadas demonstram a importância de existirem espaços exclusivamente lésbicos,

pensados e preocupados em debater as pautas dos movimentos, principalmente porque ainda seguimos resistindo à lesbofobia e ao machismo em espaços mistos, dessa forma, poder centrar debates em pautas urgentes para a nossa população é algo fundamental para a construção de ações que visem à garantia de direitos para as mulheres lésbicas.

A partir dessa reflexão, considero importante reafirmar que não há uma universalidade nas existências lésbicas e que os movimentos lésbicos são constituídos de mulheres diversas. Quando se reconhece esse aspecto, se reconhece também que a construção dos movimentos e as várias ações realizadas foram, em sua maioria, protagonizadas por lésbicas negras. De acordo com Jéssica Ipólito (2016),

O trabalho e responsabilidade política em buscar e parcerias; a árdua tarefa de conseguir botar de pé um encontro de grande porte [I SENALE] foi construindo por sapatonas bem específicas, com nome e sobrenome, cor, lugar social demarcado pelo racismo. O cruzamento de vários marcadores sociais sobre nossos corpos precisa ser presente nos movimentos que visam uma sociedade equânime. (IPÓLITO, 2016, on-line).

Nessa perspectiva, Ipólito (2016) também afirma que, se hoje há movimentos de lésbicas que compreendem suas lacunas, refletem sobre e tentam lidar com elas de alguma forma, isso é graças ao trabalho intelectual de lésbicas negras e da construção conjunta entre mulheres. Há a necessidade, de acordo com ela, de retirar da invisibilidade os marcadores de raça e classe dentro dos movimentos, bem como a problematização e o reconhecimento da branquitude³².

Além dos eventos e ações mencionadas, no ano de 2006 ocorreu o I Seminário Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais (SENALE NEGRAS) na cidade de São Paulo (SP). A segunda edição do evento aconteceu em agosto de 2015, na cidade de Curitiba (PR). A organização, de acordo com Ipólito (2016, *on-line*) foi realizada pela Rede de Mulheres Negras – PR, em parceria com Articulação Brasileira de Lésbicas, Coletivo de Lésbicas Negras Feministas Autônomas – Candaces, Coletivo BIL – Coletivo de Bissexuais e Lésbicas do Vale do Aço, Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro – COLERJ, Grupo Matizes (PI), Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, Rede Afro LGBT e Rede Nacional de Promoção e Saúde de

³² De acordo com Cardoso (2010), como definição genérica, a branquitude se refere à “identidade racial branca, a branquitude se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global” (CARDOSO, 2010, p. 610-611). Para o autor, a identidade racial branca não é uma identidade homogênea e estática, visto que esta se modifica no decorrer do tempo, de acordo com contextos (nacional, por exemplo), podendo significar “poder e estar no poder”. Além disso, Cardoso (2010, p. 607) classifica a branquitude em crítica (“indivíduo ou grupo branco que desaprovam publicamente o racismo”) e acrítica (“branquitude individual ou coletiva que sustenta o argumento em prol da superioridade racial branca”).

Controle Social e Políticas Públicas de Lésbicas e Bissexuais. Já a terceira edição ocorreu em 2019, na cidade de Natal (RN), no mês de novembro daquele ano. Outro evento importante a ser mencionado, também protagonizado por lésbicas negras, foi o primeiro encontro para pensar a Campanha pela Visibilidade Lésbica no Rio de Janeiro, que aconteceu no auditório da Câmara do Rio, em maio de 2017. Participaram coletivos de diferentes bairros da cidade que construíram a mobilização ao lado da vereadora Marielle Franco.

Como é possível observar, há uma mudança histórica na relação dos movimentos lésbicos com os movimentos LGBTQ+ e com os movimentos feministas, ora de separação, ora de construção conjunta. Na atualidade, a relação desses movimentos se dá de forma colaborativa com vistas à construção de ações políticas. Porém, como afirmam Soares e Costa (2011), apesar dos avanços registrados nessas relações, é recorrente a manifestação e insatisfação das mulheres lésbicas em relação à atenção e ao tratamento dado ao tema da lesbianidade por esses movimentos, ainda hoje, havendo divergências. Mesmo assim, “apesar das queixas, um número significativo de lésbicas acredita que o acesso a direitos não pode ser viabilizado, prescindindo das contribuições do feminismo” (SOARES; COSTA, 2011, p. 40), ainda mais em um contexto político como o atual, no qual o representante do poder executivo, em âmbito federal, é declaradamente conservador e atua constantemente na tentativa de restringir direitos conquistados por esses movimentos.

Considero importante trazer a reflexão de Lemos (2019) a respeito da construção da militância lésbica brasileira através de uma identidade específica, a lésbica. Para a autora, a construção dessa identidade compõe uma construção de si “através da autoaceitação, do autorreconhecimento como lésbica e, depois, da abertura da identidade na família e nos campos de atuação política” (LEMOS, 2019, p. 198). Há a negação da identidade heterossexual e a diferenciação em relação às outras identidades, como a de mulher bissexual, por exemplo. Para a autora, os movimentos lésbicos constroem uma política de identidade através das ações organizadas e uma política da diferença que prevê a não discriminação, o respeito à implementação de políticas públicas que compreendam o que é ser lésbica e suas especificidades.

Por fim, sobretudo a partir das entrevistas, observo que os movimentos lésbicos brasileiros seguem buscando visibilidade e trabalhando em conjunto na busca por políticas pensadas por e para a população, visando à garantia de direitos, além de atuarem

constantemente no amparo e acolhimento de lésbicas vítimas de violência. Nesse sentido, as principais frentes de ação dos movimentos lésbicos são:

- Garantia de diálogo em espaços nos quais se trabalha as pautas LGBTQ+, visando o protagonismo lésbico, com o objetivo de levar essas pautas e demandas da população lésbica para esses espaços;
- A busca por direitos à saúde sexual de lésbicas, com a elaboração de Cartilhas da Saúde ou da pesquisa entre coletivos;
- A articulação entre o ativismo e a pesquisa acadêmica, buscando resgatar a presença invisibilizada das produções lésbicas nesse espaço;
- Ações que buscam realizar um mapeamento de mulheres lésbicas no Brasil (como é o caso do LesboCenso³³) para consolidar dados sobre essa população e quais as principais demandas para reivindicação de políticas públicas;
- A pesquisa e eventual elaboração de documentos que abordam os assassinatos de lésbicas no país, como o Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil, de 2018;
- Ações que visam a segurança de mulheres lésbicas vítimas de violência – oferecendo atendimento psicológico e acompanhamento jurídico de forma voluntária;
- Ações que promovam o auxílio às mulheres lésbicas e bissexuais que estão em situação de vulnerabilidade social – com a distribuição de cestas básicas por alguns coletivos, por exemplo;
- A promoção de visibilidade às produções lésbicas na literatura ou no cinema;
- A construção de eventos que debatam as pautas e demandas lésbicas – recentemente, durante a pandemia da Covid-19, ocorreram de forma *on-line*.³⁴

³³ O LesboCenso é o primeiro Mapeamento Sociodemográfico Nacional de Lésbicas e Sapatão do Brasil produzido pela Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Associação Lésbica Feminista de Brasília - Coturno de Vênus. Através de formulário on-line com perguntas a respeito de saúde sexual, trabalho, violência, etc, direcionados para lésbicas e sapatão, o objetivo do projeto é alterar o cenário de subnotificação de crimes e a falta de políticas públicas específicas para essa população. Informações retiradas do site do LesboCenso. Disponível em: www.lesbocenso.com.br. Acesso em: 15 dez. 2021.

³⁴ Considero importante pontuar que, antes do golpe que provocou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, também havia o diálogo direto entre movimentos lésbicos e o Estado. A LBL, por exemplo, em 2016, integrava o Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional da Mulher, Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQ, e o Conselho de Direitos Humanos, como foi informado por Rosely durante entrevista.

8. “Prazer, sou sapatona” – conhecendo as interlocutoras desta pesquisa

Para iniciar as análises, considero importante traçar o perfil das interlocutoras desta pesquisa com informações sobre suas pertencas, itinerários pessoais, profissionais e sua relação com o ativismo – tratando-se de um recorte e de uma leitura sem pretensão de exaustividade no trato dos itinerários – para que, assim, seja possível compreender os contextos e realidades de cada uma, dando a devida atenção às suas histórias e relatos.

A primeira entrevistada foi Bruna C. A: a ativista tem 23 anos, é uma mulher lésbica, ou zami³⁵, negra, mora em Porto Alegre (RS), é técnica em enfermagem e estudante de medicina. Morou grande parte da sua vida em um bairro de periferia da cidade e assumiu sua lesbianidade aos 17 anos. Durante a adolescência foi militante de um partido político de esquerda e construiu o Grêmio Estudantil da escola que estudava. Atualmente integra um coletivo formado por outras ciberativistas lésbicas negras e elabora um ativismo em seu perfil pessoal. Bruna C. iniciou esse ativismo *on-line* durante a pandemia da Covid-19, mais especificamente no final do ano de 2020, inspirada por outra ativista negra e lésbica.

Em seguida entrevistei Bruna B. A jovem é também negra, sapatona ou zami – isso porque ela parte de discussões afro referenciais, como as de Audre Lorde, para compreender como seu corpo negro transita pelo mundo, além disso prioriza a questão racial na sua luta e, depois, a sexualidade. Bruna B. é “artvista”, tatuadora, poetisa, ilustradora, pesquisadora e estudante de Humanidades. Vive em Salvador (BA), em localidade de periferia e, aos 23 anos, assumiu sua lesbianidade. Após se assumir sapatona, iniciou no ativismo com 23 anos, em movimentos feministas e, hoje, constrói um coletivo de sapatonas negras na periferia de Salvador. Bruna B. começou o ativismo *on-line* no Instagram também durante a pandemia da Covid-19, principalmente porque sentia falta de espaços em que pudesse falar sobre si, enquanto sapatona, no período de isolamento e, também, pela necessidade de divulgar seu trabalho como artista.

A terceira entrevistada foi J Lo. A ativista é uma mulher lésbica, negra, que tem 33 anos, atualmente vive no Rio de Janeiro (RJ), é historiadora, pensadora, poeta e artista visual. Mora em um bairro de periferia da zona norte da cidade e assumiu sua sexualidade aos 21 anos. Seu ativismo iniciou no movimento feminista e, entre 2016 e 2018, integrou um

³⁵ Audre Lorde (2009) define “zami” como a lesbianidade negra na diáspora. Esta definição será melhor abordada no capítulo nove desta dissertação.

coletivo lésbico e hoje sua atuação é apenas *on-line* por questões de saúde. J Lo buscou o ciberativismo também durante a pandemia da Covid-19, inicialmente para divulgar seu trabalho como artista, porém, ao navegar nas redes, percebeu que precisava falar sobre temas relacionados à lesbianidade através da sua arte.

A quarta entrevistada foi Kim, uma mulher lésbica ou caminhoneira, branca, que tem 26 anos, nascida em Salvador (BA). É graduada em Publicidade e Propaganda e, atualmente, está cursando Ciências Sociais como segunda graduação. Trabalha com jornalismo e comunicação e, durante sua infância, morou em bairros de classe média de Salvador. Diferentemente da trajetória das outras entrevistadas, Kim iniciou seu ativismo em 2018, dentro do espaço virtual, com sua página no Instagram e produzindo vídeos para o Youtube com o objetivo de disputar narrativas, e, atualmente, está integrando um coletivo de esquerda.

Por fim, a última entrevistada foi Sophia. A jovem é lésbica, branca, tem 27 anos, mora em Sorocaba (SP). É artista visual, graduada em Jornalismo e trabalha com design gráfico. Segundo relata, iniciou sua ação política participando de coletivos feministas dentro da universidade e, atualmente, constrói o ativismo *on-line* atrelado às suas ilustrações. Sophia integrou o ativismo *on-line* em 2016 por meio de sua arte e relatos autobiográficos buscando ser uma referência que nunca teve durante a vida.

Há aspectos de encontros nos itinerários das cinco ativistas, bem como aspectos que as diferenciam. A partir disso, nos próximos capítulos, apresento os eixos de análises oriundos da etnografia virtual e dos diálogos com as interlocutoras.

9. Itinerários e pertencas

Neste capítulo apresento reflexões acerca dos processos de identização das jovens interlocutoras desta pesquisa, a partir das análises dos seus itinerários – suas pertencas e as especificidades que atravessam seus corpos, aspectos que são comuns às suas trajetórias, como a sensação de desajuste e de solidão e a relevância da escrita e da arte no ativismo dessas jovens, que colabora para a construção de uma teoria lésbica brasileira descolonizada.

9.1 As múltiplas pertencas que compõem a “multiplicidade do eu”

Como abordado no capítulo quatro desta dissertação, o conceito de identização é cunhado por Melucci (2004, p. 48) para “expressar o caráter processual, autorreflexivo e construído da definição de nós mesmos”. Assim, a construção de nossa identidade está relacionada com as experiências que vivemos ao longo de nossos itinerários, bem como com os processos reflexivos de cada sujeito nesses percursos. O autor afirma que o “eu” não está fixado em uma identificação estável, há uma “multiplicidade do eu” que joga, oscila e se multiplica constantemente no campo de vetores (gênero e raça, práticas religiosas, por exemplo) que conformam a identização, caracterizado como um percurso contínuo e, portanto, inacabado. Essas múltiplas identificações estão atreladas às experiências subjetivas e individuais, bem como às coletivas – fenômenos coletivos, realidade social e comunidades. Desse modo, a nossa identidade é elaborada nessa dinamicidade entre polos individuais e coletivos.

A partir dessa perspectiva, nesta seção, abordo os itinerários das interlocutoras desta pesquisa, privilegiando a atenção às suas pertencas e a relação destas com o campo de vetores que conformam as identizações. Início essa discussão considerando as condições de ação das entrevistadas, levando em conta aspectos que favorecem uma ação política e o ativismo contra a lesbofobia e que são destacadas em suas trajetórias pessoais, acadêmicas, profissionais, entre outras. De um modo geral, são condições de ação: a escolarização relativamente bem sucedida de todas as entrevistadas, os processos formativos que potencializam o ativismo e a reflexividade, bem como a possibilidade de expandir o ativismo para o ambiente virtual e a condição jovem.

Durante a entrevista, solicitei que as ativistas contassem um pouco de seus itinerários, informando o que considerassem relevante sobre si mesmas. Bruna B. descreveu-se como

“artvista” (uma união das palavras artista e ativista), além de “tatuadora, ilustradora e poetisa”. Assim como ela, J Lo e Sophia também se intitulam artistas.

Eu sou artista, participei da minha primeira exposição em 2015. Mas trabalho com grafite, trabalho com escultura, depois eu comecei a trabalhar com poesia também, enfim... É muita coisa ao mesmo tempo, mas é tudo voltado pra isso, assim, pro ser sapatão e para o não se negar. [J Lo, entrevista em agosto de 2021]

Com relação às ilustrações, eu sempre desenhei de forma amadora, de forma hobby, assim. Então eu sou autodidata nesse sentido e eu sempre desenhei pra mim, mas eu nunca postava (...) estar no armário era algo muito pesado pra mim e ocupava um espaço muito grande da minha cabeça, e como minha arte era muito sobre ser lésbica, eu nunca postava ela também por isso. Porque ia tornar o ato público. E aí quando eu saí do armário eu comecei a postar e a militar nesse sentido, então foi muito importante para mim alinhar uma coisa na outra, né? Eu acho que não teria conseguido sair do armário sem a arte, e uma coisa puxando a outra, né? Então, desde então, minha arte teve muito esse caráter político, de militância, porque com a arte o que eu busco fazer é ser uma referência que eu não tive. [Sophia, entrevista em março de 2022]

Apesar de J Lo e Sophia não se descreverem com a palavra “artvista”, as duas entrevistadas afirmam que suas artes são sobre a lesbianidade e suas experiências como lésbicas e, ainda, que há um caráter político na escolha de expressar esse aspecto de si através da arte tornando-a pública. Nesse sentido, posso afirmar que ser artista – ou artvista – constitui uma das pertenças dessas três jovens e está diretamente atrelada com a percepção e aceitação de si enquanto mulher lésbica, bem como com sua vinculação ao ativismo. Arte, sexualidade e ação política são elementos relacionados que dialogam e, simultaneamente, compõem as percepções de si dessas jovens. De acordo com Pinheiro (2017), encontrar os sujeitos por meio de práticas que lhes são significativas ou, então, que lhes tomam os dias diz respeito à rede de relações que partilham e os pertencimentos e reconhecimentos construídos aí. O autor afirma:

Uma vez imersos em algum sistema de produção social, partilhamos a construção de sentidos e relações, que delimitam lugares para produtores e produtos, que reconhecem certa relação entre resultados da produção e ação dos produtores e, dada a condição de interdependência, configuram tal pertença na reciprocidade de reconhecimento. (PINHEIRO, 2017, p. 45)

Nesse sentido, a arte pode ser reconhecida como uma prática que possibilita às jovens ativistas comporem redes de relações através dos espaços nos quais expõem seus trabalhos ou os constroem coletivamente (como é o caso do grafite), sejam *on* ou *off-line*, assim como proporciona o reconhecimento do outro (e, por consequência, de si) através do que se produz e se expõe. Além disso, para Pinheiro (2017), analisar vinculações a diferentes formas de prática social compõe à teorização de Melucci (2001) a respeito das identificações e do campo de vetores.

Dando continuidade à análise, um aspecto comum nas pertencas das ativistas é o fato de todas terem iniciado seu envolvimento político durante a juventude. Bruna B. relatou que iniciou seu ativismo nos movimentos Negro e Feminista aos 22 anos; Bruna C. se inseriu no Grêmio Estudantil da sua escola durante o Ensino Médio e, posteriormente, fez parte do partido político PSOL; J Lo integrou-se no Movimento Feminista aos 24 anos, no qual iniciou suas ações políticas; Sophia fez parte de Coletivos Feministas durante o período da sua graduação e, por fim, Kim iniciou seu ativismo *on-line* aos 23 anos e, atualmente, está se inserindo em um coletivo. Como abordado no capítulo três desta dissertação, o período da juventude se apresenta como possibilidade de aproximação com a vida pública e com as ações políticas para muito jovens (MANNHEIM, 1961 apud GROppo; SILVEIRA, 2020), especialmente porque há um estranhamento dos valores vigentes (defendidos pelos adultos) por parte dos jovens que podem construir novos valores ou aderir outros alternativos. A respeito da participação das entrevistadas em ações coletivas durante sua juventude, discorro de forma mais aprofundada nas análises desta pesquisa.

Outro elemento importante de análise é o nível de escolarização das ativistas. Durante as entrevistas fui constatando que Bruna B., Bruna C., J Lo, Kim e Sophia possuem Ensino Médio completo e estão cursando, ou então concluíram, o ensino superior. Como afirmado no capítulo que aborda a metodologia da pesquisa, esta informação não foi privilegiada por mim durante o mapeamento dos perfis, porém é relevante considerar que a formação escolar destas jovens tem relação direta com o tipo de ativismo construído por elas – das narrativas autobiográficas.

(...) eu faço Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na [nome da universidade].

[Bruna B., entrevista em setembro de 2021]

(...) E depois eu vim morar mais para o centro de Porto Alegre por causa da faculdade, porque eu trabalho de manhã cedo num posto de saúde, sou técnica de enfermagem, e faço faculdade de noite, na UFCSPA, Medicina. [Bruna C., entrevista em agosto de 2021]

Sou formada em História, né. Terminei a graduação em 2011, e aí em 2012 eu comecei a faculdade de Letras, porque eu queria continuar estudando História, mas mexendo um pouco com uma análise de fontes que tinha em latim (...)

[J Lo, entrevista em agosto de 2021]

(...) formada em Publicidade e Propaganda pela [nome da universidade], e, atualmente, estou na minha segunda graduação em Ciências Sociais. Trabalho com jornalismo, comunicação. [Kim, entrevista em abril de 2022]

Eu estudei jornalismo, na verdade sou jornalista de formação, mas nunca trabalhei na área, na verdade (...) eu fui, minha carreira inteira trabalhando com isso de

design, né? Mesmo tendo me formado em Jornalismo.
[Sophia, entrevista em março de 2022]

A respeito da trajetória escolar e de formação profissional das ativistas, é considerável afirmar que há uma vantagem a nível reflexivo que não pode ser ignorada. Isso porque as jovens interlocutoras desta pesquisa são ativistas escolarizadas, com acesso à arte e/ou técnicas de comunicação, logo com capital cultural significativo à reflexividade, à identificação e à ação política. Em relação ao conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu (1987), há certa abrangência na sua definição, porém este pode servir para indicar as formas nas quais a cultura atua ou reflete sobre as condições de vida dos indivíduos. De acordo com Gilda Olinto do Valle Silva (1995), há dois importantes aspectos que podem dar conta do conceito, primeiramente o aspecto “incorporado” que diz respeito às capacidades culturais específicas de classe transmitidas através de gerações pela socialização primária, bem como o aspecto “institucionalizado” que representa os diplomas, títulos e outros certificados educacionais.

Nas narrativas destacadas anteriormente, destaco a formação de nível médio completa e a continuidade dos estudos das interlocutoras, sendo que duas delas concluíram a graduação (uma em Jornalismo a outra em História). Três delas estão cursando atualmente a graduação: uma na área das Ciências da Saúde (Medicina) e duas na área das Ciências Humanas (Ciências Sociais e Humanidades). Convém mencionar que uma das entrevistadas está cursando sua segunda graduação, formou-se em Publicidade e Propaganda e retornou para cursar Ciências Sociais. Chama a minha atenção o fato de que a área predominante é a das Ciências Humanas, visto que três delas inseriram-se nela. Isso pode indicar uma atenção especial às questões sociais que também marcam seus ativismos na forma de um projeto político mais amplo que visa à transformação social. Penso que há uma mútua implicação entre trajetória pessoal e formação acadêmica, ou seja, seus ativismos podem ter possibilitado as escolhas universitárias e, também, podem ter fortalecido ou definido campos de ação ativista. Além disso, o nível de escolarização das ativistas também pode ser um aspecto que contribui para a sua presença em espaços públicos, sejam físicos – ocupando locais que historicamente as excluíram, sejam virtuais – concedendo entrevistas, por exemplo.

É importante, ainda, destacar que o capital cultural está relacionado ao poder econômico e estes dois aspectos citados atuam como mecanismo de reprodução das classes sociais. Nesse sentido, apesar de, em sua maioria, as ativistas serem de localidades de periferia (aspecto de sua identificação) – estando, assim, em uma condição de classe menos favorecida economicamente – elas construíram trajetórias de sucesso escolar e,

consequentemente, capital cultural para o ativismo. Ainda nessa reflexão, penso também no acesso às tecnologias como condição de ação para os ativismos. Nesse sentido, destaco os modos como as jovens ativistas utilizam os recursos virtuais para a positivação da existência lésbica, a disputa pelo espaço on-line como ambiente de ação política e para contestação de narrativas hegemônicas quanto à raça, gênero e sexualidade, por exemplo. Por conta dos seus itinerários de ocupação do espaço universitário e de pertença a coletivos e movimentos, foi oportunizado às jovens enxergar o ambiente virtual um local potente para o ativismo contra a lesbofobia e o racismo.

No que tange às pertenças há vetores de identificação principais, tais como os que dizem respeito à raça, gênero e sexualidade e que aparecem nas narrativas de modo imbricado. Há, também, vetores proximais relativos a território (periferia) e à origem regional das ativistas, conforme discuto a seguir. Como é possível perceber, as interlocutoras desta pesquisa são mulheres que estiveram, durante parte da sua trajetória política, inseridas em movimentos sociais. Três delas tiveram inserção no Movimento Feminista (ou em coletivos feministas), tendo sido referidas também participações no Movimento Negro, em grêmio estudantil e partidos políticos e, também, coletivos de esquerda. Esses aspectos mostram a imbricação entre vetores ligado a raça e gênero. Importante, novamente, destacar que das cinco entrevistadas, duas são brancas e três são negras, aspecto que marca suas lutas políticas com ênfases diferenciadas. Do meu ponto de vista, as lutas antirracistas deveriam ser uma preocupação de todas as ativistas, mas nem sempre aparecem explicitamente, conforme observei nos dados desta pesquisa.

Um elemento que marca esta pesquisa é que a sexualidade não diz respeito apenas ao âmbito privado, ela é mobilizada como vetor de luta, seja porque nenhuma delas está dentro da heteronormatividade, seja porque a contestação desta norma significa lutar contra a opressão e a violência encerrada na lesbofobia – caracterizada pela tentativa de normatizar as existências femininas e lésbicas. Nesse sentido, ser lésbica é um dos vetores de identificação das entrevistadas, porém, é importante destacar as especificidades do termo “lésbica” nos seus itinerários. Durante as entrevistas, duas delas afirmaram não se considerarem “lésbicas”. Bruna B. e Bruna C. se intitulam, respectivamente, “sapatona” e/ou “zami”.

eu sou uma mulher, negra, periférica, nordestina aqui de Salvador e é isso... Sapatona, não lésbica! [Bruna B., entrevista em setembro de 2021]

Eu sou lésbica, do LGBT, sabe, eu sou a sigla L. E aí, também tenho as minhas coisas que me contemplam mais... Que eu falo muito, e que na verdade eu deixei um pouco de falar no meu Instagram, que é de ser zami, que é uma mulher que trabalha

com outra mulher negra como amiga e amante, de Audre Lorde. [Bruna C., entrevista em agosto de 2021]

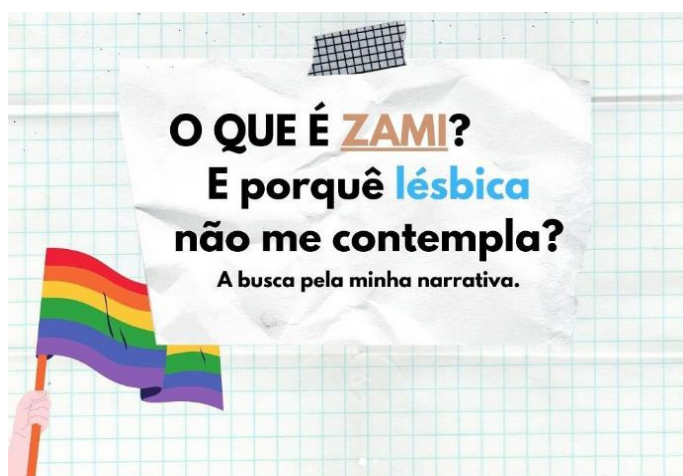
Nos trechos selecionados é possível perceber que as duas ativistas não se sentem contempladas pela palavra “lésbica”, descrevendo que preferem se autointitular com dois outros termos. Em relação à palavra “sapatona”, derivada de “sapatão”, Daniella Rubbo (2009) afirma que historicamente fora utilizada de forma pejorativa para designar mulheres homossexuais fazendo alusão ao aspecto “não feminino” destas mulheres, relacionado ao tamanho dos seus pés – grandes como os dos homens. Porém, a expressão foi apropriada pela população lésbica que deu um novo significado a ela, passando a ser utilizada pelas próprias mulheres lésbicas como um termo de luta. Um movimento de transformação do que antes era pejorativo, para ser estrategicamente palavra de orgulho.

Em relação ao termo “zami”, de acordo com Anin Urasse (2016, *on-line*):

“Zami” é uma corruptela diaspórica do crioulo que significa algo como “aquela mulher que trabalha junto com outra mulher enquanto amiga e amante” termo típico das comunidades pretas caribenhas (e que ficou muito famoso após a publicação do livro “Zami” da Audre Lorde. Comum, também, entre mulheres pretas que se relacionavam com outras mulheres pretas no âmbito do movimento negro, inclusive no Brasil).

Nesse sentido, de acordo com Tatiana Nascimento (2014, p. 30), Audre Lorde se inseriu em um contexto político poético de *autodefinição*, buscando uma forma de dizer algo que não foi dito antes. Dessa maneira, ela elabora sua “biomitografia” na obra intitulada “From Zami: A new spelling of my name” que, de acordo com Nascimento (2014), não é uma autobiografia, mas também não é ficção, visto que não há gênero que vá acomodar o que Lorde queria transformar em linguagem. Dessa maneira, os termos “zami” e “sapatona” são utilizados pelas duas ativistas, por partirem de discussões afrodiaspóricas e das epistemologias negras. Deixo, por fim, a explicação da própria ativista, Bruna C. a respeito de sua construção como zami, a partir de estudos de autoras negras, e como este termo faz muito mais sentido na sua experiência como mulher negra que se relaciona afetiva e sexualmente com outras mulheres do que a palavra “lésbica”.

Figura 1 - "O que é zami?"



Fonte: Instagram pessoal de Bruna C.

Esse assunto é o mais solicitado por vocês, mas saiba que ele ainda precisa ser afinado e estudado para que possamos trazer nomenclatura “zami” para uma vivência em diáspora afrikana, respeitando a sua origem e suas bases ainda estadunidense, uma vez que Audre Lorde traz essa nomenclatura no seu livro autobiográfico “Zami”. Por isso, a construção de ser uma mulher Zami foi construído junto a diversas escrevências que não necessariamente falam sobre “Zami” ou mulher lésbica. Logo, esse texto fala sobre a MINHA construção e percepção sobre ser uma mulher Zami. Esse termo me foi apresentado em um texto inicialmente por Gisele Marques no pensamento mulherista em 2016 (Vou deixar o texto nos comentários), a partir disso, comecei a me debruçar e a me perceber para além de Lésbica que vem de uma ilha chamada Lesbos de uma poetiza branca, já que minhas perspectiva sobre ser uma mulher negra que se relacionava sexualmente e afetivamente com outra mulher negra estava modificando-se junto a estudos. Audre lorde traz o conceito de Zami como: Uma mulher negra que trabalha com outra mulher negra como amiga e amante. Ao me aprofundar mais nesses termos pensei que ser uma mulher negra que trabalha com outra mulher negra, estava também em um lugar de buscar conceitos e bases de afrocentricidade para construção de observar afrika e assim, buscar alternativas para o nosso povo afrikano em nossas bases. Para buscar essas bases de se relacionar, me vi pensando sobre Sobonfu Somé e o espírito da intimidade, aonde o povo Dagara se organiza na aldeia e traz relatos tão vívidos e aplicáveis para uma vivência diaspórica. Ser Zami na minha percepção e vivência está em fundamentar amor em corpo, mente e espírito, afinal por influências keméticas podemos observar que afrocentricidade vem como um dispositivo de cura, afinal ainda exercemos em nosso úteros o papel geracional, por meio de gestar a vida e nos conectarmos com os nosso antepassados ancestrais em sankofa, uma vez que afinal o preterimento - ato de assumir uma mulher branca em vez de uma mulher negra- gira em torno das nossas vivências enquanto mulheres negras.

[Bruna C., texto publicado no Instagram em 14 de agosto de 2020]

Outro vetor de identificação que se destaca nesta pesquisa diz respeito ao território e aos modos como diferentes localidades são historicamente construídas e estigmatizadas, tal como aparece nos trechos a seguir. Durante a entrevista, Bruna B., Bruna C. e J Lo afirmaram ter crescido e/ou ainda viverem em localidades de periferia.

(...) Eu sou moradora de [nome do bairro], ou seja, eu sou uma mulher, negra, periférica, nordestina [Bruna B., entrevista em setembro de 2021]

Eu sempre morei na [nome do bairro], boa parte da minha vida, assim, e tudo que eu faço de estudo, eu tento voltar pra minha comunidade de alguma forma. [Bruna C., entrevista em agosto de 2021]

(...) sou carioca, nascida e criada aqui no [nome do bairro] [J Lo, entrevista em agosto de 2021]

Em relação a este aspecto dos seus itinerários, as interlocutoras relataram sofrer com a estigmatização por serem negras e oriundas de áreas de periferia urbana. No que tange à teorização sobre os sujeitos em localidades de periferia, é importante citar as considerações de Pinheiro (2017) quando explica que o termo periferia se tornou comum em determinados circuitos de ação, como construto sócio-histórico, referindo-se a:

“(...) imagens de contextos com moradias semiacabadas, em condição precarizada pela existência insuficiente de equipamentos e serviços públicos; casas pequenas situadas junto a ruas estreitas, sem prévia planificação, algumas vezes em regiões fisicamente distantes dos centros urbanos” (PINHEIRO, 2017, p. 06-07).

Para o autor, aí se expressa certa potência, um ponto de partida no qual é possível conhecer algumas realidades e os sujeitos que as constituem para promover, assim, um tensionamento do próprio termo e do que ele significa. Na constituição do que são denominadas periferias, há historicamente a atuação de políticas com o intuito de afastamento de certas populações visando à higienização dos grandes centros urbanos.

Para Pinheiro (2017) pensar em periferias é levar em conta as lógicas de apropriação do espaço urbano e de distribuição de riquezas numa dada sociedade. As áreas periféricas precarizadas das diferentes capitais brasileiras fazem parte dos processos de formação das cidades gestados entre “as ações do capital imobiliário, do poder público e das populações empobrecidas que as habitavam/habitam, guardando relação com a lógica de apropriação do espaço e distribuição de riqueza em sociedades capitalistas” (PINHEIRO, 2020, p. 301). Nesse sentido, para Pinheiro (2020, p. 300), a população de contextos de periferia vive a segregação e o preconceito como “constituente do local de moradia e de sua relação com o

restante da cidade, dada a corrente atribuição de condutas morais supostamente questionáveis aos moradores das ‘vilas’”.

Porém, a noção de “periferia”, durante a década de 1990, foi apropriada pelos moradores destas áreas para a produção social de alternativas estéticas e reflexivas de “fronteira” (PINHEIRO, 2020, p. 302). De acordo com Pinheiro (2020), as expressões artísticas, principalmente das juventudes, com frentes de ação do Hip Hop e do Funk, colaboraram para a formação de signos de identificação, convertendo o “estigma em emblema” (REGUILLO, 2012 apud PINHEIRO, 2020, p. 302). Nessa perspectiva, posso afirmar que as interlocutoras desta pesquisa, através da arte e do seu ativismo, também dão continuidade a esse movimento de transformar o que é considerado estigma em um traço constituinte de suas identidades – identificando-se como “periféricas” nas descrições de seus perfis no Instagram, por exemplo, trazendo suas visões e experiências a partir dessa pertença no seu ativismo e arte. Nessa perspectiva, é importante pensarmos que o que chamamos de “periferia” é uma construção sócio simbólica espacialmente referida, constituída nas experiências sociais em localidades socialmente vulnerabilizadas da urbe, mas nem sempre vinculada a demarcações topográficas do remoto, extremo ou limiar.

Entendo a vinculação “periférica”, nesta pesquisa, como um construto sócio experiencial que sintetiza território, classe e cultura. De acordo com Mariano Perelman (2016), como todo “lugar”, a periferia se constrói prática e imaginariamente em relação (e oposição) a outro lugar, o “centro”. Para o autor, é necessário que exista um processo de desconstrução e de subjetivação das pessoas que vivem nestas localidades, sem cair em visões reducionistas. Assim, só há a noção de periferia porque há o centro, os sujeitos que lá estão são colocados em uma situação “periférica” quando comparados aos sujeitos que habitam as regiões centrais. Há, dessa maneira, um processo que coloca o sujeito na condição de periférico que é baseado na construção social e cultural de poder.

Nessa perspectiva, também as desigualdades regionais são construções histórico-sociais e dizem respeito aos vetores de identificação, discussão trazida, principalmente por Kim e Bruna C. (mulheres nordestinas). Há um preconceito histórico no Brasil com a região Nordeste do país, sob este aspecto, Amanda Rezende e Laís Giupponi de S. Silva (2019) afirmam que os estereótipos relacionados a esta região surgiram em conjunto com o reconhecimento do espaço físico, visto que o local é visto socialmente como sinônimo de atraso e de localidade majoritariamente rural. Essa construção é contraposta às noções de

progresso e de “futuro” das regiões Sudeste e Sul. Nesse sentido, tanto as localidades de periferia dos grandes centros urbanos, quanto a região Nordeste do nosso país, foram e são construídas socialmente a partir de um “centro” que é valorizado e classificado como modelo, colocando os sujeitos oriundos dessas localidades sob a condição do estigma.

Em suma, as condições de ação e as pertencas – que fazem parte do campo de vetores das identizações destas jovens – trazidas nesta seção apontam para a apreensão de que há uma diversidade que é característica da compreensão de si e da elaboração reflexiva das identidades das interlocutoras desta pesquisa, perpassando aspectos estruturais (como raça e sexualidade, por exemplo), bem como o nível de escolarização e o território, e que são característicos do ativismo construído por elas na rede social Instagram. Além disso, a narrativização das suas experiências – através dos textos nas postagens e das falas nas entrevistas, também integra esse campo de ação e de vetores, permitindo, como afirma Pinheiro (2017, p. 242), a compreensão relacional das “identificações como processos e como multiplicidade, vivenciadas pelos sujeitos em buscas (mais ou menos provisórias) de unidade” conforme se interpõem as descontinuidades da realidade social.

9.2 A solidão como parte dos itinerários

Há uma diferença conceitual entre as palavras solidão e solitude. De acordo com Thiago de Almeida (2020), a solidão diz respeito aos sentimentos de abandono, melancolia e isolamento associados à ausência de conexões eficientes ligando um ser humano a outro. Em contrapartida, a solitude é a sensação de prazer gerada pela desconexão, isto é, mesmo em condição obrigatória (em alguns casos), os sujeitos que vivenciam a solitude a encaram com positividade e otimismo. Durante os diálogos com as interlocutoras desta pesquisa, percebi que a solidão constituiu parte dos itinerários de, pelo menos, três delas, sendo um aspecto importante nos seus processos de identificação e que, atualmente, também fazem parte dos seus ativismos – mesmo que não diretamente.

Kim e J Lo têm em comum o fato de que, desde a infância, não eram lidas com a feminilidade padrão. Não gostavam dos signos considerados femininos, seja nas vestimentas, seja nas brincadeiras e isso acarretou uma profunda solidão nesse período de suas vidas.

Minha infância foi muito solitária, eu nunca tive muitos amigos, sempre sofri muito bullying, eu andava com os meninos do meu prédio que eram os meninos que eu jogava bola e era isso. Eu não tive muitos contatos próximos com meninas, sabe? Até porque a gente não compartilhava dos mesmos interesses, eu compartilhava dos interesses dos meninos, então era natural que eu me aproximasse mais deles. [Kim, entrevista em abril de 2022]

(...) *Então, aquele negócio... você ouvir sempre, “Se você tá brincando com moleque e você apanha, a culpa é sua. Porque você que quis brincar com eles”, eu sabia que eu não podia puxar o assunto. Porque eu ia ser culpada por aquilo, sabe? E isso causa uma solidão muito grande, eu bloqueei isso muito tempo da cabeça.* [J Lo, entrevista em agosto de 2021]

Nos trechos acima é possível observar que as duas jovens vivenciaram situações de violência e de profunda exclusão por se sentirem mais próximas dos meninos e dos signos da masculinidade. Essa sensação de “desajuste” no qual não se é um menino, porém, simultaneamente, também não se é aceita como menina, é uma das consequências da lesbofobia. Como abordado anteriormente nesta dissertação, para Lorenzo (2012), uma das consequências da lesbofobia é a exclusão de mulheres lésbicas – esta ocorre através da expulsão ou separação do grupo que estigmatiza (ou seja, o grupo de pessoas que tem o poder de definir quem é a norma e quem é o “outro”) e que classifica os sujeitos “outros” como não humanos. Assim, as lésbicas são excluídas dos grupos formados pelas pessoas heterossexuais, também pelo grupo de mulheres heterossexuais e, ainda, excluídas do espaço social e político. Nessa perspectiva, enquanto construção cultural que opera como mecanismo político de opressão (LORENZO, 2012), a lesbofobia está presente no cotidiano dos indivíduos e é difundida através das produções culturais (como a mídia ou as artes), da educação e das instituições. Assim, meninas que não se encaixam em um padrão de feminilidade, sofrem, mesmo durante a infância, com o estigma imputado sobre lésbicas e são cruelmente violentadas com a solidão.

Essa solidão pode ser gerada desde segregações físicas, como ocorreu com Kim dentro do espaço da escola (no qual sofria *bullying*), ou então simbolicamente experienciada – que é o caso de J Lo. Ao se deparar com uma situação de violência causada por meninos (este acontecimento é descrito com mais detalhes no capítulo onze desta dissertação), a ativista afirma que sentiu muito medo de expor o que ocorreu aos seus familiares por medo de ser culpabilizada. Esse medo e esse silêncio, descritos por J Lo, também podem gerar uma sensação de solidão, visto que o indivíduo não se sente compreendido e nem acolhido por ninguém ao seu redor. Nos dois casos há um sofrimento que se estende através da vida dessas mulheres e que, infelizmente, constitui suas identidades e sua lesbianidade.

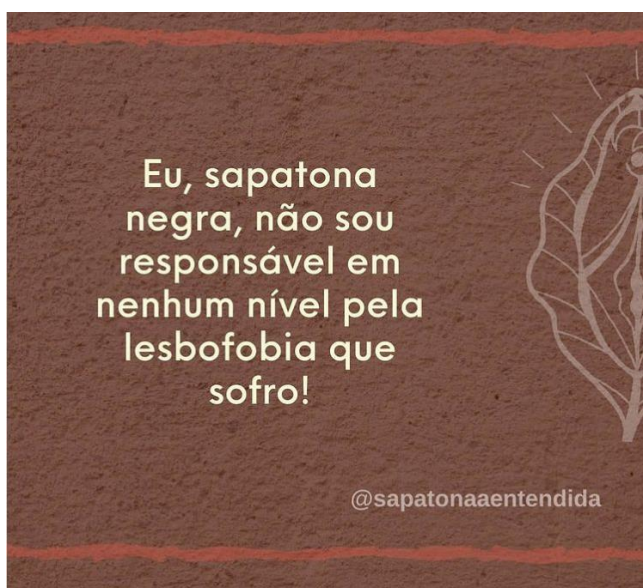
Além da solidão na infância, mulheres sapatonas podem vivenciar essa sensação também na vida adulta. Foi o que ocorreu com Bruna B. quando ela assume sua sexualidade à família e amigos.

Porque, por exemplo, as [nomes ocultados] já não queriam caminhar comigo porque eu era sapatona e elas não queriam ser vistas com uma sapatona. Então é

experimentar uma solidão, né? Enfrentei esse local de solidão durante algum tempo, até que todo mundo compreendesse que era real e que isso não ia se alterar e que eu continuaria sendo sapatona para o resto da vida. [Bruna B., entrevista em setembro de 2021]

No relato acima fica evidente como a lesbofobia é internalizada na nossa sociedade e acarreta a exclusão de mulheres lésbicas. Quando Bruna B. expõe às amigas e familiares que é sapatona, ela se vê completamente sozinha, pois quem, antes, participava do seu cotidiano passa a não querer mais ser vista ao seu lado. Muitos podem ser os fatores que levam, principalmente, mulheres a abandonarem lésbicas. Um deles pode ser o medo de também ser identificada como lésbica por outras pessoas e que historicamente excluiu lésbicas dos espaços nos quais frequentavam. Como foi abordado nesta dissertação, o próprio Movimento Feminista, durante as décadas de 1970 e 1980, evitava discutir questões exclusivamente lésbicas por medo de que o estereótipo das feministas como “mulheres que odeiam homens” fosse reforçado (FERREIRA, 2017), ou que as mulheres heterossexuais fossem consideradas também lésbicas. A postagem de Bruna B. ilustra o que muitas mulheres sapatonas vivenciam no seu cotidiano.

Figura 2 - "Eu, sapatona negra..."



Fonte: Instagram pessoal de Bruna B.

Eu, sapatona negra, não sou responsável em nenhum nível pela lesbofobia que sofro.

E isso vale para todo mundo que escolhe caminhar comigo nessa vida, amigas, parentes, amores, conhecidas ou não. Eu sou sapatona, reconhecida socialmente como tal a metros de distância, pois, não performo a feminilidade tida como padrão. Junto com os olhares que rapidamente alcançam meu corpo em qualquer espaço público ou privado que adentro, chega a lesbofobia. Lembro de várias situações com amigas, onde as pessoas acreditaram que elas eram lésbicas por estarem caminhando comigo, e por isso, nos xingaram na rua. Lembro também quando os homens assediam elas, pelo mesmo motivo, se referindo a minha pessoa numa tentativa de me diminuir e mais várias outras situações.

Mas a questão central aqui é: Eu, sapatona preta, queria dizer que sinto muito, mas não posso mais viver pedindo desculpas nem compensando uma situação que não depende de mim.

Nós não somos responsáveis pela lesbofobia social que tanto nos oprime. Então, sim pessoas queridas, vocês precisam se responsabilizar pela escolha de ter a nós, sapatonas pretas, na vida de vocês, independente do vínculo.

(...) Eu sinto muito, mas eu também não deveria sofrer lesbofobia. E não significa que não me importo, sou extremamente grata pelas presenças, não saberia viver sozinha nem pretendo, mas preciso me sentir inteira como todo mundo.

Então, se você me ama, ou julga minha presença importante, é necessário que você lide junto comigo quando essas situações acontecerem. Não preciso que você me exclua sendo ainda mais lesbofóbica, muito menos que me culpe indiretamente por elas.

E, se me ver agindo assumindo a culpa, se posicione, quando a gente tem afeto, a gente só dá, não pergunta.

O problema é estrutural e social, precisamos estar juntas!

[Bruna B., texto publicado no Instagram em 19 de julho de 2021. Acesso em: 24 set. 2022.]

Através da narrativa da ativista, em sua página no Instagram, é possível perceber as diversas situações de violência que lésbicas, principalmente negras, passam nos seus cotidianos – como o xingamento ou o assédio, por exemplo – e como estas não devem ser responsabilizadas quando outros sujeitos são também violentados por andarem ao seu lado. É importante a compreensão de que, estruturalmente, mulheres negras já vivenciam a solidão simplesmente por serem negras e, quando se trata de sapatonas, essa solidão é duplamente

imputada (DE SOUZA MARCELINO, 2016). Lutar contra a lesbofobia deve ser um compromisso social e jamais deve ser justificativa para que lésbicas sejam abandonadas ou excluídas. Nesse sentido, reforço o quanto a exclusão dos espaços de convívio e de sociabilidade é nociva para a saúde psíquica dessas mulheres, visto que se experimenta uma sensação de solidão e de desajuste que percorre toda a sua vida, deixando marcas profundas em suas identidades. Concluo este capítulo com a frase escrita por Bruna B. em sua postagem: “Então, se você me ama, ou julga minha presença importante, é necessário que você lide junto comigo quando essas situações acontecerem.”. A luta contra a lesbofobia não deve ser uma responsabilidade só de mulheres lésbicas, é necessário que todos os indivíduos se comprometam e se posicionem enfrentando, ao lado destas, as situações de violência – protegendo, inclusive, as crianças. É possível visualizar o fim da sensação de solidão quando há amparo e acolhimento, quando o enfrentamento à lesbofobia passa a ser um compromisso coletivo.

10. O ativismo lésbico *on-line*: conhecendo a luta de cinco jovens ativistas

Nas seções a seguir me propus a compreender melhor o ativismo *on-line* construído pelas interlocutoras desta pesquisa, analisando a relevância do teor autobiográfico utilizado nas postagens enquanto reescrita da sua história e possibilidade de reflexividade, bem como os aspectos que caracterizam este tipo de ativismo: denúncia à lesbofobia e às violências enfrentadas, além da luta por visibilidade. Por fim, reflito a respeito do contexto de pandemia e os efeitos desse elemento no ativismo dessas jovens e quais são os alcances e os limites dessas ações políticas virtuais.

10.1 Falar de si é falar coletivamente: narrativas de si com caráter de denúncia

De acordo com bell hooks (2017), nos círculos acadêmicos, os trabalhos de mulheres de cor e de grupos marginalizados de mulheres brancas – como os de lésbicas, por exemplo – são frequentemente deslegitimados, principalmente quando escritos de uma forma acessível ao público leitor. Essa afirmação da autora colabora com as reflexões anteriormente apresentadas nesta dissertação a respeito da tentativa histórica de invisibilização dos registros e rejeição dos escritos lésbicos no ambiente acadêmico. Porém, não foi só no espaço científico que houve a “tentativa de deixar invisível a possibilidade lésbica” (RICH, 1980). No âmbito das lutas progressistas que marcaram o último século também foi constatado esse movimento. De acordo com Rich (2010), é possível iniciar o estudo da rebelião radical das mulheres a partir das situações as quais as ideologias masculinas não tenham considerado “situações revolucionárias concretas” – como o cotidiano, por exemplo, isto é, muitas das ações promovidas por essa população, ao longo da história (em sua maioria ligadas à arte) não foram, e seguem não sendo classificadas como revolucionárias por quem detém o poder da fala e da escrita. Isso demonstra como o racismo e a heteronormatividade agem sobre os registros e teorias elaborados por mulheres negras e mulheres lésbicas sobre si.

Partindo da perspectiva de Lorde (1984) sobre a quebra de silêncio a partir da linguagem, bem como das perspectivas de feministas negras sobre a necessária inserção da experiência pessoal na analítica feminista é que esse eixo de análise se constrói. Isso porque, como discorre hooks (2017, p. 97), a base da teorização feminista considerada libertadora é o testemunho pessoal e a experiência pessoal, pois “Enquanto trabalhamos para resolver as questões mais prementes da nossa vida cotidiana (...) nos engajamos num processo crítico de teorização que nos capacita e nos fortalece”. Desse modo, o viver cotidiano, enquanto mulher – e aqui, especificamente, enquanto mulher negra ou mulher lésbica (ou ambos) –, oportuniza

construir uma teoria originada na reflexividade do cotidiano. Nesse sentido, a ação política de falar sobre si e sobre sua realidade, suas demandas, seus anseios, suas dores, constitui um espaço público coletivo empreendido por mulheres negras e/ou lésbicas voltado para a construção de uma teoria feminista e também uma teoria lésbica, que devem ser reconhecidas nos movimentos sociais e no ambiente acadêmico.

Dessa forma, a narrativa de si abre espaço para a compreensão de um ativismo engajado em construir uma teoria lésbica feminista concebida por lésbicas, a partir da sua própria voz. Como afirma Da Silva Medeiros (2015, p. 70-71), a internet “eclode como ferramenta significativa para as mulheres lésbicas, dado que é a partir dela que estes sujeitos podem se colocar como seres reais, que existem e que desejam, desmistificando a homossexualidade feminina como uma prática.”. Inclusive, os registros “em primeira pessoa” são característicos do ativismo das interlocutoras desta pesquisa. Após a realização da etnografia virtual, constatei que as cinco entrevistadas utilizam textos autobiográficos em seus perfis *on-line* para desencadear debates e reflexões acerca das vivências lésbicas – muitas vezes compartilhadas. No trecho abaixo é possível observar a abordagem de um tema mais amplo da lesbianidade por meio da escrita de si.

Figura 3 - "O que te contaram sobre sapaton..."



Fonte: Instagram pessoal de J Lo

(...) *Eu acho muito curioso quando pessoas heterossexuais dizem que uma lésbica ou um gay que não chegaram ao autoamor, à autoaceitação e à autoconfiança de dizer em voz alta sobre sua homossexualidade em todas as esferas de suas vidas têm problemas de inferioridade porque ninguém liga para a nossa sexualidade, como se não ouvíssemos coisas horrendas sobre quem somos desde a mais tenra infância; como se quem diz isso não tivesse nenhuma responsabilidade na criação desta ação/pensamento de que precisamos viver parte de nós em segredo. Quando eu era criança, nem sabia o que era sapaton, mas já sabia que era algo horrendo, que eu não podia nem ser, nem parecer. De onde poderia vir essa noção senão do mundo que usava o meu eu como o pior xingamento que uma menina/mulher poderia receber? Como eu poderia aceitar quem sou se passei a infância negando o meu ser pra não ser essa "coisa" rejeitada, ridicularizada, violentada e indefensável? Nesse dia das crianças, peço que pensemos em como o que ouvimos quando crianças sobre lésbicas marcou a nós, sapatonas, e tornou possível que muitas pessoas não-lésbicas virassem os adultos lesbofóbicos de hoje, reproduzindo os mesmos discursos violentos, mentirosos e desumanizantes sobre nós para as crianças (e adolescentes, adultos e idosos) de hoje. Proteger a infância é proteger a saúde mental das crianças, isso significa mantê-las livres de discursos de ódio que podem - e quase sempre vão - afetar negativamente suas autoimagens e seu autoamor por toda ou grande parte de suas vidas. [J Lo, texto publicado no Instagram em 12 de outubro de 2021. Acesso em: 14 jul. 2022.]*

No texto da postagem selecionada, J Lo aborda os efeitos da lesbofobia na vida das crianças e traz um relato pessoal sobre sua própria infância como exemplo. Para a ativista, uma das causas da dificuldade de lésbicas assumirem sua sexualidade quando adultas é o que ouviram e aprenderam sobre a lesbianidade ainda na infância. De acordo com Lorenzo (2012), um dos elementos que promove a lesbofobia é justamente a desumanização das lésbicas – como mencionado por J Lo. Para a autora, citando Borillo, a desumanização do outro é uma característica das diferentes formas de violência, como o racismo, o sexismo e o antissemitismo, por exemplo, que gera a falta de empatia e a crença de que “(...) *tu existencia pone en peligro la mía* (LORENZO, 2012, p. 134), constituindo um mito que se converte em ódio. No caso específico das lésbicas, o que provoca sua desumanização é o distanciamento destas com o que é considerado ser “mulher” na sociedade ocidental – ser heterossexual e ser mãe. Lorenzo (2012) afirma que as mulheres lésbicas são, então, categorizadas como distantes do que seria o “natural”, logo, sem humanidade. Mesmo no caso de lésbicas que vivenciam a maternidade, o estigma da sexualidade é carregado tendo sua capacidade de educar

questionada (imagina-se que influenciarão na sexualidade dos filhos, fazendo-os se tornarem homossexuais, por exemplo). Esse lugar de “aberração” (LORENZO, 2012, p. 135), isto é, de não humanidade, é compartilhado e difundido social e culturalmente sendo, na maioria das vezes, os primeiros signos aprendidos pelos indivíduos ocidentais sobre o que é a lesbianidade.

Nas discussões que apresento nesta parte de minha dissertação, procuro considerar, articuladamente, as narrativas produzidas por meio de entrevistas e as postagens feitas nos perfis das ativistas, considerando os textos imagéticos e verbais. Como discorrido no capítulo de metodologia, em suas reflexões, Roland Barthes (2009) sugeriu que as imagens são polissêmicas e, assim, podem produzir múltiplos sentidos, dependendo dos contextos em que estão inseridas e dos repertórios de que dispõem aqueles que as apreciam. Dessa maneira, retomo a imagem e o texto que a acompanha, pois eles também trazem elementos importantes de análise que dão força ao argumento da ativista. Trata-se de uma postagem feita em 12 de outubro, alusiva ao Dia da criança. Em nível denotativo, a ilustração é composta pelos contornos do corpo de uma criança negra (o cabelo é o signo que permite essa associação étnico-racial, uma vez que o restante da figura se constrói por contornos pretos, em fundo branco). Ela está calçando um sapato maior que seus pés, o que pode aludir à expressão “sapatão”. Contornando e atravessando a figura humana, está o texto verbal “O que te contaram sobre *sapaton* quando tu era criança?”. A mensagem interpela diretamente o leitor, de modo a provocá-lo a revisitar suas próprias memórias.

Um dos sentidos possíveis, já em um nível conotativo, é alusivo aos processos educativos e moralizadores na infância, que se dão por meio das coisas ditas, das narrativas, das histórias contadas. A pergunta colocada alude tanto ao silenciamento das questões de sexualidade na infância, quanto às muitas mensagens que constroem o entendimento do que é ser sapatão, propagadas de diversas maneiras, e especialmente voltadas para a heteronormatividade. Esse sentido conotativo é reforçado no texto da postagem, quando J Lo afirma, em tom memorialístico: “Quando eu era criança, nem sabia o que era *sapaton*, mas já sabia que era algo horrendo, que eu não podia nem ser, nem parecer”. Ela prossegue incluindo outras lésbicas ao utilizar a escrita na terceira pessoa: “como se não ouvíssemos coisas horrendas sobre quem somos desde a mais tenra infância; como se quem diz isso não tivesse nenhuma responsabilidade na criação desta ação/pensamento de que precisamos viver parte de nós em segredo”. Nesse sentido, a imagem da criança é representada com as mãos em torno da boca e a boca aberta, o que pode conotar a tentativa de trazer sua voz.

Ao prosseguir sua argumentação, J Lo indaga: “Como eu poderia aceitar quem sou se passei a infância negando o meu ser pra não ser essa "coisa" rejeitada, ridicularizada, violentada e indefensável?”. A indagação articula sentidos do texto verbal e imagético, na medida em que permite pensar nas coisas que nos foram ditas, na infância, sobre ser sapatão, nas coisas que a ativista expõe em sua postagem e, ainda, nos efeitos de sentidos culturais produzidos sobre as lésbicas. Ao finalizar sua postagem com o convite “Nesse dia das crianças, peço que pensemos em como o que ouvimos quando crianças sobre lésbicas marcou a nós, sapatonas”, a ativista coloca em questão a função educativa do que é dito (e do que é silenciado), e como tudo isso influencia nos processos de identificação.

A partir da análise desta postagem, observo como se constroem entendimentos de que as lésbicas (e todos os outros sujeitos estigmatizados) deveriam ser temidas e rejeitadas, em seu ser e em sua sexualidade. J Lo expõe as consequências da lesbofobia na sua própria experiência de infância, marcada por uma tentativa sem sucesso de negar a si mesma como possibilidade de existência. A impossibilidade de sequer se imaginar enquanto uma mulher lésbica no futuro, a interdição de se pensar nisso como possibilidade, sendo respaldada a heterossexualidade como única e exclusiva forma de vivenciar a vida adulta, é extremamente violenta. Além disso, J Lo problematiza como, culturalmente, espera-se que os sujeitos homossexuais assumam sua sexualidade publicamente, responsabilizando-os por isso (inclusive, quando não o fazem). Ela problematiza entendimentos psicologizantes sobre a suposta falta de “autoamor”, “autoaceitação” e “autoconfiança”, indicando que não se trata de um problema individual (de pessoas que não se amam, não se aceitam e não tem confiança em si mesmas), mas sim de uma construção cultural que promove ativamente a inferiorização, a ridicularização, a desumanização e/ou a patologização do corpo lésbico. Sendo assim, a ativista, ao trazer uma experiência pessoal, desloca para o espaço virtual – e, portanto, público – um debate urgente e necessário sobre como a lesbofobia atua na cultura, operando em diversos espaços, como na educação de crianças e jovens, através de um estigma histórico que segue desumanizando as mulheres lésbicas.

Trago, na sequência, uma postagem de Kim a respeito do impacto que o seu corpo de lésbica desfeminilizada gera nos ambientes que ocupa.

Figura 4 - "Sobre ser a única lésbica defem no local"

SOBRE SER A ÚNICA LÉSBICA DEFEM NO LOCAL

(...) 90% do tempo eu sou a única caminhoneira nos ambientes, e, se muito, tem mais uma ou duas. Isso faz com que os olhares se voltem para mim e eu tenha sempre a sensação de que estou sendo vigiada, é uma tensão eterna até pra ir na padaria. A sensação de "outsider" - trazendo o conceito cunhado por Audre Lorde - é sempre latente, além de lésbica, estar fora dos padrões de gênero nos coloca sempre em um não lugar já que até as nossas bolhas bebem de uma normatividade de gênero muito forte.

[Kim, texto publicado no Instagram em 05 de novembro de 2021. Acesso em: 14 jul. 2022.]

Fonte: Instagram pessoal de Kim

Como é possível observar na publicação de Kim, ela discute, por meio da escrita de si, a misoginia, e o que fora historicamente construído como um “corpo de mulher”. A grafia da palavra “única”, em cor destacada, pode conotar, ao lermos a imagem, esse sentido do que chama a atenção, o que “puxa o olhar”, sentido que a ativista reforça quando relata: “sou a única (...) Isso faz com que os olhares se voltem para mim e eu tenha sempre a sensação de que estou sendo vigiada”. No texto exposto de forma estética e visual, Kim emprega também o termo “defem” adjetivando a palavra lésbica – e o termo indica “desfeminização”, no sentido de não utilização dos signos da feminilidade padrão na expressão de si e de seu corpo. Assim, o sentido de ser “única” complementa-se com o qualificativo que posiciona esse corpo como “outsider”³⁶. No texto verbal que acompanha a imagem, a ativista expõe a sensação constante de “outsider” por ser uma lésbica que não é lida a partir de certas expectativas sociais sobre a feminilidade, por integrar um grupo de pessoas que pode vestir (ou não) roupas consideradas “masculinas”, ou ter cortes de cabelo curto, por exemplo. Essas mulheres são mais facilmente lidas como lésbicas pela sociedade e, dessa forma, estão mais sujeitas a sofrerem com a lesbofobia.

³⁶ De acordo com Nunes (2021), Audre Lorde, na obra “Irmã Outsider: Ensaio e Conferências”, publicada em 2019, se posiciona como uma “irmã outsider” ao abordar o apagamento da literatura lésbica negra. Para a autora, o conceito de Lorde pode ser traduzido como “uma irmã forasteira, intrusa, estrangeira aos cânones brancos e heterossexuais da literatura.”. Para Nunes (2021, p. 162 – 163), “apontar e explorar a potência da escrita para mulheres lésbicas negras é ampliar o escopo da resistência dessas mulheres, já que, nesse aspecto, é muito difícil separar a literatura da própria vida.”.

Jules Falquet (2004) retoma os termos “*butch*” em referência às lésbicas desfeminilizadas e “*femme*” às feminilizadas, utilizados em algumas comunidades lésbicas norte-americanas dos anos 1950 (continuando até a atualidade). De acordo com a autora, as defensoras do termo “*butch*” (e quem utiliza-o hoje) apresentavam-no (e apresentam) como forma de existência e visibilização, pois essas existências eram (e são) um desafio ao monopólio masculino e sobre certas maneiras de se comportar e se vestir, burlando e subvertendo os códigos masculinos e femininos heterossexuais. Falquet afirma que os outros termos como “*dyke*”, também utilizado nos Estados Unidos, e “*jules*” na França – e posso incluir, no Brasil, os termos “caminhoneira”, “fancha”, “sapatão”, “bofe” –, são considerados “marginalizados” e utilizados por esse grupo de lésbicas como forma de escapar “(...) à imagem ‘lisa e limpa’, classe-média e aceitável, das lésbicas, senão que também por suas conotações populares” (FALQUET, 2004, p. 18).

Nessa perspectiva, além da lesbofobia, pode haver também o preconceito de classe imbricado nesse olhar que marginaliza as lésbicas desfeminilizadas. Pesquisas sobre lesbianidade apontam a “masculinidade” nas expressões corporais de lésbicas das classes trabalhadoras, tanto em contexto internacional – como, por exemplo, vaqueiras norte-americanas (HALBERSTAM, 2008; MEINERZ, 2011) –, quanto nacional – segurança de festas, operária em fábricas, vendedora ambulante, *office boy*, por exemplo (SOARES, 2014), que têm seu corpo modelado pelo trabalho manual que pode exigir força ou mobilidade física e que é construído por elas com o objetivo de poder trabalhar ou até mesmo sobreviver (SOARES, 2014). Porém, importante destacar que não só nas classes populares se encontram lésbicas desfeminilizadas; outros estudos (NOGUEIRA, 2010; LACOMBE, 2009; MEINERZ, 2008; FACCHINI, 2008; PERUCCHI, 2001) confirmam que em locais de encontros de lésbicas de classe média/alta há também a presença desses corpos que não são lidos com a feminilidade padrão. No entanto, o estigma de “pesada, vulgar, mal cuidada, machista” (SOARES, 2014, p. 191) é carregado pelas lésbicas de extratos sociais menos favorecidos e é perpetuado socialmente.

Seguindo nesta reflexão, trago a postagem de Bruna C. no seu perfil, no Instagram, na qual cruzam-se marcadores de classe, raça e sexualidade:

Figura 5 - "Você já parou pra pensar...?"



Fonte: Instagram pessoal de Bruna C.

(...) Aqui no Rio Grande do Sul somos poucas, digo, com essas afirmações de representar “masculina”, (te peço desculpas pelo vocabulário, afinal quero que minha comunidade entenda o que escrevo, logo, só comecei dessa forma para te chamar atenção). Vivemos em um “pilar” sobre vivência: A negritude - Como principal mecanismo do racismo, heterossexismo, fetiche e violência -, A orientação - Como o maior percursor de vida, trazendo o preconceito e exclusão - E a solidão - Como parte de um processo, onde a afetividade é selecionada, logo, exclusiva aos corpos brancos. (...) É escuro que muitas outras coisas nos rodeiam como mulheres negras e lésbicas, mas, em algumas vivências, essas se sobressaem. Ao sair na rua à noite, nós mulheres negras e “masculinas” somos confundidas como homens negros, é claro, sem abrir a boca, mas você, mulher branca e lésbica, por mais roupas da sessão masculina que você coloque, (...) nunca entenderá o que é ser confundida. Eu, já tive uma arma na cabeça, uma arma mirada para mim e minha companheira, eu já fui agredida na rua, em festas, expulsa. Você, com o seu privilégio, não será tratada assim. Com isso, quero terminar dizendo, que mês da visibilidade lésbica também, é visibilidade para a nossa vivência, além de querermos viver, a importância desse debate se faz, para te dizer, que não é tão difícil nos amar. [Bruna C., texto publicado no Instagram em 07 de agosto de 2019. Acesso em: 15 jul. 2022.]

De acordo com a ativista, seu corpo, por ser negro e de uma lésbica desfeminilizada, pode ser lido e confundido com o corpo de um homem negro, correndo o risco de viver a perseguição que os homens negros sofrem, como alvos preferenciais de uma sociedade racista. De acordo com Emanuelle Goés, Dandara Ramos e Andréa Ferreira (2021)³⁷, entre 2017 e 2018 os dados da 13ª edição do Anuário da Violência mostraram que 75,4% das vítimas mortas pelas polícias brasileiras eram negros (pretos e pardos, conforme designação empregada pelo IBGE). Como afirma Osmundo Pinho (2014), no nosso país, há a perseguição de determinados indivíduos por parte dos agentes da lei mais do que se contém as práticas delituosas – é o que o autor chama de “opositor racializado”. O autor traz as contribuições de Ana Flauzina afirmando que a autora encontra elementos suficientes para afirmar que nas fundações do direito penal brasileiro, desconsidera-se mais “fato do crime” para se concentrar na “pessoa do criminoso”. Para Pinho, os agentes da lei que estão amparados e investidos “(...) de poder e salvaguardas legais para garantir a reprodução do estado de direito, operam contra a lei dentro da lei, em contradição flagrante, e como um modus operandi (i)legítimo,

³⁷ Artigo de Goés, Ramos e Ferreira (2021) intitulado “Uso de máscara, homens negros e o racismo institucional em tempos de pandemia” publicado no portal Rede CoVida. Disponível em: <https://redcovida.org/2020/05/26/uso-de-mascara-homens-negros-e-o-racismo-institucional-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

espalhando o medo e o terror.” (PINHO, 2014, p. 01). E, para além da violência policial, os dados do Atlas da Violência (2019) revelaram que, no Brasil, 75,5% das vítimas de homicídios no país foram indivíduos negros (GOÉS; RAMOS; FERREIRA, 2021, p. 2), demonstrando que a população negra vive um genocídio e seus corpos são alvos.

Ainda, Bruna C. afirma que não ser lida a partir da feminilidade padrão, enquanto mulher negra, a afasta mais ainda dos afetos. A narrativa restitui três pilares – a negritude, principal alvo do racismo; a orientação, elemento vital, mas alvo de preconceito e exclusão; a solidão como processo vivido, na medida em que a afetividade é também constituída socialmente de modo a privilegiar a branquitude. A imagem, em escala de cinza, pode ser lida, no plano denotativo, a partir da apresentação de uma jovem negra trajando roupas convencionadas como parte do vestuário masculino. O sentido se completa por meio da expressão textual “mulher lésbica, negra e ‘masculinizada’”. Parte significativa do rosto, na imagem, oculta-se com o texto sobrescrito (em fundo branco e letras pretas) que interpela diretamente o leitor: “Você já parou para pensar...”. A composição produz conotativamente o sentido de que o olhar e o enunciado verbal estão nos inquirindo e, ao mesmo tempo, marcando um lugar de invisibilidade. A figura humana, na imagem, nos olha enquanto olhamos para ela. Seu olhar, articulado ao texto verbal, indaga sobre aquilo que, desde o nosso lugar (de homem, mulher, branco, negro, heterossexual, homossexual, etc.) talvez não se coloque como uma questão relevante. Mas, na medida em que acatamos o convite e paramos para pensar, expõem-se outros significados, expressos no texto como, por exemplo, a invisibilidade que é contestada quando ao afirmar que o mês da visibilidade lésbica deve ser também oportunidade para visibilizar as vivências de lésbicas negras, as violências contra a população negra e a luta pela vida – expressa na frase “além de querermos viver”. Sublinho, ainda, a utilização do termo “é escuro”, no texto da postagem, em substituição ao usual “é claro” como estratégia política de questionar conceitos racializados construídos pela branquitude – questionam-se os significados vinculados à “claridade” ou “clareza” como algo positivo em comparação à “escuridão” ou “escuro” como algo negativo.

As postagens de Kim e de Bruna C. apresentam narrativas de si para torná-las públicas, expõem as experiências vivenciadas e, ao fazerem isso, abordam temas importantes como a lesbofobia (atuando de forma mais direta em lésbicas desfeminilizadas) e o racismo, vivenciado dentro e fora da comunidade lésbica. Há, dessa maneira, também um caráter de denúncia às violências vivenciadas pelas mulheres lésbicas nas postagens das ativistas, que é debatido na seção 9.4.2 desta dissertação.

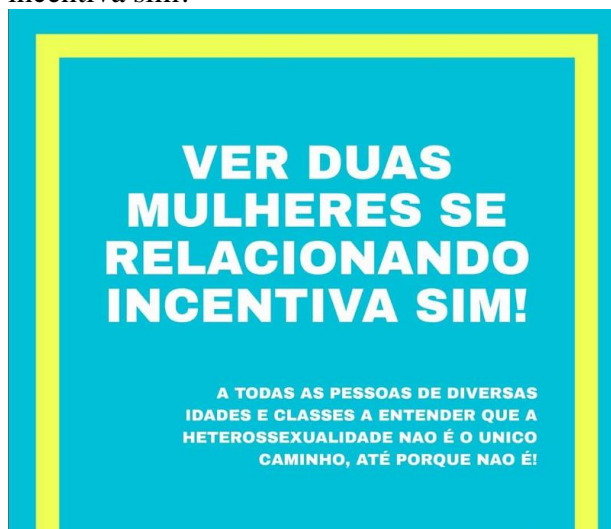
10.2. Falar coletivamente é falar de si: a necessidade de construção de um referencial positivo sobre a lesbianidade

Para além da introdução a pautas lésbicas e debates mais amplos, aponto o teor autobiográfico das postagens *on-line* como possibilidade de reflexividade para as jovens ativistas. Quando perguntada do porquê desse caráter nas postagens, J Lo afirmou:

(...) sobre esse lance de falar pra juventude, isso pra mim é muito importante porque eu não tinha quem conversasse comigo na época. Então a única coisa que eu sentia era que eu era anormal, que eu era uma aberração, que eu tinha que silenciar quem eu era. E eu quero muito que outras meninas não passem por isso, e que a gente compreenda qual processo real que acontece nas nossas mentes, nos nossos corpos e tudo mais, pra gente poder lutar inclusive enquanto movimento social organizado contra as origens, mesmo, da lesbofobia, sabe? Oque que ela faz com a gente. [J Lo, entrevista em agosto de 2021.]

Falar sobre sua realidade, sobre si, em seus textos virtuais, para a entrevistada, tem um peso político, pois a partir da experiência de narrar sua existência para outras lésbicas – as jovens, especialmente – os processos que são enfrentados podem ser entendidos e compartilhados, possibilitando, inclusive, a ação coletiva. Ter conhecimento de que outras existências fora da norma são possíveis é algo importante, e até vital, para as mulheres lésbicas – e também para os indivíduos outros que compõem a população LGBTQ+ –, que têm em sua realidade esse constante questionamento a respeito da sua “normalidade” por não estarem, por exemplo, em conformidade com a heterossexualidade, como é apontado por J Lo na sua própria experiência. Nesse sentido, considero relevante também trazer um trecho da postagem de Bruna B., observo como a jovem reconhece que sua afirmação enquanto lésbica, hoje, só é possível graças à existência e à afirmação de outras mulheres que a precederam.

Figura 6 - "Ver duas mulheres se relacionando incentiva sim!"



Fonte: Instagram pessoal de Bruna B.

(...) Abrem-se várias janelas de possibilidades ao se naturalizar todas as formas de amor, principalmente para nós povo preto em diáspora. Foi muito difícil para mim negra e periférica compreender que minha sexualidade não correspondia ao padrão social. Me custou para além das perdas afetivas perdas materiais, espaços, acessos etc. É muito difícil seguir seu caminho para o conforto pessoal e felicidade sem exemplos positivos. Costumo afirmar que se hoje sou sapatona é porque outras foram para que eu soubesse da possibilidade de ser também, sem elas talvez ainda estivesse na busca incessante de encaixe social acima da minha felicidade e bem estar. Estaria violentando e ignorando meu eu, minha essência. (...) Somos pretas e sapatonas e não deixaremos de existir e não negaremos nossos afetos.

[Bruna B., texto publicado no Instagram em 20 de março de 2020. Acesso em: 15 jul. 2022.]

De acordo com Bruna B., enquanto negra e periférica, sempre foi muito difícil compreender a sua lesbianidade, visto que seu corpo é constantemente estigmatizado e violentado pelo racismo, pela opressão de classe e pela lesbofobia. Dessa forma, ela reitera a necessidade de se expandir os referenciais positivos da lesbianidade, destacando a relevância de viver seus afetos publicamente, objetivando a transformação social e lutando pelo fim das violências que ela e tantas outras mulheres são vítimas.

Nessa perspectiva, trago a contribuição de Bernard Lahire (1998) a respeito da escrita e a reflexividade sobre si. O autor nos lembra que a ação demanda a existência de um corpo, mas não necessita sempre da presença imediata deste. Isto é, através do recurso da escrita, por exemplo, é possível marcar a presença mesmo quando se está ausente fisicamente. Para Lahire, a escrita compensa a ausência corporal para continuar exercendo uma ação, agindo a distância. Assim, as práticas de escrita participam de um domínio de si, exemplo disso são "(...) diários íntimos, poesias, autobiografias, comentários proto-literários que acompanham as fotografias" (LAHIRE, 1998, p. 135), bem como, aqui, as narrativas digitais, que também podem compor essa multiplicidade de formas de escrita que possibilitam a reflexividade sobre si. Na postagem, o texto verbal assinala a presença de mulheres se relacionando, e este sentido é reforçado pelo uso do signo "ver", que denota a existência real e concreta e que conotativamente carrega o sentido de visibilidade e de representatividade. O texto que acompanha a imagem marca os recortes de raça (por meio dos termos: "negra", "povo preto

em diáspora” e “pretas”), classe (empregando o termo “periférica”) e sexualidade (utilizando “sapatona”). Também nesta escrita emprega-se uma metáfora visual – “Abrem-se várias janelas de possibilidades ao se naturalizar todas as formas de amor”, na qual a metáfora constrói relação direta com o signo “ver” contido na imagem e remete à necessidade de vislumbrarem-se várias possibilidades de expressão do amor que não são regidas pela heteronormatividade.

A relevância dos referenciais positivos sobre lesbianidade é reforçada na postagem de Bruna B. quando ela explica que a possibilidade de afirmação de si, enquanto sapatona, foi possível porque outras mulheres a fizeram antes dela. Durante a entrevista, a ativista relatou que, assim que percebeu que era sapatão, se inseriu em um grupo *on-line* na rede social Facebook denominado “Grupo de Apoio para Lésbicas”. Neste grupo ela se sentiu acolhida e fortalecida, sendo importante para a sua compreensão de si mesma e, conseqüentemente, para a construção do seu ativismo atual. Bruna B. afirmou que nem todas as mulheres tem acesso a grupos e coletivos presenciais (como a Coletiva, que ela constrói com outras sapatonas, a ser melhor apresentada na seção 9.3), de modo que o mundo virtual se torna um lugar potente para alcançar outras pessoas, trazendo representatividade, amparo e, muitas vezes, impulso para viver sua lesbianidade.

Quando eu me assumi sapatona, quem me fortaleceu pra me assumir sapatona foi um grupo no Facebook, o GAL (Grupo de Apoio para Lésbicas), então assim, é muito importante o ativismo na internet nesse sentido. (...) No GAL, que era um grupo privado, (...) lá você podia trocar experiências e falar sobre o que acontecia na sua vida. E foi assim, (...) um divisor de águas na minha vida. Foi a partir do GAL que eu entendo que posso ser sapatona, então isso é muito importante, entender que a internet teve uma parte crucial na minha jornada. Não só identitária, mas de fortalecimento, de autoestima... Essa permissão do ser, porque pra ser individual, você também precisa ser coletivamente. (...) Então eu acho que a internet é muito importante pra quem não pode sair, pra quem não pode, na comunidade, dizer que é sapatão, pra quem não tem alguém pra dialogar, pra quem não tem esse espaço prático a internet é essencial. [Bruna B., entrevista em setembro de 2021].

No trecho acima é possível observar que a inserção de Bruna B. em um coletivo – mesmo que um coletivo *on-line*, em uma comunidade no Facebook – foi um “divisor de águas” na vida da ativista. Foi na experiência em conjunto com outras sapatonas e lésbicas que Bruna B. construiu sua identidade e assumiu sua sexualidade, não mais em um lugar de solidão, mas a partir do acolhimento, do enxergar-se, da troca de experiências, da “permissão do ser”. Esse espaço possibilitou que a jovem conhecesse outras existências lésbicas, não sob um viés do estereótipo e do estigma, mas do cotidiano, do “falar sobre o que acontecia na sua vida”, sendo um local de fortalecimento de si ao lado de outras mulheres. Além disso, como

cita Bruna B., muitas sapatonas não encontram esses espaços nas comunidades em que vivem e a internet proporciona que essa ausência física seja substituída, atuando como ambiente potente para que esses sujeitos possam conhecer seus pares e conhecer-se por um viés mais positivo.

Na mesma perspectiva, Sophia afirma que, desde que assumiu sua lesbianidade, passou a criar uma arte militante em seu perfil *on-line* por compreender que não ter uma referência lésbica positiva na sua trajetória, durante parte de juventude, dificultou muito sua percepção de si fora do estigma.

E aí quando eu saí do armário, eu comecei a postar e a militar nesse sentido, então foi muito importante pra mim alinhar uma coisa na outra, né?(...) Então, desde então, minha arte teve muito esse caráter político, de militância, porque com a arte o que eu busco fazer é ser uma referência que eu não tive. Então, eu não tive essa referência, então muitas coisas são mais difíceis pra gente, quando a gente não tem uma referência positiva sobre ser quem a gente é, né? E aí com a arte eu, sei lá, tento trazer essa referência positiva que eu realmente não tive, né? Porque, por mais que eu pudesse ter referências no Tumblr, por exemplo quando eu era adolescente, não eram referências positivas, eram referências ou hiperssexualizadas, ou de pessoas heteros falando sobre vivências lésbicas, então não era o que conversava comigo, não era algo que me trazia empoderamento, não era algo que me trazia conhecimento, não era algo que me trazia conforto nem nada. Então eu queria fazer parte do movimento de positivar essa existência, então minha arte veio muito como isso pra mim, né? E como isso que eu quero trazer pra outras pessoas também! [Sophia, entrevista em abril de 2022].

No relato de Sophia é possível analisar como a ativista reconhece que as referências sobre lesbianidade que atravessaram sua adolescência eram representações que colaboravam para a manutenção dos estereótipos sobre as vivências lésbicas – da hiperssexualização, por exemplo –, e que traziam sensações de desconforto para ela a respeito de si mesma. Em outro trecho da entrevista, Sophia relata:

Então eu me lembro muito de que eu pensava "tá bom então eu vou me assumir lésbica", e aí não tinha nada na minha cabeça, não vinha nem uma imagem na minha cabeça, era tipo um quadro em branco. Eu falava assim "tá, o que vai ser do meu futuro?" "o que eu vou fazer?", isso quando eu tinha uns 18, 19 anos, né? Não conseguia enxergar uma imagem do que era, então eu tive que passar por um processo de autoaceitação muito intenso. [Sophia, entrevista em abril de 2022].

Analisando os dois trechos, percebo como as representações a que se refere Sophia – elaboradas, na maioria das vezes, por sujeitos heterossexuais – e as construções culturais a respeito da lesbianidade dificultam a compreensão de si enquanto uma existência possível para lésbicas. A ativista afirma que não conseguia imaginar a si mesma no futuro, que via um “quadro em branco”. É possível afirmar que isso ocorria porque a heterossexualidade compulsória constrói uma idealização romântica do casamento (RICH, 2010), apresentando como única imagem de futuro possível para uma mulher a normativa, da família nuclear

burguesa – mulher heterossexual, casada e mãe. Dessa maneira, ao assumir-se publicamente e compreender o peso que essa ausência de representações positivas – e possíveis – da lesbianidade acarretam nas vidas dos indivíduos (principalmente de outras lésbicas), a ativista decide que sua arte e sua militância serão, então, voltadas para “positivar essa existência”. Isto é, para possibilitar que outros imaginários sejam construídos e considerados no que diz respeito às vidas lésbicas – criados em primeira pessoa e não mais a partir de um olhar estrangeiro.

Além de Sophia, J Lo é também artista e contou que utilizou sua personagem do grafite para iniciar a abordagem sobre as temáticas lésbicas no seu perfil *on-line*.

Aí fiquei pensando sobre coisas que eu passei quando eu era pirralha, que eu achava que a pirralhada de agora não ia tá passando, e eu percebo por esses discursos que acabam passando (...) Então, sei lá, como pra mim tudo foi muito motivado pela minha existência, por eu ser sapatão, ficar ali parada olhando praquilo já não era uma opção, então fui tentando de alguma forma começar a juntar uma coisa na outra, né. Aí a primeira coisa que eu fiz foi usar a Tona, que é a minha personagem de grafite, a sapinha, pra tentar me comunicar fazendo umas tirinhas e tal. (...) E falar um pouco sobre a minha história, né, sobre coisas que eu já passei (...) Então, tanto pro lado da arte, né, eu sou artista, participei da minha primeira exposição em 2015. Mas trabalho com grafite, trabalho com escultura, depois eu comecei a trabalhar com poesia também, enfim... É muita coisa ao mesmo tempo, mas é tudo voltado pra isso, assim, pro ser sapatão e pro não se negar. [J Lo, entrevista em agosto de 2021].

A partir desse trecho é possível perceber que a arte é aliada na construção desse referencial positivo e, também, como há uma intencionalidade política com um viés educativo nessa estratégia. Ou seja, J Lo, assim como as outras *artistas* (termo construído pela fusão das palavras “artista + ativista” por Bruna B. durante a entrevista), enxergam no seu trabalho a possibilidade pedagógica de elaborar a lesbianidade sob um viés diferente (não estigmatizado). Elas acreditam que têm a capacidade de influenciar no comportamento das pessoas a partir do que elaboram e publicam em seus perfis. Além disso, esse esforço também passa a justificar a importância de si e do que fazem. Esse aspecto é crucial para a compreensão da importância do ativismo *on-line*, visto que lésbicas vivem um sentimento de exclusão e estigmatização gerados, principalmente, pela invisibilidade de suas existências. O que é alterado na ação política de elaboração de registros positivos que dão sentido à vida de outras mulheres sapatonas, mas que contribui também para a própria existência dessas ativistas. Uma vez que, ao falar sobre a sua história e sobre o que passou, através do grafite, J Lo dá sentido à própria existência.

Essa construção (e visibilização pública) de si, de forma positiva, é um ato político e não só possibilita que outras lésbicas compreendam a si mesmas – enquanto uma existência

possível e não estigmatizada, permitindo-se viver sua sexualidade e identidade –, mas também colabora para a mudança dos imaginários inventados sobre lésbicas na nossa própria cultura. A arte e a escrita de si, registradas em espaços *on-line* como os perfis das jovens no Instagram, podem ser vistas como parte integrante de uma ação histórica mais ampla dos próprios movimentos de lésbicas na produção de conhecimento sobre si como resistência (SOUZA, 2018) ao que foi construído por outros sujeitos (normalmente homens, brancos e heterossexuais). De acordo com Rich (2010), o apagamento e a destruição de registros e imagens que representam a existência lésbica, principalmente no que tange à sensualidade erótica entre mulheres (não como um produto para a apreciação masculina) são consequências diretas da heterossexualidade compulsória. Sendo assim, desde o período entre guerras, há uma intensa produção artística lésbica objetivando retratar as vidas entre mulheres e a visibilidade de si, por parte de artistas lésbicas (AULER, 2018).

De acordo com Auler (2018), após a 1ª Guerra Mundial, a sociedade ocidental se reconfigura e abrem-se novas possibilidades para mulheres em alguns espaços – como no âmbito profissional, por exemplo – surgindo, também, novas categorias possíveis como “mulheres adultas não casadas, mulheres solteiras, celibatárias ou, ainda, as mulheres sem homens” (AULER, 2018, p. 128). Nesse contexto, de acordo com a autora, há o surgimento de um senso de identidade coletiva entre as mulheres lésbicas e diversas artistas – como Romaine Brooks, em 1923, por exemplo –, que constroem trabalhos com a intenção de gerar uma nova imagem visual da mulher lésbica. Na década de 1970 surge um coletivo em Los Angeles (EUA), intitulado Lesbian Art Project (LAP), buscando resgatar e dar visibilidade às produções de artistas lésbicas, promovendo também eventos sociais e programas educacionais, tratando sobre as experiências e as lutas vividas por lésbicas na sociedade contemporânea (AULER, 2018). Esses exemplos demonstram um movimento que emergiu, principalmente, no século XX, de mulheres que utilizaram a arte como luta contra a invisibilidade lésbica e as produções estigmatizantes sobre essa população.

Quando questionadas a respeito da motivação para a ação política *on-line*, Kim e Bruna C. afirmaram:

A internet ela não começa e se encerra nela mesma, né? A gente tem que entender que ela é válida, ela tem um papel de disputa de narrativas importantíssimas (...) E, então, eu acho que é importante eu estar ali dentro disputando essas narrativas, né? (...) Porque, sei lá, você vai ver essas meninas de São Paulo, essas caminhoneiras de São Paulo (...) aquilo me contemplava muito pouco, sabe? E aí eu falei, "véi, qual é a sapatona nordestina que eu vejo disputando?", sapatona, caminhoneira, nordestina que eu vejo disputando narrativa aqui dentro, sabe? E aí eu resolvi

entrar por conta disso. Pra poder ser a referência que eu não tive pra outras meninas nordestinas caminhoneiras... E esse foi o mote principal, e aí eu fui ganhando outros motes ao longo da jornada. [Kim, entrevista em março de 2022].

Eu comecei a falar sobre essas questões quando eu vi a [nome ocultado]- que é a mina que eu comecei a me inspirar. Tipo, de início eu via que, meu, eu me identificava muito com ela, e eu achava muito massa a maneira que ela vinha e trazia os conteúdos dela (...) Eu achei importante porque eu não via tantas pessoas como eu fazendo o mesmo. Aí depois eu entendi que muitas mulheres existiam, só que elas não eram vistas. Quando a gente se uniu e percebeu que a gente existia, sabe?(...) Então, se a gente tá ali persistindo, a gente tá tentando trazer voz e trazer menos invisibilidade pra nossa existência. (...) Acredito muito, assim, de verdade, que eu tô ali por essas pretas, e as pretas tão ali pra mim, e todas as minas lésbicas tão ali por algum motivo, independente se são pretas ou não. Mas eu tô tentando buscar, realmente, a nossa existência cada dia mais, assim. Não importa onde eu esteja, se eu tô no meu trabalho, e eu vejo uma mina lésbica precisando de ajuda, tentando falar sobre o que ela tá sentindo, e eu sei que a tua identificação vai ser necessária, porque na identificação realmente muda muitas coisas, eu vou tá ali a frente falando por ela, né? [Bruna C., entrevista em agosto de 2021].

Nos dois relatos é possível observar as mesmas necessidades de ser uma referência positiva (que não existiu durante parte da juventude das entrevistadas) e de trazer visibilidade às mulheres lésbicas no espaço virtual, mencionadas anteriormente por Bruna B., Sophia e J Lo. Tanto Kim, quanto Bruna C., afirmam que a presença dessas existências sapatonas no mundo *on-line* tensiona as narrativas já existentes e perpetuadas de forma hegemônica (como a branca e a heterossexual, por exemplo) e gera uma multiplicidade de vozes que falam sobre si e tornam visíveis as suas identidades e vivências. Para Kim, não visualizar, mesmo que no espaço virtual, outras caminhoneiras nordestinas – visto que alguns tipos de lésbicas ganham mais visibilidade do que outros, normalmente brancas e do sudeste e sul brasileiros – fez sua trajetória ser mais solitária, pois ela não se enxergava nas representações que conhecia. Então, se colocar enquanto um corpo nordestino que está ocupando um espaço no qual, de acordo com ela, há disputas de narrativas, também construindo e registrando uma narrativa própria, possibilita que outras lésbicas nordestinas possam se enxergar enquanto existência possível e se identificar com sua trajetória. Paralelamente, Bruna C. viveu o que as outras entrevistadas tanto buscaram ao longo de seus itinerários: a identificação gerada pelo ativismo de outra jovem sapatão provocou nela uma vontade de também estar neste espaço registrando sua narrativa. Ou seja, há uma identificação a partir da experiência compartilhada coletivamente que pode ou não acarretar na busca por ações políticas voltadas às populações lésbica e, no caso de algumas delas, negra – e que abranjam a arte ou o registro de narrativas.

Nesse sentido, ao refletirem sobre suas trajetórias, algumas ativistas pontuam a relevância de terem conhecido outras lésbicas e sapatonas nas suas próprias construções de si

e na desnaturalização dos estigmas imputados sobre elas, enquanto outras reforçam que a ausência dessas referências nos seus itinerários de vida acarretou muitas dificuldades e momentos de solidão. Sendo assim, a necessidade de construir um referencial positivo sobre a lesbianidade é apontado como a principal motivação das cinco entrevistadas para iniciar o ativismo *on-line*, porque estas acreditam na potencialidade pedagógica que suas ações têm na vida de outras lésbicas que frequentam este espaço. Além disso, elas defendem que o mundo *on-line* precisa ser ocupado por essas existências porque acomoda diferentes narrativas que estão em constante disputa, sendo importante estar presente neste embate. Portanto, em seus perfis, elas enchem “o mundo” com histórias, narrativas de si, imagens, indagações e pequenas reflexões nas quais se produzem referenciais positivos da lesbianidade.

10.3 Experiência em coletivos e movimentos tem como desdobramento o ativismo *on-line*

Um elemento importante que surgiu no diálogo com as ativistas foi o da vinculação com coletivos e/ou movimentos sociais, visto que nas descrições de si nos perfis *on-line* das ativistas não há indicação de pertencimento ou inserção nesses outros espaços. Enquanto traçavam seus itinerários, o aspecto da luta coletiva e presencial apareceu em absolutamente todas as narrativas em algum momento, seja como parte da inserção no ativismo, seja como elemento central na luta por transformação social.

A experiência política de Bruna C. se iniciou na adolescência, enquanto ainda estudava em escola pública através do Grêmio Estudantil e esse foi o espaço que viabilizou uma ponte para a sua filiação em um partido político de esquerda.

Eu fiz parte do PSOL. Eu fui militante do PSOL no grêmio estudantil do [nome da escola], né? Eu participava, eu era a pessoa, lá, que encabeçava as coisinhas. E aí a gente se aliou, se filiou ao PSOL na época. Depois daquilo eu saí e tal. Foi uma coisa de boa, mas hoje eu não estou em nenhum movimento social. [Bruna C., entrevista em agosto de 2021].

Como é possível observar através do trecho selecionado, a ativista informa que “encabeçava” muitas ações no Grêmio Estudantil da escola e que essa experiência possibilitou sua filiação no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Das cinco entrevistadas, a ativista em questão foi a única que relatou ter tido contato com partido político, ao passo que todas as outras integraram movimentos sociais ou coletivos independentes. Em relação aos movimentos estudantis, Marcos Ribeiro Mesquita (2003) afirma que estes se apresentam como uma das possibilidades de inserção e atuação política para uma parte dos estudantes, visto que, quando convivem com outros jovens que compartilham das mesmas adversidades,

o estudante se envolve coletivamente na busca (que é, em muitos casos, comum) das alternativas desejadas, edificando compromissos com a sua condição atual – a de ser jovem. Nesse sentido, muitos movimentos e grêmios estudantis recebem apoio de partidos políticos de centro-esquerda e se colocam como instâncias que aproximam as juventudes da socialização política. Além disso, a própria escola é uma instituição fundamental na inserção de Bruna C. no ativismo.

Nessa perspectiva, trago o relato de Sophia a respeito da sua trajetória de inserção em coletivos feministas durante o período que estava na universidade.

Olha, eu era parte do Coletivo Feminista da faculdade, eu estudei na [nome da universidade], e eu era parte do Coletivo Feminista durante o meu tempo todo lá, então a gente fez várias ações (...)era com foco na faculdade, a gente fez várias ações muito legais. Organizamos algumas marchas, algumas coisas assim (...) Esse ativismo do feminismo na faculdade foi muito importante pra mim (...) Eu participei com algumas amigas também, acho que foi durante o último ano da faculdade, de uma revista... Uma delas estava fazendo uma revista pro TCC com relação à existência lésbica, e eu participei também escrevendo algumas coisas. [Sophia, entrevista em abril de 2022].

De acordo com a jovem, ter sido integrante de um Coletivo Feminista na universidade foi muito importante para ela, pois foi possível participar de ações políticas práticas, como marchas, ou mesmo voltadas para a produção intelectual relativa à lesbianidade – elaborando escritas sobre a existência lésbica para uma revista. Assim, é importante refletir como o espaço universitário se coloca, para alguns jovens, como possibilidade de aproximação do movimento estudantil ou de outros coletivos e movimentos sociais. De acordo com Groppo et al. (2019), assim como os movimentos sociais passaram por transformações a partir das décadas de 1970 e 1980, os movimentos estudantis também sofreram alterações e não são mais caracterizados apenas pela presença das entidades clássicas, como, por exemplo, Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) ou Centros Acadêmicos (CAs), mas também por coletivos, grupos e indivíduos que elencam debates e demandas referentes à raça, gênero, sexualidade, incorporando-as as pautas dos movimentos. Foi a luta dos movimentos negros, feministas, LGBTQ+, entre outros, que possibilitaram as transformações nesses espaços quando iniciam o processo de ênfase às suas pautas também nas universidades – gerando mudanças efetivas como as políticas de Ações Afirmativas, por exemplo.

Atualmente, Sophia não integra nenhum coletivo, pois a jovem afirmou que, como artista, foca seu ativismo no espaço *on-line*, mas que, por exemplo, durante a pandemia, participou – junto de outras lésbicas –, da tradução de textos que abordavam a temática da lesbianidade em outras línguas e de alguns encontros virtuais para debate desses textos

coletivamente. Bruna C. não está mais filiada a nenhum partido político e, além do ativismo *on-line*, é integrante de um coletivo de sapatonas negras. De acordo com ela,

(...) é um espaço de acolhimento e escuta, (...) a gente vai falar de três pilares, que é: saúde mental, saúde sexual e saúde financeira, dentro do grupo [nome do coletivo], e daí a partir dali a gente faz um dia de acolhimento e escuta, né. Então, é um espaço onde tem basicamente mulheres lésbicas por ser do meu conteúdo, então a gente acaba abraçando tudo, entendeu? [Bruna C., entrevista em agosto de 2021].

Posso afirmar, partindo do diálogo com essas duas ativistas, o quanto a atuação no mundo virtual possibilita a construção de redes entre mulheres lésbicas e também mulheres negras. Redes que priorizam, primeiramente, o acolhimento, mas também o encontro – mesmo que virtual –, para debate de pautas lésbicas, como saúde mental, sexual e financeira e também para trabalhos intelectuais coletivos, como o esforço histórico de democratizar o acesso às teorias lésbicas através das traduções de textos que só existiam em línguas estrangeiras. Essa potencialidade, mesmo que distante fisicamente, não pode ser ignorada, visto que esses “encontros” ocorrem e geram efeitos que abarcam também o mundo *off-line*. Como afirmado por Bruna C., o coletivo se encontra de forma virtual toda semana para compartilhar um momento de escuta e de acolhimento entre mulheres negras e lésbicas que, juntas, colaboram para o fortalecimento de si mesmas, mas também influenciam no seu ativismo, externo ao grupo, e que, provavelmente, reflete nas postagens e discussões em seus perfis.

Assim como Sophia, J Lo iniciou seu ativismo dentro do movimento feminista. A entrevistada afirmou que no início dava oficinas voluntárias na Casa da Mulher Trabalhadora, no Rio de Janeiro, e, alguns anos depois ingressou em coletivos.

Eu comecei a entrar dentro do movimento feminista, acho que por volta de 2012. Eu comecei a fazer mais cursos e tal, e aí eu me envolvia muito com a CAMTRA, né, que é a Casa da Mulher Trabalhadora. Aí eu fazia alguns trabalhos voluntários lá. E oferecia alguma oficina, coisas assim, sabe? Mais pra esse lado. (...) Mas aí, em 2015, uma, minha ex-esposa, que na época era muito minha amiga, não, na época a gente já namorava. Ela fazia parte de um coletivo de mulheres, e aí em Agosto não tinha nenhum evento aqui no Rio de Janeiro, e ela resolveu que ela ia fazer o evento junto com umas amigas dela do coletivo, que eram lésbicas também. Só que as meninas, elas não tinham várias habilidades que eu tinha, né. Por exemplo pra pintar uma bandeira, coisas assim, sabe? E daí eu tava dando muito suporte nelas, pra isso, e dei também uma, fiz parte de uma roda de conversar sobre História Lésbica, falando sobre sapatão na Inquisição. E dessa primeira organização de eventos, foi um evento por fim de semana, no ano seguinte a gente criou a Coletiva Visibilidade Lésbica. Que atuou de 2016 até 2018, fazendo sobre esses eventos em Agosto. Que era o Mês da Visibilidade Lésbica. E eu acho que em 2017 a gente fez um outro projeto que era o Resistências Lésbicas, que era um, Roda de Conversas mensais. [J Lo, entrevista em agosto de 2021].

Como é possível observar, no trecho selecionado, J Lo, através da ação política feminista e da arte, bem como dos encontros com outras lésbicas, ingressou em coletivos nos quais a visibilidade – principalmente no mês de agosto – e os debates acerca da lesbianidade eram pauta. Atualmente, J Lo não faz mais parte de nenhum coletivo ou movimento social por questões de saúde e, para ela, a arte é sua grande aliada na luta contra a lesbofobia e o racismo.

Bruna B. teve uma experiência um pouco parecida com Sophia e J Lo, apesar de não ter iniciado sua atuação política na universidade, ela também ingressou no Feminismo e, a partir disso, seu ativismo foi ganhando contornos próprios. De acordo com a entrevistada, foi aos 23 anos, após se assumir sapatona, que a ativista se integrou no movimento feminista e, assim, pôde conhecer outras sapatonas.

Acho que com 23 eu me assumo sapatona, né? Tipo assim, abertamente, e entro na militância, né? Com 22 ou 23 eu entro na militância e eu começo o ativismo de forma presencial. Eu construí com amigas... Como eu entro nesse processo de solidão de não ter amigas ou companhias e pessoas ao redor, eu entro no Feminismo. No que eu entro no Feminismo as minhas amigas heterossexuais me apresentam a outras mulheres sapatonas pra que eu conseguisse fazer essa caminhada de forma mais tranquila. (...)Então, se não fosse o movimento negro, como eu disse, o movimento social, inclusive de forma prática, se não fosse eu me reconhecer entre as minhas iguais, primeiramente enquanto mulher negra, né? Eu não estaria aqui hoje. Então, toda a minha formação política ela vem do ativismo, das atividades que participei, das rodas de conversa, das formações políticas, dos eventos que a gente construiu, né? Construímos juntas vários eventos... Encontros nacionais, enfim, eu viajei bastante enquanto ativista também. Então é tudo isso que constrói a minha consciência política hoje. [Bruna B., entrevista em setembro de 2021].

A partir do relato de Bruna B., é possível identificar o Movimento Negro e, novamente, o Movimento Feminista como um espaço que possibilitou sua iniciação no ativismo, ao mesmo tempo em que também foi um espaço de acolhimento e, principalmente, de companhia. A ativista afirma que ter feito parte de movimentos sociais e, por consequência, de formações políticas e do cotidiano de coletivos e movimentos, foi o que construiu sua consciência política e quem ela é, hoje. Enxergar-se não mais sozinha, após um longo processo de autoaceitação – no que tange, principalmente, à sua sexualidade –, foi um importante passo na trajetória da ativista para que, atualmente, ela conseguisse construir não só o ativismo *on-line*, mas também “uma coletiva” de sapatonas negras com encontros presenciais na periferia em que mora. De acordo com Bruna, após conhecer essas outras lésbicas, iniciaram-se encontros em sua casa que, tempos depois, transformaram-se em um coletivo exclusivo para sapatonas negras e de periferia.

Então a gente começou a fazer reuniões aqui em casa, que eram reuniões sapatão, mas a gente não entendia como isso num local político. Era uma necessidade mesmo afetiva nossa, de solidão, de um local seguro, onde você não passasse por lesbofobia, não sofresse violência... E aí esses encontros começam a acontecer em 2014, tipo assim, marcamos um churrasco, aí tem eu e mais duas amigas. Mas aí aquela amiga conhece uma outra amiga que também quer trazer e também é sapatão, e que ela conhece uma outra amiga que também a amiga quer trazer... Ou ela namora com alguém e vai trazer a namorada, e a namorada vai trazer a prima que é... Enfim, nesse contexto surge a Coletiva [nome do coletivo]. Eu comecei a construir com outras sete mulheres negras e periféricas, uma coletiva de sapatonas pretas, justamente pra que a gente conseguisse dialogar sobre nossas demandas. Então aconteciam esses encontros aqui em casa, onde a gente reunia cerca de 40 a 50 mulheres, a gente não tem tanto espaço assim, mas você sabe que a demanda é grande, então quando a gente vai ver a casa tá lotada [risos]. (...) a nossa ideia é essa ação prática mesmo, né? E dentro da comunidade! Porque a gente entende que existe uma bolha, não que está tudo lindo, mas existe uma bolha grande branca e LGBT nos centros das cidades, mas pensando esse role da comunidade, é entender que, às vezes, essas meninas nem o transporte tem para ir para um evento, mesmo que ele seja gratuito. Ou não vão se compreender como um corpo que está presente lá, porque eu não tenho uma roupa apropriada pra isso, porque eu não tenho uma estética que seja apropriada pra isso. (...) Então tem uma questão de autoestima, tem uma questão de classe, então a gente queria atender todas essas demandas pelos nossos corpos estarem nos mesmos lugares e por a gente já ter passado por diversas situações nesse sentido. Então, a Coletiva [nome do coletivo] é uma coletiva que faz ações práticas para mulheres negras com espaços exclusivos e gratuitos. Então a gente não cobra evento, não cobra nada. A nossa ideia é fortalecer mesmo o corre sapatão. Então, em geral tem música, poesia, e depois de um tempo, a gente inseriu a roda de conversa. [Bruna B., entrevista em setembro de 2021].

Como descrito no trecho da entrevista, a coletiva de Bruna B. e outras companheiras sapatonas negras e de periferia surgiu com o objetivo de ser um lugar seguro na comunidade em que vivem, no qual as mulheres não sofram com a lesbofobia, bem como um local que constrói ações práticas gratuitas que abarcam o acolhimento, a construção de autoestima, debates acerca de raça, classe, gênero e sexualidade através da arte e das rodas de conversa. Nesse sentido, considero importante trazer as discussões de Sueli Carneiro (2003), Lelia Gonzalez (1983) e Beatriz Nascimento (1990) a respeito da solidão da mulher negra como uma das consequências do racismo para a compreensão da importância da existência de um coletivo como essa coletiva nascida em Salvador.

De acordo com Carneiro (2003), o mito da fragilidade da mulher sempre foi exclusivamente associado à mulher branca, visto que as mulheres negras nunca foram “taxadas como frágeis” (p. 50-1) por, durante séculos, terem sido escravizadas e forçadas a trabalhar nas lavouras ou nas ruas – como vendedoras, prostitutas ou quituteiras. Para a autora,

Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral, e das mulheres negras em particular.

(...) Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (CARNEIRO, 2003, p. 50-1).

Dessa maneira, a branquitude construiu e constrói o ideal e o modelo de beleza, do que deve ser desejado, do que deve ser amado no lugar do corpo branco, sendo o corpo negro – em especial o da mulher negra, colocado no lugar da mulata ou da doméstica (GONZALEZ, 1983). Para Gonzalez (1983), a representação da mulata diz respeito a um lugar social da hiperssexualização do corpo negro feminino, considerado para o “consumo” fácil e que pode ser descartado, visto que representa “mercadoria” – a partir da instituição da “raça negra como objeto”, construída e mantida pela branquitude desde o período colonial. Assim, seu corpo é um corpo objetificado para o consumo e esse lugar social tem raízes no racismo e no patriarcado. É possível identificar essa hiperssexualização dos corpos de mulheres negras no relato de Bruna C., durante entrevista,

(...) e também rola muito a parada da fetichização, sabe? Tipo, se tu for abrir todos os nossos directs, a gente tá recebendo peito, bunda, a gente tá recebendo elogio pesado, tá ligado? Só que a gente tá ali falando de outras questões. (...) Mas eu quero que tu me veja para além da minha aparência. Eu quero que tu veja o quê que eu tô falando pra ti. Isso é gratificante, isso é importante, isso tá te somando alguma coisa? (...) Eu sempre estou perguntando, mas as respostas que eu tenho é: “nossa, muito gata”, “nossa, ai, que vontade”, então, tipo, é meio foda, sabe? Eu não tô ali pra isso, velho. Só pra isso. (...) Eu sou uma pessoa para além disso, tá ligado? Eu tô ralando todo dia. E tipo, todas as pretas, é a mesma coisa. [Bruna C. entrevista em agosto de 2021].

Neste trecho é possível perceber que a ativista sofre com assédios por parte de outras mulheres e de como esse lugar social destinado às mulheres negras é também compartilhado e perpetuado entre lésbicas. Bruna C. relata que recebe fotografias sensuais de outras mulheres sem ao menos consentir com isso ou sequer solicitar e do quanto isso a violenta, porque percebe que muitas mulheres a enxergam como um corpo que está público “pra isso”, quando ela gostaria de ser reconhecida por quem é e pelo ativismo que constrói na rede social.

Em relação ao lugar social da doméstica, Gonzalez (1983, p. 230) afirma que é a “mucama permitida”, da prestação de bens e serviços que carrega tanto a sua família, quanto a dos outros “nas costas”, sendo assim, essa mulher negra está do lado oposto ao da exaltação, pois está no cotidiano. Como exemplo a autora cita a discriminação que mulheres negras da classe média sofrem ao serem obrigadas a entrar pela porta de serviço nos edifícios, costumeiramente como ordens dos síndicos brancos. Além disso, Gonzalez afirma que a

mulher negra habitante de periferia é quem “sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca” (GONZALEZ, 1983, p. 231), pois é quem tem de sobreviver prestando serviços e tendo a responsabilidade do cuidado da família todo para si. Assim, articulam-se racismo e sexismo nos corpos de mulheres negras que vivenciam uma solidão afetiva, mas que também abarca outros âmbitos.

Para Nascimento (1990), a maior mobilidade no trânsito afetivo se dá para quem está mais próximo do embranquecimento, pois o padrão estético da sociedade é referenciado na branquitude. Assim, mulheres negras – principalmente de pele escura, são raramente escolhidas afetivamente. Sobre esse ponto em específico, do afeto romântico, discorro mais detalhadamente na próxima seção (seção 9.4.1) desta dissertação. Em relação aos outros âmbitos, nos quais há a exclusão de mulheres negras, e por consequência sua solidão, Janaize Batalha Neves e Adriana de Souza Gomes (2021) afirmam que a mulher negra desde a escola já sofre com a exclusão dos grupos sociais. De acordo com as autoras, há situações de extrema solidão que envolvem crianças negras durante sua escolarização como, por exemplo, a hora do recreio, a divisão de duplas para realização de trabalhos e mesmo a exclusão de eventos como aniversários, e que seguem sendo vivenciadas quando se analisam as carreiras de mulheres negras, por exemplo.

Importante trazer as reflexões de De Almeida Marcelino (2016) a respeito da especificidade de ser lésbica e negra. O estigma que lésbicas negras sofrem tem origem na construção da imagem das mulheres negras que, como afirma hooks (1995), mais do que a das brancas, foi construída historicamente em um padrão essencialmente heteronormativo. Isso acarreta, em muitos casos, uma maior dificuldade de sapatonas negras mostrarem sua identidade lésbica por já viverem a estigmatização racial (ALMEIDA, 2008). De acordo com De Almeida Marcelino (2016), a lesbofobia se soma à punição racial, pois a exposição da sexualidade gera intolerância e é vista como uma escolha ou mesmo um pedido para ser agredida. Nessa perspectiva, é possível compreender a relevância de espaços como a Coletiva, construída por Bruna C. e outras mulheres sapatonas, visto que se elabora um cotidiano de referência e acolhimento para mulheres negras, fortalecendo-se laços que as retiram desse local de solidão, bem como trabalha-se a autoestima de um grupo que historicamente é violentado pelos padrões e imposições construídos e perpetuados pela branquitude. Sem mencionar a especificidade de serem, além de mulheres negras, mulheres sapatonas de localidades de periferia, vivendo, dessa maneira, uma exclusão social bem maior, pois estas mulheres não se enxergam em nenhum espaço que aborda a lesbianidade, por exemplo. Como

Bruna C. mencionou, mesmo os locais exclusivos de encontro de lésbicas excluem essas mulheres, porque comumente ocorrem nos centros das cidades e longe das periferias, recebendo um público branco e classe média que não tem como pauta a preocupação com sapatonas de outras localidades. Assim, a arte e os debates são fortes aliados na construção de uma Coletiva que prioriza a luta das mulheres negras, sapatonas e periféricas, enquanto espaço pensado por e para esses corpos, principalmente.

Diferentemente das ativistas mencionadas até agora, Kim teve uma trajetória de ativismo oposta. De acordo com a entrevistada, sua atuação *on-line* se iniciou a partir da demanda por referência positiva sapatona e nordestina – como mencionado no capítulo anterior, e ela nunca havia feito parte de nenhum coletivo ou movimento social quando criou seu perfil no Instagram. Kim afirma que decidiu estudar e pesquisar por conta própria antes de se colocar em qualquer espaço político e essas leituras foram a base para a iniciação no ativismo *on-line*, em 2018. Atualmente, após, mais ou menos, três anos de ativismo virtual, a jovem está ingressando em um coletivo presencial.

Eu estou em processo de aproximação de um determinado coletivo, mas não posso fornecer essa informação completa. Mas eu nunca estive antes, eu passei muito tempo pesquisando, assim, o que eu realmente achava que valeria a pena (...) Eu sou marxista, né? Feminista materialista, lesbofeminista. Então, eu não acredito apenas na teoria, ou apenas na prática, eu acredito na práxis. Eu acredito que sozinho não funciona, entendeu? Tanto a teoria, quanto a prática, um precisa do outro pra que a gente consiga de fato que chegue a revolução, digamos assim. [Kim, entrevista em março de 2022].

Posso afirmar, a partir da narrativa de Kim que, após o estudo, principalmente do marxismo, a ativista passou a compreender a importância da união da teoria e da prática para a luta por mudanças, objetivando uma revolução. Nesse sentido, considero importante a experiência de Kim, visto que a sua atuação *on-line*, as reflexividades a partir das leituras e escritas de si, possibilitaram que outro tipo de ação política fosse considerada e almejada por ela. Enquanto as outras jovens entrevistadas trouxeram consigo a experiência de construir coletivamente espaços de luta contra a lesbofobia, a misoginia e o racismo para dentro do espaço virtual (atuando de forma concomitante *on* e *off-line*, em alguns casos), Kim, agindo de forma mais individualizada nessa nova forma de ativismo, fez nascer sua motivação para a luta coletiva a partir da ação individual – nas suas produções *on-line* e leituras. Esse contraponto me faz refletir, enquanto pesquisadora, sobre o mundo virtual enquanto comunidade. Isso porque, ao analisar os perfis *on-line* e ao dialogar com as interlocutoras, percebo que a ação política virtual pode construir pontes e reflexividades conjuntas no momento em que permite que outros sujeitos comentem e conversem com as ativistas. Dessa

maneira, apesar de ser uma ação mais individualizada – porque os textos e artes são elaborados de forma singularizada por cada uma delas em suas casas, por exemplo – ela também é coletiva, no momento em que tudo o que é publicado pode ser lido e comentado, e as reflexões são compartilhadas através dos debates virtuais e das ações coletivas empreendidas neste espaço – como a tradução dos textos mencionada por Sophia, ou os encontros do coletivo *on-line* que Bruna C. integra. Assim, constroem-se, mesmo que de tamanhos reduzidos, comunidades compostas por lésbicas que interagem, trocam e dialogam entre si sobre suas vivências, mas, principalmente, sobre luta política.

10.4 Sobre o ativismo *on-line* lésbico

10.4.1. A pandemia da Covid-19 e o ativismo on-line

De acordo com Luz et al. (2021), em 31 de dezembro de 2019 o governo chinês informou a Organização Mundial de Saúde (OMS) da ocorrência de casos de um tipo diferente de pneumonia em Wuhan, capital de Hubei – “cidade que é um dos mais importantes centros industriais e tecnológicos do planeta” e “(...) um dos principais pontos de confluência logística e de transportes terrestres e aéreos do Leste Asiático (LUZ et al., 2021, p. 180). Essas características da cidade, para os autores, contribuíram para a disseminação rápida do vírus em questão que, em 7 de janeiro de 2020, foi classificado como um novo coronavírus pertencente ao mesmo grupo de vírus de epidemias anteriores de Sars (*Severe acute respiratory syndrome*) e de Mers (*Middle East respiratory syndrome*), sendo este o Sars-CoV-2. Essa nova doença foi intitulada de Covid-19 (*coronavirus disease 2019*) e, aqui no Brasil, as primeiras mortes ocasionadas por ela foram registradas em 17 de março de 2020, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Como afirmam Luz et al. (2019), em 21 de março já foram registrados casos em todos os estados do país e também no Distrito Federal.

Neste contexto, em outros países do mundo, foi decretado o *lockdown* (ou isolamento social) para evitar um maior contágio e infestação da doença. Aqui, no Brasil, esse isolamento demorou para ser decretado (e para alguns sujeitos ele nunca aconteceu), visto que o presidente Jair Bolsonaro estimulou que os brasileiros não aderissem ao isolamento e que deveriam “voltar à normalidade”, além de pedir a plena abertura de estabelecimentos comerciais, classificando a Covid-19 como “gripezinha” (LUZ et al., 2021, p. 181). Assim iniciou o número alarmante de contaminações e de mortes no nosso país, gerando caos no

sistema público de saúde com hospitais sobrecarregados de pacientes³⁸, e também instaurando o medo entre a população. Atualmente, o número de mortes, desde o início da pandemia, está totalizado em 681.006 (até o mês de agosto de 2022), demonstrando que as poucas medidas sanitárias adotadas pelo governo (quando foram) não foram eficazes na proteção da população brasileira.

O cotidiano dos movimentos sociais também foi afetado pela pandemia, logo, muitas estratégias tiveram de ser adotadas para a proteção dos sujeitos que integram os movimentos e coletivos, e muitos decidiram que a saúde e a alimentação da população seriam as prioridades de luta. Dessa maneira, muitos encontros se tornaram virtuais ou foram suspensos (como é o caso da Coletiva da qual Bruna B. é integrante), e as saídas de casa de muitos ativistas e militantes eram objetivas, visando sanar necessidades básicas de pessoas marginalizadas – como a população que vive em localidades de periferia ou a população de rua, por exemplo. É importante destacar que esse isolamento social não ocorreu para a toda a população brasileira, muitos jovens tiveram que seguir saindo de casa e se expondo para manter seus empregos (LUZ et al., 2021), bem como muitas pessoas em situação de rua seguiram também expostas ao vírus. Além disso, o desemprego se alastrou de forma gigantesca no país, aumentando também o número de sujeitos que buscaram os movimentos sociais para sobreviverem, visto que o Estado não foi efetivo nesse sentido.

Assim, com os encontros dos movimentos e coletivos reduzidos, e as possibilidades de ação em outros âmbitos – que não sanar a fome, por exemplo – também restritas, ativistas e militantes iniciaram ações políticas virtuais que abarcavam desde a elaboração *on-line* do LesboCenso, por exemplo, por parte da Liga Brasileira de Lésbicas e da Coturno de Vênus, até o ativismo através das redes sociais, como o Instagram. Nesse sentido, posso afirmar que foi possível perceber uma maior adesão ao ativismo nas redes sociais por parte de ativistas lésbicas neste recorte temporal, marcando a criação de alguns perfis *on-line* (como é o caso de J Lo e de Bruna B.) ou então dando fôlego aos perfis que já existiam nas redes com esse objetivo (como foi o caso de Bruna C., Kim e Sophia).

Durante as entrevistas, J Lo e Bruna B. informaram que a pandemia foi uma das suas motivações para iniciar o ativismo na rede Instagram.

³⁸ Notícia do portal R7: “‘Hospitais estão sobrecarregados’ por covid-19, diz Ministério da Saúde”. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/hospitais-estao-sobrecarregados-por-covid-19-diz-ministerio-da-saude-29062022>. Acesso em: 25 set. 2022.

A pandemia, o medo e a falta de um local de falar, ainda mais porque a Coletiva está parada. (...) A [username do Instagram] é muito esse local de desabafo, mesmo, um local de divisão, de troca, pensando no nível de invisibilização que os corpos sofrem, principalmente de lésbicas que não performam a feminilidade padrão. (...) A internet pra mim é só um plus. É um local de impulsionamento mesmo, de reverberar, alcançar outros corpos. As pessoas mais novas que estão no Instagram o tempo inteiro, consumindo várias coisas, então é uma forma também de acessar, mas é a prática que me torna segura de mim. [Bruna B., entrevista em setembro de 2021].

Eu tava num lugar assim, com muita dor desse problema que eu tenho aí, alérgico, e já sentindo alguns efeitos dos tumores, né, dor nas costas, e tal, enfim. Eu tava me sentindo muito mal fisicamente. Morando sozinha, 100% sozinha, com esse lance todo de pandemia, e lendo. Tudo que eu lia, eram discursos muito violentos, sabe, muito agressivos. E eu falei, “Velho, não dá pra viver assim”, porque eu fiquei pensando, “Poxa, se isso me afeta, e eu sou assumida há muitos anos, e eu tenho uma pesquisa muito boa sobre o tema, e eu sei várias coisas que as pessoas não sabem, imagina quem não tem acesso a essa informação”, né. E aí eu falei, “Não, vou começar a falar sobre o assunto”. [J Lo, entrevista em agosto de 2021].

Para Bruna B., a pandemia gerou um hiato nos encontros da Coletiva que ela constrói com outras sapatonas negras e isso impulsionou a vontade da ativista de seguir muitas das reflexões e discussões que eram do cotidiano do coletivo em outro espaço. Espaço esse que possibilita também a troca com um número maior de pessoas, “alcançando outros corpos” – principalmente corpos jovens, além de, principalmente, “reverbar” a visibilidade negra e sapatona no mundo virtual por meio da escrita e da arte.

J Lo partiu de um lugar diferente de Bruna B., uma vez que não estava mais inserida em nenhum coletivo e estava enfrentando problemas de saúde, porém também tinha a intenção de trazer a narrativa de si e da lesbianidade, ao perceber muitos outros discursos violentos sendo propagados e compartilhados nas redes sociais. Além disso, a ativista conta que se sentia muito sozinha durante a pandemia e utilizou este momento para ler e estudar, percebendo a potencialidade que isso poderia ter numa plataforma de alcance maior, como é o Instagram. Desse modo, buscou construir essa narrativa mais positiva e em primeira pessoa a respeito da lesbianidade visando o público lésbico – assim como Bruna B., através dos seus textos e suas produções artísticas.

Somado a isso, J Lo elaborou dois projetos artístico-teóricos que visam conhecer as histórias de mulheres lésbicas no que tange às vivências de sapatonas desfeminilizadas, e também à saúde sexual, com o intuito de produzir documentos com dados baseados nestes relatos. Como discutido anteriormente, essa intenção de se colocar enquanto um corpo que não está dentro dos padrões branco-heteronormativos – por ser negro e de uma sapatona desfeminizada – é uma ação mais individualizada que coloca esse indivíduo em foco, porém

não deixa de ser uma ação também coletiva, visto que esse corpo representa muitos outros e traz consigo experiências que foram também coletivas – como as discussões dentro do espaço da Coletiva ou as ações construídas em conjunto dentro dos movimentos que as duas integraram durante suas trajetórias políticas e de vida.

Em referência às outras três interlocutoras, Bruna C., Kim e Sophia, o ativismo no Instagram, que já existia, durante a pandemia ganhou um fôlego maior. Foi possível perceber esse aspecto através da etnografia virtual nos seus perfis, pois em todos os casos, durante os anos de 2020 e 2021, o número de postagens aumentou expressivamente quando comparado aos anos anteriores. Tanto a frequência de postagens, quanto o número de publicações abordando as pautas e debates lésbicos (em comparação com as fotos pessoais, por exemplo) aumentou especialmente durante esses dois anos – período no qual o isolamento social foi mais expressivo no país. Em relação a esse contexto, Sophia afirma:

O período inicial da pandemia, assim, o começo de 2020, né? E até o final desse primeiro ano, foi um ano de produção muito intensa pra mim. Foi um ano em que eu comecei a trazer de forma um pouco mais estruturada essa questão da teoria mesmo, eu fiz duas séries de desenhos. Teve uma que foi a "Provocações Feministas", que trazia vários temas relativos à existência lésbica, e outras questões feministas como consentimento, heterossexualidade compulsória, feminilidade, enfim, vários conceitos que eu tava estudando na época e eu também, em agosto de 2020, convidei um monte de outras mulheres lésbicas pra participarem de um projeto que eu fiz. "Elas juntas", eu pedi pra mulheres darem entrevistas e trazerem textos e relatos ou fotografias, etc., várias formas de expressão artística e eu desenhava cada uma delas. [Sophia, entrevista em abril de 2022].

Como é possível analisar, através do trecho selecionado, o período de pandemia e de isolamento social representou, para algumas das ativistas, um tempo de estudo e dedicação para o ativismo *on-line*. Foi o momento no qual suas ações políticas estavam concentradas neste espaço e tornou possível a elaboração de projetos virtuais coletivos, tanto de participação direta de outras lésbicas (como, por exemplo, os dois projetos citados neste trecho por Sophia ou os construídos por J Lo), quanto de trabalho coletivo mesmo – como é o caso das traduções de textos de autoras lésbicas executadas por um grupo que Sophia integrou, mencionado na seção anterior desta dissertação.

Esses dados demonstram que, para uma parte de ativistas lésbicas, as redes sociais se colocaram, durante o período de pandemia da Covid-19, como espaços de luta e de visibilidade para suas reflexões pessoais, suas produções artísticas e suas ações políticas relacionadas às pautas e demandas lésbicas mais amplas. Todas as entrevistadas utilizaram seus perfis *on-line* como locais de debates e trocas com outros sujeitos em um momento que

os diálogos e encontros estavam restritos, diminuindo as lacunas e possibilitando uma continuidade na busca por visibilidade lésbica. Ter a possibilidade de positivar sua existência, ser referência para outros sujeitos, construir redes, dialogar, produzir e pensar – mesmo que virtualmente – demonstra a potência pedagógica que o espaço virtual pode exercer dentro da luta contra a lesbofobia através do trabalho cotidiano dessas jovens ativistas.

10.4.2. Principais características do ativismo on-line construído pelas interlocutoras desta pesquisa

A partir da etnografia virtual e dos diálogos com as interlocutoras, posso afirmar que o caráter de denúncia aos atos de violência praticados contra as mulheres lésbicas e a visibilidade são as principais características do ativismo *on-line* construído pelas cinco jovens. No que tange o primeiro aspecto, trago a postagem de Bruna B. para exemplificar este ponto,

Figura 7 - "Parente sapatão e ceia de natal"



Então é Natal, momento de dialogar e estar mais próximo da família e eis que as demandas de ser um corpo sapatão seguem, porque até no Natal as pessoas são quem são.

Então vamos reforçar aos entes e amigos.

A parente sapatão da família não faz parte da ceia!

*Sem disponibilidade para assédio
Sem disponibilidade para experiências novas
Sem disponibilidade para sexo a três
Muito menos para o fetiche alheio
A sapatão não faz parte do banquete!*

[Bruna B., texto publicado no Instagram em 27 de dezembro de 2020. Acesso em: 24 set. 2022.]

Fonte: Instagram pessoal de Bruna B.

A ativista, através dessa publicação, retoma uma das violências que lésbicas são obrigadas a vivenciar no seu cotidiano, a fetichização, e que podem ocorrer em diversos espaços de socialização, como, por exemplo, nos encontros de família. Ela afirmou, durante a entrevista, que é importante trazer essas agressões que o corpo sapatão vivencia, porque outras pessoas podem estar passando pela mesma situação e, nesse sentido, é relevante reafirmar publicamente que corpos lésbicos não podem mais ser considerados corpos disponíveis para o prazer alheio.

Em relação à imagem, exibe-se, no centro de um círculo marrom, a ilustração de uma vagina estilizada – parte integrante da identidade visual da artista, que se repete na maioria de suas criações mais recentes. Sobre esta imagem, grafa-se o seguinte texto verbal: “A parente sapatão da família não faz parte da ceia!”. A escrita que acompanha a publicação contextualiza o acontecimento no tempo do Natal – em que, usualmente as famílias se reúnem para celebrar o feriado cristão e para compartilhar alimentos. No plano conotativo, imagem e texto permitem pensar que, muitas vezes, no espaço familiar, podem ocorrer assédios e a fetichização dos corpos lésbicos, sendo a postagem parte de uma estratégia por meio da qual a ativista denuncia efeitos da lesbofobia.

A respeito da fetichização das relações lésbicas (e corpos lésbicos), é necessário compreender que ela tem origens no sexismo e na dominação patriarcal. Como apresentado anteriormente nesta dissertação, para Lorenzo (2012), o sexismo se coloca como ideologia que organiza as relações entre os sexos, marcando o masculino como superior e o feminino como inferior. Nessa perspectiva, a dominação masculina se reconhece na forma específica de violência simbólica exercida de forma sutil e “invisível”, por ser considerada natural. Essa dominação coloca as mulheres em uma condição de subordinação, tornando-as invisíveis simbólica e imaginariamente. Assim, enquanto subordinada, seu corpo também é considerado subordinado às vontades masculinas.

Para Patrícia Lessa, à mulher cabe o papel de objeto de desejo, enquanto ao homem de portador do olhar. Dessa maneira, as mulheres são consideradas objetos e o homem é sujeito do desejo, “(...) neste sentido a homossexualidade feminina serve de “estímulo para o olhar masculino, e nem aqui numa relação homossexual feminina o homem pode estar fora, ele aparece como expectador ativo de um espetáculo feito para ele” (LESSA, 2004, s.p.). Essa imagem da lesbianidade como espetáculo, de acordo com Beatriz Gimeno Reinoso, é perpetuada desde o século XVII na literatura europeia – principalmente inglesa e francesa –, através de autores que elaboravam escritas pornográficas sobre o erótico feminino, trazendo, principalmente, a descrição do sexo entre mulheres. De acordo com a autora,

O erotismo feminino se faz, definitivamente, espetáculo até o ponto em que muitos autores teatrais assumem que um pouco de lesbianismo contribui para chamar a atenção do público masculino nada se sabe do que pensava o público feminino. Este lesbianismo contado pela ótica masculina, e que já não se oculta, terá consequências que se prolongarão no tempo já que estes escritores contribuem com suas criações para fixar um modelo de lésbica e de relações lésbicas que chegou até os dias de hoje! (GIMENO REINOSO, apud LESSA, 2004, s/p.).

À vista disso, situações como a descrita por Bruna B. podem ocorrer com certa frequência na vida de mulheres lésbicas que têm suas relações afetivo-sexuais questionadas (pela ausência masculina) e, concomitantemente, têm seus corpos fetichizados e considerados disponíveis para o olhar e o abuso dos homens. Assim, ocorrem casos de estupro corretivo – como descrito e exemplificado anteriormente nesta dissertação, bem como constrangimentos com convites e suposições que também violentam essas mulheres. Como afirma Gimeno Reinoso, permite-se socialmente a lesbianidade desde que ela “não rompa seus vínculos com o patriarcado, desde que os homens heterossexuais possam desfrutar dela” (GIMENO REINOSO apud LESSA, 2004, s/p.).

Outra violência denunciada é a solidão afetiva vivenciada por lésbicas negras. Retomo trechos da postagem de Bruna C., trazida no capítulo anterior, com os fragmentos que abordam este tema em específico.

Vivemos em um “ pilar ” sobre vivência: A negritude - Como principal mecanismo do racismo, heterossexismo, fetiche e violência -, A orientação - Como o maior percurso de vida, trazendo o preconceito e exclusão - E a solidão - Como parte de um processo, onde a afetividade é selecionada, logo, exclusiva aos corpos brancos. (...) Com isso, quero terminar dizendo, que mês da visibilidade lésbica também é visibilidade para a nossa vivência, além de querermos viver, a importância desse debate se faz, para te dizer, que não é tão difícil nos amar. [Bruna C., texto publicado no Instagram em 07 de agosto de 2019. Acesso em: 15 jul. 2022.]

A ativista afirma que precisa “sobre viver” a três tipos de violência: o racismo – relacionado à negritude –, o fetiche e a exclusão – relacionados à sua sexualidade – e a solidão, também consequência do racismo e do sexismo. Como trazido na seção anterior, a branquitude construiu tanto o racismo, quanto o sexismo, e a partir disso um padrão estético espelhado em si mesma. Dessa forma, Beatriz Nascimento (1990) afirma que, apesar de vivermos em uma sociedade plurirracial, os sujeitos com maior proximidade do embranquecimento experienciam uma maior mobilidade no trânsito afetivo. Isso acarreta, nas vidas de mulheres negras de pele escura, por exemplo, uma maior exclusão na vida afetiva, pois há poucas chances de serem escolhidas afetivamente. De acordo com a autora, a “atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela [a mulher negra] representante da etnia mais submetida” (NASCIMENTO, 1990, apud CARNEIRO, 2003, p. 123), estando vulnerável ao estereótipo de mulher hiperssexualizada, como discutido na seção anterior, sendo constantemente objetificada.

Bruna B., na postagem abaixo, aborda os efeitos dessas construções da branquitude sobre as mulheres negras na sua própria compreensão do amor.

Figura 8 - "O que eu, sapatona preta, compreendo do amor?"



O que eu, sapatona preta, compreendo do amor?

Pra mim, que ouvi na adolescência sobre esse amor que é chama que arde sem se ver, que é não contentar-se de contente, e mesmo assim, nunca compreendi estes versos bíblicos tão complexos - acredito que só internalizei e reproduzi a música que surge deles, rs, buscando algo que nem eu sabia como definir. Eu, que ouvi repetidas vezes e aprendi que amor estava diretamente ligado ao ato sexual satisfatório, a servidão e em se tornar um único ser, seguí construindo algo que não sabia no que se daria, afinal, era tudo sempre sobre príncipes e princesas, e nenhum deles parecia comigo, nem real.

Como, na contramão da existência e impregnada de tudo isso, vou saber o que desejo do amor?

O questionamento surgiu, e eu, negra, sapatona, nessa diáspora de retalhos, mestiça, e como muitas, em busca de referências reais e espaço de fala, ando fazendo esse mergulho.

Como conseguir compreender qual o amor que almejamos, antes de limpar toda a socialização a que fomos submetidas? Não dá pra ignorar o que aprendemos. A vida toda nos ensinam a ser fortes, ensinam que não podemos errar, nos cobram muito, muito mais, e por diversas vezes, não sobra espaço nem pra saber quem se é!

Daí quando nos damos conta, surge a sensação incômoda de não sabermos o que estamos fazendo, e ainda assim seguimos o fluxo por medo da solidão e preterimento, resultado tão posto para nossos corpos.

(...) Creio que essa sensação é também resultado do fato de ainda estarmos construindo essas definições pessoais, frente a uma sociedade eurocêntrica que tenta padronizar tudo.

Não lidamos só com o que já foi nos impregnado, mas, com os estímulos que continuamos a receber diariamente. Mídia, programas, reportagens, tudo enfatiza o amor correto com apenas uma cor e sexualidade - branca e heterossexual. O quanto disso polui a nossa subjetividade?

Já parou para analisar o quanto isso impacta em nossas existências? Uma das lições que aprendi é que, para definir o nosso amor, precisamos primeiro de uma análise pessoal do que para nós ele significa, e qual o peso de cada coisa/ato/necessidade.

Aqui não vou estabelecer mais padrões, pois, acredito que o amor não tem forma certa, mas sim acordos, respeito e potência, o resto é caixa patriarcal. (...) Sinta mais, sapatona preta! O que é importante para você? Seja a primeira pessoa da sua vida! Trace a sua rota, construa seu amor, comece por você! Se priorizar é exercício, dê o primeiro passo!

Se quiser me conta aqui o que é amor pra você.

[Bruna B., texto publicado no Instagram em 03 de abril de 2020. Acesso em: 24 set. 2022]

Bruna B. convida sapatonas negras a refletirem sobre o que acreditam ser o amor e o que aprenderam sobre ele através da própria experiência. Na imagem é possível perceber essa interpelação por meio do destaque às palavras “sapatona preta” com variação de fonte e tamanho das letras. De acordo com a ativista, é muito difícil fazer esse questionamento ignorando toda a violência racista que sofreu durante a sua vida, principalmente no que tange à relação afeto e sexo. Para Bruna B., sua subjetividade foi aprendendo que amor e sexo eram elementos conectados e que ela deveria satisfazer sexualmente para ser amada. Sobre esse aspecto, trago a contribuição de hooks (1995 apud MENDONÇA, 2019, *on-line*) que discorre sobre o contexto histórico de construção do corpo negro feminino enquanto um corpo utilizado para a exploração masculina branca.

mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995 apud MENDONÇA, 2019, *on-line*).

Essas representações, que são compartilhadas há séculos na nossa cultura, produzem efeitos nas subjetividades de mulheres negras – como relatado pela ativista – que precisam reconhecer a si mesmas tentando se distanciar dessas criações da branquitude sobre seus corpos e lugares sociais. Para além disso, Bruna B. também afirma que “mídia, programas, reportagens, tudo enfatiza o amor correto com apenas uma cor e sexualidade – branca e heterossexual”, isso direciona os afetos e constrói violências às subjetividades de mulheres negras – mesmo as que não são heterossexuais.

Em relação a esse elemento, peço licença para me colocar enquanto pesquisadora branca, mas principalmente, enquanto lésbica branca. Percebo constantemente (como Bruna B. afirmou perceber), nos círculos que frequento e nas produções que consumo que tematizam a lesbianidade, a ausência do afeto entre mulheres negras e mulheres brancas. Como trazido por Nascimento, nós, brancos, estamos constantemente valorizando corpos brancos e, principalmente, corpos brancos que remetem aos padrões europeus. A colonialidade está nas nossas práticas, e no nosso cotidiano, e é ingênuo pensar que nós, lésbicas – mesmo vivenciando um lugar social de marginalidade (quando comparadas aos sujeitos heterossexuais), não iremos seguir compactuando e reproduzindo essa lógica racista. Afirmando isso porque, durante a minha adolescência, nas poucas e escassas produções que tinha acesso (como séries ou filmes) que abordavam a lesbianidade, absolutamente todas eram protagonizadas por mulheres brancas. Os casais eram formados por mulheres brancas, bem como as lésbicas consideradas bonitas e desejadas nestas produções também eram brancas, de tal modo, fomos e somos ensinadas a admirar lésbicas brancas. O ideal lésbico é um ideal branco, a escassa representatividade lésbica na cultura foi – e, infelizmente, ainda é – branca. Logicamente a cultura lésbica não está afastada da cultura hegemônica (branca e heterossexual) e, assim como reproduzimos muita heteronormatividade em nossas relações, também reproduzimos racismo.

Os corpos lésbicos desejados ainda são os corpos brancos, as mulheres lésbicas reconhecidas publicamente e admiradas são, em sua maioria, brancas. Quem tem espaço para assumir sua lesbianidade sofrendo um pouco menos de violência ainda são as mulheres brancas; quem tem espaço na academia para falar de lesbianidade, em sua maioria, também são ainda as mulheres brancas (o meu caso, por exemplo). Há um esforço enorme de desconstrução desses padrões em alguns espaços lésbicos, como em alguns espaços de luta que frequento, mas não podemos fingir que as imposições racistas (construídas e compartilhadas por nós, brancos) não moldam nossas relações e nosso cotidiano. É importante que lésbicas brancas (e me insiro aqui) se aproximem cada vez mais das discussões sobre branquitude e que nos enxerguemos também enquanto mulheres que podem violentar outras mulheres (com a hiperssexualização, por exemplo), mas principalmente enquanto mulheres privilegiadas no que tange às escolhas afetivo-sexuais e os locais de prestígio social, repensando, inclusive, a quem nossos afetos e desejos estão destinados.

Por fim, um último aspecto de denúncia encontrado nas postagens é referente à invisibilização da saúde sexual de lésbicas. Trago a postagem de J Lo na qual ela discorre

sobre um teratoma de ovário que descobriu em seu corpo após realização de exame ginecológico. De acordo com a ativista, mesmo sendo muito observadora em relação ao seu corpo, só isso não foi o bastante: é necessário que lésbicas façam exames médicos e consultem especialistas.

Figura 9 - "Algum sintoma?"



Fonte: Instagram pessoal de J Lo

Saí do armário em 2009 e milito ativamente pela causa lésbica desde 2015. Em todos esses anos, nunca vi a saúde sexual de lésbicas ser tratada para além da prevenção às ISTs, sempre através das gambiarras feitas a partir de luvas de látex, camisinhas e plástico pvc. É como se, nós, sapatonas, não tivéssemos órgãos internos ou como se eles não estivessem sujeitos a adoecer. O movimento lésbico consegue compreender a violência ginecológica contra lésbicas, mas, falha ao nos ajudar a reconhecer que precisamos ir ao ginecologista - muitas vezes, com urgência. Se sabemos que lésbicas costumam evitar essas consultas, é possível pensar em uma política de redução de danos? Sempre fui de observar meu ciclo menstrual, a aparência e o cheiro da minha ppk pra tentar compreender se estou - ou não - adoecida, mas isso não basta. O Teratoma de ovário (...) é comum em mulheres jovens. Na maioria dos casos, é assintomático e descoberto em exames de rotina. (...) Apesar disso, não conseguia associar minhas dores e o aumento do meu volume abdominal a uma condição nos meus ovários, só descobrindo o problema ao fazer meus exames ginecológicos de rotina (que estavam atrasados). Isso me fez pensar na necessidade de quebrarmos o silêncio para falar abertamente sobre sapatonas e ginecologia, sem julgamentos, buscando compreender exatamente o que nos faz evitar esse cuidado para que possamos resolver esses problemas e resgatar nosso direito à saúde. Vamos trocar essa ideia?

[J Lo, postagem realizada em 27 de abril de 2021, no Instagram. Acesso em: 08 ago. 2022]

A ilustração criada por J Lo circunscreve os sentidos ao âmbito do discurso médico, na medida em que apresenta uma estilização do sistema reprodutor feminino e indaga sobre possíveis sintomas através da frase "Algum sintoma?". O tamanho ampliado dos ovários na imagem chama a atenção, e, no texto que a acompanha, lê-se: "não conseguia associar minhas dores e o aumento do meu volume abdominal a uma condição nos meus ovários", trazendo para o leitor o debate acerca do cuidado com o corpo lésbico no que tange a sua saúde sexual. A ativista alerta sobre riscos de doenças ou complicações que não são apenas decorrentes de ISTs, mas também podem surgir de outras questões biológicas. Quanto ao uso das cores, o roxo faz referência a uma das cores da bandeira lésbica, o vermelho representa o sangue

menstrual e o rosa é parte da identidade visual da artista (ela costuma utilizar essa cor em suas criações).

Além disso, nesta postagem, a ativista retoma a discussão (historicamente presente nos movimentos lésbicos) a respeito da falta de atenção à saúde sexual de lésbicas pela ciência e medicina em geral quando cita as “gambiarras feitas a partir da luva de látex, camisinhas e plástico PVC”, visando à proteção contra ISTs. Mesmo existindo alguns métodos de proteção, ainda são poucos, e há a indicação dessas “gambiarras” em muitos espaços frequentados por lésbicas – justamente pela ausência de atenção da saúde pública com essa população. Se há formas de se prevenir de ISTs, elas são raramente divulgadas. Sobre este aspecto, Michel A. S. Lima e Ana A. W. Saldanha (2020) afirmam que há, atualmente, uma falta de esclarecimentos a respeito de insumos preventivos às ISTs para a população lésbica que, muitas vezes, rejeita a utilização dos métodos existentes por considerá-los adaptações. Dessa maneira, para os autores, há uma vulnerabilidade no que diz respeito à saúde de mulheres que se envolvem sexualmente com mulheres, acarretada pela ausência de campanhas voltadas para esse público e que tenham grande repercussão — que seriam capazes de estimular o uso de insumos preventivos e orientar sobre riscos nas relações desprotegidas, além da falta de esclarecimentos por parte dos órgãos públicos de saúde sobre os possíveis meios de prevenção às ISTs. Esse cenário gera o “mito da baixa vulnerabilidade do corpo lésbico” (LIMA; SALDANHA, 2020, p. 10) compartilhado entre mulheres que se relacionam sexualmente com outras mulheres, de que riscos só existem quando há contato com corpos que possuem a genitália masculina e que, de acordo com as autoras, é decorrente da crença de gênero socialmente construída de que mulheres são “naturalmente” mais cuidadosas e responsáveis com sua saúde.


Além disso, a ativista constrói um diálogo direto com a população lésbica a respeito da necessidade de se estar atenta ao seu corpo e de que é importante que lésbicas debatam sobre violência ginecológica e os motivos de lésbicas não frequentarem consultas médicas. Para J Lo, o movimento lésbico “falha” ao não trazer informações a respeito da importância do cuidado com a saúde ginecológica, não pensando coletivamente em “políticas de redução de danos”. Essa violência descrita por J Lo, dentro dos consultórios, diz respeito à heteronormatividade da ciência e da medicina que, inseridas na cultura sexista que vivemos, propaga a ideia de que o papel da mulher é o papel reprodutivo. Sendo assim, todos os sujeitos que não estão dentro do padrão heterossexual sofrem com a falta de investimentos e de pesquisas relacionadas à proteção e ao sexo seguro, sendo as mulheres lésbicas mais uma

vez invisibilizadas neste âmbito da sociedade. Trago, abaixo, uma postagem de Bruna C. que dialoga com a reflexão de J Lo.

Figura 10 - "Papo Ei, Sapatão"

**PAPO EI,
SAPATÃO #1**

Como reagir com a
consulta á
Ginecologia?



Aspirar a vida de mulheres que amam mulheres

O que não pode acontecer:

1. Justificativas de que não se deve realizar CP (papanicolau) devido relacionamento com outra mulher
2. Justificativas de não ser necessário pois não tem exposição sexual,
3. Justificativas de virgindade pois não se relaciona com homem.

Fonte: Instagram pessoal de Bruna C.

Que exames eu devo realizar, enquanto pessoa com **vagina?**

1. Papanicolau para identificação de IST'S de surto em contato com fluídos por exemplo: HPV.
2. Exames clínico: Avaliação de lesão, odor, coceira.. Ex: Tricomoníase.
3. Exames sanguíneo. Ex: Clamídia

Compartilhe essa informação, deixe suas dúvidas nos **comentários.**

Aspirar a vida de mulheres que
amam mulheres importa sim!



[Bruna C., publicação no Instagram em 20 de outubro de 2021. Acesso em: 24 set. 2022.]

Bruna C., além de ativista, é também técnica em enfermagem e um dos temas recorrentes no seu perfil *on-line* é a saúde sexual de mulheres lésbicas e bissexuais, por conta da sua formação. Na postagem selecionada, há o destaque para a palavra “vagina”, grafada com sombreamento colorido (assim como as palavras “ginecologia, acontecer, comentários”), além disso, há no canto inferior direito da imagem uma ilustração de uma vagina com pequenos traços laterais, como os que usualmente se emprega para indicar foco de luz. Ainda, a ativista informa à população “com vagina” quais exames podem ser realizados e solicitados, além de reforçar o debate trazido por J Lo da violência ginecológica. Bruna C. orienta o que

“não pode acontecer” em uma consulta, baseando-se, provavelmente, em relatos de lésbicas a respeito de justificativas dadas a elas por profissionais da área da ginecologia. É comum entre lésbicas escutarmos umas das outras experiências negativas em consultórios ginecológicos, justamente porque, muitas vezes, já ouvimos médicos afirmando que não era necessária a realização de determinados exames por não termos relações sexuais com pênis, ou mesmo considerar algumas mulheres lésbicas como “virgens”, porque nunca tiveram relações sexuais com homens. Nesse sentido, ativistas e movimentos sociais mobilizam os sujeitos estigmatizados sobre seus direitos, visto que os serviços prestados às populações marginalizadas seguem sendo excludentes, preconceituosos e violentos.

Em relação à visibilidade, pude perceber que as temáticas que mais se repetem são a visibilidade de relações erótico-afetivas entre mulheres e a visibilidade de temas relacionados a lesbianidade durante o mês de agosto. Acerca da visibilidade das relações, J Lo publicou uma fotografia na qual ela e sua namorada estão sorrindo uma para a outra com o texto abaixo:

(...) Eu aprendi a sorrir quando parei de me negar e me (re)descobri porque me conectei com o meu eu. Uma mulher lésbica não conhece a alegria até conhecer, aceitar e amar seu eu completo (...) E, como poderia ser diferente? Quem sabe ser feliz sem saber quem é? Em março, minha amiga (...) (e artista incrível) registrou um pouco do amor que transborda de mim pra [nome da namorada de J Lo] e dela pra mim. E eu olho pros nossos sorrisos nessas fotos e só consigo pensar em como tudo é diferente porque há amor e autoamor. A tal autoconexão compartilhada de #audrelorde. Antes de me encontrar, meu olhar não tinha vida; o meu sorriso era vazio. Antes de a encontrar, não havia a troca - a alegria e a benção - que o amor nos proporciona. É o #mêsda visibilidadelesbica e eu me pergunto sobre nossos sorrisos sapatons. Estamos bem com quem somos? Estamos amando? Estamos conectadas com nossos eus e amores? Há um infinito dentro de nós e ele merece se expandir e dominar o mundo. Nós merecemos cultivar o infinito de dentro de nós e alagar o mundo de amor (e autoamor). [J Lo, postagem realizada em 15 de agosto de 2021, no Instagram. Acesso em: 08 ago. 2022]

Nesta postagem é possível perceber a importância do reconhecimento da lesbianidade para algumas mulheres, e a ação de tornar visível as relações lésbicas é uma forma de retirar essas existências do silêncio, normalizando as afetividades das relações não heterossexuais e, retomando Sposito, Almeida e Corrochano (2020), trazendo o reconhecimento dessas identidades nos momentos de latência. Além disso, pode-se analisar, através da escrita de J Lo, que se perceber lésbica permitiu que ela sorrisse novamente, não mais um sorriso vazio, mas um sorriso de quem vive o autoamor por ser quem é. E, junto com esse autoamor, existe o amor para o outro – neste caso, para a outra, um amor baseado na troca e que, nas palavras da ativista, “alaga o mundo de amor” quando é visível e quando é cuidado por si e pela outra. Não se é lésbica somente quando se está acompanhada de outra mulher, a lésbica segue sendo

lésbica mesmo quando não está se relacionando com ninguém, porém, tornar visível o amor entre mulheres, publicamente, na internet, de forma positiva, falando de sorrisos e autocuidado é uma potente maneira de positivar a existência lésbica – como foi mencionado pelas ativistas como principal motivação para o que constroem.

Trago como outro exemplo a publicação de Sophia a respeito da força que as relações entre mulheres possuem na nossa sociedade heterossexista e machista.

Figura 11 - "O amor entre mulheres é um ato revolucionário"



Fonte: Instagram pessoal de Sophia

(...) Sempre pensei que uma das maiores alegrias de ser uma mulher lésbica – e, portanto, de alguma forma, à margem – é a possibilidade de não seguir o roteiro, tão rígido! que nos é apresentado: como não esperam muito de mim, como não sabem quase nada sobre a forma como eu vivo a vida e meus afetos, é, de certa forma, “mais fácil” ter a coragem para me distanciar do estereótipo que ronda as relações. Afinal, as minhas relações amorosas em si já estão fora do escopo, daquilo que é tido como o “ideal”. Na sociedade, há expectativas românticas e sexuais muito rígidas a serem cumpridas. Eu acredito ser nossa responsabilidade – enquanto mulheres, enquanto lésbicas – nos distanciarmos destas regras e criarmos as regras do nosso próprio jogo e desejo, buscando criar relações horizontais e livres, baseadas naquilo que é “erótico, fêmeo e autoafirmativo”, como diria a grande Audre Lorde. Não acredito que exista uma forma correta ou “melhor” de se relacionar: há bases, é claro, como o respeito, e o diálogo, e o senso de humor, e a admiração mútua, e a amizade, e a criatividade, e a liberdade; sem estes, a relação não pode sequer começar. Mas as relações precisam ser esvaziadas do estereótipo, e desenhadas ao gosto das próprias freguesas. Amar, afinal, se aprende amando. Que nossos amores entre mulheres sejam, de fato, revolucionários, numa eterna busca pelo esvaziamento do estereótipo e em nome da originalidade. Que sejamos, sempre, sujeitas de nossas próprias vontades e desejos, nunca objetos, nunca subordinadas.

[Sophia, postagem realizada em 20 de janeiro de 2021, no Instagram. Acesso em 08 ago. 2022.]

Na ilustração, estão representadas duas mulheres e o texto verbal denota o sentido de “amor entre mulheres”. Os corpos apresentados estão em um mesmo plano e ocupam a mesma proporção da imagem. Também, no texto sobreposto à imagem, pode-se ler que esta forma de amor “é um ato revolucionário”, sentido que se complementa por meio de signos que transgridem expectativas sobre o corpo feminino, tais como os pelos aparentes nas pernas e axilas. O jogo entre os cabelos curto e comprido, conota plurais formas de viver a feminilidade. Há, também, alternância quanto à coloração escolhida para os corpos das

mulheres, tratando-se de um corpo branco e um corpo não branco. No texto verbal que acompanha a ilustração, Sophia afirma: “Eu acredito ser nossa responsabilidade – enquanto mulheres, enquanto lésbicas – nos distanciarmos destas regras e criarmos as regras do nosso próprio jogo e desejo”. Tanto a imagem quanto o texto remetem ao sentido de que as mulheres lésbicas devem ser donas do seu próprio corpo, desejo, da sua vontade e isto constitui uma forma de transgredir padrões de gênero e sexualidade, de revolução. Essa e outras postagens de Sophia promovem a visibilização de imagens que rompem com a heteronormatividade, o que configura um ato político na medida em que historicamente essas imagens foram proibidas ou estigmatizadas quando veiculadas. É parte das estratégias ativistas propagar imagens positivas de corpos e práticas lésbicas para ocupar os espaços com suas narrativas e oportunizar uma identificação positiva.

Sophia direciona sua reflexão ao público lésbico, afirmando que, ao analisar sua própria forma de se relacionar enquanto lésbica, ela se sente mais livre para fugir dos estereótipos designados pela sociedade do que é ou não uma relação amorosa. Nesse sentido, para a ativista, as relações podem – e devem – ser construídas se distanciando das regras e normas impostas pela normatividade e mais próximas do respeito, do diálogo, da liberdade, da amizade e – assim como também afirma J Lo, do autoamor e da autoconexão. Esses dois últimos conceitos são parte da escrita de Audre Lorde (1984) a respeito dos “usos do erótico” e como o erótico, principalmente das mulheres negras, foi destruído e corrompido pelas sociedades ocidentais. Para Lorde (1984), o erótico é um recurso que está no nosso interior e é firmado em um plano espiritual e feminino. De acordo com a autora, ele pode ser entendido de várias maneiras, desde se rebelar contra o que lhe é imposto (a depressão, a autonegação, por exemplo) até o mover-se contra o corpo da mulher que se ama. Nesse sentido, o erótico está na escrita de um poema, nas relações afetivo-sexuais, no compartilhar os sentimentos entre mulheres, entre outros. A nossa ausência de conhecimento sobre o erótico, para Lorde (1984), é acarretada pela separação entre o político e o espiritual ensinados pela sociedade ocidental – em especial pelos homens – que deu ao corpo o símbolo da inferioridade feminina e a supressão desse erótico à “civildade”. Dessa maneira, a autora afirma que reconhecer o poder do erótico pode gerar a energia necessária para alcançar a mudança genuína dentro “do nosso mundo”, pois ao fazer esse movimento “nós tocamos nossa fonte mais profundamente criativa, mas fazemos aquilo que é fêmeo e autoafirmativo em face a uma sociedade racista, patriarcal e antierótica.” (LORDE, 1984 traduzido por *tate ann*, p. 4). Nessa perspectiva, na postagem de ambas as ativistas, há um convite para que lésbicas pensem e repensem suas

formas de se relacionar com outras mulheres, demarcando a potência e a revolução que é uma mulher amar outra mulher em uma sociedade que se distancia do erótico e do poder que os afetos entre mulheres significa.

Por último, abordo o movimento realizado por algumas das ativistas durante o mês de agosto no que tange a visibilidade lésbica. O mês de agosto é nacionalmente conhecido como o Mês da Visibilidade Lésbica porque inclui duas datas importantes para a luta lésbica, o dia 19 – Dia Nacional do Orgulho Lésbico, e dia 29 – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Em relação à primeira data citada, Jaíne Chianca da Silva (2020) afirma que se comemora e relembra-se um ato político importante que ocorreu em 1983, liderado pelo GALF. Nesta ocasião, as militantes do GALF organizaram um protesto político no Ferro's Bar, em São Paulo, após o dono do estabelecimento não autorizar as militantes de venderem livremente as edições do boletim ChanaComChana (1982-1987), passando por situações de agressões físicas e verbais. A segunda data, dia 29 de agosto, foi escolhida também pelo movimento lésbico por marcar a primeira edição do Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), que aconteceu em 1996, como já mencionado anteriormente nesta dissertação. Nesse sentido, algumas das ativistas organizam, em seus perfis *on-line*, publicações e outras atividades que duram o mês de agosto inteiro, visando trazer visibilidade às pautas e demandas da população lésbica.

Abaixo trago uma postagem de Kim que faz parte de um número maior de postagens elaboradas pela ativista no mês em questão, no ano de 2020.

Figura 12 - "Destrinchando elementos da bandeira lésbica"



Fonte: Instagram pessoal de Kim

Salve minhas sapatonas!

Vamos destrinchar os elementos da bandeira lésbica que falamos no post anterior?

É muito importante que a gente saiba a história de resistência e ícones importantes por trás de cada um desses símbolos.

- Labrys (machado):

Utilizado como cetro pela deusa grega Ártemis e em outras sociedades que possuíam rituais lésbicos, as vezes como um símbolo, outra vez como arma em combates.

O emblema é relacionado às guerreiras amazonas, comunidade exclusiva de mulheres guerreiras antipatriarcais.

Labrys também está ligado ao latim "Labus", que significa lábios, o machado de ponta dupla é diretamente associado ao órgão sexual feminino e ao útero, pela origem da palavra e seu formato.

- Triângulo preto invertido:

Se trata de uma marca feita nas mulheres durante a Alemanha nazista que eram identificadas como feministas e lésbicas.

- Cor Roxa:

Em 1969, Betty Friedan fundadora do movimento feminista NOW, disse que as lésbicas eram uma "ameaça lavanda" ao movimento feminista, pois desviavam o eixo de luta pela equidade entre homens e mulheres rs.

Mulheres feministas que se relacionavam com homens se incomodavam em serem automaticamente associadas às lésbicas, o que causou uma rachadura no movimento, e a criação de células lésbicas radicais/separatistas com outras estratégias políticas para quebrar a estrutura patriarcal. Lavanda, lilás, roxo.

[Kim, postagem realizada em 03 de agosto de 2020, no Instagram. Acesso em: 08 ago. 2022.]

Nesta publicação, afirmo que há um caráter pedagógico ao apresentar os elementos que compõem a bandeira lésbica, visto que nem todos os sujeitos que acessam o perfil de Kim (em especial as lésbicas) estão familiarizados com os ícones da luta lésbica, porque, em muitos casos, nunca se aproximaram de nenhum movimento social ou mesmo não tiveram acesso à informação da existência de uma bandeira exclusivamente lésbica. Assim como em outros âmbitos, a luta lésbica é invisibilizada dentro da luta LGBTQ+ e isso acarreta a

invisibilidade da bandeira e dos elementos que dela fazem parte, mas também da história lésbica e do que significam esses símbolos. Esse caráter didático é percebido na medida em que expõe e explica os elementos que constituem a bandeira lésbica. No entanto, essa imagem recebe também tratamento artístico quando mobiliza formas, cores e contrastes para marcar os elementos que se pretende chamar a atenção (signos e palavras destacadas sobre um fundo preto). Nesse sentido, a ativista democratiza o acesso a essas informações, explicando de forma didática o que são cada um dos elementos e reforçando a importância de conhecer a história de resistência lésbica. Além dessa postagem, durante o ano de 2020, Kim publicou em seu perfil diferentes textos e imagens que abordavam outras pautas da lesbianidade, como a lesbofobia e a história do mês de agosto, por exemplo, bem como realizou “lives” (transmissões ao vivo) com outras lésbicas convidadas debatendo temas como capacitismo, heterossexualidade compulsória, lesbocídio e militância lésbica dentro dos movimentos sociais.

J Lo também publicou, no mês de agosto, um relato autobiográfico a respeito da sua compreensão de si enquanto lésbica e a importância de poder viver afetivo e sexualmente a lesbianidade e, assim, se afirmar enquanto tal.

Figura 13 - "Conhece-te SapaTona"



Fonte: Instagram pessoal de J Lo

Chegou agosto, o mês da visibilidade lésbica, e eu gostaria de voltar com vocês ao princípio de tudo: o autoconhecimento. Vocês sabem que existem as lésbicas que desde sempre sabem que são sapa tonas e aquelas que demoraram [às vezes, MUITOS ANOS] para compreenderem a própria sexualidade. Mas, nos dois casos, só é possível saber e existir de forma completa olhando pra dentro de nós mesmas... Eu demorei a me compreender lésbica. Na verdade, acho que sempre soube quem sou, mas me neguei por muito tempo por conta das lesbofobias que sofri, já durante a infância. Eu deixei de olhar pra mim e segui um modelo que me foi dado pronto. Ele me entristecia, me machucava, me fazia infeliz e completamente perdida. Algo não fazia sentido; talvez nada fizesse sentido. E, quando me olhei pra me conhecer por completo, na verdade, olhava para outra mulher. (...) Não se afirma "sou" se há dúvida. Não há espaço para dúvida na existência lésbica. Eu sou e me conheço e vivo completa em minha existência porque não me nego. Isso desejo a todas as mulheres, de toda e qualquer sexualidade: conheça-te, sinta, não se negue, não desconstrua. E, pra você, sapa tona: desejo que tu se ame mais que o mundo e que o desejo e o amor guiem sempre o teu caminho.
 [J Lo, postagem realizada em 03 de agosto de 2021 no Instagram. Acesso em: 08 ago. 2021].

A respeito da análise da imagem, a ativista emprega o roxo como forma de vinculação à bandeira lésbica. Há diferentes signos, como, por exemplo, a união de dois espelhos de vênus (símbolo do feminino), acompanhados de um coração que conota o sentimento de amor entre mulheres; na intersecção das cabeças/cabelos forma-se a imagem de uma vagina, entre outros. O texto grafado sobre a imagem diz “conhece-te Sapa Tona”, remetendo à personagem construída por J Lo intitulada “Tona”, que é um sapo do sexo feminino (uma sapa). “Conhece-te”, por outro lado, faz alusão ao aforismo grego “Conhece-te a ti mesmo”, que se encontrava grafado no pórtico de entrada do templo de Apolo, na cidade de Delfos, Grécia (século IV a.C). A necessidade de busca de conhecimento de si seria uma condição para alcançar o conhecimento sobre as coisas do mundo.

Além disso, nesta postagem, a ativista apresenta como a experiência de se perceber lésbica pode variar conforme a realidade de cada uma. Ela afirma existirem “aquelas que desde sempre sabem” ou as que “demoram para compreender sua sexualidade”, não havendo regra para vivenciar sua sexualidade e nem para assimilá-la a si mesma. Encaro essa escrita da ativista como uma possibilidade de oportunizar que mulheres analisem a sua experiência sem buscar uma narrativa única, sem esperar que a lesbianidade se apresente da mesma forma para todas nós. Até porque somos múltiplas e cada mulher lésbica vive em contextos sociais, territoriais, de classe, geopolítico, entre outros, que são heterogêneos, não existindo homogeneidade na experiência lésbica. Outro aspecto importante elencado por J Lo é a lesbofobia e como ela age na realidade dessas mulheres que, muitas vezes, negam suas existências a si mesmas e, assim, se percebem infelizes e aprisionadas. Acredito que trazer sua própria experiência aproxima a ativista de quem acessa o seu perfil e demonstra para outras lésbicas que é possível existir e ser feliz, mesmo em um mundo lesbofóbico.

Abordar as violências, mas também trazer a visibilidade para a vida e para a luta lésbica são aspectos que caracterizam o ativismo das cinco interlocutoras desta pesquisa, mas que também retomam as ações e movimentações elaboradas por lésbicas desde a década de 1970, aqui no Brasil, na tentativa de criar registros e produções sobre si de forma positiva e em primeira pessoa, buscando destruir os estereótipos e estigmas elaborados sobre essa população e compartilhados pela nossa cultura. A escrita em primeira pessoa e a arte conversam entre si de forma histórica nas produções lésbicas e nos relembram a potencialidade de luta e de resistência que existe nessas ações.

10.4.3. Os alcances e os limites da rede virtual

Até o momento, analisei, em diálogo com as ativistas, aspectos que abarcam o ativismo na rede Instagram e suas potencialidades. Nesse sentido, considero relevante trazer trechos das entrevistas com as jovens, nos quais elas abordam como o ativismo que constroem nesse espaço é recebido pelos sujeitos que acessam seus perfis e quais são os seus sentimentos sobre isso.

Sophia, Kim e Bruna B. afirmam que recebem muitas mensagens de outras lésbicas a respeito do conteúdo das suas postagens. Em sua maioria, são mensagens carinhosas e de agradecimento às suas existências na rede.

Mas tipo assim, eu sempre fiquei muito chocada com o número de pessoas e com a troca que eu tinha, porque querendo ou não, eu escrevo textos e tinham pessoas que ativamente liam os meus textos e que trocavam isso comigo. Eu tive trocas muito maravilhosas lá, de tipo, conversas super legais, houve essa troca, essa identificação com a minha narrativa, com o que eu queria trazer. Esse coletivo que eu falei, que eu traduzi os textos, foram pessoas que eu conheci na internet, através dos meus desenhos... Então, assim, eu tive uma troca excelente (...) de gente que vinha me procurar, conversar comigo, falar sobre suas vivências, sobre o que estava sentindo, meninas mais novas (...) menores de idade, ou 18 anos, que falam lá. (...) Elas se sentem muito vistas, né? Acho que essa é a grande questão quando eu trago esses pontos... Quando eu trago um dia a dia eu vejo muitas minas marcando as namoradas delas nos posts, eu vejo outras minas falando "ai eu sempre marco minha namorada nos seus posts, sempre mando pra ela, quase nunca vejo uma coisa "boba" de amor sendo retratada entre duas mulheres, é sempre um sofrimento, ou é sempre uma coisa mais pesada". Então eu tive muito esse recebimento de tipo, pessoas se identificando e se sentindo vistas, né? Essas mulheres se sentindo vistas pelo que eu tava produzindo... (...) Então, por um lado, mulheres mais velhas se identificando com experiências pregressas, de sair do armário, de tudo isso, e mulheres mais novas passando pela experiência de sair do armário, por exemplo, falando "ai sua arte me ajudou, a me entender", então, assim, essa é uma troca muito massa. [Sophia, entrevista em abril de 2022]

Eu recebo muito retorno, muitas mensagens carinhosas, assim, recebo também muitos questionamentos de "ah eu penso de tal maneira, não acho que isso aqui tá correto". (...) Tem gente que não sabe lidar com a frustração de não ver seu discurso sendo propagado, mas aí eu também recebo muita gente falando "véi, brigada!", muitos agradecimentos. Tipo "véi, muito legal ver você falando sobre tal coisa, nunca vi ninguém falando sobre isso na internet, continue, você mudou a minha vida, você impacta na minha autoestima". [Kim, entrevista em março de 2022]

Mas aí quando eu começo a postar e que isso começa a reverberar muito e em uma geração em que as pessoas não leem texto... Porque a gente tá numa era do imediatismo, né? É o meme, é a imagem ilustrativa, é o role... Então, quando eu vejo que os textos estão reverberando, que o role está rolando com texto, que a galera tá lendo, tá comentando, tá compartilhando, quem não comenta no post vem na DM, né? Desabafar e tal... Aí eu entendi isso como importante, inicialmente eu tive medo do ego, mas é muito importante pelo que reverbera. Então eu acredito que existem muitas outras mulheres como eu sem entender que podem existir, como eu também estive nesse lugar. [Bruna B., entrevista em setembro de 2021]

Nos trechos das falas de Sophia, Kim e Bruna B. é possível perceber três elementos importantes. Primeiro, como seus textos e sua arte aproximam outras lésbicas de experiências positivas a respeito da lesbianidade. Isso fica evidente quando Kim afirma que os agradecimentos de outras lésbicas perpassam aspectos como construção da autoestima, do aceitar-se e gostar-se e como suas postagens são importantes por abordarem aspectos nunca antes lidos ou refletidos pelas lésbicas que a acompanham. Sophia também afirma que jovens lésbicas a agradecem, e que, além disso, indicam suas postagens para as suas namoradas por visualizarem a si mesmas naquelas produções. Ver suas relações retratadas de uma forma não estereotipada, menos estigmatizada e mais próxima do que vivenciam nos seus cotidianos permite que jovens se orgulhem de suas relações e de si mesmas. E, ao mesmo tempo, é perceptível como também mulheres lésbicas mais velhas são afetadas por esse ativismo e se identificam com momentos vividos nas suas juventudes. Tudo isso diz respeito ao objetivo buscado pelas ativistas quando contam que procuram “positivar a existência lésbica” ou “disputar narrativas”. Desse modo, ter esse retorno de outras mulheres reforça o quanto seus trabalhos artísticos e de reflexão podem colaborar para esse movimento de enxergar a si mesmas distante do que a sociedade normativa sempre ensinou.

O segundo aspecto diz respeito à possibilidade de criação de redes entre lésbicas na internet, visto que, ao elaborar esse ativismo, Sophia pôde conhecer outras lésbicas e construir coletivamente um trabalho de tradução de textos que, posteriormente, foi compartilhado e difundido. E, por fim, no que tange o terceiro aspecto, a partir da fala de Bruna B., consigo visualizar que o ativismo através de textos pode, muitas vezes, parecer distante do que as pessoas costumam buscar nas redes sociais, visto que vivemos uma cultura “cibernética” que prioriza as imagens e a rapidez. Porém, no caso do relato de si, através da escrita e da reflexividade, parece haver o movimento contrário: mulheres leem e interagem com a ativista, muito provavelmente porque enxergam ali uma narrativa que as contempla, ou que, no mínimo, se parece com suas realidades. Essa proximidade com uma narrativa escrita, esse enxergar-se em um texto, é extremamente importante para grupos marginalizados que nunca se veem protagonistas de nenhuma narrativa hegemônica – seja na literatura, seja nos textos acadêmicos. Dessa maneira, acredito que a estratégia de narrar-se é muito potente neste tipo de ativismo, pois constrói proximidade com os leitores e, principalmente, registros menos violentos das existências lésbicas.

J Lo também afirmou viver muitas trocas com outras mulheres lésbicas, porém a ativista compartilha, durante a entrevista, uma preocupação com sua presença em uma plataforma como o Instagram.

(...) mas tem uma outra preocupação que eu tenho que é, nesse lance do perfil crescer, e chegar num momento do capitalismo querer roubar a sua militância, transformar ela em uma outra coisa, é algo que me preocupa muito. Tô sempre na atenção disso, né. Porque, sei lá, no último ano eu tive um crescimento de, sei lá, acho que de quase 3 mil seguidores, não, mais, quase 4 mil seguidores, que eu tive. Não, uns 3 e quinhentos. Acho que eu tinha uns 700, 800 seguidores quando eu comecei a fazer minhas postagens. E isso pra quem tá indo na contramão do que tá sendo dito, é muita coisa, né. E aí eu fico naqueles, “Porra, eu tô crescendo porque eu tô fazendo alguma coisa bacana ou eu tô crescendo porque eu tô falando o que as pessoas querem que eu fale?”. [J Lo, entrevista em agosto de 2021]

Neste trecho a ativista aborda uma preocupação com o “roubo” da sua militância por parte do capitalismo, por elaborá-la em uma rede social virtual. Por considerar essa preocupação de J Lo muito contundente, passarei a abordar agora quais são os limites do ativismo virtual. Há, como foi possível refletir até aqui, potencialidades que as redes sociais virtuais oferecem ao ativismo de esquerda num geral – retomando Reguillo (2017), mas principalmente ao ativismo construído por jovens lésbicas. Entretanto, é primordial trazer a discussão acerca dos limites que existem na utilização das redes sociais virtuais. De acordo com Nelson De Luca Pretto e Alessandra Assis (2008), o sistema midiático é um setor que articula de maneira intensa a produção de cultura, produção simbólica e também de discursos e que se apropriou das tecnologias de informação e comunicação e, dessa maneira, domina a comunicação mundial. Essa dominação está centralizada nas mãos de grupos como a Google ou a Meta (antigo Facebook), por exemplo, os quais detém a posse dos dados dos usuários que acessam a internet, bem como determinam os termos de utilização das suas plataformas, organizando – a partir de seus próprios interesses – as formas como pessoas irão navegar e transitar nesses espaços virtuais. Dessa maneira, como afirma Bia Barbosa (2013), todas as movimentações dos sujeitos nas redes sociais são rastreadas e controladas por esses grupos hegemônicos através dos seus protocolos de controle, tornando-se difícil impedir, por exemplo, a identificação ou a localização das máquinas e, por consequência, das pessoas. A autora traz as considerações de Sergio Amadeu que afirma que nós estamos (cada vez mais) entrando em uma sociedade de controle que não é efetuado pelo confinamento territorial, mas sim pelo controle permanente da informação. Isto é, para Amadeu, com a internet temos uma rede que é “a expressão saborosa da liberdade” (BARBOSA, 2013, p. 77), mas que utilizamos entregando completamente nossos dados e ideias, por exemplo. Nesse sentido, de acordo com Amadeu, nossos dados são de interesse desses grupos que, ao controlarem as plataformas que

utilizamos virtualmente, podem, a qualquer momento, filtrar, controlar e repassar nossas informações para qualquer grupo, corporação ou agrupamento político.

Nessa perspectiva, nosso trânsito *on-line* é subordinado aos grandes grupos corporativos e também às inteligências artificiais que operacionalizam as plataformas que utilizamos. Essas inteligências artificiais (A.I) são baseadas em algoritmos os quais são responsáveis pelo processamento rápido de grandes volumes de informações *on-line* com funções como, por exemplo, classificar conteúdos nas redes sociais ou elaborar buscas mais próximas com os usuários, a partir dos seus interesses. Contudo, de acordo com Fernanda Carrera e Denise Carvalho (2020), essas fórmulas algorítmicas – classificadas como neutras, objetivas ou “infalíveis”, reproduzem e fortalecem o machismo e o racismo. As autoras trazem o estudo de Safiya Noble, na obra “*Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*” de 2018, a respeito de como os algoritmos reforçam o racismo através dos resultados de busca. Carrera e Carvalho (2020) afirmam que um dos argumentos da autora é a falta de transparência no que tange o direcionamento do algoritmo quando os resultados de busca são apresentados. As empresas argumentam que não podem se responsabilizar pelos seus resultados, “uma vez que são um produto misto de relevância e popularidade advindas dos usuários” (CARRERA; CARVALHO, 2020, p. 101), porém não revelam as formas como esses algoritmos foram elaborados e nem quais são seus direcionamentos. Assim, para as autoras, é necessária uma articulação política para a exposição e a denúncia desse “capitalismo de dados” (CARRERA; CARVALHO, 2020, p. 101). Bruna C., durante a entrevista, comentou sobre o racismo dos algoritmos. Ela afirma como a internet, às vezes, acaba limitando suas postagens e como isso está diretamente relacionado com o fato de ser negra, lésbica e desfeminizada. Abaixo o trecho que ilustra empiricamente o debate realizado por Carrera e Carvalho.

(...) dificulta muito pra que a gente continue crescendo, porque a gente já tem... Já é cheia de estereótipos. A gente já é preta, daí já começa por aí, porque o limitador do algorítmico não ajuda. A gente é lésbica, enfim. É muitas coisas que, e quando tu é caminhão, também, isso dificulta bem mais, né? [Bruna C., entrevista em agosto de 2021].

Esse racismo e machismo relacionados aos algoritmos afeta também a rede social Instagram, como descreve Bruna C. no fragmento acima. Isso porque a rede social trabalha com imagens e, como afirmam Carrera e Carvalho (2020), em bancos de imagem, por exemplo, os resultados mais relevantes nas buscas são sempre de um grupo social específico (pessoas brancas), sendo que alguns grupos sequer são apresentados. São exemplos de

sujeitos excluídos as pessoas negras, LGBTQ+ (principalmente lésbicas e pessoas trans), gordas, entre outros. Além disso, a maior parte das imagens com destaque nesses bancos *on-line* são de pessoas que são lidas com a feminilidade ou a masculinidade padrão. Dessa maneira, de acordo com Carlos E. P. Freitas, Messias V. Borges e Riverson Rios (2016), em 2016, o Instagram anunciou que iria utilizar um algoritmo para classificação do que é ou não mais relevante dentre as postagens para cada usuário e que a empresa não detalhou quais informações iria levar em consideração para a realização dessa triagem. Nesse sentido, os algoritmos determinam o que chegará para mais usuários e o que receberá menos “engajamento”, isto é, quais imagens alcançarão um público maior de pessoas (normalmente imagens de corpos padrão) e quais ficarão mais restritas e com menos visibilidade (corpos fora do padrão). Assim, é possível perceber que as dinâmicas de funcionamento dos algoritmos e, por consequência, do que é apresentado para os sujeitos *on-line*, ainda são muito nebulosas, sendo necessário um olhar mais crítico sobre essas plataformas.

Além da limitação do alcance de imagens causadas pelos algoritmos, há também a limitação de palavras. Atualmente, nas regras de utilização da rede social Instagram, existem palavras proibidas de serem escritas porque remetem à pornografia ou à violência e que, quando escritas por um usuário da plataforma, há o banimento do usuário e a exclusão daquela postagem da rede social. O problema é que algumas palavras relacionadas à lesbianidade foram também “censuradas” pela plataforma como se também fizessem parte de um vocabulário pornográfico. Palavras como “lésbica” não podem ser escritas livremente em nenhuma postagem na rede social. Sophia afirma que criou estratégias para poder continuar utilizando a palavra nas suas publicações:

É, e tipo acho que antes a "censura", digamos assim, era menor. Tipo agora, por exemplo, a palavra "lésbica" já entra como censura, então, assim, se eu escrevo a palavra sem colocar "l3sb1c4" já leva um ban do Instagram por uma semana, sabe? Se eu, tipo, então assim, eu gosto de falar sobre temas da lesbianidade, vou trazer essas palavras. (...) Eu acho que sempre existe esse hiato, no qual as coisas são permitidas, daí eles descobrem o que a gente está fazendo e eles começam a censurar também, né? Então, é tipo, eu sinto muito esse movimento no Instagram nesse momento, o que eu coloco lá é tido como conteúdo impróprio, (...) tipo meu conteúdo não é impróprio! A gente acaba caindo num negócio muito ruim, assim... [Sophia, entrevista em abril de 2022].

No trecho selecionado, Sophia discorre sobre como o Instagram – e os algoritmos, classificam suas postagens como impróprias simplesmente porque contém a palavra lésbica. A ativista então, explica, que criou a estratégia de substituir algumas vogais por números para que o algoritmo não consiga identificar a palavra, e dessa forma não a impeça de ser publicada e compartilhada entre os usuários da rede social. Abaixo trago um exemplo de uma

postagem de Sophia, no Dia Nacional do Orgulho Lésbico, na qual ela utiliza essa estratégia para burlar a leitura dos algoritmos.

Figura 14 - "Orgulho Lésbico"



Fonte: Instagram pessoal de Sophia

□ dia 19 de agosto, dia do orgulho l3sb1c0 □

o que é uma l3sbic4?, pergunta a primeira frase do manifesto “woman-identified woman”, do coletivo R4d1c4l3sb14ns, de 1970. “uma l3sb1c4 é a raiva de todas as mulheres condensada ao ponto da explosão”. Soraya Chemaly diz: “[a raiva] nos alerta da indignidade, da ameaça, do insulto e da mágoa. e, ainda assim, numa cultura após a outra, a raiva é reservada como propriedade moral de garotos e homens... dissociamos as mulheres e meninas da emoção que melhor nos protege da injustiça”.

nesse dia de orgulho para nós, desejo-nos muita força de mudança. muita raiva que nos tire do marasmo e abra nossos olhos e aqueça nossos corpos e corações. que bonito e potente que é ser l3sb1c4. feliz dia a todas nós.

essa ilustração foi inspirada na foto de Del de La Grace Volcano, 1993, Londres.

[Sophia, postagem realizada em 19 de agosto de 2021, no Instagram. Acesso em: 24 set. 2022.]

Nesta ilustração elaborada por Sophia, reafirmam-se signos analisados anteriormente e relativos à visibilidade de imagens positivas sobre lesbianidade, rompendo o padrão único de sexualidade que é apresentado publicamente. No plano conotativo, a alternância entre as cores azul e rosa confronta a usual oposição, a partir da qual a cor azul corresponderia ao masculino e o rosa ao feminino. Assim, a imagem funde as cores azul e rosa ao corpo feminino. A imagem também colabora com a tentativa de romper a invisibilidade das relações amorosas entre mulheres e isso é perceptível através da escolha das palavras “orgulho lésbico” em uma fonte de tamanho grande que acompanha o movimento dos corpos. A mesma interpretação, vinculada ao sentido de ato revolucionário inscreve-se nesta postagem, tal como referi anteriormente quando, no texto que acompanha a imagem, sublinha-se: “uma lésbica é a raiva de todas as mulheres condensada ao ponto da explosão”. A raiva é mobilizada como elemento revolucionário porque protege da injustiça. Raiva pode ser pensada neste contexto como ato de denúncia.

Tanto o que foi dito por Sophia durante a entrevista, quanto a postagem selecionada, demonstram que as publicações construídas pelas interlocutoras desta pesquisa podem alcançar um público maior, ou, então, permanecerem numa bolha. O que percebi, durante a etnografia virtual, é que as ativistas têm noção dos preconceitos dos algoritmos e constroem estratégias para os burlarem, como é o caso da substituição das palavras, ou mesmo as artes gráficas e ilustrações que já são elaboradas pelas ativistas partindo dessa compreensão. Elas já constroem suas produções conscientes de quais aspectos podem ou não estar nas imagens e textos e, dessa forma, os elaboram driblando-os.

Nesse sentido, após essa pequena reflexão e exposição acerca dos limites das redes sociais no que tange à ação política, reitero que os espaços virtuais se colocam como importantes vias de manifestação para grupos historicamente marginalizados, nos quais esses grupos encontram – de forma limitada, é claro – a possibilidade de falar de si e trazer sua narrativa, sendo um local de “multiplicação generalizada de visões de mundo” (PRETTO; SILVEIRA, 2008, p. 78). Como afirmam Pretto e Silveira (2008), há oportunidades de apropriação dos meios de produção da informação que se tornaram mais populares, criando-se condições para que a expressão e a manifestação de pontos de vista (e aqui acrescento de sujeitos) se ampliem. Porém, é importante estarmos sempre conscientes do que foi abordado nesta seção, todas as plataformas *on-line* são construídas e mantidas por grandes grupos com interesses financeiros específicos e que controlam o que deve ou não ser disseminado nesses espaços. Exemplo disso são os algoritmos racistas e machistas que não dão visibilidade a certos tipos de imagens em detrimento de outras, não permitindo que imagens de pessoas negras, por exemplo, atinjam um número grande de usuários das plataformas.

Há, de acordo com Pretto e Silveira (2008), uma forte tensão no mundo virtual provocada pela desigualdade de condições entre diferentes grupos sociais na produção da informação, sendo que, de um lado, estão os movimentos sociais e ativistas – tentando se apropriar dos meios –, e, do outro, os grandes grupos empresariais – aliados aos interesses econômicos dominantes. Essa tensão, como podemos perceber, não é equiparada, entretanto há uma resistência e uma tentativa de também se apropriar deste espaço, por parte dos grupos marginalizados, como um espaço de luta e fortalecimento de ações como, por exemplo, a criação de estratégias para burlar a censura – conforme apresentado anteriormente –, ou a simples presença de si neste espaço construindo e disputando narrativas.

11. Lesbofobia: opressão e resistência

Neste último capítulo discorro sobre a lesbofobia, quais foram e são seus efeitos nas vidas das jovens interlocutoras desta pesquisa e as formas de combate a essa opressão, partindo das narrativas das ativistas. Por meio delas, foi possível perceber, como possibilidade de enfrentamento à lesbofobia, a construção e compartilhamento de “culturas lésbicas” comuns e a escrita de si.

11.1 Os sofrimentos causados pela lesbofobia nas realidades lésbicas

Retomo a teorização de Lorenzo (2012) a respeito dos quatro elementos que conformam a lesbofobia, são eles: a não aceitação da diferença e a sua construção como desigualdade, a desumanização das lésbicas, a exclusão e a violência. Ao dialogar com as ativistas, pude perceber como todos esses elementos são visíveis nas suas trajetórias enquanto lésbicas, porque, infelizmente, ser lésbica ainda significa sofrer com a lesbofobia. Nesse sentido, considero importante trazer alguns trechos das entrevistas em que as jovens relatam momentos nos quais sofreram com a lesbofobia e nos quais é possível visualizar estes quatro elementos.

J Lo desde criança sofreu com a lesbofobia. Não porque desde a infância ela tivesse consciência de que seria uma mulher lésbica quando adulta, mas porque, desde essa época, não utilizava os signos considerados da feminilidade em seu corpo e, dessa forma, sofreu violências diversas. Uma das vezes nas quais seu corpo foi violentado foi aos nove anos de idade, em uma festa de aniversário de outra criança.

Quando eu tinha uns nove anos eu fui “juntada” por quatro amigos do [ocultado] na festa de aniversário dele, e foi bem tenso porque a festa estava ocorrendo numa parte mais interna, assim, e a gente estava bem na entrada da casa. Então, eu gritava e ninguém me ouvia, porque tinha música e tudo mais, assim. A gente estava brincando, ali, aí eu fui lá pra dentro, quando eu voltei três meninos me seguraram e um começou a me bater. E ficou assim até me jogarem no chão, e aí vieram os quatro, ficavam me chutando e tal. Tinha um menino que me mandava levantar, aí eu tentava levantar, ele pisava no meu peito, eu caía no chão. E aí foi muito tenso, assim, (...) eu não sei quanto tempo ficou ali, aquela briga, aquilo. Mas o [ocultado] chegou, ele viu, ele entrou correndo, aí quando eu vi indo embora, eu falei “fudeu, eu vou morrer”. Mas aí ele voltou com [ocultado], que separaram a situação toda. Mas eu não podia conversar com ninguém sobre isso. Então é outra coisa que fica ali, naquilo de te dificultar de conseguir se assumir, sabe? De falar sobre quem você é. E outras situações assim foram acontecendo. Então eu tinha muito medo, na real, assim, de falar sobre quem eu sou, e sei lá, (...) perder minha base familiar, sabe? [J Lo, entrevista em agosto de 2021]

No trecho selecionado, a ativista afirma que foi “juntada” por quatro meninos, isto é, sofreu agressão física destas outras crianças e que um dos locais machucados por eles foi o

seu peito. Não considero uma casualidade que a violência tenha sido destinada a essa região do corpo da ativista, os peitos expõem que se trata de um corpo do sexo feminino, mesmo que socialmente não se espere que uma mulher – e, neste caso, uma menina – esteja utilizando signos não considerados deste gênero na sua estética corporal. O fato de J Lo se apresentar de forma desfeminizada gera incômodo nas pessoas, especialmente porque nossa sociedade é organizada a partir do sexismo, da heteronormatividade e do binarismo de gênero – como já apontado anteriormente nesta dissertação – e isto quer dizer que certos aspectos “devem” ser seguidos pelos homens e outros devem ser seguidos pelas mulheres. Assim, quando um sujeito foge dessa norma, é desumanizado e, portanto, violentado. Essas regras sociais são transmitidas pela cultura desde a nossa tenra infância, quando aprendemos a desconfiar de tudo aquilo que desvia os preceitos do binarismo de gênero ao consumirmos artefatos da mídia, por exemplo, ou mesmo dentro da escola.

Em relação ao espaço escolar, o relato de Kim ajuda a visualizar e a refletir sobre como a escola pode ser um ambiente hostil para lésbicas, justamente porque compartilha e dissemina, dentro dos currículos e das práticas cotidianas, a lesbofobia e os estereótipos de gênero oriundos do sexismo. A ativista relata que no início da sua adolescência estudava em uma escola da rede privada onde conheceu uma colega por quem se apaixonou e com quem se envolveu, enfrentando violências por conta disso.

E aí com treze anos de idade eu conheci uma menina que... Aí eu já não era mais criança, eu já era pré-adolescente, (...) a gente gostava das mesmas bandas. E aí eu vi que ela estava tipo escrevendo o nome de uma banda no caderno, ela estava sentada na minha frente, e ali eu me apaixonei [risos], e aí a gente virou amigas, né? Naturalmente, a gente virou amiga só que a parada foi virando outra coisa, sacou? (...) a coisa foi evoluindo com essa menina e deu merda pela situação que eu estava, pelo colégio que eu estava...(...). Foi muito complicado, foi uma lesbofobia muito grande, todos os outros pré-adolescentes de mãozinha dada no pátio do colégio se pegando “escondido”, entre muitas aspas, né? Na escada, porque obviamente o colégio sabe dessas coisas, e a gente tinha que viver clandestinamente. Eu estudava de tarde e ela de manhã, o colégio chegou a proibir de ela ir de tarde e eu de manhã para que a gente não se encontrasse, minha mãe era chamada regularmente. Sendo que eu nunca fui uma boa aluna de nota, mas eu nunca dei trabalho, sacou? (...) E aí a coisa tomou proporções gigantescas assim, eu lembro que a coordenadora - porque é um colégio muito grande, né? - a coordenadora do meu ano virou pra mim e falou que o filho dela da quarta série, se perguntando o que estava acontecendo, sacou? Aí o filho dela pequenininho perguntando o que tá acontecendo, porque a fofoca foi muito grande. E todo mundo sabia quem era a gente e todo mundo sabia o que estava acontecendo. Aí a gente meio que foi o primeiro casal lésbico assumido desse colégio. [Kim, entrevista em abril de 2022]

Kim afirma que a instituição não lidou com sua relação da mesma maneira que lidava com os relacionamentos de outros colegas heterossexuais, no seu caso houve uma vigilância extrema e tentativas de impedir que as duas se envolvessem, como, por exemplo, proibindo-as

de frequentarem os turnos inversos para que não se encontrassem. Além dessa violência, as duas adolescentes também foram expostas publicamente, inclusive pela coordenadora pedagógica, vivendo situações de constrangimento e de tentativa de correção de suas sexualidades.

De acordo com Márcio Caetano (2013), as pedagogias escolares constroem e ensinam modelos de gênero e, dessa forma, “projetam a heterossexualidade e a masculinidade hegemônicas como norma e referência” (CAETANO, 2013, p. 67). Assim, no cotidiano escolar, práticas de violência contra corpos não heterossexuais ou que não estão em conformidade com as normas de gênero são comuns – como exemplo posso citar a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, elaborada em 2015 pela Associação Brasileira De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais (ABGLT), com 1.016 jovens de idades entre 13 e 21 anos. Esta pesquisa aponta que 60,2% dos jovens sentem-se inseguros por causa da sua orientação sexual no espaço escolar; 42,8% afirmaram que não se sentem seguros quanto à forma como expressam seu gênero e 14,2% apresentaram insegurança em relação à sua expressão ou identidade de gênero. Esses números ilustram como, infelizmente, a escola é uma das esferas sociais que reproduz a heteronormatividade e o binarismo de gênero e, dessa maneira, crianças e jovens aprendem e reproduzem essas normas, violentando sujeitos que se revoltam ou fogem delas. Nesse sentido, as agressões sofridas por J Lo e Kim denunciam o que as crianças e jovens estavam (e, infelizmente, seguem hoje) aprendendo e reproduzindo nos espaços que transitam e, principalmente, nossa responsabilidade enquanto sociedade na reprodução da lesbofobia e da LGBTfobia.

Além desses aspectos, J Lo menciona também que sentia que não podia conversar com ninguém sobre isso, que vivenciava um medo constante de perder sua base familiar caso assumisse quem é. Paralelamente, Kim teve seu relacionamento exposto pela escola à sua família sem o seu consentimento. Essa revelação de si para a família é, normalmente, um momento tenso para lésbicas e, infelizmente, pode ser muito doloroso por conta da lesbofobia internalizada e compartilhada socialmente. Assim, o medo de J Lo de perder sua base familiar é um sentimento compartilhado por muitas de nós e pode nos aprisionar no silêncio por muito tempo. Por esse motivo, a revelação da lesbianidade forçada – como ocorreu com Kim – pode ser muito nociva para uma lésbica, pois esta pode ainda não estar preparada para viver um processo de rejeição familiar, por exemplo. Nessa perspectiva, posso visualizar os quatro elementos citados por Lorenzo nos excertos selecionados: a não aceitação da diferença, a desumanização, a exclusão e a violência. Como explicado anteriormente nesta dissertação,

para a autora, a construção da desigualdade é acarretada pela não aceitação da diferença, conformada pelo gênero e pela sexualidade: são mulheres e não são heterossexuais. Além disso, Lorenzo (2012, p. 134) afirma que a desumanização (retirar o caráter de humanidade do sujeito e, assim, não o enxergar como semelhante e como um risco à sua existência) se concretiza com a desfeminização das lésbicas, ou seja, não as considerando mulheres, visto que não cumprem com seu papel de esposas e mães. Essa desumanização gera a expulsão do grupo hegemônico e, portanto, a exclusão dessas mulheres e, por consequência, a violência contra elas. Todos estes elementos são compartilhados socialmente e propagados ao longo da história, alimentando o ódio, adoecendo as subjetividades, e, assim, excluindo lésbicas da possibilidade de viver uma cidadania plena.

Outra ativista que narrou momentos em que sofreu com a lesbofobia foi Bruna B.. A jovem afirmou que, antes de criar seu perfil na rede Instagram, ela já construía um ativismo *on-line* através do Facebook e lá viveu violências lesbofóbicas e racistas.

Aí começa de um local de medo, porque assim, eu já tentei o ativismo pela internet, pelo Facebook há muito tempo atrás, enquanto pessoa mesmo, falar desse local enquanto pessoa. Só que eu sofri muitas perseguições e, principalmente, por falar sobre esse corpo que não padrão (...) Perseguição por racismo reverso, por exemplo, foi a última que eu sofri. E isso impactava diretamente no meu trabalho, como você mesma sabe eu sou artista, eu trabalho com ilustração e tatuagem, eu preciso da internet para movimentar o meu role. (...) Então, aconteceu que, enquanto eu tentava falar sobre esse corpo, antes, né? Principalmente pelo Facebook aconteceram várias perseguições e eu perdi a minha página de trabalho, porque quando você perde o perfil, você perde acesso a sua página, então tipo... Não conseguia acessar minha página de trabalho mais, tive que começar tudo do zero, algumas vezes. Então, assim, eu tenho três perfis reservas [risos]. As pessoas perseguem muito, muito, muito. [Bruna B., entrevista em setembro de 2021]

De acordo com a jovem, por decidir abordar a sua existência enquanto uma sapatona negra, nordestina, de localidade de periferia, através da sua própria narrativa no espaço virtual, ela sofreu perseguições que colocaram em risco, inclusive, a sua fonte de renda – o seu trabalho com a arte. Historicamente, as pessoas “autorizadas” para discorrerem sobre as existências lésbicas, negras, entre outras, eram os sujeitos brancos, do gênero masculino e heterossexuais. Como foi possível observar anteriormente nesta dissertação, os registros a respeito dessas existências foram, por séculos, elaborados por sujeitos considerados os “universais”, que tinham o poder de selecionar quais destes registros seriam “eternizados” na história, colaborando com as suas próprias narrativas sobre essas existências. Nessa perspectiva, quando um indivíduo marginalizado decide tomar para si a posição de “narrador de si mesmo” há, portanto, a tentativa de boicote e de invisibilização do mesmo, podendo ser acompanhada de violência. As perseguições vividas por Bruna B. no Facebook são

consequência do racismo e da lesbofobia – enquanto opressões estruturais que determinam quem são os sujeitos detentores do poder, logo, da narrativa hegemônica, e quais são os lugares a que devem ou não pertencer socialmente. Além disso, como afirma Motter (2018), “entender como os corpos lésbicos têm resistido ao discurso de ódio no espaço virtual é, de certa forma, entender como os corpos lésbicos têm resistido no mundo de hoje”. Neste sentido, a presença de corpos como o de Bruna B. (e de suas narrativas), neste ambiente virtual, representa uma resistência a essa opressão que é compartilhada em todos os espaços, sejam eles *on o off-line*.

Além desse acontecimento, Bruna B. também relatou ter sofrido com a lesbofobia dentro de outros movimentos e coletivos dos quais fez parte. Quando questionada se integrava outros espaços de luta, a ativista respondeu:

E aí a gente vai pensar também na lesbofobia. Eu tentei fazer parte de algumas organizações antes da Coletiva [nome ocultado] só que as discussões não perpassam os nossos corpos. Então pra você fazer parte desses espaços você precisa estar lá de uma forma invisível. Tipo assim, você está lá, mas você não é sapatão. Você está lá enquanto uma mulher negra, enquanto acadêmica, enquanto artista, enquanto qualquer coisa, menos enquanto um corpo sapatão. Então, a minha demanda era, principalmente, essa... Essa é uma rasura do sistema que o corpo preto sapatão faz. (...) Eu já escutei até que falar sobre lesbianidade polariza a discussão (...) como se a realidade que a gente está vivendo cotidianamente não fosse implicar de forma positiva na vida de outras mulheres (...) Porque, de fato, implica de forma positiva na vida de outras mulheres, então tipo, por que a gente não pode falar sobre isso, se vai beneficiar várias pessoas? Não vai beneficiar só a classe sapatão, vai beneficiar as mulheres como um coletivo... Mas pra você ver como a gente não está colocada nesse local de mulheridade, né? Não somos mulheres, somos lésbicas, não somos mulheres. Somos negras, não somos mulheres. [Bruna B., entrevista em setembro de 2021]

A ativista afirma que na sua experiência em outros movimentos e organizações, que não eram construídos por sapatonas negras, houve muita lesbofobia. Isso porque, de acordo com ela, só é possível existir nesses espaços de forma “invisível”, isto é, não se colocando enquanto uma mulher que é negra e também lésbica, do contrário, você irá sofrer com questionamentos a respeito de separatismo ou mesmo polarização – como ocorreu com Bruna B.. Sobre esses aspectos, trago as reflexões de De Souza Marcelino (2016) a respeito da história das tensões existentes nos movimentos Feminista e Negro no que tange à presença de sapatonas negras. De acordo com a autora, durante a década de 1980, o Movimento Feminista Negro brasileiro aflorou trazendo a crítica à “universalidade” da mulher no Movimento Feminista hegemônico que era branco e liderado por mulheres brancas, urbanas e da classe

média alta. Assim, as discussões dentro do movimento eram restritas ao gênero, ignorando as questões de classe e raça.

Foram as mulheres negras que, de dentro do movimento feminista, buscaram articular as questões de gênero, classe e raça e apontaram para a existência de identidades múltiplas que evidenciam a dinâmica e a complexidade social que modelam as diferentes manifestações da desigualdade. A entrada das mulheres negras no movimento feminista gerou um campo de tensão que tornava evidente a existência do racismo dentro dos grupos de mulheres. (DE SOUZA MARCELINO, 2016, p. 114-115).

Dessa maneira, mulheres negras (e aqui incluem-se as lésbicas negras) percebiam a ausência de debates que explicitassem e refletissem a respeito do racismo e suas consequências, iniciando uma ruptura com o Movimento Feminista hegemônico que as acusavam de “incitarem a tensão racial” (DE SOUZA MARCELINO, 2016). Situação similar foi vivenciada dentro desse mesmo movimento por lésbicas – como foi trazido anteriormente nesta dissertação. Mulheres lésbicas viviam um apagamento das suas questões dentro do Movimento Feminista hegemônico também, principalmente porque as feministas brancas e heterossexuais não queriam reforçar “o estereótipo da feminista que odeia homens, bem como afastar mulheres heterossexuais da luta” (COELHO; PENA, 2009, p. 3). Paralelamente, como afirmam Salomé Coelho e Cristina Pena, dentro do Movimento LGBTQ+, as sapatonas também sofriam com a lesbofobia, a partir da universalização da “homossexualidade” e do protagonismo masculino gay que ignorava os recortes de gênero e raça nos debates e reflexões. Por sua vez, no Movimento Negro, de acordo com De Souza Marcelino (2016, p. 115), as mulheres lésbicas negras ouviam que “a homossexualidade da mulher negra constituía uma desonra à cor/raça”, vivendo situações de grande opressão.

Assim, é possível visualizar a dificuldade que mulheres negras lésbicas enfrentaram – e enfrentam, como relatado por Bruna B. – dentro dos movimentos, porque sempre há o questionamento da importância de debater suas existências e se aquele de fato é o lugar no qual elas deveriam estar. Essas tentativas de silenciamento e invisibilização são marcas fortes de lesbofobia dentro dos movimentos sociais e coletivos que precisam urgentemente ser questionadas e revistas por quem os compõe e os constrói. As questões de raça, classe, gênero e sexualidade precisam ser centrais nas lutas dos movimentos sociais e estes devem estar em constante policiamento acerca das violências que ocorrem internamente com os sujeitos que os integram.

11.2 As “culturas lésbicas” como forma de combate à lesbofobia

De acordo com Lorenzo (2012), a lesbofobia implica no isolamento, na invisibilidade, silêncio, medo e violência como elementos centrais da opressão às lésbicas. Nessa perspectiva, violam-se os direitos humanos dessas mulheres, tendo como ponto de partida a falta de reconhecimento político, jurídico, social e cultural, bem como sua orientação sexual e suas escolhas de vida. Assim, a cultura lésbica é um dos setores que é invisibilizado e do qual ativistas e movimentos lutam por reconhecimento. Sobre esse aspecto, trago um trecho da entrevista de Sophia na qual ela aborda a necessidade de criação de uma cultura lésbica que deve ser alimentada no dia a dia através da arte e da teoria, por exemplo.

(...) eu acho que a criação de uma cultura lésbica é algo muito importante e precisa fazer parte do nosso dia a dia, entendeu? A criação dessa cultura que tem imagens, que tem texto, que tem teoria, que tem tudo... Tipo, a arte é importante pra isso, a gente precisa de imagens que retratem a nós mesmas, que retratem nossas subjetividades, né? Sem isso, como que a gente vai construir uma cultura? Como que a gente vai melhorar? Como a gente vai fazer tantas coisas? Como que a gente vai assegurar nossos direitos se a gente não tem nem cultura estabelecida, né? Então acho que construir e estabelecer essa cultura é um papel que cabe a todas as lésbicas e a gente faz o que vai podendo de acordo com o que a gente tem a entregar a esse mundo, né? [Sophia, entrevista em março de 2022]

Como apontado anteriormente nesta dissertação, a partir das reflexões de Souza (2018), existe uma necessidade de investimento em uma produção teórica brasileira lésbica partindo das experiências dessas mulheres, sendo a arte um forte elemento de promoção de visibilidade e conhecimento sobre si. Nesta seção, faço uma reflexão partindo deste diálogo com Sophia – que pode também dialogar com Souza (2018), a respeito da manutenção das culturas lésbicas como um elemento importante, especialmente, para as juventudes lésbicas.

Retomo a teorização de Dayrell e Carrano (2014) no que diz respeito, especificamente, à relevância do mundo da cultura para os jovens. De acordo com os autores, é através da cultura que as juventudes demarcam uma identidade juvenil porque, a partir das linguagens culturais diversas, os jovens se reúnem para sociabilizar e se expressar ao coletivo, se tornando produtores culturais. Dessa maneira, é possível construir determinados olhares sobre si próprios e sobre seus contextos, o que pode desconstruir estereótipos e estigmas, ocupando e se apropriando dos espaços públicos na busca por visibilidade. Nesse sentido, a fala de Sophia aponta para a reivindicação de um lugar de cultura lésbica que é produzida por e para lésbicas a partir da teoria, da arte e de tantos outros elementos que retratam as existências e as subjetividades dessa população. Quando a ativista afirma: “Tipo, a arte é importante pra isso, a gente precisa de imagens que retratem a nós mesmas, que retratem nossas subjetividades, né? Sem isso, como que a gente vai construir uma cultura?”, posso perceber como a

construção dessa cultura está atrelada, principalmente, a criações positivas sobre si enquanto forma de demarcar uma identidade lésbica que contraria as criações hegemônicas e que nutre as subjetividades com novas narrativas. Através da arte, principalmente, as jovens ativistas se colocam no espaço público lutando pela manutenção e reconstrução dessa cultura e dos seus direitos.

Entretanto, considero importante lembrar que não há uma existência lésbica única, e sim existências lésbicas que são numerosas e heterogêneas, com recortes importantes de raça e classe, por exemplo. Por esse motivo, partindo ainda das teorizações de Dayrell e Carrano (2014), assim como não há uma juventude e sim juventudes, não podemos falar de uma cultura lésbica, mas sim culturas lésbicas – no plural. Existe uma especificidade de quem compartilha a vivência sapatona, mas, dentro desse escopo, há diferenças que precisam ser levadas em consideração quando estamos abordando a criação de repertórios e o compartilhamento destes dentro de uma população. Para que, de fato, existam referenciais positivos sobre a lesbianidade é preciso que sejam referenciais heterogêneos, distantes da ideia única e “universal” de lesbianidade.

Nessa perspectiva, na busca pela construção de uma teoria lésbica descolonizada e brasileira, indo ao encontro de Souza (2018), as culturas lésbicas são essenciais e devem ser estimuladas, pois “ignorar essa esfera cultural é limitar as ferramentas que a sociedade pode utilizar em sua participação democrática” (SOUZA, 2018, p. 140), uma vez que essa é a forma na qual essa população se expressa e produz visibilidade. Para Sophia, estabelecer essas culturas lésbicas é um papel de todas as que compõem essa população, através das suas produções e narrativas de si, sejam elas imagéticas ou textuais, visto que sem isso se torna impossível assegurar seus direitos. Em diálogo com a autora e a ativista, afirmo que as produções de narrativas de si elaboradas pelas cinco entrevistadas, sejam elas as artísticas ou as textuais (ou ambas), convergem com essa intenção compartilhada pela população lésbica de busca por uma teoria lésbica que seja composta de culturas diversas e de produções que valorizem essas existências e as suas especificidades, e que contribuam para a nossa sobrevivência em um país que nos violenta e nos assassina. Construir possibilidades de existir, através de culturas lésbicas, e de sobreviver na história através de registros novos e potentes, é lutar contra a lesbofobia e construir possibilidades lésbicas que transgridem a lógica da branquitude e da heteronormatividade.

11.3 A importância da escrita de si para mulheres lésbicas: transformando o silêncio em linguagem e ação

Simone Brandão Souza (2018), em seu artigo intitulado “Teorias lésbicas contemporâneas e a arte como ativismo e potência de resistência e visibilidade”, reafirma a necessidade da construção de uma teoria lésbica brasileira, a partir da leitura de autoras como Adrienne Rich (1980), Audre Lorde (1984), Dorotea G. Grijalva (2012) e Conceição Evaristo (2011). Para Souza (2018), apesar de distinções nas teorias lésbicas existem posicionamentos intersectados e complementares, como, por exemplo, a ideia de potencialização da lesbianidade como posicionamento político e militante de resistência à lesbofobia e às opressões, bem como de promoção da visibilidade lésbica. Nesse sentido, a autora se utiliza das teorizações de mulheres negras, e de lésbicas negras, para lembrar a importância da escrita (e da arte), para lésbicas, como um instrumento potente no qual se pode falar em primeira pessoa sobre suas existências e experiências – principalmente porque, historicamente, as narrativas sobre lésbicas foram elaboradas por outros sujeitos, como apresentado anteriormente nesta dissertação.

Adrienne Rich (1980) afirma que a existência lésbica tem sido vivida sem um conhecimento de “tradição”, isso porque, de acordo com a autora, houve, ao longo da história, a eliminação dos elementos culturais produzidos por essas mulheres. Nesse raciocínio, a autora afirma que é importante, também, iniciar estudos sobre as “situações revolucionárias concretas” vividas por lésbicas e que não são consideradas revolucionárias pelas ideologias masculinas. Assim, assumo que a escrita, e por consequência, o registro, são importantes para a construção de uma “tradição”, ou seja, de uma história lésbica referencial e positiva, bem como de reafirmar o potencial revolucionário que as narrativas possuem nesse processo de reescrita das existências lésbicas.

Nesse sentido, Souza (2018) recorre a Lorde (1984), feminista negra lésbica, que afirmava em seus textos que a invisibilidade de mulheres negras as tornavam mais vulneráveis. Como saída, para Lorde, é preciso a quebra do silêncio, isto é, apostar no poder da linguagem e na transformação do silêncio em linguagem e em ação. Isso se torna possível compartilhando e difundindo palavras “através de um processo de vida criativo” (SOUZA, 2018, p. 138). Nessa mesma perspectiva, Grijalva (2012), feminista lésbica de perspectiva interseccional, entende o corpo como território político e um instrumento histórico de descolonização patriarcal que, de acordo com Souza (2018), é dotado de memória e conhecimento. Assim, Grijalva narra sua experiência enquanto um corpo lésbico, que é

possibilidade de resistência e visibilidade através da escrita sobre sua vivência.

Além das citadas, outra importante autora trazida por Souza (2018) é Conceição Evaristo (2011) que utiliza como metodologia as “escrevivências” em suas obras. De acordo com Lissandra V. Soares e Paula S. Machado (2017), a escrevivência é um recurso metodológico de escrita que utiliza-se da experiência do autor para viabilizar narrativas que abordam à experiência coletiva de mulheres. Como trazem as autoras, Evaristo considera que o sujeito da literatura negra tem sua existência marcada por sua cumplicidade e relação com outros sujeitos, assim é um sujeito que, “ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si” (SOARES; MACHADO, 2017, p. 206). Assim, para Souza (2018), há uma potência em escrever sobre suas próprias vivências ou, ainda, sobre sua sobrevivência, sendo a escrita uma potente ferramenta de resistência e de rasura do sistema.

Seguindo nessa perspectiva, posso afirmar a motivação teórica de trabalhar com as obras de Alberto Melucci (2001, 2004) na escrita desta dissertação de mestrado, principalmente no que tange o conceito de identização e sua teorização sobre narrativa. Ao conceber identidade como campo de ação, e não como essência – pois muitas identidades compõem os sujeitos (“multiplicidade do eu”) –, a identidade se torna um processo de negociação entre essas diversas partes e, assim Melucci elabora o conceito de “identização”. A partir disso compreende que a narrativa é parte desse processo de elaboração de si. Assim, enxergo as narrativas de jovens lésbicas em seus perfis na rede social virtual Instagram, bem como as registradas em entrevistas, como parte do processo de construção de suas identizações enquanto ativistas e lésbicas. Além disso, considero suas escritas, nos perfis, como possibilidade de falar de si e de suas experiências, além de possibilidade de reescrita das histórias lésbicas, de forma pessoal e coletiva, produzindo cada vez mais conhecimento sobre si.

Como apresentado na seção anterior, de acordo com Melucci (2001), a ação social está sempre incorporada em um discurso (próprio e/ou dos outros) e esses discursos e textos fornecem os recursos para a formação da identidade para os indivíduos, assim como os limites. Nesse sentido, considero que as escritas e registros elaborados por mulheres lésbicas, contribuem para a formação de uma identidade menos violenta, menos lesbofóbica e menos silenciadora. No silêncio produzido por vozes outras, lésbicas enfrentaram e enfrentam a dificuldade de reconhecer suas identidades como potentes e “saudáveis”, como identidades que não estão associadas ao anormal, à patologia ou à monstruosidade. Por também ir ao encontro da afirmação de Melucci de que, tanto as identizações, quanto as narrativas, estão numa relação “eu-outro” e necessitam desse reconhecimento, vejo a possibilidade de escrita

de si – como as analisadas nesta dissertação – como uma tentativa de construir também nesse olhar do outro uma percepção de si mais saudável.

Sob esse mesmo ponto de vista, Souza (2018) afirma a necessidade de se estimular o uso de ferramentas como a escrita, a arte e a tecnologia, como ativismo e possibilidade de expressão das existências lésbicas. Consequentemente, tendo visibilidade e sendo resistência nessa produção de conhecimento sobre si, que, de acordo com a autora, são os objetivos das teorias lésbicas contemporâneas e de uma possível teoria lésbica brasileira descolonizada.

Considero, nesta reflexão, também trazer a obra “Memórias da Plantação” de Grada Kilomba (2019). Nela, a autora discorre sobre a escrita como um ato político. Partindo de hooks (1989), Kilomba (2019) afirma que o projeto colonial define quem são os *sujeitos* – “aqueles que ‘têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (HOOKS, 1989 apud KILOMBA, 2019, p. 28) e os *objetos* – indivíduos que têm suas histórias, realidades e identidades definidas por outros e sempre na relação destes com aqueles que são *sujeitos*. Portanto, como mulher negra, tornar-se autora da própria história transforma-se em um ato de descolonização pelo qual se passa de *objeto a sujeito*. De acordo Kilomba (2019), quem escreve se opõe a posições coloniais sendo uma/um “escritora/escritor ‘validada/o’ e ‘legitimada/o’ e, ao reinventar-se a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (KILOMBA, 2019, p. 28). Nesse sentido, a reescrita de narrativas por populações historicamente silenciadas, como a população negra, é um movimento de oposição ao racismo e de reinvenção de si como reparação do trauma colonial.

Peço licença, nesta reflexão, para apropriar-me das teorizações de Kilomba (2019) e de hooks (1989) a respeito da escrita como ato político e de cura, enquanto parte do movimento de reescrita de si elaborado pelas jovens interlocutoras desta pesquisa. Como foi possível observar durante a leitura desta dissertação, as histórias lésbicas também foram, durante séculos – e ainda permanecem sendo –, construídas e registradas por outros (os *sujeitos*), sendo *objetos* de olhares estigmatizantes e violentos e, muitas vezes, nem sequer foram registradas. Esses olhares constituem e são parte da opressão lesbofóbica vivenciada por elas, bem como também do racismo sofrido por algumas delas. Ao narrarem suas histórias em seus perfis *on-line*, trazendo experiências e pautas de luta lésbica, as ativistas produzem uma reflexividade que pode ser coletiva, porque abordam aspectos comuns às lésbicas e buscam se comunicar com elas – fazendo um movimento de não apenas tornarem-se *sujeitos*, mas de (re)localizarem as lésbicas com quem dialogam nesse mesmo lugar.

Além disso, como afirmei anteriormente, há uma necessidade de falar de si não mais no lugar da dor e da morte, mas de cura e de vida. De acordo com hooks (2013), a teoria tornou-se um lugar de refúgio para a autora durante sua trajetória, possibilitando que ela compreendesse o que acontecia ao seu redor e dentro de si mesma. Assim, para a autora, quando utilizamos a teoria para elaborar a dor nas dimensões individual e coletiva ela pode ser libertadora e se tornar esse local de cura. J Lo, durante a entrevista, afirma a importância de seguirmos construindo uma teoria lésbica.

E aí, a minha ideia, porque eu acho que não faz sentido se ter uma teoria sem prática, nem uma prática sem teoria. Porque a prática sem a teoria, ela é muito instintiva, e se ela é instintiva, é tipo você jogar xadrez sem prever as próximas ações, sabe? (...) E quando você tem a teoria ali, junto, você sabe exatamente pra onde você está indo, sabe, o que você precisa, e se tiver algum desvio no caminho, você não fica perdido. Você vai dar uma volta ali, mas você vai chegar aonde você quer chegar. E por isso que eu comecei a fazer tanto essa pesquisa maior, dessa produção teórica, e colocando ela de uma forma acessível, também, pra se ter uma reflexão sobre esses assuntos. [J Lo, entrevista em agosto de 2021]

Como é possível observar, para a ativista, quando há uma teoria “você sabe exatamente para onde você está indo”, logo, a construção de uma teoria lésbica serve, também, para orientar essas mulheres dos seus lugares sociais e qual direção seguir como coletividade, sendo amparo e instrumento na busca pelo fim da lesbofobia. Para J Lo, o seu trabalho de arte, pesquisa e escrita é parte da construção de uma teoria lésbica que também deve ser acessível para a promoção de reflexão a um número maior de mulheres. Por esse motivo, a ativista opta por trazer esses elementos para o ambiente *on-line*. Nessa perspectiva, as produções textuais e imagéticas construídas pelas jovens ativistas podem ser consideradas parte desse movimento de uma teoria lésbica brasileira descolonizada (SOUZA, 2018) que se coloca como possibilidade de reflexão sobre si, sobre suas demandas e como reelaboração dessas existências, proporcionando às mulheres lésbicas uma reapropriação do seu lugar – como *sujeito* (KILOMBA, 2019) e como coletividade na luta por uma cidadania plena.

Concluo esta reflexão afirmando, novamente, a importância desse ativismo *on-line* para a população lésbica – mesmo com seus limites –, pois as existências lésbicas e sapatonas não se resumem ao sofrimento, a dor, às opressões (de classe, de raça, de gênero, de sexualidade) sofridas. O movimento de narrar-se enquanto lésbica, publicamente, trazendo o afeto, o amparo, a experiência, os relacionamentos afetivos, a amizade entre mulheres, a necessidade de um sistema de saúde que acolha, a história dos movimentos lésbicos, a luta das ativistas lésbicas, a visibilidade, o orgulho, é um movimento de transgressão (HOOKS, 2017) e reforça que as existências lésbicas são potência e possibilidade de confronto com lógicas

normativas e violentas. As existências lésbicas são existências transgressoras, são existências heterogêneas, são existências vivas que rompem com as lógicas de opressão.

11. Considerações finais

Ao longo do caminho de escrita desta dissertação foi possível perceber que a base narrativa compõe o ativismo das cinco jovens interlocutoras desta pesquisa, bem como da minha própria ação enquanto pesquisadora. As narrativas e resultados obtidos neste tempo de escuta, leitura e reflexão foram elaborados através de uma perspectiva dialógica entre as interlocutoras desta pesquisa e a pesquisadora – também ativista e lésbica, na construção de um olhar reflexivo e em colaboração conjunta sobre a atuação política de jovens lésbicas na realidade brasileira. Acredito na importância da pesquisa social como mais uma forma de potencializar as lutas dos movimentos sociais, contribuindo para a criação de políticas públicas e para a visibilidade das ações coletivas construídas, por exemplo, principalmente no que se refere à presença lésbica na academia – tão invisibilizada e silenciada historicamente neste espaço. Nesse sentido, todas as análises e possíveis conclusões (sempre inacabadas) desta dissertação são coletivas, visto que a escrita foi construída num processo de diálogo constante entre pesquisador e interlocutores, entre pesquisador e autores referenciais, entre pesquisador e orientador, pesquisador e pares – sendo dificilmente concluída sem a participação ativa de todos esses sujeitos. Assim, procurei garantir às entrevistadas acesso aos resultados deste trabalho, além da partilha e troca constante de informações relacionadas ao tema, sendo as minhas interlocutoras também autoras e referenciais de base para a minha escrita.

Partindo dessa perspectiva (que foi sendo percebida ao longo do processo), procurei analisar como as narrativas elaboradas por jovens lésbicas ativistas na rede social virtual Instagram constituem seus processos de identificação, considerando suas relações com os itinerários pessoais, as ações coletivas que integram e a luta contra a lesbofobia. Essas narrativas estão inseridas em um contexto historiográfico e científico que insistiu em patologizar e estigmatizar essa população por séculos e que, até hoje, segue violentando, invisibilizando, silenciando e assassinando essas mulheres. Através dos relatos das cinco ativistas lésbicas, tanto nas suas redes, quanto nas entrevistas, é possível constatar que o ativismo *on-line* elaborado por essas jovens está inserido em um movimento mais amplo e histórico da população lésbica de reelaborar suas existências e construir novos registros de si mais positivos, seja através da arte, seja através da escrita (SOUZA, 2018; AULER, 2018). Autoras como Audre Lorde, Adrienne Rich, Dorotea G. Grijalva e Conceição Evaristo, como visto, já iniciaram o movimento de escrita sobre si na tentativa de romper o silêncio relacionado às mulheres negras ou às mulheres lésbicas e transformar as palavras em

mudança. Dessa maneira, penso que narrar-se publicamente, em seus perfis nas redes sociais, para um número considerável de “seguidores”, tenha um significado semelhante para as ativistas, visto que estas compõem coletivos e movimentos lésbicos e, mesmo assim, decidiram iniciar também um ativismo *on-line*, no qual expõem, através dos textos e imagens, momentos e situações do seu próprio cotidiano com o objetivo de incitar debates e reflexões acerca da condição lésbica no contexto atual. De acordo com Sposito, Almeida e Corrochano (2020), para a população LGBT+, o mundo virtual se apresenta também como espaço de reconhecimento e explicitação de identidades, atuando nos momentos de invisibilidade e latência, tendo a capacidade de romper com o isolamento do mundo *off-line*, oportunizando alternativas para interações fora do espaço virtual e, até mesmo, a integração em atividades coletivas. Com a falta de uma “tradição” lésbica, como traz Rich (1980) – consequência do apagamento histórico de registros pela heteronormatividade –, e de representações positivas na maior parte dos espaços da sociedade, a existência de perfis nas redes sociais, como os das interlocutoras desta pesquisa, pode gerar um rompimento da solidão e possibilitar a criação de uma imagem positiva de si para lésbicas, bem como uma possível ação política dentro e fora do espaço virtual.

Esse movimento histórico de tentativa de elaboração de narrativas “autorais” e mais próximas das realidades vividas por lésbicas, protagonizadas por essas mulheres, pode ser inserido na análise de Melucci (2001) a respeito da produção do conflito desde movimentos sociais. Para o autor, os movimentos sociais, ao manifestarem um conflito, o levam para além dos limites do sistema de relações sociais a que a ação se destina, isto é, rompem com as regras do jogo, colocam em questão a legitimidade do poder, propõem objetivos não negociáveis, e assim por diante. Isso produz contradições dentro do sistema e tem, para o autor, uma orientação antagonista de ação coletiva, podendo gerar mudanças no interior desse sistema. Nesse sentido, de acordo com Melucci, os movimentos ligam conflito e contradição, pois são radicados no funcionamento estrutural e ativados pelos tensionamentos que se manifestam em processos e conjunturas históricos. Assim, penso que o ativismo dessas jovens pode ser visto como uma ação antagonista articulada com pauta mais ampla forjada historicamente pelos movimentos lésbicos.

Igualmente, o teor autobiográfico das narrativas textuais e imagéticas elaboradas por elas são característicos dessa forma de ativismo *on-line* que busca, nestas narrativas, a construção de uma identidade lésbica, trazendo para o debate pautas importantes para os movimentos lésbicos a partir de histórias pessoais. Essa ação que é elaborada no cotidiano – a

partir das memórias das experiências vividas, no contato com outras mulheres lésbicas, nos acontecimentos presentes, nas experiências cotidianas de resistência a lesbofobia, aos padrões heteronormativos e aos padrões de gênero, por exemplo –, é articulada com um ativismo que também é construído fora do mundo virtual. Para Melucci (2001), a ação social está sempre incorporada em um discurso, tanto do próprio sujeito quanto dos outros, e são os discursos e os textos que fornecem aos indivíduos recursos para a formação da sua identidade e estabelecem seus limites. Nesse sentido, o teor narrativo das postagens das jovens é um importante recurso na construção de suas identizações, considerando ainda um contexto no qual as narrativas outras sobre esses corpos foram e ainda são negativas. Assim, a partir da autorreflexão, do narrar-se, e das escolhas relativas ao que divulgar em suas publicações, as jovens lésbicas produzem ação nos espaços *on-line* e *off-line*. Portanto, no cotidiano, não há distinção entre identificação e ação política, porque as pautas e disputas se situam no campo da identidade e, também, porque as postagens de base narrativa se fazem na articulação si-outro, individualidade-coletivo.

Ademais, um aspecto importante analisado é o da experiência em coletivos e movimentos sociais nos itinerários das jovens interlocutoras. Estas, em sua maioria, já integraram (ou ainda integram) espaços de luta coletiva presenciais que, posso afirmar, foram a base para as reflexões trazidas no ambiente virtual. Grande parte das ativistas acredita que não há teoria sem prática e vice-versa, e, por esse motivo, ainda compõem outros ambientes de ação política ou estão se inserindo nestes, após a experiência do ativismo virtual. Dessa maneira, essas ativistas buscam estar no ambiente *on-line* com o propósito de ocupar mais um espaço de sociabilidade, sendo um meio de disputar narrativas e se posicionar contra as produções hegemônicas (brancas e heterossexuais, principalmente), permitindo que outros sujeitos tenham acesso às discussões relativas às pautas lésbicas – abordando-as em seus perfis públicos com um número significativo de seguidores, construindo representatividade e marcando sua existência. Assim, cria-se uma "comunidade-rede" com potencial capilarizador e singularizante. Nesse sentido, também se multiplica a vinculação às pautas produzidas coletivamente, pois, nessa forma de ativismo, as jovens parecem entender que os corpos lésbicos são perpassados por outras opressões além da lesbofobia, valorizando essas especificidades e, dessa forma, constituem suas ações políticas de forma heterogêneas, produzindo pautas que abarcam muitas dessas especificidades e demandas. Assim, foi possível perceber que há uma pluralização e singularização das formas de ação e vinculação a pautas produzidas coletivamente nesse tipo de ativismo.

Além disso, essa pesquisa possibilitou visualizar que, durante o contexto da pandemia da Covid-19 e os períodos de isolamento social, houve uma maior adesão ao ativismo nas redes sociais por parte de ativistas lésbicas, que buscaram, na rede virtual Instagram, dar continuidade aos debates e discussões que ocorriam anteriormente em espaços físicos (como os coletivos), bem como registrar sua narrativa após a percepção desse ambiente como grande reprodutor de discursos normativos e violentos. Nessa perspectiva, também foi minha intenção compreender os alcances e os limites desse tipo de ativismo na rede Instagram, concluindo que há trocas relevantes com outros sujeitos através dos comentários e mensagens privadas, porém, nossa locomoção *on-line* é subordinada aos grandes grupos corporativos que possuem interesses financeiros nos dados dos seus usuários e que determina o que pode ou não ser dito ou compartilhado naquele ambiente (faço referência à censura das palavras “lésbica” e “sapatão”, por exemplo). Sendo assim, há limites nesse tipo de ativismo, que, além de estar condicionado ao termos elaborados e impostos pelas corporações, como a Google e a Meta, por exemplo, também está subordinado às inteligências artificiais que operacionalizam estas plataformas e que são baseadas em algoritmos racistas e machistas (CARRERA; CARVALHO, 2020).

Também foi minha intenção observar como os movimentos lésbicos contribuem à participação política de jovens que vivem essa sexualidade, identificando quais as ações predominantes de militância e/ou ativismo mobilizadas. Esse movimento se deu através da revisão de literatura sobre o tema e do diálogo com militantes de movimentos lésbicos de idades distintas, entendendo – através de suas narrativas – que as principais frentes de ação destes – principalmente durante a pandemia da Covid-19 –, foram a promoção de visibilidade das pautas e ações lésbicas no ambiente *on-line* com a construção de eventos e também de ações como o LesboCenso Nacional, além do auxílio às mulheres lésbicas e bissexuais que estão em situação de vulnerabilidade social, distribuindo cestas básicas e oferecendo atendimento psicológico e acompanhamento jurídico. Além de tudo, examinando as narrativas destas jovens, discuti as identizações em curso, construídas e reconstruídas nesse processo inacabado de narração e reflexividade, e as possíveis estratégias comuns de articulação e cooperação na luta contra a lesbofobia, sendo possível observar a importância de publicizar relatos e experiências pessoais como lésbicas em um espaço público, tornando viável uma possível construção coletiva de uma teoria lésbica brasileira descolonizada, composta de arte, ativismo, escrita, entre outros. Destaco também o quanto as questões de raça e de territorialidade (por três delas serem oriundas de localidades de periferia) atravessa o ativismo

destas jovens, para além da lesbianidade, possibilitando a análise de como os processos de identificação se dão imbricados a esses outros vetores e pertenças.

A lesbofobia, infelizmente, se coloca como uma das formas de viver-experienciar a lesbianidade, pois, considerando as narrativas das interlocutoras, a opressão esteve presente em seus itinerários desde a infância, acarretando momentos difíceis (como violências físicas e psicológicas) e sentimentos de desajuste e de solidão. Nesse sentido, a luta contra a lesbofobia compõe o processo de identificação destas jovens que elaboram seu sofrimento através da narrativa pessoal e das trocas coletivas. Infelizmente, ainda é impossível falar de existência lésbica sem falar de lesbofobia, uma vez que nossas trajetórias seguem sendo circunscritas por dor e violência. Porém, as narrativas elaboradas pelas jovens ativistas compensam a ausência corporal e seguem exercendo uma ação independente do momento em que foram escritas, porque retiram da invisibilidade pautas e questões importantes para a população lésbica, possibilitando o debate no *on-line* e no *off-line*.

Ponto que muitas das minhas afirmações são limitadas e estão abertas ao diálogo e a ponderações, visto que foram elaboradas a partir de um contexto específico de narrativas virtuais e de entrevistas, especialmente porque o campo dos movimentos sociais e do ativismo vive modificações constantes e é afetado por conjunturas políticas e espaciais. Nesse sentido, aponto que há limites, tanto nesta pesquisa, quanto no ativismo virtual como um todo. No que tange às limitações referentes à pesquisa, destaco que ela foi elaborada de forma majoritária durante um período de pandemia (da Covid-19) entre os anos de 2020 e início de 2022, dessa maneira, não pude realizar saídas de campo presenciais e fui obrigada a expandir as possibilidades de coletas de dados virtuais. Ainda assim, acredito que esta pesquisa pôde se organizar de forma produtiva, visto que oportunizou o contato com ativistas de outras regiões do país, o que não seria possível se eu restringisse a pesquisa à cidade onde moro, Porto Alegre (RS). Outro limite que posso apresentar é o fato de que, inicialmente, imaginei entrevistar mais do que cinco ativistas, porém, por se tratarem de pessoas públicas, o contato foi dificultado, restringindo-se a mensagens *on-line*, com pouca resposta e participação. Em relação aos limites do ativismo virtual, posso citar as próprias características desse ambiente (como os algoritmos e a censura) que já abordei anteriormente e o acesso a esse espaço. Enfrentamos, no Brasil, uma desigualdade de oportunidades gritante, na qual muitos indivíduos não tem acesso às condições básicas de sobrevivência, muito menos à internet.

Em contrapartida, concluo que esta pesquisa de mestrado oportunizou a compreensão do campo do ativismo virtual como produtivo para pesquisas acadêmicas, visto que é um dos espaços ocupados tanto pelos movimentos sociais, quanto pelas juventudes. Além disso, esta pesquisa mostrou a necessidade de fortalecimento dos espaços de ativismo contra a lesbofobia e da construção de uma teoria lésbica descolonizada – que une arte e narrativa de si como elementos cruciais – que seja comum e potente para a luta dessa população. Também acredito que este trabalho colabora com o movimento de dar visibilidade, principalmente no espaço acadêmico, ao protagonismo de jovens lésbicas que constroem um tipo de ativismo estruturado fora da universidade. Concluo afirmando que, através desta pesquisa, é possível entender as relações entre um ativismo que é mais singularizado (o ativismo *on-line*) com as frentes de ação de um movimento mais amplo (como os movimentos lésbicos), nessa articulação virtual-presencial.

Por fim, pontuo quais são as janelas que se abrem para o aprofundamento do tema. Inicialmente, esta pesquisa demonstra que há uma invisibilização da presença de mulheres lésbicas no âmbito acadêmico, visto que os autores brancos, homens e heterossexuais seguem sendo a referência principal nas pesquisas universitárias. Da mesma forma, esta dissertação dá continuidade a uma discussão que coloca em foco a opressão específica da lesbofobia, vivida por muitas mulheres dentro da nossa sociedade, e que precisa seguir sendo pesquisada, principalmente com ênfase nos recortes de raça e classe que aumentam o escopo para pensar como essa opressão se cruza com a desigualdade. Igualmente, este trabalho relembra a necessidade de se expandirem as discussões a respeito da saúde sexual de lésbicas, envolvendo também os setores da saúde nestas discussões, para que assim a ciência e a medicina prestem a devida atenção às necessidades específicas dessa população, priorizando manter essas mulheres saudáveis e vivas.

Para Bernard Lahire (1998, p. 132), “(...) há textos que obrigam a ação dos vivos mesmo quando os que os produziram não estão mais lá faz muito tempo”, e é assim que interpreto a presença de narrativas de mulheres lésbicas em determinados espaços – como o espaço virtual, por exemplo – com textos que produzem (e seguirão produzindo) ação, ao retirarem da invisibilidade corpos e vivências que, historicamente, foram (e seguem sendo) excluídos da narrativa hegemônica. Falar de si e produzir sobre si, enquanto lésbica, é resistir à imposição constante da heteronormatividade que quer ditar o que é ou não a lesbianidade, transformando-nos em *objetos* (KILOMBA, 2019), invisibilizando nossos afetos, nossa luta e nossas existências. Ao escreverem sobre si, essas jovens lésbicas retomam a autoridade da

narrativa, reelaborando novas narrativas sobre as vidas lésbicas, e colaboram para a construção de uma sociedade menos lesbofóbica.

Referências

- ALMEIDA, Gláucia. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as Assistentes Sociais. **O Social em Questão**, ano XI, n. 20, 2008.
- ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Revista Gênero**, v. 9, n. 1, 2008.
- ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. São Paulo: Cortez, 2004.
- AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)?. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, 2017.
- AMORIM, Anna Carolina Horstmann. Dupla maternidade no Instagram: entre fotos, ativismo e parentesco. **Movimentação**, v. 6, n. 10, p. 170-184, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). Secretaria da Educação. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.
- AUAD, Daniela; MARTINS, Luisa Bitencourt. Lésbicas na academia: visibilidades relâmpago, transparente e palpável. **Interritórios**, v. 6, n. 10, 2020.
- AULER, Livia. Mulheres que amam mulheres: Uma Investigação na história das Artes Visuais. **Revista-Valise**, v. 8, n. 15, p. 125, 2018.
- BARBOSA, Bia. Forte, ativismo digital incomoda mídia, mas sofre ameaças e riscos. Simpósio da FFLCH, **Revista Adusp**, 2013. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/54/mat08.pdf>
- BARBOSA, Regina Maria; FACCHINI, Regina. Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade. **Rede Feminista de Saúde**, Belo Horizonte. 2006.
- BARTHES, Roland. Retórica da Imagem. In: BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso**. Lisboa: Ed. 70, 2009. p. 27-46.
- BARTHES, Roland. **Elements of Semiology** [trans. A. LAVERS & C. SMITH, 1967]. New York, NY: Hill and Wang, 1964.
- BORRILLO, Daniel. 2001. **Homofobia**. Barcelona: Ed. Bellaterra, La Biblioteca del ciudadano.
- BORRILLO, Daniel. **História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BORGES, Lenise Santana; SPINK, Mary Jane Paris. Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, p. 442-452, 2009.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. São Paulo: Autêntica, 2010.
- BRAGA, Keith Daiani da Silva (2019) **Lesbianidades, performatizações de gênero e trajetória educacional**. 2019. 342f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-

Graduação em Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

BRAGA, Keith Daiani da Silva; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale Caetano; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda Ribeiro. Lesbianidades e Educação: interrogando a produção acadêmica. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set. 2018.

CAETANO, Marcio. Movimentos Curriculares e a construção da heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexandro; BARRETO, Maria A. S. Correia (orgs). **Currículos, gêneros e sexualidades**. Experiências misturadas e compartilhadas. Vitória: Edufes, 2013.

CARBY, Hazel. White Woman Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood, pp. 212–35 in **The Centre for Contemporary Studies** (ed.) *The Empire Strikes Back: Race and Realism in 70s Britain*. London: Hutchinson, 1982.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). **Anais do Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, Brasil, v. 28, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003.

CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011, p. 235-249.

CARRERA, Fernanda; CARVALHO, Denise. Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. **Galáxia (São Paulo)**, p. 99-114, 2020.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CILENTO, Bruna Pimentel; GARCIA, Cássia Santos; DE ALMEIDA FREITAS, Maria Helena. MO. LE. CA. sai do armário: experiência de uma militância lésbico-feminista nos anos 2000. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 378-397, 2020.

COELHO, Salomé; PENA, Cristiana. Da INTERvenção à INTRAvenção. **LES Online**, v. 1, n. 1, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.

COSTA, Naiara Leite. Representações e Narrativas Negras: Uma análise dos casos Claudia Silva Ferreira e Luana Barbosa. **Memórias de lo XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación**, San Pedro, Costa Rica, 2018.

CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana Augusta Alves. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?. **Laplage em Revista**, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.**

Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DA SILVA, Vitória Régia. No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. **Gênero e número**, 22 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulheres-lesbicas-sao-estupradas-por-dia/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.101-133.

DE JESUS OLIVEIRA, Daiane. Lésbicas Negras: A invisibilidade na política contemporânea da Bahia. **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 04, p. 146-159, 2019.

DE SOUZA MARCELINO, Sandra Regina. Entre o racismo e a lesbofobia: relatos de ativistas negras lésbicas do Rio de Janeiro. **Revista Gênero**, v. 16, n. 2, 2016.

DUARTE, André. Comunidade, singularização e subjetivação: notas sobre os coletivos políticos do presente. **O que nos faz pensar**, v. 23, n. 35, p. 217-236, 2014.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres homossexualidade e diferenças na cidade de São Paulo**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 3, p. 54-81, 2009.

FALQUET, Jules. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. São Paulo: Heretika - Editora lésbica independente, 2004.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista** Ano VI, n. 5. 2012.

FEIXA, Carles. **De la generación@ a la #generación: la juventude en la era digital**. Barcelona: Ned Ediciones, 2014.

FREITAS, Carlos Eduardo Pereira; BORGES, Messias Vasconcelos; RIOS, José Riverson Araújo Cysne. **O algoritmo classificatório no feed do Instagram**. 2016.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, p. 333-361, 2011.

- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.
- GROPPO, Luís Antonio et al. Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 14, n. 3, p. 1027-1048, 2019.
- GROPPO, Luis Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 383-402, 2016.
- GROPPO, Luis Antonio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2017.
- GROPPO, Luís Antonio et al. Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. **Praxis educativa**, v. 14, n. 3, 2019.
- GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v. 12, n. 1, p. 7-21, 2020.
- HALBERSTAM, Judith. **Masculinidad feminina**. Durham: Duke University Press, 2008.
- HINE, Christine. **Etnografía virtual**. Barcelona: Editorial uoc, 2011.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, n. 2/95, v. 3, 1995
- IPÓLITO, Jéssica. Enegrecendo o 29 de agosto: negras lésbicas na construção da visibilidade. **Brasil de Fato**, 29 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/29/enegrecendo-o-29-de-agosto-negras-lesbicas-na-construcao-da-visibilidade>>. Acesso em: 02 set. 2021.
- JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KUBOTA, Luis Claudio et al. Uso de tecnologias da informação e comunicação pelos jovens brasileiros. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016. p. 199-220
- LACOMBE, Andrea. Tu é ruim de transa: ou como etnografar contextos de sedução lésbicas em duas boates GLBT do subúrbio do Rio de Janeiro. In: DIAZ-BENITEZ, M. Elvira; FIGARA, Carlos Eduardo. **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 373-392.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes Editora, 1998.

LEMO, Ana Carla da Silva. **Movimentos de lésbicas de Pernambuco**: uma etnografia lésbica feminista. 2019. 611f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). 2007. 248f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LESSA, Patrícia. Que ‘babado’ é esse. Corpo, sexualidade e lesbiandade no gay pride. **Labrys, estudos feministas**, v. 6, 2004.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS/ASSOCIAÇÃO LÉSBICA FEMINISTA. LesboCenso Nacional 2022. Disponível em: www.lesbocenso.com.br

LORDE, Audre. **I’m Your Sister**: Collected and Unpublished Writings of Audre Lorde. Oxônia/UK: Oxford University Press, 2009.

LORDE, Audre. **Zami una biomitografía**: Una nueva forma de escribir mi nombre. Madrid: La editora San Cristobal, 2009.

LORENZO, Ángela Alfarache. La construcción cultural de la lesbofobia. Una aproximación desde la antropología. In: RUBIO, Julio Muñoz (Org.). **Homofobia**: laberinto de la ignorancia. México: UNAM, 2012.

LUZ, Lila Cristina Xavier et al. Os jovens brasileiros em tempos de covid-19. **Princípios**, v. 40, n. 160, p. 177-207, 2021.

MACHADO, Jorge. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, pp. 248-285, 2007.

MACHADO, Nathalye Nallon; FERRARI, Anderson. Narrativas de mulheres jovens: dispositivo de juventude nos atravessamentos com gênero. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 1, 2020.

MARTINHO, Míriam. Memória Lesbiana: há 42 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. **Um Outro Olhar**, v. 15, 2019.

MEINERZ, Nádia Elisa. **Entre mulheres**: etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

MEINERZ, Nádia Elisa. Entre mulheres: a constituição de parcerias sexuais e afetivas femininas. **Revista Latitude**, v. 2, n. 1, p. 124-146, 2008.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. São Paulo: Vozes, 2001a.

MELUCCI, Alberto. **Vivencia y convivencia**: teoria social para una era de la información. Madrid: Editorial Trotta, 2001b.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. A mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. São Paulo: Vozes, 2005.

MENDONÇA, Monica. Enegrecendo as relações. **Quilombo Cibernético**, 21 jan. 2019. Disponível em: <https://quilombocibernetico.home.blog/2019/01/21/enegrecendo-as-relacoes/>. Acesso em: 25 set. 2022.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 66, 2003.

MORA, Claudia Mercedes; MONTEIRO, Simone. Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 905-926, 2013.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. **Jornal Maioria Falante**, v. 17, p. 3, 1990.

NAPOLITANO, Minisa Nogueira. A construção do lesbianismo na sociedade carioca oitocentista. XIV **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambú- MG – Brasil, 2004.

NEVES, Janaize Batalha; DE SOUZA GOMES, Adriana. MULHERES NEGRAS: DORORIDADE, SUBJETIVIDADE E VIVÊNCIAS DO COTIDIANO. In: **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. 2021. p. 299-311.

NOGUEIRA, Nadia. **Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop**: Amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960. 2005. 305f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NOGUEIRA, Nádia. Códigos de sociabilidade lésbica no rio de janeiro dos anos 1960. In: COSTA, Horácio et al. **Retratos do Brasil homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2010. p. 343-353.

NUNES, Alina. Audre Lorde: Contribuições Para Uma Epistemologia Da Crítica Feminista À Literatura Lésbica Negra. **Revista de Literatura, História e Memória**, v. 17, n. 30, p. 159-175.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. **Les Online**, v. 7, n. 2, p. 2-19, 2015.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil-2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 06-19, 2017.

PAIS, José Machado; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em educação – uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, v. 33, n. 64, 2017.

PEDROSO, Amanda. **A lesbofobia no ensino superior: expressões e possibilidades de enfrentamento**. 2020. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

PERELMAN, Mariano. Prácticas, experiencias y vida cotidiana en la periferia. In: PINHEIRO, Leandro. **Identities em narrativa: práticas e reflexividades na periferia**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016.

PERES, Milena Cristina Carneiro Peres; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018a.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara Marques. Lesbocídio: o estudo dos crimes de ódio contra lésbicas no Brasil. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 40-50, 2018b.

PERONDI, Maurício; STEPHANOU, Maria. Juventudes na atualidade: abordagens e conceitos. Craidy, Carmem Maria Craidy; Szuchman, Karine (Org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 69-84.

PERUCCHI, Juliana. **Eu, tu, elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PINHEIRO, L. R. Educação e agenciamentos em periferias urbanas: a produção de alternativas laborais entre jovens. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 36, e. 205923, 2020.

PINHEIRO, Leandro R. **Identities em narrativa: práticas e reflexividades na periferia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PINHEIRO, L. R. Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre. **Cadernos IHU IDÉIAS**, v. 15, p. 03-22, 2017.

PINHEIRO, Leandro R.; MACHADO, Arthur Manomics. As Produções Interativas De Jovens Nas Redes Sociais: Escola E Sociabilidade Nas Periferias De Porto Alegre. **Revista GepesVida**, v. 5, n. 10, 2019.

PRETTO, Nelson De Luca; ASSIS, Alessandra. **Cultura digital e educação: redes já. Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: EDUFBA, p. 75-83, 2008.

PINHO, Osmundo. O Fantasma do Estado: Genocídio e Necropolítica. **Reaja nas Ruas** (blog), 2014. Disponível em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/2014/07/o-fantasma-doestado-genocidio-e.html>. Acesso em: 14 jul. 2022.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

REGUILLO, Rossana. **Paisajes insurrectos: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizadorio**. NED ediciones, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-12, 2013.

ROMANCINI, Richard. Paolo Gerbaudo: a mídia digital e as transformações no ativismo e na política contemporânea. **MATRIZES**, v. 14, n. 1, p. 109-122, 2020.

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo. Quais as diferenças entre os termos militância e ativismo. **NEXO Jornal**, 27 de fev de 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/academico/2019/02/27/Quais-as-diferen%C3%A7as-entre-os-termos-milit%C3%A2ncia-e-ativismo#:~:text=O%20ambiente%20militante%20tende%20a%20valorizar%20disciplina%20centraliza%20o%20heteronomia,incitiva%20experimental%20horizontalidade%20autonomia>. Acesso em: 08 ago.2021.

SANFELIU, Luz. Escrito en el cuerpo. Sexualidades femeninas al margen de la norma heterosexual. **Arenal: Revista de historia de las mujeres**, v. 14, n. 1, p. 31-57, 2007.

SANTOS, Ana Cristina C.; SOUZA, Simone Brandão; FARIA, Thaís. Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 01-05, 2017.

SARDÁ, Alejandra; GUINEA, Rosa; MORALES, Verónica. Lesbianas en América Latina: de la inexistencia a la visibilidad. **Aportes Andinos**, nº 15, p. 1-11, 2006.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Zuleide Paiva da. **“Sapatão não é bagunça”**: estudo das organizações lésbicas da Bahia. 2017. 382f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Programa Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SIMÕES, José Alberto. **Entre a rua e a internet**: um estudo sobre o hip hop português. Lisboa: ICS, 2010.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys - Estudos Feministas**, v. 20, p. 21, 2011.

- SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos tem sexo?** Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil. 2014. 278f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos do Núcleo de Estudos da Mulher, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017.
- SOUZA, Simone Brandão. Teorias lésbicas contemporâneas e a arte como ativismo e potência de resistência e visibilidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 134-143, 2018.
- SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em Movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.
- SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 109-120, 1999.
- SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e lesbianismo: quais os desafios. **Labrys: Estudos Feministas**.(1-2) [on-line]. Disponível em: https://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/index. 2002. Acesso em: 02 set. 2021.
- SWAIN, Tânia Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo/SP: Brasiliense, 2000.
- THIBES, Mariana Zanata et al. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 7, n. 3 jul-dez., p. 49-73, 2020.
- TOURAINÉ, A. **Juventud y democracia en Chile**. Última Década, Valparaíso, n. 8, p. 71-87, mar. 1998.
- UGARTE, Cecilia. Identidad lésbica. Una mirada histórica. **Libertades Laicas. Programa Interdisciplinario de Estudios sobre las Religiones (PIER)**. México: 2006.
- URASSE, Anin. A homossexualidade não é africana. A heterossexualidade também não - parte 1. **Pensamentos Mulheristas**. [Web Page]. Recuperado de: <https://pensamentosmulheristas.worpress.com/2016/01/26/ahomossexualidade-nao-e-africanaa-heterossexualidade-tambem-naoparte-1/>. 2016.
- VALIENGO, Caio Becsi; DE OLIVEIRA, Marília Jahnel. Coletivos e o ciclo de protestos dos anos 2010: reflexões sobre horizontalidade e as tecnologias digitais da informação e comunicação. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 7, n. 3 jul-dez., p. 74-97, 2020.
- VIÑUALES, Olga. **Lesbofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2002.
- WITTIG, Monique. **Ninguém nasce mulher**. 1970. Trad. Hurrah, um grupelho eco-anarquista e Coletivo Bonnot: Departamento de Terrorismo Performático de Gênero, 2012. p.1-20.
- ZANETTI, Julia Paiva. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. **cadernos pagu**, p. 47-75, 2011.

Apêndices

APÊNDICE A – Tabela completa de pesquisa realizada nos bancos e catálogos *online*

	Palavras-chave	Ano	Autores	Título	Resumo
1	Antropologia, Feminismos, Lesbianidades, Movimentos Sociais, Redes Sociais.	2010	Anelise Fróes da Silva	Mulheres em movimento (s): Estudo etnográfico sobre a inserção de feministas e lésbicas em movimentos sociais institucionalizados e autônomos na cidade de Porto Alegre/RS	Estudo etnográfico sobre a inserção de mulheres lésbicas e feministas em movimentos sociais e suas articulações, a partir de duas redes identificadas como Institucionalizada, uma, e Autônoma, a outra. De um lado, estão grupos do movimento constituídos de modo formal, registrado, muitas vezes associados com o poder público, programas e políticas governamentais, nas três esferas, sendo financiados para suas atividades, publicações, realização de seminários, congressos e para manutenção de seus escritórios. Do outro, estão grupos articulados em Coletivos independentes, redes informais, grupos virtuais, que não tem sedes, financiamentos, ou parcerias com quaisquer outros grupos institucionalizados, e também não formalizam convênios ou aceitam financiamentos, sejam nacionais, governamentais, internacionais. A pesquisa, realizada entre outubro de 2009 e fevereiro de 2010, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, verificou que os modos de atuação das duas redes muitas vezes mais se parecem do que se diferenciam, mas as questões relacionadas às agendas lésbicas e feministas são abordadas de maneiras bastante conflitantes na maioria dos casos, seja por questões políticas, institucionais, ou mesmo pessoais das ativistas que foram interlocutoras durante o campo. As aproximações, os distanciamentos, e a diversidade contemporânea dos movimentos sociais e seus ativistas, neste caso aqui lésbicas e feministas, no contexto urbano de Porto Alegre, é o que está apresentado aqui.
2	Movimento de mulheres; Feminismo;	2015	Cláudia Freitas de Oliveira	O Movimento Lésbico em Fortaleza –	Em abril de 2004, um grupo de mulheres de Fortaleza reuniu-se para discutir

	Movimento lésbico; LAMCE; Fortaleza.			LAMCE: trajetória e ações de luta	formas de enfrentamento da discriminação sofrida não somente pelas mulheres, de uma maneira em geral, em seu cotidiano, mas, especificamente, por um segmento, tradicionalmente invisibilizado na sociedade, de mulheres bissexuais e lésbicas. Como proposta de ação contra as violências praticadas de diversas ordens, tanto físicas como simbólicas, essas mulheres decidiram criar um grupo, inicialmente, intitulado LANCE –, Lésbicas Atuantes No Ceará. Contudo, como algumas não se consideravam lésbicas, pois mantinham também relações heteroafetivas e heterossexuais, após uma série de ponderações, em debate, foi aprovado o nome LAMCE (com M), Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará. Este estudo visa analisar a gênese, trajetória e principais desafios enfrentados pelo grupo que, neste ano, completa 10 anos de existência.
3	Mulheres Lésbicas Negras. Decolonialidade Interseccional. Movimentos Sociais. Distrito Federal. Identidades.	2019	Raíla De Melo Alves	Negras E Sapatões: Uma Análise Sobre Elaborações De Identidades Nos Movimentos Lésbico E Racial No Distrito Federal	Nesta pesquisa analiso os processos de elaborações identitárias de negras lésbicas cisgêneros inseridas em movimentos sociais – racial e lésbico - do Distrito Federal. Para isso, busquei compreender o processo de (trans)formação dessas mulheres enquanto mobilizadoras de múltiplas dinâmicas identitárias, para que, deste modo, pudéssemos entender como a apropriação e mobilização das categorias “lésbicas” e “negras” ocorre dentro dos movimentos sociais nos quais estão inseridas. Desenvolvo uma perspectiva analítica qualitativa com base em revisão de bibliografia, entrevistas semiestruturadas com quatro negras lésbicas e observação participativa. Proponho, para isso, análise de identidades sob o crivo da decolonialidade interseccional, ferramenta que me permitiu analisar o processo de elaboração

					<p>de identidades de negras lésbicas inseridas nesses movimentos sociais. A pesquisa apontou a escassez de literatura que busque compreender a intersecção entre gênero, raça e sexualidades, principalmente no que tange às mulheres negras, de modo que a decolonialidade interseccional se apresentou como ferramenta necessária à compreensão dessas realidades. Além disso, a pesquisa apontou as múltiplas identidades mobilizadas de forma estratégica pelas mulheres entrevistadas, que enfrentam o racismo, lesbofobia, machismo, classismo e outras opressões diariamente vividas em seus contextos de ativismo. Ademais, outro resultado demonstrado foi a dificuldade percebida por essas mulheres em abordar a temática de raça dentro dos movimentos de mulheres lésbicas, assim como a dificuldade em se apropriar e trabalhar a questão de sexualidade dentro de movimentos negros.</p>
4	Movimento lésbico. Experiência. Formação. Subjetividade	2017	Anahi Bezerra De Carvalho	Experiências Formativas E A Constituição De Subjetividades De Militantes Lésbicas Em Pernambuco	<p>Ao lançarmos o olhar sobre a trajetória dos movimentos lésbicos, podemos perceber os vãos históricos resultantes de uma herança simbólica de desvalorização do feminino, de exclusão das mulheres do campo público e da "ocultação" das relações afetivo-sexuais entre elas. Os movimentos lésbicos se configuram enquanto espaços de desconstrução da "mulher" como categoria unívoca e homogênea, denunciando práticas opressivas através da visibilidade política destas mulheres, interseccionando temas como gênero, raça e orientação sexual. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a dimensão formativa dos movimentos lésbicos na vida de suas militantes. Toma a experiência como constitutiva da subjetividade e parte do princípio que a subversão da estabilidade do discurso heteronormativo e patriarcal, promovida pelos movimentos lésbicos, possibilita uma rachadura no processo hegemônico de normalização dos sujeitos. O corpus foi constituído por cinco entrevistas narrativas</p>

					<p>individuais, com apoio de álbum fotográfico, com militantes de movimentos sociais lésbicos de Pernambuco. A escolha das entrevistadas priorizou o princípio da heterogeneidade: militantes de movimentos sociais lésbicos de Recife e região metropolitana, com diferentes idades, etnias, religiões e filiadas a distintos coletivos. Percebemos que o movimento lésbico em Pernambuco é marcado pela pluralidade de perspectivas políticas, teóricas, bandeiras e conflitos. O contexto histórico e as experiências de suas militantes forçam os coletivos a rearticularem seus discursos na tentativa, sempre inacabada, de subverter as diferenças e promover a emergência de demandas equivalenciais. Mesmo se ramificando a partir de temas como saúde, direitos humanos e LGBT, direitos sexuais e reprodutivos, raça e etnia entre outros, tem pontos de articulação, principalmente em torno do enfrentamento à violência de gênero (especialmente a lesbofobia) e da defesa da diversidade sexual. São férteis terrenos discursivos que possibilitam o encontro e desencontro de suas militantes, agindo sobre seus modos de ser, onde as experiências vivenciadas pelas lésbicas se configuram como processos de (re)significação de si.</p>
5	Feminismos, Gênero, Lésbicas, Políticas Públicas, Movimentos sociais.	2013	Aline Da Silva Piason	A Militância De Lésbicas Feministas E A Visibilidade Nas Políticas Públicas Para Mulheres	<p>A presente tese apresenta estudos que visam oferecer visibilidade às lutas políticas e sociais de mulheres lésbico-feministas, no âmbito das Políticas Públicas para Mulheres. Objetivo: investigar, a partir dos estudos da psicologia social e dos estudos feministas de gênero, como os planos nacionais de políticas para mulheres estão visibilizando e incluindo as demandas das mulheres lésbicas; bem como investigar como se articulam as mulheres, que se autoidentificam como lésbicas e feministas, militantes da Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul, em ações do</p>

					<p>movimento social na busca de inserção de suas reivindicações e aquisição de seus direitos nas políticas públicas para as mulheres, enquanto cidadãs brasileiras. Método: na composição da tese, foram realizados quatro estudos. O primeiro estudo teve como objetivo apresentar reflexões sobre questões relacionadas aos estudos feministas e o lugar das mulheres lésbicas e suas reivindicações, pautadas na história do feminismo. O segundo estudo apresenta uma análise documental sobre o I e o II PNPM, com o objetivo de investigar se os discursos presentes no eixo de saúde, direitos sexuais e reprodutivos das políticas públicas estão visibilizando as demandas das especificidades das lésbicas. O terceiro estudo aborda reflexões sobre os três PNPM, com o objetivo de investigar e compreender se a construção dos discursos presentes no eixo de enfrentamento ao racismo, o sexismo e a lesbofobia estão visibilizando as demandas das especificidades das lésbicas. Nos estudos de análise documental dos PNPM, foi utilizado a ferramenta de informática Atlas/Ti, que se mostrou um importante recurso metodológico de pesquisas qualitativas. Para finalizar, o quarto estudo apresenta a investigação, realizada através do método de Observação Participante, que teve como objetivo compreender a forma como as mulheres que se autoidentificam como lésbicas e que participam ativamente da LBL-RS estão se articulando, para conquistar visibilidade e garantir direitos, na esfera da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.</p> <p>Resultados: Foi possível identificar, a partir das análises dos PNPM, que ao longo das suas três edições, ocorreram importantes mudanças que promoveram a visibilidade das demandas das mulheres lésbicas, mesmo que ainda reconhecidas como ações políticas insuficientes e incipientes para o leque amplo</p>
--	--	--	--	--	---

					<p>das suas necessidades e especificidades. Também foi possível reconhecer que a visibilidade conquistada no cenário político e social ocorreu devido ao importante protagonismo das atrizes do movimento social da Liga Brasileira do Rio Grande do Sul, na reivindicação de seus direitos para a construção de políticas públicas para todas as mulheres. Considerações Finais: Contudo, foi possível ver o quanto a psicologia tem a crescer no momento em que se propõem a dialogar com os movimentos sociais e dar voz à população silenciada e invisibilizadas em nossa sociedade, bem como reconhecer na psicologia social, a inserção do campo de análise de construção de políticas públicas que promovam direitos à vida e cidadania.</p>
6	<p>Movimento de Lésbicas (Bahia). Auto-organização lésbica. Ativismo - Memória e História. Lesbianidades-Feminismos.</p>	2017	Zuleide Paiva da Silva	<p>“Sapatão Não É Bagunça”: Estudo Das Organizações Lésbicas Da Bahia</p>	<p>Esta tese utiliza como estratégia a escrita de si para tomar os movimentos de lésbicas como objeto de estudo e as lésbicas políticas, também chamadas sapatão, como sujeitas da pesquisa. O propósito do estudo é cartografar as primeiras organizações lésbicas da Bahia, surgidas entre 1970 e 2003. O problema teórico e empírico está centrado na “invisibilidade lésbica” percebida como expressão da lesbofobia, um fenômeno social, cultural e político que exige uma soma de esforços da sociedade para a sua erradicação. O argumento central está na afirmativa de que os movimentos de lésbicas no Brasil têm sua história imbricada aos movimentos heterofeministas e LGBT, embora sua trajetória seja invisibilizada por todos eles. Ao ressaltar que “sapatão não é bagunça”, esta tese afirma que lésbica política é resistência, potência que visibiliza e promove a existência lésbica em diferentes tempos históricos. Com o desafio de quebrar o silêncio acadêmico em torno da existência lésbica na Bahia, o estudo assume a crença na impermanência das coisas e a experiência subjetiva como ponto de partida na produção de conhecimento situado, focando</p>

					<p>a análise nas dimensões histórica, política e formativa das organizações lésbicas, sem desconsiderar que essas dimensões estão imbricadas e são inseparáveis na construção do objeto de estudo. Para tanto, nega toda e qualquer noção essencializante da sexualidade, ao tempo em que reconhece a identidade como uma produção que está sempre em processo e nunca se completa. Situada no campo dos estudos feministas, desenvolvida a partir de pesquisa qualitativa, a tese mantém resistência aos regimes de normalidades e reconhece a necessidade de uma epistemologia lésbica baseada na interseccionalidade das categorias. Seguindo um impulso desconstrucionista, o horizonte metodológico é inspirado pela Filosofia da Vida e orientado pelos paradigmas “O pessoal é político”, Exu e “Latino Americano”, apreendendo as fontes não como provas, ou verdades, mas discursos que se conectam uns aos outros na formação de novos discursos sobre a realidade analisada. O resultado sugere que o conjunto de organizações lésbicas analisadas constituem uma expressão do corpo político das lésbicas, um corpo coletivo que nasceu nos tempos de ditadura, orientado pela bandeira do lesbofeminismo, de forma não institucionalizada, através da solidariedade entre lésbicas e gays. Sugere, ainda, que, nos anos 90, este corpo se institucionalizou em ONGs e, a partir de 2003, passou a se constituir em rede e, desde então, estreitando o diálogo com o governo federal segue em movimento contínuo de afeto e luta por políticas públicas. Sugere, ainda, que o ENLESBI – Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia é a expressão mais potente do corpo político das lésbicas que, desde o seu surgimento, investe em um projeto de sociedade formulado em modos de viver e pensar lesbofeminista e antirracista, que se firma na construção de coletivos, grupos só de mulheres. Esses grupos, pelas</p>
--	--	--	--	--	---

					lentes de Arroyo (2012) e Gohn (2012, 2012a) são percebidos como territórios de produção e difusão de pensamento e movimento que tornam visível a existência lésbica para além da vida privada e, como tal, são espaços de empoderamento feminino, estratégias de enfrentamento aos sistemas heteropatriarcal, racista e capitalista. Escrita na primeira pessoa, sem pretensão de verdade, a tese é caracterizada como saber militante, conhecimento situado desde o corpo sapatão.
7	Escrita lésbica; LETTERA; Internet; Socialização.	2017	Maria Do Socorro Da Silva Medeiros	“O Caminho Não Precisa Ser Solitário”: Fissuras E Representatividade Lésbica No Ciberespaço	O presente trabalho visa investigar como o portal LETTERA: Literatura Lésbica e LGBT vem proporcionando um espaço para a publicação de escritos literários que focalizam a questão da lesbiandade e que são produzidos por mãos lésbicas, assim como entender como essa produção tem se tornado um território de socialização, afetos e afetações. Dado que os textos postados tem se tornado ponto de partida para a construção de laços entre as usuárias e visto que eles têm se estendido por outros canais – como, por exemplo, as redes sociais Facebook e WhatsApp –, a produção desses textos ultrapassa a questão parnasiana da literatura – arte pela arte – adentrando a aspectos mais sociais. Partido da constatação e entendimento da dificuldade de publicação de obras desse gênero pelas grandes editoras brasileiras, fator que gera um duplo apagamento – das escritoras que tem sua sexualidade conhecida e de obras que versem sobre o desejo lesbiano – buscamos mostrar como a Internet tem criado fissuras no discurso normativo a partir do trabalho na perspectiva de teóricos como: Foucault (2012), Plant (1997), Woolf (1990), Ortega (2002), McLuhan (2005), Lévy (1999) entre outros.
8	Movimentos lésbicos de Pernambuco. Identidade lésbica. Feminismo	2019	Ana Carla Da Silva Lemos	Movimentos De Lésbicas De Pernambuco: Uma Etnografia Lésbica Feminista	Esta dissertação teve como objetivo investigar como se deu o surgimento e a organização dos movimentos de lésbicas em Pernambuco, identificando como

	Lésbico. Sexualidade. Interseccionalidade.			<p>se constituiu a identidade lésbica individual e reverberou nas identidades coletivas dos movimentos lésbicos. A pesquisa etnográfica foi realizada de 2016 a 2018 e incluiu a observação participante em dois espaços de articulação política em Pernambuco. A metodologia foi composta de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários fechados com as 18 (dezoito) interlocutoras/pensadoras o que possibilitou a caracterização do perfil socioeconômico das lésbicas que estão na construção dos movimentos, desde o final da década de 1970, contribuindo para a compreensão das narrativas de vida das ativistas lésbicas que atuam no estado, assim como, as dos grupos lésbicos e redes que perfazem os movimentos lésbicos e suas bandeiras de luta. Além disso, foram colhidos materiais dos grupos, como atas de fundação e de reuniões, fotografias, materiais de comunicação, dentre outros. Todo o acervo recolhido em campo constitui parte da memória dos movimentos lésbicos de Pernambuco e se encontram nos anexos deste trabalho. Como resultados da pesquisa, as ativistas e os grupos pesquisados estão alocados em todas as regiões do estado, com a diferença que na capital e região metropolitana tem se organizado majoritariamente em grupos de lésbicas, o que difere das demais regiões, nas quais tem se articulado em grupos LGBTs, sem que haja nenhum grupo exclusivamente lésbico. Compreendeu-se que existem dois tipos de militância que funcionam como formadores e transformadores das identidades lésbicas individual e coletiva:</p> <p>1) a militância para dentro, que perpassa pelas relações internas das ativistas, analisando os conflitos, relações de poder, qualidades/hierarquias e as reproduções do machismo, a exemplo das relações afetiva-sexuais que interferem na organização dos movimentos. 2) A</p>
--	--	--	--	--

					<p>militância para fora, articula como as ativistas lésbicas atuam nos espaços de controle social e influencia na relação com outros movimentos sociais, partidos políticos, governos e a sociedade mais ampla. Compreende-se que as identidades lésbicas foram se constituindo a partir das narrativas de vida e seus enfrentamentos, entendendo que as ações individuais contribuem para as ações coletivas na organização dos grupos e redes, onde criam-se normativas que, por vezes, engessam as relações e criam hierarquizações que afetam as formas de atuação, estabelecendo quem pode representar e ter a atuação reconhecida como movimentos lésbicos.</p> <p>Esse fato potencializa diversos conflitos e hierarquizações, não apenas de representação política, mas nas paródias de gênero que são representadas pela dicotomização lady e boy que reverberam em normativas de representações nos papéis sociais e sexuais assumidos, muitos deles reiterando normas sociais que acabam por reafirmar preconceitos e discriminações existentes na sociedade. Os movimentos lésbicos têm contribuído para impactos políticos em Pernambuco na implementação das políticas públicas, através dos espaços de atuação paritária entre sociedade civil e governo. Todas essas expressões trouxeram a possibilidade de construir um olhar mais amplo sobre as organizações e memórias dos movimentos lésbicos em Pernambuco.</p>
9	Movimento Lésbico-Feminista, Estudos Feministas, Educação dos Corpos, Movimentos Sociais, Brasil Contemporâneo.	2007	Patrícia Lessa	Lesbianas Em Movimento: A Criação De Subjetividades (Brasil, 1979-2006)	A representação da mulher, no singular, submissa à heterossexualidade é quebrada na relação homoafetiva entre mulheres, pois o masculino é aqui excluído, e a invisibilidade das lesbianas pode representar uma contradição à ordem binária naturalizada dominada pelo masculino. Ancoradas em modelos estigmatizados como solteironas, mulher-macho e outras, as

					<p>lesbianas são tratadas pejorativamente ou silenciadas nas narrativas históricas. Nossa problemática de pesquisa ausculta as redes de relações presentes no relacionamento entre mulheres e suas lutas por visibilidade social e política, abordando o sujeito lesbiano como um feixe de questões face às representações sociais e às suas auto-representações. Tivemos como objetivos fazer um levantamento dos movimentos de lesbianas no Brasil e estudar as representações escritas e imagéticas do movimento, visando analisar as diferentes perspectivas teórico-políticas ao longo do tempo e nas diferentes regiões do Brasil. As teorias das representações sociais fazem parte de nosso instrumental teórico, bem como noções a respeito do funcionamento do imaginário que as abriga. As teorizações feministas são o eixo em torno da qual gravita a própria construção do objeto e as questões que problematizam nosso enfoque. Buscamos nos registros dos movimentos lesbianos, feministas e LGBTTs (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) configurações discursivas que produzem representações das lesbianas segundo óticas diferenciadas e amparadas em estratégias políticas singulares aos grupos estudados.</p>
10	Movimento de lésbicas, Lesbianidade, Mulheres, Feminismos, História, Práticas discursivas, Visibilidade lésbica, Representações sociais.	2007	Maria Célia Orlato Selem	A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica	<p>Este trabalho dedica-se à análise das produções discursivas da Liga Brasileira de Lésbicas no período que abrange desde a fundação do movimento até os dias atuais, ou seja: 2003 a 2007. A partir da leitura e seleção de superfícies discursivas de materiais impressos, imagens, entrevistas e depoimentos em vídeodocumentário sobre o movimento de lésbicas no Brasil, levantei matrizes de inteligibilidade que eram particularmente expressivas no que diz respeito às representações sociais e auto-representações das militantes auto-identificadas como lésbicas ou bissexuais na</p>

					<p>construção de um sujeito político nacional “lésbica”, objeto desse estudo. Por meio dessas matrizes foi possível perceber que as militantes, em suas práticas discursivas, apesar do atrelamento aos signos do presente, realizam dinâmicas de transformação do binário masculino/feminino que informa o imaginário social ancorado na evidência da heterossexualidade, a qual fundamenta as diferenças e a conseqüente subjugação das mulheres na sociedade.</p>
11	educação ambiental, ativismo (social), homossexualidades, identidades, constituição de sujeitos.	2007	Felipe Bruno Martins Fernandes	MUITO PRAZER, SOU CELLOS, SOU DE LUTA: a produção da identidade ativista homossexual	<p>Esta dissertação foi produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, na linha EA: Ensino e Formação de Educadores, e teve como objetivo analisar a produção da identidade ativista homossexual. Foram analisadas narrativas de ativistas homossexuais integrantes do CELLOS/MG, entidade localizada em Belo Horizonte. As narrativas foram produzidas com a metodologia da Investigação Narrativa. Foram estabelecidas conexões com os Estudos Culturais, nas vertentes pós-estruturalistas, utilizando autores como Hall, Louro, Silva, Veiga-Neto etc., e contribuições de Michel Foucault. A Educação Ambiental é entendida como área do conhecimento que não possui “amarras” científicas da produção epistemológica fabricada na academia, e é interpretada como caminho para se dar voz às diferenças, respeitosa e tolerantemente, ampliando o diálogo para todos. Também foram utilizados autores que teorizam sobre o movimento homossexual como Facchini, Green, Fry, MacRae, Câmara etc. Entendo, que é narrando histórias no movimento homossexual que os ativistas vão constituindo-se através de múltiplos discursos. Conjurando histórias importadas de países como os Estados Unidos, e um governo ditador no Brasil; a década de 1970 vê nascer no Brasil as primeiras ações de um movimento homossexual. O CELLOS/MG começa a ser</p>

					<p>pensado em 2001, quando um grupo de estudantes, partidários e dissidentes de outras organizações optam pela criação do grupo. Foram quatro colaboradores nesta pesquisa. Rick tem 31 anos, é um homem branco, hemofílico e pobre. Ingressou no movimento a convite de um amigo. Lucas tem 31 anos, é pardo, de descendência indígena. Não inicia sua trajetória no movimento homossexual, e sim, nos movimentos pastorais da igreja, e se no movimento partidário do PT. Vicente tem 43 anos, é branco, classe média e inicia no movimento quando muda do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, aos 38 anos. Edivan tem 27 anos, é um homem negro. Inicia o ativismo homossexual no grupo Dignidade em Curitiba, participa do GHAP no RN, sendo o CELLOS/MG sua terceira entidade. Ao analisar as narrativas o “perceber-se” homossexual emergiu, segundo as narrativas, como a primeira “marca” desses sujeitos. O discurso que remete à “percepção” no indivíduo é ligado, muitas vezes, a marcas biológicas. As brincadeiras infantis, mencionadas pelos colaboradores, podem ser entendidas como práticas sociais em que se constituem corpos sexuados, visto que três ativistas remontaram a estas. Na nossa sociedade, “singularmente confessada”, é preciso ressaltar a importância que a revelação pública da identidade homossexual tem na constituição do ativista. Esse “assumir-se”, pode ser entendido como uma estratégia dos grupos para alcançarem o objetivo de “conquista de direitos”. As falas fazem-nos entender que assumir-se constitui-se como atributo determinante para ativistas homossexuais. A “causa” homossexual é caracterizada como um marcador dessa identidade; além disso, demarcam terem sido discriminados, algo comum entre eles. No que tange ao</p>
--	--	--	--	--	---

					CELLOS/MG, as narrativas nos fazem entender que o grupo preocupa-se com a constituição de seus ativistas, nomeando este processo como “formação”. Todos os ativistas afirmam que a formação passa necessariamente pela prática no interior da entidade. Assim, pude trabalhar com aspectos que indicam como a identidade e a diferença são produzidas no movimento homossexual.
12	Segredo; Armário; Lésbicas; Espaço-seguro; Violência;	2019	Rebecca Christina Rodrigues (Religare) De Oliveira	O Direito À Cidade Para O Exercício Da Sexualidade De Mulheres Lésbicas: Uma Questão De Direitos Humanos	Este trabalho objetiva mostrar como se dão as experiências de segredo e armário dentro das vidas de mulheres homoafetivas em seu direito de se relacionar afetivo-sexualmente em espaços de convivência. Para isso, utilizei-me de uma postura mais próxima e a partir da minha pertença social para acessar nuances subjetivas destas sujeitas. Atribuí importância ao histórico de cada uma desde os espaços familiares, crenças religiosas, iniciações sexuais até chegar ao ambiente de trabalho. Tendo como base relatos, pretendo esmiuçar as estratégias implicadas na busca por um lugar seguro para se relacionar, bem como retratar como as categorias segredo e armário, perpassam suas rotinas e delineiam as submissões, os estereótipos e, por fim, suas formas de lidar com o preconceito frente à violência. Neste percurso, coloco em evidência as entrevistas, não em função de querer traçar um perfil das mulheres homoafetivas em Brasília, mas na intenção de propor um panorama comportamental destas mulheres que, por vezes, têm vivências tão similares às outras; a amostra da pesquisa tem o caráter de indicador de traços, usos e condutas. Para obter tais amostras, entrevistei quatro mulheres na intenção de analisar as peculiaridades e, também, as decorrências de suas práticas afetivas em Brasília.
13	Lesbianidades; Lesbofobia; Ensino Superior; Educação.	2020	Amanda Pedroso	A lesbofobia no ensino superior: expressões e possibilidades de	A presente pesquisa investiga como se configura a Lesbofobia na vida de mulheres lésbicas no Ensino Superior, em especial,

				enfrentamento	<p>na Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Estas, bem como, todas as pessoas do universo de LGBTI+, acabam sendo privadas de alguns direitos sociais e políticos, pois não são vistos/tratados como sujeitos de direitos. Para alcançar o objetivo proposto, foi escolhida a abordagem qualitativa, realizamos um levantamento bibliográfico e optamos pela entrevista narrativa com três graduandas lésbicas e bissexuais da Universidade Federal de Ouro Preto. Para contextualizar o espaço universitário, realizamos uma entrevista semi-estruturada com alguns participantes de projetos de extensão que tratam das diversidades na Universidade. A pesquisa se orientou por debates de teóricas feministas, como Adrienne Rich, Monique Wittig, Judith Butler, Daniela Auad, Claudia Lahni e Zuleide P. da Silva. Nosso levantamento bibliográfico indicou poucas produções que dizem do imaginário lésbico na educação se comparado a centralidade que outras sexualidades têm na pesquisa acadêmica contemporânea. Nossa investigação possibilitou analisar a necessidade do debate das questões de gênero e sexualidades na educação como modo de enfrentamento de ações discriminatórias com relação à orientação sexual e de gênero, uma vez que, desestabiliza os discursos naturalizados, tomados como verdade única. Nossas análises indicaram que a universidade é um território de disputas, um território contraditório de liberdade e vigilância sexual, em que o reconhecimento de pessoas LGBTI+, no geral, não se dá de forma plena, e que isso, de certo modo, se estende aos locais de vivência universitária, como as repúblicas estudantis, festas, espaços de convivência e lazer; os projetos de extensão e coletivos estudantis demonstram ser uma rede de apoio social relevante neste espaço. Além</p>
--	--	--	--	---------------	--

					<p>disso, observamos jogos de poder, de (in)visibilidade da mulher lésbica e, majoritariamente, da mulher, configurando a universidade como um não-lugar para as existências dissidentes da heteronormatividade.</p> <p>Consideramos que estudos sobre a questão lésbica na universidade precisam continuar, pois a persistência do regime heteronormativo ainda é uma constante nesse território.</p>
14	Lesbianidade; Ativismo; Discurso de ódio; Testemunho; Linguagem.	2018	Julianna Paz Japiassu Motter	Falar do ódio fora do ódio: testemunho de ativistas lésbicas sobre o discurso de ódio nas redes sociais	<p>Este trabalho pretende construir um testemunho sobre o discurso de ódio experienciado por três ativistas lésbicas na internet (com ênfase nas redes sociais), entendendo que a linguagem é capaz de ferir, mas, simultaneamente, de dar outros sentidos e resignificar as práticas de ódio. A partir dos debates sobre Direito, discurso de ódio e liberdade de expressão, entende-se que os instrumentos de reclame existem e vêm sendo aprimorados, tal qual o exemplo da aprovação da Lei Lola, em vigência desde abril de 2018, mas que, no entanto, não encerram o ódio. É nesse sentido que a produção de discursos pode ser tanto um instrumento de violação como um instrumento de garantia de direitos. O desafio de falar do ódio fora do ódio é tomar como escopo de análise e construção de categorias as próprias narrativas das ativistas, e não o discurso odioso. Ressaltando a relevância de pensar e arguir teoricamente sobre a necessidade de construir outras formas de sociedade, conclui-se que o testemunho surge como uma estratégia para conferir materialidade à violência causada pela linguagem, reumanizar as vítimas e possibilitar que sejam construídas formas alternativas e discursivas de resistência.</p>
15	Educação; Gênero; Identidade Docente; Professoras; Lésbicas	2014	Patrícia Daniela Maciel	Lésbicas e professoras: modos de viver o gênero na docência	<p>Esta tese tem como tema o estudo do gênero nas narrativas de professoras lésbicas. O objetivo principal deste texto foi investigar como, a partir dos discursos de gênero e dos dispositivos de sexualidade, as</p>

					<p>professoras foram subjetivadas ao ponto de produzirem alguns modos particulares de viver a docência. Para entender o efeito das experiências de gênero nas vidas das professoras analisadas foram investigados: o modo como as professoras falam de si, enquanto mulheres engendradas, aos seus alunos e aos seus colegas de trabalho e como elas significam esse momentos nas suas vidas; o modo como elas enfrentam e significam a lesbofobia nos espaços educativos; e, por fim, o modo como elas transformaram algumas experiência de gênero em algumas experiências como docentes. Para esta análise foram usados como pressupostos teóricos os Estudos Feministas e PósEstruturalistas, principalmente os textos de Judith Butler e Michel Foucault, em que o gênero e os dispositivos de sexualidade não são vistos como causas, mas efeitos dos discursos. A análise foi feita a partir de entrevistas semi-estruturadas com sete professoras, sob dois critérios: a) terem atuado na educação básica; b) terem assumido a lesbianidade em algum momento das suas vidas. A tese conta a história de sete mulheres na faixa etária dos 30 aos 56 anos; naturais de cidades do Rio Grande do Sul, formadas nas universidades do mesmo Estado e com tempo de magistério que variavam de 6 meses a 33 anos de sala de aula. O aporte teórico-metodológico utilizado na produção das narrativas foca-se nos estudos analíticos da experiência, de Jorge Larrosa, Walter Benjamin e Giorgio Agamben. A partir desses autores, analiso o sentido que as professoras lésbicas deram sobre o que se passou nas suas vidas em relação ao gênero. O que trago é uma versão do que elas viveram, ou seja, um sentido do que elas experimentaram como lésbicas na vida e nas escolas. Ao analisar essas histórias ficou evidente que nem todas as professoras lésbicas, por serem homossexuais ou bissexuais, tencionam ou</p>
--	--	--	--	--	--

					problematizam o gênero nas escolas, mas que todas ao experienciar o gênero produzem alguns conhecimentos éticos sobre si, alguns saberes próprios e/ou particulares, com os quais elas, em alguns momentos, atuam nas escolas.
16	Lésbicas; Professoras; Homossexualidade; Educação Básica; Visibilidade lésbica.	2018	Tatiana Carvalho Freitas	Professoras lésbicas na Educação Básica de São Paulo: rupturas e construção de visibilidades	O objetivo desta pesquisa de doutorado é compreender os distintos significados do que é ser uma professora lésbica no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, e de perspectiva sociológica, que dialoga com estudos nacionais e internacionais já realizados sobre o tema, com base no debate sobre gênero, sexualidades e heteronormatividade. Foram entrevistadas seis professoras da rede pública (estadual ou municipal) de São Paulo, estando elas em atividade em três cidades: São Paulo, Diadema e Praia Grande. A partir de um roteiro semiestruturado, a pesquisa teve por objetivo compreender como essas docentes lidam com essa informação de suas vidas pessoais no ambiente escolar e quais seus principais obstáculos e medos. Os resultados da investigação mostram que, no lugar de uma invisibilidade suposta inicialmente, ganhou destaque a busca de uma visibilidade pedagógica, ou de uma tentativa consciente de construir uma possibilidade de existência legítima no ambiente escolar. Trata-se de um ser e estar na escola como docente que, por si só, traz uma aspiração e uma realização pedagógicas: a de construir uma visibilidade que garanta legitimidade para a existência lésbica.
17	Educação em Saúde; Minorias sexuais e de gênero; Educação a Distância; equidade.	2020	Marina Melo Arruda Marinho	Análise do perfil dos alunos do curso EAD sobre a Política Nacional de Saúde Integral de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais ofertado pela UNASUS entre 2015-2017	Considerando a necessidade de avaliar e aprimorar as ações de formação e qualificação dos trabalhadores de Saúde desenvolvidas pelo Ministério da Saúde e a oferta de um curso à distância como uma das principais estratégias para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT-PNSILGBT, o presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar o perfil dos cursistas do Curso EAD

					<p>sobre a PNSILGBT, ofertado na modalidade à distância pela Rede UNA-SUS, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ, entre 2015 e 2017. O curso tinha como objetivo principal capacitar profissionais do Sistema Único de Saúde, para atender as necessidades de saúde dessa população, de forma qualificada, na perspectiva do respeito a identidade de gênero e orientação sexual e promoção da cidadania. Foi utilizada a análise exploratória com abordagem qualitativa dos dados secundários disponibilizados pela Secretaria Executiva da UNA-SUS e informações complementares agregadas por linkage do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES. Os resultados demonstraram que o curso teve um considerável número de ingressantes (n=42.105) e concluintes (n=16.342). Algumas variáveis, como idade e profissão, não puderam ser analisadas devido ao baixo índice de preenchimento, evidenciando a fragilidade do instrumento de identificação do perfil que permite avaliar os resultados da ação educativa. Pelas informações declaradas, houve predominância de inscritos do gênero feminino, com escolaridade de nível superior e localizados nas regiões Sudeste e Nordeste. A maior parte dos inscritos não é ou não se identificou como profissional de Saúde, apesar do curso ter sido desenvolvido prioritariamente para esse público. Com relação à categoria profissional dos concluintes, predominaram Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Médicos, Psicólogos, Assistentes Sociais e Agentes Comunitários. Na distribuição dos profissionais de Saúde concluintes segundo tipo de unidade de atuação na Saúde, predominaram as Unidades Básicas, Hospital Geral, seguido de Clínica/Centro de Especialidades e as Unidades de Pronto</p>
--	--	--	--	--	---

					Atendimento. A pesquisa objetivou contribuir com a caracterização do perfil do curso ofertado pelo Ministério da Saúde, ampliando a literatura sobre o tema, contribuindo para estudos futuros e apresentando recomendações para o aprimoramento das estratégias de educação na saúde, em especial as relacionadas às políticas de promoção de equidade em Saúde com foco em gênero e sexualidades.
18	Docência; Profissionalização; Gênero; Homossexual.	2019	Carlos Augusto Gomes Cavalcanti Da Silva	Professora, Mulher e Homossexual: desafios da prática pedagógica	Neste trabalho abordaremos sobre a feminização do trabalho docente, analisando como a questão do gênero perpassa toda a construção da subjetividade das professoras que atuam na educação básica e que são homossexuais. Para desenvolver a presente pesquisa utilizamos o método História de Vida, pesquisando quatro professoras assumidamente homossexuais de escolas públicas estaduais de Alagoas, com a finalidade de compreender como se deu sua trajetória pessoal, profissional e educacional, bem como as implicações para sua profissionalidade docente. Para esta análise foram usados como pressupostos teóricos os Estudos Feministas e Pós-Estruturalistas, principalmente os textos de Judith Butler e Michel Foucault, em que o gênero e os dispositivos de sexualidade não são vistos como causas, mas efeitos dos discursos. A análise foi feita a partir de entrevistas semi-estruturadas com quatro professoras, sob os seguintes critérios: a) atuarem na rede pública de educação básica; b) terem assumido para todos/as a homossexualidade em suas vidas. A tese conta a história de quatro mulheres que assumiram sua homossexualidade perante suas famílias e sociedade. O aporte teórico-metodológico utilizado na produção das narrativas foca-se nos estudos analíticos da experiência de Caterina Benelli, Marie-Christine Josso e Maria da Conceição Passegui. A partir desses autores, analisamos o sentido que as professoras homossexuais deram sobre o que se passou nas suas vidas em

					relação ao gênero. O que trazemos é uma versão do que elas viveram e vivem, ou seja, um sentido do que elas experimentaram e experimentam como lésbicas na vida e nas escolas.
19	Trajatória Educacional de Lésbica; Lesbofobia na escola, família, igreja e universidade; Masculinidade feminina; Resistência.	2019	Keith Daiani Da Silva Braga	Lesbianidades, performatizações de gênero e trajetória Educacional	<p>No campo da Educação, o tema da sexualidade e, mais especificamente, da “diversidade sexual” vem sendo crescentemente explorado em trabalhos acadêmicos brasileiros. Todavia, grande parte dessas investigações toma a “experiência gay” como central, analisando as outras com conceitos e perspectivas insuficientes para questionar a misoginia, lesbofobia, machismo e sexismo tão preocupantes e disseminados nos espaços educativos. Diante disso, nossa pesquisa de doutorado em Educação teve o objetivo de compreender, a partir de narrativas de sujeitos que se autorrepresentam enquanto “mulheres lésbicas”, como se articulam dissidência sexual feminina, performatizações de gênero e trajetórias educacionais. Interessou-nos, especificamente, compreender como mulheres lésbicas, vivenciaram suas amizades, afetividades, identidades e sexualidades em suas trajetórias escolares e educativas; Quais foram os contextos de invisibilidade e os de hipervisibilidade propiciados pelas instituições por onde passaram; De que maneira seus relatos de violência e de discriminação nos permitem problematizar a lesbofobia, presente na educação familiar, escolar e religiosa, como técnica de “ensino” e conformação de meninas na (hetero) norma e por fim, quais estratégias e resistências construíram para se autorrepresentarem como lésbicas e, no caso das participantes que se autoidentificam masculinas, também para performatizarem o gênero em consonância com as masculinidades femininas, no espaço da família, da escola e da</p>

				<p>universidade. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa vinculada aos estudos de gênero e sexualidade, de caráter qualitativo, com uso de entrevistas abertas de caráter biográfico-narrativo com sete mulheres e com um aporte teórico-metodológico formado, predominantemente, pelos Estudos Feministas, Pós-feministas e Queer. A partir do estudo e análise das narrativas de vida das sete mulheres lésbicas participantes da investigação chegamos aos seguintes resultados:</p> <p>a) Identificamos que no espaço da escola e da igreja as participantes, suspendendo algumas as particularidades, tiveram dificuldades de se integrarem nos grupos femininos, durante a adolescência elas estavam de fora de segredos e rituais em grupos de meninas por não serem heterossexuais. Também não encontraram espaço para a vivência da sexualidade, enquanto jovens, no espaço da família. A universidade, apareceu como a instituição de maior liberdade e vivência da identidade e sexualidade; b) Analisamos que as relações com silêncio, visibilidade e hipervisibilidade estavam condicionadas as performatizações de gênero das participantes. Na escola, igreja e família, os corpos das participantes eram analisados e as mais masculinas relataram experiências de hipervisibilidade; c) As performatizações de gênero das participantes da pesquisa foram observadas, vigiadas, negociadas, refutada e educadas na família. A lesbofobia atuou como recurso educativo e se materializou através da violência física, verbal e psicológica; d) No espaço da escola, a violência lesbofóbica atuou impactando nas sociabilidades, enfraquecendo o senso de pertencimento das entrevistadas à comunidade escolar; e) As vivências religiosas as educaram para uma única forma de pensar a sexualidade, a heterossexual. Nesse sentido,</p>
--	--	--	--	--

					quando passaram a se autorrepresentar como lésbicas deixaram as igrejas, por pressão dessas instituições ou resistência ao discurso condenatório; por último, f) Todas as entrevistadas construíram formas próprias de enfrentar a lesbofobia. A mais recorrente e em diferentes momentos da vida foi a amizade, por meio de vínculos com outros sujeitos dissidentes, colegas mais velhas ou um familiar. Nessas relações puderam superar o isolamento, as exclusões, angústias e se fortalecer.
20	Educação; Gênero; Afrodescendência; Lesbianidade.	2013	Ana Carolina Magalhães Fortes	A ESCOLA E A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR: experiências da mulher lésbica afrodescendente	A questão das diferenças, e das desigualdades e discriminações por elas geradas, é complexa, com nuances e características multidimensionadas. Incorporar esta discussão nas tentativas de compreender os atos iscriminatórios e os óbices enfrentados por suas vítimas é necessidade na sociedade atual, em que as diversidades estão sendo problematizadas cada vez mais. Nesse sentido, a pesquisa em discussão tratou sobre as experiências educacionais vividas por mulheres lésbicas afrodescendentes. Como apoio para o presente estudo, foram consultados trabalhos de Moura (1988), Boakari (1994, 1999, 2003, 2007, 2008, 2010, 2011), Cunha Júnior (2005), Fanon (2008), Castro e Abramovay (2006), Schumaer (2007), Risério (2007), Gomes (2008), Martins (2013), Junqueira (2013), no que diz respeito à educação e afrodescendência. Os estudos de Butler (2001), Louro (2004, 2010, 2012), Furlani (2011), Brah (2013), Piscitelli (2013) também são fontes para este, no que concerne a questões de gênero, sexualidade e a intersecção entre estigmas. O estudo tinha como objetivo geral investigar as experiências de vida, na escola e fora dela, de lésbicas afrodescendentes que vivem em Teresina-PI. Os objetivos específicos foram caracterizar vivências da fase escolar, verificar a importância de outros agentes, como movimentos sociais, na

					<p>promoção da educação fora da sala de aula e apontar de que maneira a escola e a educação realizada fora dela interferiram na construção da(s) identidade(s) das entrevistadas. A pesquisadora utilizou uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, à luz das contribuições de Caleffe e Moreira (2006). Através desta investigação, foi possível entender facetas diversas e desafiadoras de experiências deste grupo de mulheres lésbicas afrodescendentes, o que possibilitou a problematização das temáticas abordadas. Perspectivas foram lançadas, tais como a importância do debate sobre as diferenças e o respeito à diversidade no desenvolvimento da consciência crítica dos(as) alunos(as), temas silenciados na escola e em casa. A realização deste trabalho destacou a necessidade de que se desenvolvam mais pesquisas envolvendo gênero, sexualidade e raça e os consequentes entrecruzamentos destas categorias nas áreas das educações escolar e social, uma vez que a complexidade destas relações é, a cada dia, mais evidenciada.</p>
21	Gênero; Sexualidade; Sujeitos jovens e adultos; LGBT; Escolarização.	2019	Samira De Moraes Maia Vigano	Sujeitos Jovens E Adultos Lgbt: Diálogos Sobre Gênero, Sexualidade E Escolarização	<p>Esta pesquisa faz parte dos estudos realizados no Programa de PósGraduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, na Linha de Pesquisa de Ensino e Formação de Educadores – EFE. Os levantamentos realizados obtiveram o apoio do grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos – EPEJA/UFSC e do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – GDE/UFSC. Objetiva-se compreender as influências das vivências escolares de sujeitos que hoje se autodeclararam LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), particularmente em relação àquelas relacionadas a gênero e sexualidade, buscando perceber como</p>

				<p>isso refletiu na constituição de suas identidades. Assim, problematizam-se quais as implicações/influências das vivências escolares de sujeitos autodeclarados LGBT em relação às suas identidades de gênero e sexualidade? A pesquisa tem base qualitativa e utiliza-se dos procedimentos metodológicos de levantamento bibliográfico e documental, da análise de conteúdo e do grupo focal. Realiza-se o grupo focal na sede da Associação em Defesa dos Direitos Humanos, com enfoque na Sexualidade – ADEH em Florianópolis com 21 pessoas. Justifica-se tal estudo pelo fato de os espaços educativos invisibilizarem as desigualdades sexuais e de gênero, sendo que há, cada vez mais, um forte crescimento da violência homofóbica - física e simbólica, dentro e fora dos espaços escolares. Divide-se o trabalho em 3 partes: a primeira parte será a da apresentação da pesquisa, a segunda parte versará sobre as normas de gênero e sexualidade e a última parte se debruçará sobre os processos de escolarização dos sujeitos LGBT. Considera-se como importantes referenciais: Bourdieu (1998, 1997, 2000, 2004, 2007 e 2008), Bento (2008 e 2011), Borrillo (2009 e 2010), Dubar (2005), Freire (1982, 1996, 2000, 2005 e 2009), Louro (1995, 1997, 2000, 2004, 2007 e 2008), Miskolci (2003 e 2005) e Saffioti (1987, 2013 e 2015). Como documentos norteadores, utiliza-se os Relatórios do Grupo Gay da Bahia – GGB (2016 e 2017), a pesquisa da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT (2016), os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1999), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996), a Constituição Nacional (1988), a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948), o Plano</p>
--	--	--	--	--

					<p>Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), a Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (2009), os Princípios de Yogyakarta (2007), o Programa Brasil sem Homofobia (2004), entre outros. Retratam-se as perspectivas voltadas ao entendimento da heterossexualidade como ordem social, que orienta práticas cotidianas construídas a partir da dominação de gênero. Aponta-se como necessário um processo de escolarização mais acolhedor das diferenças sexuais e de gênero e uma formação docente que se articule com essas demandas. Percebe-se que as práticas excludentes vivenciadas pelos sujeitos LGBT refletiram na formação da personalidade e da identidade de cada um e cada uma, resultando em processos de negação dos espaços escolares, identificando a escola como (re) produtora de violências de gênero.</p>
22	Diferenças; Lesbianidades; Gênero; Sexualidades; Pedagogias do cinema.	2019	Alessandro Garcia Paulino	A visibilidade lésbica nas pedagogias do cinema	<p>Este trabalho centra-se nas temáticas de gênero e sexualidade no cinema, no intuito de realizar uma análise das produções cinematográficas brasileiras que abordem em sua narrativa as lesbianidades. Os caminhos investigativos que conduziram esse estudo levaram a um levantamento dos filmes, consultados em bases de domínio público, e recorreu-se também aos trabalhos teóricos e técnicos dos estudos sobre o cinema para pensar como as pedagogias da imagem produzem discursos sobre a lesbianidade. Foram catalogados 9 (nove) filmes com período temporal de 2000 a 2016. Os nove filmes selecionados passaram por novos critérios de recorte: o primeiro deles foi o de que, dentre os filmes selecionados, houvesse a presença de narrativas lésbicas sem que essas relações apresentassem, de alguma forma, trios amorosos heterossexuais, ou algum tipo de fetichização masculina nos momentos afetivos vividos pelas personagens das películas; o segundo se refere necessariamente à presença de um protagonismo ou antagonismo lésbico frente aos</p>

					filmes assistidos. Mediante esse processo foram selecionados, na etapa final da pesquisa, dois filmes, sendo eles Flores Raras (2013), e Como esquecer (2010). A principal hipótese levantada seria a de invisibilização e silenciamento da personagem lésbica no cinema brasileiro visto a escassa produção na área. Por fim, elaboramos, por meio das análises de Flores Raras (2013) e Como esquecer (2010), considerações sobre a perspectiva da visibilidade, na qual o cinema brasileiro tem instaurado sobre as lesbianidades uma fórmula que preconiza um sofrimento exacerbado das personagens como se os processos de resistência fossem mecanismos extremamente difusos e complexos nas relações.
23	Movimento LGBT Brasileiro; Associação Brasileira de Lésbicas; Gays; Travestis e Transexuais (ABGLT); NTICs; Repertórios de ação.	2013	Marcela Peregrino Bastos De Nazaré	Ação “pela” e “na” internet: impactos dos usos das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação nas ações políticas do movimento LGBT brasileiro	Tendo em vista a importante presença das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), em especial da internet, no cotidiano dos grupos do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais) brasileiro, o presente trabalho buscou responder as seguintes questões: que impactos os empregos das (NTICs) trazem para a dinâmica organizacional do movimento? Quais mídias sociais digitais são utilizadas, como, quando e com quais propósitos são empregadas? Quais repertórios de ação o emprego da internet disponibiliza? Quais as “rotinas” de ação existentes no ciberespaço? Que resultados trazem para a ação política do movimento? Para tanto, a metodologia empregada foram entrevistas semi estruturadas com representantes dos grupos LGBTs que fazem parte da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (ABGLT) e leituras dos sites e blogs das entidades. A internet, na medida em que serve como meio e espaço para a ação política, disponibiliza alguns repertórios de ação. Tais repertórios implicam em rotinas que se dão “pela” internet, devido ao fato dos grupos a utilizarem como meio para a

					<p>ação, e “na” internet, tendo em vista que algumas rotinas acontecem no ciberespaço. Com a pesquisa, foram identificados dois repertórios disponibilizados pelo ciberespaço. O primeiro é o repertório de mobilização online, no qual os militantes, por meio de rotinas de ação como panfletagem online, abaixo assinados online, petições públicas, twitaço, têm atingido e mobilizado a comunidade LGBT e a população em geral em torno de suas atividades. O segundo é o repertório de interação online. O facebook, blogs, sites, e-mail se configuram como recursos por meio dos quais os grupos podem ecoar seus valores, preocupações e interesses. Essas mídias também são espaços onde os grupos interagem com seu público alvo, simpatizantes, grupos do movimento LGBT e seus parceiros, tais como outros movimentos sociais, parlamentares, organizações internacionais. O repertório de interação online para o movimento LGBT traz impactos sobre as relações dos grupos com o seu público e a população em geral. Ao contrário do que diz parte da literatura sobre participação, novas formas de ativismo e internet, em relação ao movimento LGBT, a interação estabelecida por meio da utilização das novas tecnologias de comunicação e informação tem resultado na criação de novos vínculos, em mudanças significativas nas relações interpessoais e em comprometimentos que geram participação offline. Tais mudanças estão vinculadas a uma característica específica do movimento, a dificuldade de interpelar o seu público alvo, e à ruptura da dicotomia “dentro” e “fora” do armário proporcionada pela utilização dos recursos do ciberespaço. Tendo em vista a utilização da internet pelo movimento, os recursos do ciberespaço se configuram também como esfera</p>
--	--	--	--	--	--

					pública deliberativa, fato que traz como impacto para os grupos a aceleração de suas políticas e a viabilização de ações entre as entidades e parceiros da ABGLT. Além disso, por meio das mídias sociais digitais os grupos divulgam informações e notícias para o seu público e a população em geral e também complementam, aprofundam e qualificam informações sobre fatos que dizem respeito à comunidade LGBT e que foram trazidos à cena pública por outras mídias.
--	--	--	--	--	---

ARTIGOS

	Palavras-chave	Ano	Autores	Título	Resumo
1	Psicologia social; construção social; lesbianidade; telenovela; práticas discursivas	2009	Lenise Santana Borges; Mary Jane Paris Spink	Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos	Este artigo objetiva apresentar uma análise discursiva da telenovela Senhora do Destino (Rede Globo, 2004-2005). A postura construcionista, aliada a uma leitura feminista, permitiu compreender a noção de lesbianidade como uma construção social na qual os discursos e a linguagem empregados variam segundo o contexto social e histórico específico. O foco de análise se deu a partir das práticas discursivas, entendidas como linguagem em ação, sempre múltiplas, situadas e dialógicas. Os resultados desta pesquisa apontam para um duplo efeito na introdução da temática lesbianidade na novela. Se, de um lado, o processo de assimilação da categoria lésbica provoca uma maior "familiarização" na sociedade, bem como a circulação de códigos/modelos propiciam a legitimação de relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, de outro, o modo como ocorrem os processos de legitimação/aceitação não propicia uma desestabilização de normas sociais e de modelos hegemônicos.
2	vulnerabilidade; DSTs/Aids; gênero;	2013	Claudia Mercedes Mora; Simone	Homoerotismo feminino, juventude e	O artigo discute os descompassos entre as identidades (sexuais e de gênero), os desejos e as práticas

	homossexualidade feminina; identidades sexuais.		Monteiro	vulnerabilidade às DSTs/Aids	sexuais, bem como as relações entre identidades sexuais e percepções de risco às DSTs/Aids de um grupo de mulheres jovens, autotransclassificadas como lésbicas ou bissexuais, frequentadoras de espaços de entretenimento noturno no Rio de Janeiro (RJ). Frente à relação entre a construção das identidades e os processos de vulnerabilidade, a análise se debruça no papel das identidades sexuais nos contextos de interação social e trajetórias erótico-afetivas do grupo, apontando circunstâncias relativas à sociabilidade, ao gênero e ao perfil social que balizam a suscetibilidade às DSTs. Os achados revelam que a autodefinição das categorias identitárias das jovens varia em função dos relacionamentos afetivo-sexuais com parcerias de ambos os sexos e das redes de sociabilidade, em distintos momentos de suas vidas, indicando um sentido de fluidez na expressão da sexualidade. A lógica de proteção às DSTs/Aids do grupo é influenciada pela intimidade estabelecida nos relacionamentos afetivos e pela percepção de 'segurança' nas práticas homoeróticas femininas. Frente à importância das práticas homo e heterossexual para a transmissão das DSTs e a tendência das campanhas preventivas em privilegiar grupos com identidades fixas, sugere-se que políticas voltadas para a saúde sexual e a saúde da mulher priorizem a história sexual das mulheres e as relações entre suas práticas e identidades em contextos específicos.
3	Juventude, Feminismo, Participação Juvenil.	2011	Julia Paiva Zanetti	Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais	Ao longo de sua história, o feminismo contou com a participação de várias gerações juvenis, mas só recentemente as jovens passaram a reivindicar reconhecimento, espaços e discussões específicas de juventude dentro do movimento, assim como foi feito pelas feministas negras e lésbicas em décadas anteriores. A

					partir das trajetórias de quatro jovens feministas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, este trabalho pretende colaborar para a compreensão de como as jovens têm se aproximado, se inserido e se percebido no movimento.
4	Imprensa feminista; ativismo lésbico-feminista; teoria queer; feminismo.	2020	Fernandes, B.E; Lissa, B; Rodrigues, R.L.	Boletim ChanacomChana e a transformação do silêncio em linguagem e em ação: ativismo lésbico-feminista na imprensa independente	Este artigo propõe uma leitura e uma análise crítica dos conteúdos dos números de 0 a 12 do boletim ChanacomChana, que foi uma publicação da imprensa alternativa lésbica brasileira realizada pelo GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista, 1981-1990) que circulou entre 1981 e 1987. Nossa análise terá como referencial a teoria queer e autoras feministas decoloniais e interseccionais, a partir das quais avaliaremos e traçaremos um panorama da atualidade de várias das discussões presentes nos números do boletim, além de estabelecermos paralelos entre essas discussões e alguns acontecimentos do atual cenário político do Brasil, essencialmente no que diz respeito às discussões sobre gênero e sexualidade.
5	Gays, Lésbicas, Travestis, Movimento Homossexual, História	2000	James N. Green	“Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis	O movimento de gays, lésbicas e travestis surgiu em 1978 no meio da abertura política e da oposição à ditadura militar. A publicação do jornal mensal Lampião da Esquina voltado aos homossexuais, e as influências de movimentos políticos e sociais nacionais e o movimento gay-lésbicas internacional inspiraram a formação em São Paulo do Grupo Somos: Grupo de Afirmação Homossexual – a primeira organização política dos gays e lésbicas duradoura e bem-sucedida no país. Em seguida, surgiram outros grupos, mas divergências políticas sobre os rumos do movimento desanimaram muitos participantes, levando a um declínio dramático de atividades no começo dos anos

					80. A resposta à AIDS e à violência contra gays, lésbicas e travestis, em meados dos anos 80, reanimou o movimento que começou a se reorganizar nos anos 90, formando a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, que expandiu sua participação internacional e organizou a marcha de 110000 em São Paulo em junho de 2000.
6	culturas políticas; movimento de lésbicas; identidade lésbica; identidades políticas.	2008	Gláucia Almeida e Maria Luiza Heilborn	Não Somos Mulheres Gays: Identidade Lésbica Na Visão De Ativistas Brasileiras	Este artigo trata da afirmação de uma identidade lésbica e sua crescente autonomização em relação a outras identidades políticas. Examina o processo afirmativo deste movimento iniciado nos anos 1970 e intensificado com o advento das ONGs lésbicas no Brasil, a partir da década de 1990. São reflexões apoiadas em pesquisa qualitativa feita com integrantes do movimento de lésbicas e ginecologistas colaboradores da causa, voltados à saúde sexual de lésbicas e bissexuais, considerando sua vulnerabilidade às DSTs e à Aids, nos anos 90 do século XX. Além de entrevistas, recorre à observação de fóruns do movimento de lésbicas, ao levantamento de bibliografia nacional e internacional sobre o tema e a materiais gráficos produzidos por grupos e ONGs no período.
7	Não há palavras-chave.	2015	Vanini Bernardes Costa de Lima	Perspectiva Desconstrutora Para Estudo Sobre Trajetória Escolar De Jovens Lésbicas E Bissexuais	Não há resumo.
8	Mo.Le.Ca.; Artivismo lésbico-feminista; Lesbofobia; Campinas	2020	Bruna Pimentel Cilento, Cássia Santos Garcia e Maria Helena de Almeida Freitas	MO.LE.CA. SAI DO ARMÁRIO: Experiência de uma militância lésbico-feminista nos anos 2000	O presente relato se propõe a traçar um breve histórico do Grupo Mo.Le.Ca – Movimento Lésbico de Campinas, que existiu durante uma década (2000 a 2010), no interior do Estado de São Paulo, com a finalidade de recuperar e expor as memórias de

					<p>suas ações políticas e culturais que causaram fissuras ao heteronormativismo da conservadora cidade de Campinas-SP e serviram de inspiração para diversas militantes</p> <p>lésbicas de todo o Brasil, tendo em vista que o Mo.Le.Ca. valia-se da arte para colocar mulheres lésbicas e bissexuais na centralidade das discussões, retirando-as da invisibilidade, por meio de mostras de arte, filmes, cursos, teatro do oprimido, performances, entre outras.</p>
9	Mulheres jovens; Dispositivo de Juventude; Gênero; Educação	2020	NathalyeNallon Machado e Anderson Ferrari	Narrativas De Mulheres Jovens Através De Imagens Nas Redes Sociais: Dispositivo De Juventude Nos Atravessamentos Com Gênero	<p>Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada com 7 mulheres jovens e seus processos de subjetivação que são construídos por meio das imagens produzidas e expostas nas redes sociais de cada uma das participantes. Um movimento de investigação que se traduzia na seguinte questão a ser investigada: como os processos de subjetivação de mulheres jovens são atravessados e atravessam os dispositivos de feminilidade? Para acessar esses processos, assumimos, como procedimento metodológico, o trabalho a partir do que as mulheres participantes divulgavam de imagens e narrativas de si em fotografias feitas por outras pessoas e postadas nas redes sociais, entendendo-as como parte dessa rede atual de constituição dos sujeitos, especialmente como parte dos dispositivos da feminilidade e que constituem modos de ser mulher jovem na contemporaneidade. A perspectiva teórica que sustenta nossas análises está centrada nas abordagens de Michel Foucault, que nos permitiu problematizar como essas mulheres vão dizendo de si através das imagens e, sobretudo por meio do que constroem sobre essas imagens.</p>
10	Parentalidade; Instagram; Ativismo;	2019	Anna Carolina Horstmann Amorin	Dupla maternidade no Instagram:	Este trabalho busca apresentar reflexões sobre a internet enquanto um espaço

	Maternidades lésbicas.			entre fotos, ativismo e parentesco	<p>frutífero para a formação de redes de relações específicas que produzem, de modo acentuado, impactos sobre a formação de identidades de mulheres lésbicas e sobre processos relacionados à construção de maternidades partilhadas por casais de mulheres cisgêneras não heterossexuais.</p> <p>Para tal, foram elencadas e seguidas três hashtags que tocam diretamente no tema das maternidades de mulheres lésbicas e que são utilizadas na rede social Instagram, são elas: #duplamaternidade, #mãeslésbicas e #maternidadelésbica. Através das postagens de fotos com tais legendas observei como a rede social tem sido utilizada como ferramenta para movimentação social em torno da possibilidade real de mulheres lésbicas construírem projetos familiares e de filiação. Neste sentido, não se pode deixar de falar que estas postagens referenciam práticas familiares e parentais que contribuem para um estrequecimento de fronteiras excessivamente rígidas e fixas no tocante as formas familiares, demonstrando que a norma heterocentrada de família é possível de ser questionada, ganhando relevo neste cenário virtual, não por isso menos real, a construção política de identidades e maternidades. O universo das redes sociais, constitui desta forma, importante espaço de movimentação e ativismo em prol da lesboparentalidade.</p>
11	Educação; Docência lésbica; Lesbofobia.; Sociologia da Moral.	2020	Camila BoninLiebgott	Marcas de uma cultura lesbofóbica em narrativas de docentes lésbicas	<p>Este artigo analisa como, no espaço escolar, fomenta-se ou contesta-se a lesbofobia a partir de narrativas de professoras lésbicas. Como base teórica, recorre-se a discussões do campo da Sociologia da Moral, bem como ao conceito de lesbofobia que, para Lorenzo (2012) é uma construção cultural que funciona como o mecanismo político de opressão, dominação e subordinação social</p>

					<p>das lésbicas. A metodologia envolveu entrevistas com quatro professoras da região metropolitana de Porto Alegre/RS que atuam na Educação Básica. As análises mostraram que, via de regra, a escola é espaço que fomenta a lesbofobia, sendo as professoras lésbicas silenciadas quanto à sexualidade, consideradas desviantes frente a uma moral heteronormativa. Contudo, há pequenas aberturas no espaço da docência, nas relações entre professores, na tematização curricular de alguns aspectos da sexualidade. A própria existência de professoras lésbicas no âmbito de uma instituição moderna e moralizadora como a escola é uma forma potente de contestação.</p>
12	Voz. Teoria Semiolinguística. Fandom Clarina. Narrativas	2017	Halanna Souza Andrade e Marcus Antonio Assis Lima	Ativismo Lgbt E Narrativas Em Redes Sociais: A Voz Do Fandom Clarina	<p>Em meio à sociedade midiaticizada, as redes sociais ocupam cada vez mais espaço na vida da população, inclusive para a mobilização social. Os grupos de fãs não escaparam dessa realidade e apresentam-se também como agentes ativistas. Neste trabalho, discutiremos as narrativas-de-si e do mundo produzidas pelo Fandom Clarina em seu ativismo LGBT no blog Boteco Clarina. Observaremos as condições para o estabelecimento da voz (COULDRY, 2010) e aspectos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, tais como contrato de comunicação, sujeitos da linguagem e estratégias discursivas utilizadas pelo grupo de fãs.</p>

APÊNDICE B – Prática exploratória: entrevista com militantes de movimentos lésbicos brasileiros

- Entrevistadas: Rosely, Paula, Amanda (nomes fictícios).

- 1) Me conta um pouco sobre você.
- 2) Quando se percebeu enquanto mulher lésbica, como foi isso pra ti e para as outras pessoas, em teus círculos de relações?
- 2) Para você, qual a importância dos movimentos sociais e suas formas de atuação na sociedade? E qual a importância para as mulheres lésbicas? Diferentes espaços de socialização/individuação?
- 3) Já fazia parte de algum movimento social antes de se identificar como lésbica? Qual? Como era a sua relação com esse(s) movimento(s)?
- 4) Me conta quando e como ingressou nesse(s) coletivo(s) lésbico(s) do(s) qual(is) faz parte.
- 5) Quais são os principais temas discutidos ou pautas de luta do coletivo? Como ele se organiza internamente? Quais suas formas de participação?
- 6) O que a encorajou a entrar nesse(s) coletivo(s)? Qual a importância desta participação em tua vida?
- 7) Como funciona o cotidiano do movimento do qual você faz parte, quais são as práticas, as rotinas, as formas de encontro e articulação? Há vinculações com outros coletivos e movimentos?
- 8) Como enxerga o movimento lésbico brasileiro, a partir da sua experiência nesse(s) coletivo(s)?
- 9) Você tem conhecimento de ações lésbicas em âmbito nacional? Quais? Vê unificação nas pautas?
- 10) Você tem conhecimento sobre o Seminário Nacional de Lésbicas, conhecido como SENALE? Participou de algum? Sabe por que o último ocorreu em 2014?
- 11) Você tem conhecimento sobre outros eventos que reúnem mulheres lésbicas no Brasil? Se sim, quais?
- 12) Interpretação das pessoas sobre as participações individuais (como os perfis) – você percebe que isso é algo bastante usado? Tem vinculação com o movimento? Como funciona?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARTICIPANTE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARTICIPANTE

PESQUISA: “POSSO TE CONTAR HISTÓRIAS DE MULHERES COMO EU?”:
AS IDENTIFICAÇÕES DE JOVENS LÉSBICAS E ATIVISMOS ON-LINE CONTRA
LESBOFOBIA

COORDENAÇÃO: Leandro Rogério Pinheiro

Prezado(a) Sr(a) _____

Estamos desenvolvendo uma pesquisa qualitativa que tem como um de seus objetivos investigar como jovens lésbicas constroem suas identizações em ativismos nas redes sociais contra a lesbofobia, coordenado por Leandro Rogério Pinheiro. Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar como jovens lésbicas constroem suas identizações em ativismos contra a lesbofobia, considerando as narrativas que produzem em perfis de redes sociais virtuais e sua relação com ações de coletivos lésbicos. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa em torno de cinco jovens lésbicas ciberativistas de regiões distintas do Brasil (Sul, Sudeste e Nordeste) através de vídeo chamadas de modo *online*.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo você participará de entrevistas narrativas individuais realizadas de modo remoto através de vídeochamadas *online*. É previsto em torno de uma hora para a conclusão das entrevistas. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados da pesquisa. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com Camila Bonin Liebgott pelo fone (51) 98439-1606.

SOBRE A ENTREVISTA: Serão solicitadas algumas informações básicas (nome, idade e *username* do perfil na rede social) e perguntas sobre seu processo de identificação como mulher lésbica, sua atuação política (momento em que iniciou seu ativismo, se integra ou não algum coletivo/movimento social), como iniciou o ativismo *on-line* e as suas motivações, a importância dos movimentos sociais na sua opinião e, por fim, a relevância da sua atuação no espaço *online* para a população lésbica brasileira.

RISCOS: Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. A

participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. A identificação de cada entrevistada só irá ser apresentada mediante permissão. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada. Acima de tudo interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada entrevistado.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, como a população lésbica, por exemplo, a partir da sua presença em pesquisas acadêmicas – um espaço que historicamente invisibilizou esas existências – e da visibilidade do trabalho político de jovens lésbicas que atuam contra a lesbofobia transitando entre espaços *on-line* e *off-line*. Além disso, esperamos que os resultados dessa pesquisa promovam o debate dentro e fora do ambiente universitário a respeito das pautas e demandas da população lésbica, bem como das especificidades das juventudes, colaborando para a transformação na educação.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

Desde já, agradecemos a atenção e a da participação. Caso queiram contatar a equipe, isso poderá ser feito pelo email: camilaliegott@hotmail.com ou leandropinheiro75@gmail.com e ao Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (51) 3308 3738. etica@propeq.ufrgs.br Av. Paulo Gama, 110, Sala 311 Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto e concordo em participar.

Local e data: _____

(Assinatura do participante)

Eu, _____,
membro da equipe da pesquisa de mestrado “POSSO TE CONTAR HISTÓRIAS DE MULHERES COMO EU?”: AS IDENTIFICAÇÕES DE JOVENS LÉSBICAS E ATIVISMOS ON-LINE CONTRA LESBOFOBIA, obtive de forma apropriada e voluntária o

consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE ou o pesquisador responsável)

APÊNDICE D – Questões norteadoras para Entrevista Narrativa com as interlocutoras da pesquisa (jovens lésbicas que elaboram o ativismo on-line)

- Entrevistas: Bruna B., Bruna C., J Lo, Kim e Sophia

- 1) Conta um pouco sobre o teu itinerário de vida...
- 2) Como começou no ativismo? Quando? Faz parte de algum coletivo/movimento?
- 3) Como foi pra ti se assumir enquanto mulher lésbica?
- 4) Faz parte de algum coletivo/movimento?
- 5) Como começou no ativismo online? Por que começou?
- 6) Por que buscou essa forma de ativismo, através da internet?
- 7) Por que escolheu elaborar esse ativismo através de textos e relatos pessoais?
- 8) Importância dos movimentos sociais pra ti?
- 9) Como sente que esses relatos chegam para os e as visitantes do perfil?

APÊNDICE E – Tabela de análise semiótica das imagens e ilustrações nas postagens on-line

Quadro I – Análise denotativa

Figura 1	Ilustração e texto	Quadro na cor cinza, com linhas verticais e horizontais em azul claro. Contém ilustração de uma mão na cor salmão segurando uma bandeira colorida (vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e roxo) na lateral esquerda. Ilustração de papel amassado no centro da imagem com texto “O que é zami?” na cor preta, e palavra “zami” em marrom. Texto “E porquê lésbica não me contempla?” na cor preta com palavra “lésbica” na cor azul. Texto em fonte menor “A busca pela minha narrativa”.
Figura 2	Ilustração e texto	Quadro na cor marrom, com listras superiores e inferiores na cor laranja. Na lateral direita há um desenho em marrom claro que remete a uma vagina. No centro da imagem há o texto “Eu, sapatona negra, não sou responsável em nenhum nível pela lesbofobia que sofro” na cor amarelo fraco. No canto direito, abaixo, há o endereço do perfil.
Figura 3	Ilustração na cor preta	Quadro branco com desenho de menina com cabelo <i>black power</i> , com mãos próximas a boca – que está aberta. A menina está nua, usando apenas um sapato maior que seus pés, com listras em branco e preto. No meio de seu corpo a palavra “sapaton”, a letra O forma o símbolo de vênus. No canto esquerdo próximo a menina o texto “O que te contaram

		sobre” e no canto direito o restante do texto “quando tu era criança”.
Figura 4	Quadro branco com texto	Quadro branco com texto na cor preta “Sobre ser a única desfem no local”, a palavra “única” está na cor amarela.
Figura 5	Fotografia e texto	Fotografia em escala de cinza que mostra metade do rosto de uma menina negra. Essa menina está trajando terno, camisa e gravata. Parte significativa do rosto, na imagem, oculta-se com o texto sobrescrito que está em fundo branco com letras pretas: “Você já parou pra pensar que se assumir mulher lésbica, negra e “masculinizada” na sociedade reflete diretamente na falta de afeto à sua volta?”.
Figura 6	Quadro azul com texto	Quadro na cor azul claro, com listras em amarelo ao seu redor. No centro o texto em cor branca “Ver duas mulheres se relacionando incentiva sim!” com fonte maior. Em fonte menor, abaixo, na cor branca o texto “A todas as pessoas de diversas idades e classes a entender que a heterossexualidade não é o único caminho, até porque não é!”. Abaixo em letra menor o endereço da página.
Figura 7	Ilustração e texto	Quadro em cinza com círculo marrom ao centro. No centro do círculo a ilustração, em marrom claro, de uma vagina. A frente da ilustração o texto, na cor branca, “A parente sapatão da família não faz parte da ceia!”. Abaixo, texto na cor marrom claro com o endereço da página.

Figura 8	Quadro azul com texto	Quadro na cor azul claro, com listras na margem na cor branca e ilustração similar a um traço de caneta, no canto esquerdo, na cor marrom. No centro do quadro, há o texto “O que eu sapatona preta entendo do amor” na cor branca. As palavras “sapatona preta” estão escritas em letra cursiva. Abaixo, no canto direito, o endereço da página.
Figura 9	Ilustração e texto	Ilustração do sistema reprodutor feminino nas cores rosa e roxa, com ovários em tamanhos aumentados. Acima da ilustração, o texto “Algum sintoma?”. Na palavra “sintoma”, a letra O forma o símbolo de Vênus.
Figura 10	Ilustração e texto	Quadros na cor bege, com textos em preto. As palavras como “Ginecologia”, “vagina”, “acontecer” e “comentários” estão acima de quadros em degradê nas cores roxo, rosa e laranja claro. No canto inferior direito há a ilustração de uma vagina.
Figura 11	Ilustração e pequenos balões com texto	Na ilustração estão representadas duas mulheres e o texto verbal denota o sentido de “amor entre mulheres”. Os corpos estão no mesmo plano e ocupam a mesma proporção da imagem. Há o texto no balão esquerdo, “o amor entre mulheres” e no balão direito “é um ato revolucionário”. A mulher desenhada na esquerda apresenta cabelo comprido castanho e de cor não-branca, com pelos nas axilas. A mulher desenhada na direita tem cabelos curtos, de cor branca e com pelos

		nas pernas.
Figura 12	Ilustração e texto	Quadro preto com ilustrações de um triângulo invertido, o sinal de soma, um machado (labrys) na cor branca, e uma ilustração que remete a uma pincelada de tinta na cor roxa. Abaixo há o texto na cor branca “Destrinchando elementos da bandeira lésbica”. No canto direito, acima, há pequenas ondas na cor branca e, abaixo, círculos. No canto esquerdo acima há pequenos pontos na cor branca.
Figura 13	Ilustração e texto	Ilustração com fundo roxo, apresenta duas sapa, uma de frente para a outra, com elementos da feminilidade, como cabelos compridos e lábios em outra cor. Elas estão encostadas e no centro de seus ombros há dois símbolos de vênus interligados e um coração acima em preto. Em cima do desenho há a frase “Conhece-te sapa tona”, na palavra “tona” a letra O forma o símbolo de vênus.
Figura 14	Ilustração e texto	Na ilustração há duas mulheres abraçadas, uma delas está lambendo o pescoço da outra. Uma das mulheres é ilustrada na cor rosa e a outra na cor azul. Ambas apresentam cabelos compridos e estão encostando a mão no corpo da outra. Acima delas, está escrito “Orgulho lésbico” em letras que possuem tamanhos diferentes.

APÊNDICE F – Tabela com dados empíricos: postagens e trechos de entrevistas

EIXOS DE ANÁLISE (COM PARTE DO MATERIAL EMPÍRICO)

1) ITINERÁRIOS E PERTENÇAS

1.1. Pertenças

Bruna B	Bruna C	J Lo	Kim	Sophia
<p><i>eu sou artista, sou tatuadora, ilustradora, poetisa, eu faço Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na UFBA</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>Eu sou moradora de Fazenda Grande do Retiro, ou seja, eu sou uma mulher, negra, periférica, nordestina aqui de Salvador e é isso... Sapatona, não lésbica!</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>De Axé, filha, mãe, ancestral...</i></p>	<p><i>Eu nasci em Torres, na praia, sempre morei em praias, assim. Minha mãe trabalhava vendendo coco, e eu lembro de ir pra escola e depois ir pra praia. Então minha vivência sempre foi ali.</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>Então eu falo que eu sou filha de Janete e sou neta de dona Olvira, porque essas foram as duas que me criaram, me fizeram ser a mulher que eu sou hoje, assim. E que me abraçaram muito durante toda a minha existência. Eu sempre morei na Lomba do Pinheiro, boa parte da minha vida, assim, e tudo que eu faço de estudo, eu tento voltar pra minha comunidade de alguma forma.</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>Eu sou lésbica, do LGBT, sabe, eu sou a sigla L. E aí, também tenho as minhas coisas que me contemplam mais... Que eu falo muito, e que na verdade eu deixei um pouco de falar no meu Instagram, que é de zami, que é uma mulher que trabalha com outra mulher negra como amiga e amante, de Audre Lorde.</i></p>	<p><i>sou carioca, nascida e criada aqui no Irajá. Sou formada em História, né. Terminei a graduação em 2011, e aí em 2012 eu comecei a faculdade de Letras porque eu queria continuar estudando História, mas mexendo um pouco com, com uma análise de fontes que tinha em latim.</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>Então, tanto pro lado da arte, né, eu sou artista, participei da minha primeira exposição em 2015. Mas trabalho com grafite, trabalho com escultura, depois eu comecei a trabalhar com poesia também, enfim... É muita coisa ao mesmo tempo, mas é tudo voltado pra isso, assim, pro ser sapatão e pro não se negar.</i></p>	<p><i>formada em Publicidade e Propaganda pela UNIFAX, e, atualmente, estou na minha segunda graduação em Ciências Sociais. Trabalho com jornalismo, comunicação e faço esse trabalho na internet de disputas de narrativas, de ativismo digital...</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>sou uma lésbica caminhoneira</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>sapatona, caminhoneira, nordestina.</i></p>	<p><i>moro em Sorocaba, São Paulo, mas nasci em São Paulo, na cidade. Eu estudei jornalismo, na verdade sou jornalista de formação, mas nunca trabalhei na área, na verdade</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>Com relação as ilustrações, eu sempre desenhei de forma amadora, de forma hobby, assim. Então eu sou autodidata nesse sentido e eu sempre desenhei pra mim, mas eu nunca postava...</i></p>

1.2. Desajuste mais amplo

Bruna B	Bruna C	J Lo	Kim	Sophia
<p><i>A @sapatonaentendida é muito esse local de desabafo, mesmo, um local de divisão, de troca, pensando no nível de invisibilização que os corpos sofrem, principalmente de lésbicas que não performam a feminilidade padrão. Eu, enquanto uma mulher lésbica que não performo a feminilidade padrão, sou muito pressionada, diariamente, em</i></p>	<p><i>É, e também rola muito a parada da fetichização, sabe? Tipo, se tu for abrir todos os nossos direct, a gente tá recebendo peito, bunda, a gente tá recebendo elogio pesado,</i></p>	<p><i>E daí veio também a ideia do Feminilidade s Bofes, né. A ideia do Feminilidade</i></p>	<p><i>E eu vi que, enfim, eu sempre fui uma mulher caminhoneira, eu não estou dentro dos estereótipos de gênero desde os</i></p>	<p>Sophia é uma lésbica feminilizada</p>

relação a gênero e identidade. Como se eu não pudesse ser esse corpo sapatão com essa estética, como se, a todo tempo as pessoas esperem que eu me reconheça e me identifique com outro gênero por conta da minha estética.

(...)

Então, esse incômodo principal é o que faz surgir a @sapatonaentendida, falar sobre negritude e sobre esse corpo sapatão que não é padrão e que é um corpo que não performa uma feminilidade, mas que não deixa de ser um corpo, né? Eu não deixei de existir, né?

Publicaciones



Eu, sapatona negra, não sou responsável em nenhum nível pela lesbofobia que sofro.

E isso vale para todo mundo que escolhe caminhar comigo nessa vida, amigas, parentes, amores, conhecidas ou não.

Eu sou sapatona, reconhecida socialmente como tal a metros de distância, pois, não performo a feminilidade tida como padrão. Junto com os olhares que rapidamente alcançam meu corpo em qualquer espaço público ou privado que adentro, chega a lesbofobia. Lembro de várias situações com amigas, onde as pessoas acreditaram que elas eram lésbicas por estarem caminhando comigo, e por isso, nos xingaram na rua. Lembro também quando os homens assediam elas, pelo mesmo motivo, se referindo a minha pessoa numa tentativa de me diminuir e mais varias outras situações. Mas a questão central aqui é: Eu, sapatona preta, queria dizer que sinto muito, mas não posso mais viver pedindo desculpas nem compensando uma situação que não depende de mim. Nós não somos responsáveis pela lesbofobia social que tanto nos oprime. Então, sim pessoas queridas, vocês precisam se responsabilizar pela escolha de ter a nós, sapatonas pretas, na vida de vocês, independente do vínculo.

(...) Eu sinto muito, mas eu também não deveria sofrer lesbofobia. E não significa que não me importo, sou extremamente grata pelas presenças, não saberia viver sozinha nem pretendo,

tá ligado? Só que a gente tá ali falando de outras questões. Eu sei que a gente tá com a nossa cara ali, a gente também, não é como se a gente dissesse, "Ah, eu não quero um biscoito". Mas eu quero que tu me veja para além da minha aparência. Eu quero que tu veja o quê que eu tô falando pra ti. Isso é graficamente, isso é importante, isso tá te somando alguma coisa? Tá ligado? Eu sempre tô perguntando, mas as respostas que eu tenho é, "Nossa, muito gata", "Nossa, ai, que vontade", então, tipo, é meio foda, sabe? Eu não tô ali pra isso, velho. Só pra isso.



s Bofe é dizer, "Olha, o que eu falo aqui não é só sobre mim, vai ter gente que pensa e sente diferente de mim, sim, mas não é uma história individual, é algo coletivo".

meus 6 anos de idade, então a minha vida foi uma militância silenciosa, sem saber que eu estava militando, sei lá...

(...)

E, então, ser uma sapatona caminheira dói, né? A gente é lembrada todos os dias, a gente não encaixa porque está escrito na nossa cara o nosso marcador social da heteronormatividade. Então, eu acho que isso traz uma carga emocional muito grande porque a gente engole muita coisa, sabe? E aí eu acho que a internet funciona como um espaço da gente botar isso pra fora também.

Instagram

SOBRE SER A ÚNICA LÉSBICA DESFEM NO LOCAL

mas preciso me sentir inteira como todo mundo.

Então, se você me ama, ou julga minha presença importante, é necessário que você lide junto comigo quando essas situações acontecerem.

Não preciso que você me exclua sendo ainda mais lesbofóbica, muito menos que me culpe indiretamente por elas. E, se me ver agindo assumindo a culpa, se posicione, quando a gente tem afeto, a gente só dá, não pergunta. O problema é estrutural e social, precisamos estar juntas!

[Bruna B. (@sapatonaentendida), texto publicado no Instagram em 19 de julho de 2021. Acesso em 24 de setembro de 2022.]



1.3. Solidão

Bruna B	Bruna C	J Lo	Kim	Sophia
<p><i>Porque, por exemplo, as minhas primas já não queriam caminhar comigo porque eu era sapatona e ela não queria ser vista com uma sapatona, então é experimentar uma solidão, né? Enfrentei esse local de solidão durante algum tempo, até que todo mundo compreendesse que era real e que isso não ia se alterar e que eu continuaria sendo sapatona pro resto da vida. (...) quando eu me assumi sapatona, quem me fortalece pra me assumir foi um grupo no Facebook. O GAL, Grupo de Apoio para Lésbicas, então assim,</i></p>	<p>Não achei esses elementos.</p>	<p><i>Então, aquele negócio você ouvir sempre, “Se você tá brincando com moleque e você apanha, a culpa é sua. Porque você que quis brincar com eles”, eu sabia que eu não podia puxar o assunto. Porque eu ia ser culpada por aquilo, sabe? E isso causa uma solidão muito grande, eu bloqueei isso muito tempo da cabeça.</i></p>	<p><i>Minha infância foi muito solitária, eu nunca tive muitos amigos, sempre sofri muito bullying, eu andava com os meninos do meu prédio que eram os meninos que eu jogava bola e era isso. Eu não tive muitos contatos próximos com meninas, sabe? Até porque a gente não compartilhava dos mesmos interesses, eu compartilhava dos interesses dos meninos, então era natural que eu me aproximasse mais deles.</i></p>	<p>Não achei esses elementos.</p>

<p><i>é muito importante o ativismo na internet nesse sentido. Porque, na época, eu estava casada, não podia dialogar com as pessoas ao meu redor, não tinha ninguém ao meu redor pra poder compreender aquela realidade, né? E me levar a sério, inclusive.</i></p>				
--	--	--	--	--

2) ATIVISMOS

2.1. Motivações para o ativismo

Bruna B	Bruna C	J Lo	Kim	Sophia
<p><i>Pandemia, medo de colocar a cara na rua, pra não perder meu trabalho, é basicamente isso. A pandemia, o medo e a falta de um local de falar, ainda mais porque a Coletiva está parada.</i> (...) <i>Pra que eu compreendesse o meu corpo em diversas nuances foi a partir do movimento negro, foi a partir do movimento social. Então, se não fosse o movimento negro, como eu disse, inclusive de forma prática, se não fosse eu me reconhecer entre as minhas iguais, primeiramente enquanto mulher negra, né? Eu não estaria aqui hoje. Então, toda a minha formação política ela vem do ativismo, das atividades que participei, das rodas de conversa, das formações políticas, dos eventos que a gente construiu, né? Construímos juntas vários eventos... Encontros nacionais, enfim, eu viajei bastante enquanto ativista também. Então é tudo isso que constrói a minha consciência política hoje.</i> (...) <i>E é como eu falei antes, a internet pra mim é só um plus. É um local de</i></p>	<p><i>Eu comecei a falar sobre essas questões quando eu vi a @pretacaminhao, que é a mina que eu comecei a me inspirar. Tipo, de início eu via que, meu, eu me identificava muito com ela, e eu achava muito massa a maneira que ela vinha e trazia os conteúdos dela.</i> (...) <i>Eu achei importante porque eu não via tantas pessoas como eu fazendo o mesmo. Aí depois eu entendi que muitas mulheres existiam, só que elas não eram vistas. Quando a gente se uniu e percebeu que a gente existia, sabe?</i> (...) <i>Então, se a gente tá ali persistindo, a gente tá tentando trazer voz e trazer menos invisibilidade pra nossa existência.</i> (...) <i>Eu comecei, assim, a produzir pra internet em meados de, no final de 2020, na verdade. Foi bem perto do mês da visibilidade lésbica.</i></p> <p>- INICIOU NA PANDEMIA</p>	<p><i>: Eu voltei pras redes sociais pra divulgar meu trabalho, né. E passando tempo nas redes, passei a ver umas coisas assim que tão me deixando angustiada, de discursos, né, da galera.</i> (...) <i>Aí fiquei pensando sobre coisas que eu passei quando eu era pirralha, que eu achava que a pirralhada de agora não ia tá passando, e eu percebo por esses discursos que acabam passando, só por um discurso diferente, né. Então, sei lá, como pra mim tudo foi muito motivado pela minha existência, por eu ser sapatão, ficar ali parada olhando praquilo já não era uma opção, então fui tentando de alguma forma começar a juntar uma coisa na outra, né. Aí a primeira coisa que eu fiz foi usar a Tona, que é a minha personagem de grafite, a sapinha, pra tentar me comunicar fazendo umas tirinhas e tal. Tô até meio parada nas tirinhas, porque dá um trabalho à beça, assim, grande, fazer, né. Até quando o desenho não é tão legal, assim, dá um mega trabalho. E falar um pouco sobre a minha história, né, sobre coisas que eu já passei...</i> (...)</p>	<p><i>E aí as pessoas falavam "véi, cê precisa escrever um blog, sei lá, sacou? Fazer uma parada assim, porque você tem umas ideias, umas coisas assim, que a gente não vê a galera falando", e aí eu sempre ouvi isso, né?</i> (...) <i>Eu fui pra internet por achar que muita gente tem um celular hoje em dia, não vou falar todo mundo, porque seria um erro, mas muita gente tem um celular. E o acesso a internet se tornou mais plural, digamos assim, nos últimos anos e aí eu considero que a internet é um meio democrático de comunicação e de acesso à informação. A internet ela não começa e se encerra nela mesma, né? A gente tem que entender que ela é válida, ela tem um papel de disputa de narrativas importantíssimas (...)</i> <i>E, então, eu acho que é importante eu estar ali dentro disputando essas narrativas, né?</i> (...) <i>Porque, sei lá, você vai ver essas meninas de São Paulo, essas caminhoneiras de São Paulo, de bota, tá ligado? E blazer... Minha irmã vá pro verão de Salvador pra ver se tu sustenta uma porra dessas, sacou? Cê é louco... Então,</i></p>	<p><i>E aí quando eu saí do armário eu comecei a postar e a militar nesse sentido, então foi muito importante pra mim alinhar uma coisa na outra, né? Eu acho que não teria conseguido sair do armário sem a arte, e uma coisa puxando a outra, né? Então, desde então, minha arte teve muito esse caráter político, de militância, porque com a arte o que eu busco fazer é ser uma referência que eu não tive. Então, eu não tive essa referência então muitas coisas são mais difíceis pra gente, quando a gente não tem uma referência positiva sobre ser quem a gente é, né? E aí com a arte eu, sei lá, tento trazer essa referência positiva que eu realmente não tive, né?</i> (...) <i>Essa militância, esse estudo feminista, esse estudo lésbico, pra criar minha arte, meu estilo e também minha forma de escrever e me expressar foi muito importante também pra eu arranjar essa aceitação maior da minha família. Eu não gosto muito dessa palavra... Essa assimilação maior por parte da minha família e das pessoas que não tinham essa assimilação tão grande assim.</i></p>

<p>impulsioneamento mesmo, de reverberar, alcançar outros corpos. As pessoas mais novas que estão no Instagram o tempo inteiro, consumindo várias coisas, então é uma forma também de acessar, mas é a prática que me torna segura de mim. (...) Então eu sentia muita falta de dialogar sobre tudo isso, mas ao mesmo tempo, eu não queria a responsabilidade de dialogar sobre tudo isso a partir de uma coletividade. Então, a Coletiva Brejo continua existindo, está parada, e aí surge a Sapatona A Entendida, que é a página que você conhece e tem acesso. A @sapatonaentendida é muito esse local de desabafo, mesmo, um local de divisão, de troca, pensando no nível de invisibilização que os corpos sofrem, principalmente de lésbicas que não performam a feminilidade padrão. Eu, enquanto uma mulher lésbica que não performo a feminilidade padrão, sou muito pressionada, diariamente, em relação a gênero e identidade. (...) Pandemia, medo de colocar a cara na rua, pra não perder meu trabalho, é basicamente isso. A pandemia, o medo e a falta de um local de falar, ainda mais porque a Coletiva está parada. - INICIOU NA PANDEMIA</p>		<p>Então, tanto pro lado da arte, né, eu sou artista, participei da minha primeira exposição em 2015. Mas trabalho com grafite, trabalho com escultura, depois eu comecei a trabalhar com poesia também, enfim... É muita coisa ao mesmo tempo, mas é tudo voltado pra isso, assim, pro ser sapatão e pro não se negar. Então quando você falou sobre esse lance de falar pra juventude, isso pra mim é muito importante porque eu não tinha quem conversasse comigo na época. Então a única coisa que eu sentia era que eu era anormal, que eu era uma aberração, que eu tinha que silenciar quem eu era. E eu quero muito que outras meninas não passem por isso, e que a gente compreenda qual processo real que acontece nas nossas mentes, nos nossos corpos e tudo mais, pra gente poder lutar inclusive enquanto movimento social organizado contra as origens, mesmo, da lesbofobia, sabe? (...) Eu tava num lugar assim, com muita dor desse problema que eu tenho aí, alérgico, e já sentindo alguns efeitos dos tumores, né, dor nas costas, e tal, enfim. Eu tava me sentindo muito mal fisicamente. Morando sozinha, 100% sozinha, com esse lance todo de pandemia, e lendo. Tudo que eu lia, eram discursos muito violentos, sabe, muito agressivos. E eu falei, "Velho, não dá pra viver assim", porque eu fiquei pensando, "Poxa, se isso me afeta, e eu sou assumida há muitos anos, e eu tenho uma pesquisa muito boa sobre o tema, e eu sei várias coisas que as pessoas não sabem, imagina quem não tem acesso a essa informação", né. E aí eu falei, "Não, vou</p>	<p>aquilo me contemplava muito pouco, sabe? E aí eu falei, "véi, qual é a sapatona nordestina que eu vejo disputando?", sapatona, caminhoneira, nordestina que eu vejo disputando narrativa aqui dentro, sabe? E aí eu resolvi entrar por conta disso. Pra poder ser a referência que eu não tive pra outras meninas nordestinas caminhoneiras... E esse foi o mote principal, e aí eu fui ganhando outros motes ao longo da jornada. (...) Até por entrar em Ciências Sociais que abri minha cabeça pra muita coisa, me deu acesso a muita coisa, mudou a minha forma de pensar em muita coisa, tipo eu já fiz muita merda na internet, já errei muito na internet... Eu acho que o curso de Ciências Sociais tá me fazendo uma militante muito melhor. (...) Eu acredito muito no poder da ancestralidade sapatão e eu quero honrar essas mulheres, muito por quem tá comigo agora, do meu lado na luta. E muito por quem ainda vai vir, sabe? De ter, talvez, uma vida menos sofrida, por ser sapatona caminhoneira, por exemplo, da maneira que eu fui, sabe? E é isso, acho que tô aqui pra plantar uma semente.</p>	<p>: O período inicial da pandemia, assim, o começo de 2020, né? E até o final desse primeiro ano, foi um ano muito de produção muito intensa pra mim. Foi um ano em que eu comecei a trazer de forma um pouco mais estruturada essa questão da teoria mesmo, eu fiz duas séries de desenhos. Teve uma que foi a "Provocações Feministas", que trazia vários temas relativos a existência lésbica, e outras questões feministas como consentimento, heterossexualidade compulsória, feminilidade, enfim, vários conceitos que eu tava estudando na época e eu também, em agosto de 2020, convidei um monte de outras mulheres lésbicas pra participarem de um projeto que eu fiz. "Elas juntas", eu pedi pra mulheres darem entrevistas e trazerem textos e relatos ou fotografias, etc, várias formas de expressão artística e eu desenhava cada uma delas. Se você quiser eu mando o link de cada um dos projetos!</p>
--	--	---	---	--

		<p>começar a falar sobre o assunto”. E aí eu comecei a falar de uma forma mais, digamos assim, acho que foi uma escalada. Eu queria que o meu público fosse escalando comigo, sabe?</p> <p>- INICIOU NA PANDEMIA</p>		
--	--	--	--	--

Obs: Kim e Sophia – ativismo ganhou fôlego na pandemia

Kim: *faço esse trabalho na internet de disputas de narrativas, de ativismo digital... Enfim, existem várias maneiras de falar sobre. Desde 2018, se eu não me engano, em formato de texto, de vídeo, enfim... Por aí a gente vai (...) – Mês da visibilidade lésbica 2020 – grande produção*

Sophia: *Mas aí, mais ou menos em 2016, foi quando eu comecei a postar de forma um pouco mais séria no Instagram, foi mais ou menos quando eu saí do armário também. (...) O período inicial da pandemia, assim, o começo de 2020, né? E até o final desse primeiro ano, foi um ano muito de produção muito intensa pra mim. Foi um ano em que eu comecei a trazer de forma um pouco mais estruturada essa questão da teoria mesmo, eu fiz duas séries de desenhos. Teve uma que foi a "Provocações Feministas", que trazia vários temas relativos a existência lésbica, e outras questões feministas como consentimento, heterossexualidade compulsória, feminilidade, enfim, vários conceitos que eu tava estudando na época e eu também, em agosto de 2020, convidei um monte de outras mulheres lésbicas pra participarem de um projeto que eu fiz. "Elas juntas", eu pedi pra mulheres darem entrevistas e trazerem textos e relatos ou fotografias, etc, várias formas de expressão artística e eu desenhava cada uma delas. Se você quiser eu mando o link de cada um dos projetos!*

2.2. Experiência em coletivos tem como desdobramento o ativismo online

Bruna B	Bruna C	J Lo	Kim	Sophia
<p>Acho que com 23 eu me assumo sapatona, né? Tipo assim, abertamente, e entro na militância, né? Com 22 ou 23 eu entro na militância e eu começo o ativismo de forma presencial. Eu construí com amigas... Como eu entro nesse processo de solidão de não ter amizades ou companhias e pessoas ao redor, eu entro no Feminismo. No que eu entro no Feminismo as minhas amigas heterossexuais me apresentam a outras mulheres sapatonas pra que eu conseguisse fazer essa caminhada de forma mais tranquila, até tenho uma amiga mesmo, que ela é minha amiga desde o maternal, e foi ela que me apresentou as primeiras sapatonas da época. (...) Enfim, nesse contexto surge a Coletiva Brejo Salvador. Eu comecei</p>	<p>Eu fiz parte do PSOL. Eu fui militante do PSOL no grêmio estudantil do Parobé, né. Eu participava, eu era a pessoa, lá, que encabeçava as coisinhas. E aí a gente se aliou, se filiou ao PSOL na época. Depois daquilo eu saí e tal. Foi uma coisa de boa, mas hoje eu não tô em nenhum movimento social, assim, político. (...) Então a gente criou um movimento nosso, que, enfim, não é bem um movimento, assim, coletivo político e afins, é só o nosso grupo, assim, que a gente se uniu enquanto mulheres negras e lésbicas, e caminhões, e zami. E cada um com a sua nomeação da onde se enquadra, como se encaixa e fica bem pra si, sabe? = ENTREPRETAS</p>	<p>Eu comecei a entrar dentro do movimento feminista, acho que por volta de 2012. Eu comecei a fazer mais cursos e tal, e aí eu me envolvia muito com a CAMTRA, né, que é a Casa da Mulher Trabalhadora. Aí eu fazia alguns trabalhos voluntários lá. E oferecia alguma oficina, coisas assim, sabe? Mais pra esse lado. Eu comecei a estudar um pouco mais sobre feminismo, assim, em 2009, e aí era muito sob influência de mulheres que tavam ao meu redor. (...) E aí um pouco depois disso, eu comecei a [inint] do Radical, fiquei bastante tempo bem alinhada ao Feminismo Radical, e hoje em dia eu não sou alinhada a nada, né. (...) Mas aí, em 2015, uma, minha ex-esposa, que</p>	<p>Contraponto! eu estou em processo de aproximação de um determinado coletivo, mas não posso fornecer essa informação completa. Mas eu nunca estive, eu passei muito tempo pesquisando, assim, o que eu realmente achava que valeria a pena (...) Eu sou marxista, né? Feminista materialista, lesbofeminista. Então, eu não acredito apenas na teoria, ou apenas na prática, eu acredito na práxis. Eu acredito que sozinho não funciona, entendeu? Tanto a teoria, quanto a prática, um precisa do outro pra que a gente consiga de fato que chegue a revolução, digamos assim.</p>	<p>Olha, eu era parte do Coletivo Feminista da faculdade, eu estudei na ONESP em Bauru, e eu era parte do Coletivo Feminista durante o meu tempo todo lá, então a gente fez várias ações. E, com relação a militância, eu participei durante a pandemia com a tradução de alguns textos lésbicos, participei de alguns encontros, então eu participei dessas coisas... Mas esse ativismo do feminismo na faculdade foi muito importante pra mim, mas nunca me filiei a algum partido nem coletivo, era com foco na faculdade, a gente fez várias ações muito legais. (...) Organizamos algumas marchas, algumas coisas assim. Eu participei com algumas amigas também, acho que foi durante o</p>

<p>a construir com outras sete mulheres negras e periféricas, uma coletiva de sapatonas pretas, justamente pra que a gente conseguisse dialogar sobre nossas demandas.</p> <p>- FEMINISMO</p>		<p>na época era muito minha amiga, não, na época a gente já namorava. Ela fazia parte de um coletivo de mulheres, e aí em Agosto não tinha nenhum evento aqui no Rio de Janeiro, e ela resolveu que ela ia fazer o evento junto com umas amigas dela do coletivo, que eram lésbicas também. Só que as meninas, elas não tinham várias habilidades que eu tinha, né. Por exemplo pra pintar uma bandeira, coisas assim, sabe? E daí eu tava dando muito suporte nelas, pra isso, e dei também uma, fiz parte de uma roda de conversar sobre História Lésbica, falando sobre sapatão na Inquisição. E dessa primeira organização de eventos, foi um evento pro fim de semana, no ano seguinte a gente criou a Coletiva Visibilidade Lésbica. Que atuou de 2016 até 2018, fazendo sobre esses eventos em Agosto. Que era o Mês da Visibilidade Lésbica. E eu acho que em 2017 a gente fez um outro projeto que era o Resistências Lésbicas, que era um, Roda de Conversas mensais.</p> <p>- FEMINISMO</p>		<p>último ano da faculdade, de uma revista... Uma delas estava fazendo uma revista pro TCC com relação a existência lésbica, e eu participei também escrevendo algumas coisas e aí durante a pandemia teve isso, né? Eu participei de alguns encontros virtuais de tradução de textos lésbicos que não tinham tradução em português e a discussão sobre esses textos também.</p> <p>- FEMINISMO</p>
---	--	--	--	---

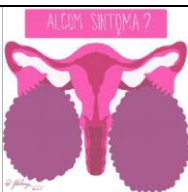

2.3. Forma como descrevem esse ativismo online

Bruna B	Bruna C	J Lo	Kim	Sophia
<p>E é como eu falei antes, a internet pra mim é só um plus. É um local de impulsionamento mesmo, de reverberar, alcançar outros corpos. As pessoas mais novas que estão no Instagram o tempo inteiro, consumindo várias coisas, então é uma forma também de acessar, mas é a prática que me torna segura de mim. (...)</p> <p>Mas aí quando eu começo a postar e que isso começa a reverberar muito e em</p>	<p>Então eu acho que a internet, ela é um limitador, dificulta muito pra que a gente continue crescendo, porque a gente já tem, já é cheia de estereótipos. A gente já é preta, daí já começa por aí, porque o limitador do algorítmico não ajuda. A gente é lésbica, enfim. É muitas coisas que, e quando tu é caminhão, também, isso dificulta bem mais, né. (...)</p> <p>Eu vou ter que pensar sobre a decisão que eu</p>	<p>Fizeram um repost, né, do Mídia Ninja, de um post que foi pra lançar o Feminilidades Bofes em Março (...)</p> <p>Tem uma galera que começa a militância contando sobre si e fazendo um trabalho que é real bacana, mas tem uma outra preocupação que eu tenho que é, nesse lance do perfil crescer, e chegar num momento do capitalismo querer roubar a sua militância, transformar</p>	<p>Eu recebo muito retorno muitas mensagens carinhosas, assim, recebo também muitos questionamentos de "ah eu penso de tal maneira, não acho que isso aqui tá correto". (...)</p> <p>Tem gente que não sabe lidar com a frustração de não ver seu discurso sendo propagado, mas aí eu também recebo muita gente falando "véi, brigada!", muitos agradecimentos. Tipo "véi, muito legal ver você falando sobre tal</p>	<p>Mas tipo assim, eu sempre fiquei muito chocada com o número de pessoas e com a troca que eu tinha, porque querendo ou não, eu escrevo textos e tinham pessoas que ativamente liam os meus textos e que trocavam isso comigo. Eu tive trocas muito maravilhosas lá, de tipo, conversas super legais, houve essa troca, essa identificação com a minha narrativa, com o que eu queria trazer. Esse coletivo que eu falei, que eu traduzi os</p>

<p>uma geração em que as pessoas não lêem texto... Porque a gente tá numa era do imediatismo, né? É o meme, é a imagem ilustrativa, é o role... Então, quando eu vejo que os textos estão reverberando, que o role está rolando com texto, que a galera tá lendo, tá comentando, tá compartilhando, quem não comenta no post vem na DM, né? Desabafar e tal... Aí eu entendi isso como importante, inicialmente eu tive medo do ego, mas é muito importante pelo que reverbera. Então eu acredito que existem muitas outras mulheres como eu sem entender que podem existir, como eu também estive nesse lugar.</p>	<p>vou ter, então pra mim isso é muito importante, assim, de eu entender que sim, eu posso, e que por mais que eu faça uma palhaçada que alguém não goste, sempre vai ter alguém que vai tá ali comigo e vai dizer, "Cara, foi muito importante pra mim o que tu falou e mudou muito algo na minha vida", sabe? Por eu tá na área da saúde, obviamente eu penso muito na vida das outras pessoas, então pensar que, tipo, mano, se eu falar uma coisa pra ti pode evitar de que tua saúde mental se perca, ou de tu entender mais sobre sexualidade, o teu corpo, enfim, isso é extremamente importante pra mim, assim.</p>	<p>ela em uma outra coisa, é algo que me preocupa muito. Tô sempre na atenção disso, né. Porque, sei lá, no último ano eu tive um crescimento de, sei lá, acho que de quase 3 mil seguidores, não, mais, quase 4 mil seguidores, que eu tive. Não, uns 3 e quinhentos. Acho que eu tinha uns 700, 800 seguidores quando eu comecei a fazer minhas postagens. E isso pra quem tá indo na contramão do que tá sendo dito, é muita coisa, né. E aí eu fico naqueles, "Porra, eu tô crescendo porque eu tô fazendo alguma coisa bacana ou eu tô crescendo porque eu tô falando o que as pessoas querem que eu fale?".</p>	<p>coisa, nunca vi ninguém falando sobre isso na internet, continue, você mudou a minha vida, você impacta na minha auto estima", teve caso sei lá, de uma sapatona que, depois de ver o meu conteúdo sobre estar fora do estereótipo de gênero não, necessariamente, te faz ser menos mulher ou não ser mulher, e ela falou que ela desistiu, na beira do processo de hormonização, né? (...) Então, existe um impacto social real, né? Galera costuma falar de "militante de internet" de uma maneira muito pejorativa, mas a gente esquece que a internet é feita de pessoas e pessoas existem. Pessoas reais, né?</p>	<p>textos, foram pessoas que eu conheci na internet, através dos meus desenhos... Então, assim, eu tive uma troca excelente durante muitos anos. De gente que vinha me procurar, conversar comigo, falar sobre suas vivências, sobre o que estava sentindo, meninas mais novas... Tem muitas meninas mais novas, menores de idade, ou 18 anos, que falam lá, tive muitos momentos de trocas muito maravilhosas. (...) Elas se sentem muito vistas, né? Acho que essa é a grande questão quando eu trago esses pontos... Quando eu trago um dia-a-dia eu vejo muitas minas marcando as namoradas delas nos posts, eu vejo outras minas falando "ai eu sempre marco minha namorada nos seus posts, sempre mando pra ela, quase nunca vejo uma coisa "boba" de amor sendo retratada entre duas mulheres, é sempre um sofrimento, ou é sempre uma coisa mais pesada". Então eu tive muito esse recebimento de tipo, pessoas se identificando e se sentindo vistas, né? Essas mulheres se sentindo vistas pelo que eu tava produzindo... (...) Então, por um lado, mulheres mais velhas se identificando com experiências pregressas, de sair do armário, de tudo isso, e mulheres mais novas passando pela experiência de sair do armário, por exemplo, falando "ai sua arte me ajudou, a me entender", então, assim, essa é uma troca muito massa. (...) É, e tipo acho que antes a "censura", digamos assim, era menor. Tipo agora, por exemplo, a palavra "lésbica" já entra como censura, então,</p>
---	---	---	---	--

				<p>assim, se eu escrevo a palavra sem colocar "l3sb1c4" já leva um ban do Instagram por uma semana, sabe? Se eu, tipo, então assim, eu gosto de falar sobre temas da lesbianidade, vou trazer essas palavras. Vou falar sobre sexo, vou falar sobre educação sexual, sobre antipornografia, muitas coisas e aí tudo isso vai cair num filtro que não vai permitir que isso cresça de forma orgânica. Eu vou ter que... Como posso dizer... Diluir tanto o que faço que vai deixar de ser o que eu faço, então isso eu acho meio intenso pra lésbicas que estão nas redes sociais porque a gente tem que meio que mascarar o que tá falando, né? Eu acho que sempre existe esse hiato, no qual as coisas são permitidas, daí eles descobrem o que a gente está fazendo e eles começam a censurar também, né? Então, é tipo, eu sinto muito esse movimento no Instagram nesse momento, o que eu coloco lá é tido como conteúdo impróprio, eu tenho que pedir pras seguidoras irem lá e clicarem em "quero receber conteúdos impróprios também", tipo meu conteúdo não é impróprio! A gente acaba caindo num negócio muito ruim, assim...</p>
--	--	--	--	--

2.4. Sobre as postagens

Bruna B	Bruna C	J Lo	Kim	Sophia
<p>O meu fluxo de postagem é de acordo com as minhas demandas, aconteceu uma coisa na minha vida, alguma situação pessoal, enfim... Ou alguma coisa que me movimentou de alguma forma, então a ideia da @sapatonaentendida é que ela continue sendo essa página de fluxo orgânico, porque meu foco é o meu</p>	<p>E daí eu fazia conteúdo sobre negritude, lá de vez em quando trazia alguma coisa sobre relações entre duas mulheres, e falava de saúde. (...) Que é exatamente isso, negritude, saúde e relações entre duas mulheres, né.</p>			<p>Então, assim, por eu ter começado a fazer arte pra me empoderar a sair do armário - no final foi isso, né? Pra eu me empoderar a sair do armário, pra eu conseguir transformar isso numa experiência poética... Vai por assim dizer... Eu acabei me acostumando a fazer arte de forma autobiográfica, não</p>

<p>trabalho de ilustradora/tatuadora. Mas aí acontece que eu sou sapatão demais, como eu já ouvi várias vezes, e aí tudo reverbera muito nesse lugar.</p> <p>(...)</p> <p>Então, tipo, é de acordo com o que vai acontecendo na minha vida mesmo. Tipo, fui numa festa, dancei, deu B.O, vou chegar lá e vou postar sobre isso. Fui na ceia de família e meu primo me chamou pra fazer sexo a três com a mulher dele, fui lá e coloquei na página: "sapatona faz parte da ceia", então é assim que funciona a página, é de acordo com o que o corpo vivencia, porque outras pessoas vão estar passando a mesma coisa, né? Mas não existe um calendário, uma agenda, é muito orgânico e no tempo que as coisas tem que ter mesmo, sabe?</p>				<p>num sentido ruim, mas no sentido de que essa forma de auto expressão é importante pra mim, eu acho que consigo expressar ideias de forma mais verdadeira quando eu trago essa arte autobiográfica, né? Porque eu gosto muito de traçar esse paralelo entre a vida e a teoria, porque eu acho que a teoria em si não basta, a gente lê muita teoria feminista, muita teoria lésbica e ela precisa fazer sentido na nossa vida. Então, quando ela faz sentido na minha vida eu gosto de trazer experiência pessoal que ressoa naquilo que eu li, naquilo que eu tô aprendendo e naquilo que tô querendo ensinar pra alguém, né?</p> <p>(...)</p> <p>Então, eu não tive essa referência então muitas coisas são mais difíceis pra gente, quando a gente não tem uma referência positiva sobre ser quem a gente é, né? E aí com a arte eu, sei lá, tento trazer essa referência positiva que eu realmente não tive, né?(...)</p> <p>Então eu queria fazer parte do movimento de positivar essa existência, então minha arte veio muito como isso pra mim, né?</p> <p>(...)</p> <p>Então eu sempre escrevo muito antes de eu postar, então assim, existe uma certa diferença entre esses relatos mais pessoais, que é de um lado de positivar a experiência lésbica - que eu gosto de trazer isso. Como a mulher lésbica que é feliz, tem uma vida boa, eu consigo um trampo, tenho minhas coisas, tenho meus amigos, tenho minha família, minha namorada, tenho essas pessoas que me amam... Eu quero trazer esse cotidiano de forma positivada pra atingir justamente o que falei no início,</p>
--	--	--	--	--

				<p><i>né? Que é ser a referência que eu nunca tive. E essa referência tem que incluir essa positividade do cotidiano que é uma coisa que carece muito no nosso meio, né? E, por outro lado, tem também a questão que eu trago mais da militância em si, então eu vou normalmente mais pros temas que eu estou estudando, né? Então, questões de feminismo, feminismo lésbico, eu pego estudo esses textos e aí produzo artes baseadas no que estou estudando de fato.</i></p>
--	--	--	--	---

3) LESBOFOBIA

Bruna B	Bruna C	J Lo	Kim	Sophia
<p><i>Antes da pandemia eu não tinha pensado, e quando ele começa, eu acho que é bom pontuar também, que ele começa de um local de medo, né? Eu coloquei a cara na página quase um ano depois, quando eu ia fazer um ano eu coloquei a cara, tipo assim... Já tinha uma certa relevância, eu vi que tava rolando e aí eu coloquei a cara, porque, assim... Pela estética, pela militância prática que eu já tive... Você sabe que a gente tem diversas... (...)</i></p> <p><i>porque assim, eu já tentei o ativismo pela internet, pelo Facebook há muito tempo atrás, enquanto pessoa mesmo, falar desse local enquanto pessoa. Só que eu sofri muitas perseguições e, principalmente, por falar sobre esse corpo que não padrão e que não tem nenhum outro gênero... Perseguição por racismo reverso, por exemplo, foi a última que eu sofri. E isso impactava diretamente no meu trabalho, como você mesma sabe eu sou artista, eu trabalho</i></p>	<p><i>Porque pra gente é muito foda de afirmar quem a gente é. A gente fala com muita tranquilidade, né, "Pô, eu sou caminhão, ser caminhão é uma resistência", não sei o quê, mas aí a gente tá andando na rua e a gente não consegue um trabalho. A gente não consegue parceria. As pessoas tão nos barrando. (...)</i></p> <p><i>É, e também rola muito a parada da fetichização, sabe? Tipo, se tu for abrir todos os nossos direct, a gente tá recebendo peito, bunda, a gente tá recebendo elogio pesado, tá ligado? Só que a gente tá ali falando de outras questões. Eu sei que a gente tá com a nossa cara ali, a gente também, não é como se a gente dissesse, "Ah, eu não quero um biscoito". Mas eu quero que tu me veja para além da minha aparência. Eu quero que tu veja o quê que eu tô falando pra ti. Isso é graficamente, isso é importante, isso tá te somando alguma coisa? Tá ligado? Eu sempre tô perguntando, mas as</i></p>	<p><i>Quando eu tinha uns 9 anos eu fui <u>juntada</u> por 4 amigos do [ocultado] na festa de aniversário dele, e foi bem tenso porque a festa estava ocorrendo numa parte mais interna, assim, e a gente tava bem na entrada da casa. Então eu gritava e ninguém me ouvia, porque tinha música e tudo mais, assim. A gente tava brincando, ali, aí eu fui lá pra dentro, quando eu voltei 3 meninos me seguraram e um começou a me bater. E ficou assim até me jogarem no chão, e aí vieram os 4, ficavam me chutando e tal. Tinha um menino que me mandava levantar, aí eu tentava levantar, ele pisava no meu peito, eu caía no chão. E aí foi muito tenso, assim, (...) eu não sei quanto tempo ficou ali, aquela briga, aquilo. Mas o [ocultado] chegou, ele viu, ele entrou correndo, aí quando eu vi indo embora, eu falei "Fudeu, eu vou morrer". Mas aí ele voltou com [ocultado], que separaram a situação toda. Mas eu não podia conversar com ninguém sobre isso. Então é outra</i></p>	<p><i>Existiam outros casais, tanto que eu sabia da existência de um casal, antes de eu me declarar sapatona e foi o que fez eu me questionar sobre minha sexualidade. Foi quando eu soube da existência de uma outra sapatona caminhoneira, que tinha voltado de um intercâmbio, ela era mais velha, do segundo ano, e ela namorava uma menina da sala dela, eu acho, do ano dela. Que foi o meu primeiro start de "hm, será?". Porque eu vi ela e eu me apaixonei, sei lá por ela. Eu não tinha contato com outras caminhoneiras, de repente uma caminhoneira no mesmo colégio que eu assim... Cruzando no pátio. E eu não sabia se eu queria ser ela, sabe? Um bagulho muito louco. Inclusive depois ela namorou uma amiga minha, a gente virou brother depois de muito tempo.</i></p> <p>(...)</p>	<p><i>É, e tipo acho que antes a "censura", digamos assim, era menor. Tipo agora, por exemplo, a palavra "lésbica" já entra como censura, então, assim, se eu escrevo a palavra sem colocar "l3sb1c4" já leva um ban do Instagram por uma semana, sabe? Se eu, tipo, então assim, eu gosto de falar sobre temas da lesbianidade, vou trazer essas palavras. Vou falar sobre sexo, vou falar sobre educação sexual, sobre antipornografia, muitas coisas e aí tudo isso vai cair num filtro que não vai permitir que isso cresça de forma orgânica. Eu vou ter que... Como posso dizer... Diluir tanto o que faço que vai deixar de ser o que eu faço, então isso eu acho meio intenso pra lésbicas que estão nas redes sociais porque a gente tem que meio que mascarar o que tá falando, né? Eu acho que sempre existe esse hiato, no qual as coisas são permitidas, daí eles descobrem o que a gente está fazendo e eles começam a censurar também, né? Então, é tipo, eu sinto muito</i></p>

<p>com ilustração e tatuagem, eu preciso da internet para movimentar o meu role. A internet que me traz público, que me traz clientes, que me faz vender o meu serviço. Então aconteceu que, enquanto eu tentava falar sobre esse corpo, antes, né? Principalmente pelo Facebook aconteceram várias perseguições e eu perdi a minha página de trabalho, porque quando você perde o perfil, você perde acesso a sua página, então tipo... Não conseguia acessar minha página de trabalho mais, tive que começar tudo do zero algumas vezes. Então, assim, eu tenho três perfis reservas [risos] As pessoas perseguem muito, muito, muito. Então, tanto que hoje... Eu começo a @sapatonaentendida nesse local de medo, do que vai impactar em relação a minha questão pessoal, né?</p> <p>(...)</p> <p>Eu sofro muitas perseguições no Instagram, muitas perseguições assim... E que eu acredito que são muito desse local também do ativismo, sabe? De pessoas que se incomodam mesmo com o diálogo. De chegar no meu inbox pra me chamar de infeliz [risos] De várias coisas assim, dizer que minha vida não vai pra frente, que eu estou falando merda, pra atingir realmente de forma pessoal. Eu participei há um tempo atrás na pesquisa da Code Rights, falando justamente sobre essa questão da perseguição na internet. E aí é pensar como, eu falei com elas, né? Eu estou usando o espaço do outro até quando o outro me permitir, né? Aquilo ali não é a minha vida prática, não é a minha vida material, eu acredito</p>	<p>respostas que eu tenho é, "Nossa, muito gata", "Nossa, ai, que vontade", então, tipo, é meio foda, sabe? Eu não tô ali pra isso, velho. Só pra isso.</p>	<p>coisa que fica ali, naquilo de te dificultar de conseguir se assumir, sabe? De falar sobre quem você é. E outras situações, assim, foram acontecendo. Então eu tinha muito medo, na real, assim, de falar sobre quem eu sou, e sei lá, (...) perder minha base familiar, sabe?</p> <p>(...)</p> <p>. Aí 2018 com o assassinato da Marielle, ficou todo mundo muito mal, e a gente meio que dispersou. E aí no meio disso eu comecei a ter alguns problemas pessoais e dei uma afastada da militância, tudo mais.</p>	<p>E aí com 13 anos de idade eu conheci uma menina que, eu já não era mais criança, eu já era pré adolescente, (...) a gente gostava das mesmas bandas. E aí eu vi que ela tava tipo escrevendo o nome de uma banda no caderno, ela tava sentada na minha frente, e ali eu me apaixonei [risos], e aí a gente virou amigas, né? Naturalmente, a gente virou amiga só que a parada foi virando outra coisa, sacou? (...) a coisa foi evoluindo com essa menina e deu merda pela situação que eu tava, pelo colégio que eu tava...(...). Foi muito complicado, foi uma lesbofobia muito grande, todos os outros pré adolescentes de mãozinha dada no pátio do colégio se pegando escondido, entre muitas aspas, né? Na escada, porque obviamente o colégio sabe dessas coisas, e a gente tinha que viver clandestinamente. Eu estudava de tarde e ela de manhã, o colégio chegou a proibir de ela ir de tarde e eu de manhã pra que a gente não se encontrasse, minha mãe era chamada regularmente. Sendo que eu nunca fui uma boa aluna de nota, mas eu nunca dei trabalho, sacou? (...)E aí a coisa tomou proporções gigantescas assim, eu lembro que a coordenadora - porque é um colégio muito grande, né? - a coordenadora do meu ano virou pra mim e falou que o filho dela da quarta série, tava perguntando o que tava acontecendo, sacou? Aí o filho dela pequeninho perguntando o que tá acontecendo, porque a fofoca foi muito grande. E todo mundo sabia quem era a gente e todo mundo sabia o que tava acontecendo. Aí a gente meio que foi o primeiro casal lésbico assumido desse</p>	<p>esse movimento no Instagram nesse momento, o que eu coloco lá é tido como conteúdo impróprio, eu tenho que pedir pras seguidoras irem lá e clicarem em "quero receber conteúdos impróprios também", tipo meu conteúdo não é impróprio! A gente acaba caindo num negócio muito ruim, assim...</p>
--	---	---	--	---

<i>muito na importância da internet como esse local de reverberar esse ativismo e essa militância, mas eu não consigo me desprender da parte prática. Eu acho que a transformação acontece quando eu faço uma reunião com várias mulheres...</i>			<i>colégio.</i>	
--	--	--	-----------------	--

ANEXOS

ANEXO1– Reprodução da carta elaborada pelo grupo Lésbico-Feminista e dirigida ao Movimento Homossexual em 19 de maio de 1980, no jornal O Lampião da Esquina

São Paulo, 19 de maio de 1980

Ao Movimento Homossexual:

Em reunião geral no Mistura Fina, dia 17 de maio, o grupo Lésbico-Feminista separou-se do grupo Somos. Assumimos esta posição com base em experiências concretas de mais de um ano de trabalho e através das quais acreditamos hoje poder afirmar que:

1) a participação de lésbicas em grupos mistos tem impedido o desenvolvimento de uma consciência feminista, essencial a nosso ver, para o próprio M.H. Dada à especificidade da discriminação que sofremos enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas das dos homens. As mulheres não podem descobrir o que tem em comum a não ser em grupos só de mulheres.

2) É falsa a ideia de que um grupo homossexual precise de lésbicas para levar a questão feminista. Sempre nos colocaram a necessidade de existirem mulheres no grupo para ensinar feminismo e apontar atitudes machistas. Acreditamos que a conscientização, embora em níveis diferentes para homens e mulheres se dá da mesma forma, isto é, por meio de leituras, pesquisas e da reflexão contínua sobre a reprodução dos papéis heterossexuais de masculinidade e feminilidade. Acreditamos ainda que qualquer grupo realmente interessado em feminismo, pode iniciar uma discussão sobre o tema independente da participação de mulheres. Inclusive, a presença de lésbicas não só não implica numa postura feminista como tão pouco serve como uma estratégia de combate ao machismo que todos reproduzimos.

3) os grupos formados exclusivamente por lésbicas ou bichas não dividem o M.H., pelo contrário, podem enriquecê-lo, apontando novas propostas na direção de um verdadeiro crescimento da consciência homossexual. A nossa atuação externa, participação em congressos e manifestações, vem demonstrar não haver qualquer empecilho no sentido de uma ação conjunta desde que sejam preservados nossos objetivos e autonomia.

Temos a oferecer, para troca de informações, uma prática de atividades, efetuadas desde maio de 79, que inclui contatos com outros grupos discriminados (grupos feministas) e um processo efetivo de aglutinação de mulheres homossexuais.

Grupo Lésbico-Feminista.

Carta retirada de: MARTINHO, Míriam. Memória Lesbiana: há 42 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. Um Outro Olhar, v. 15, 2019.

ANEXO 2 – Documento elaborado pelo Núcleo de Tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Rio Grande do Sul (MTST-RS) com o objetivo de explicitar o nível de participação dos ingressantes no movimento.

Sobre os membros do núcleo de tecnologia

O núcleo é um setor do MTST que busca fortalecer os laços de companheirismo e solidariedade por meio da tecnologia. Para que isso seja realidade são fundamentais as pessoas que fazem acontecer, as que dedicam muito mas também as que se dedicam um pouco menos, esse texto é uma proposta de envolvimento que permita aos ingressantes contribuir, se envolver segundo as suas capacidades ao mesmo tempo garantindo a solidez necessária às iniciativas de longo prazo. Vamos a ela!

Ajudar ou organizar?

Organizadas em coletivos pipocam todos os anos iniciativas de trabalho social pelo Brasil, cheias de boas intenções, buscam ajudar, fazer algo pela sociedade, diminuir um pouco o sofrimento das pessoas. Infelizmente o roteiro é batido: O coletivo se reúne algumas vezes, planeja várias ações que quando saem do papel se desagregam em seguida, algumas sobrevivem heroicamente mas o voo de galinha é a regra, porque isso acontece?

Quando alguém decide fazer trabalho social, faz isso porque vê a necessidade das pessoas, nesse ativismo ela traz também angústias próprias, algumas se desenvolvem no espaço de trabalho. Nele se vende todo o tempo, faz-se o que pedem e do jeito que pedem, submetidos a formas organizativas muitas vezes burras que se pautam por horários, obrigações e disciplina. O trabalhador é quase sempre infeliz e tolera pelo salário.

Nossa luta não é só pela melhoria material da vida das pessoas, é também para que se desenvolvam relações sociais pautadas por outra ética, outros objetivos. Quando alguém se engaja em um trabalho social tem isso no coração, busca relações opostas às desenvolvidas no espaço de trabalho, relações livres, afinal de contas são desenvolvidas no tempo livre, o pouco que sobrou.

Dependendo do objetivo da ação social não é um problema a intermitência das iniciativas. Tudo bem fazer uma vez só se o problema da sociedade é pontual, o problema está nos exageros. Se cada um fizesse a sua parte ajudando o companheiro ao lado, as coisas se resolveriam. No entanto, se o entendimento é que não bastam ações pontuais, é preciso organização e luta permanente para combater a lógica do sistema que não é um erro mas sua própria natureza, é preciso uma organização mais complexa.

Militantes, ativistas, apoiadores e simpatizantes.

Nós do MTST não achamos que a sociedade só precise de ajustes, existe um problema de lógica e é preciso muita luta para alterá-la. Uma tarefa grandiosa precisa de todo mundo que pode de alguma maneira ajudar. Alguns têm bastante tempo e convicção, dedicam a vida

e por isso são fundamentais, outras não tem tantas condições e se dedicam menos. Nossa tarefa é criar espaço para que todos possam estar, em cada nível de participação há responsabilidades diferentes e papéis diferentes, vamos a eles:

Simpatizantes: Se incomodam com a situação do país, acompanham a luta pelas redes sociais, defendem pontos de vista de esquerda nos jantares de família em momentos muito críticos, vai às ruas e se posiciona nas redes.

Apoiadores: Mais que simpáticos, apoiam as iniciativas do movimento, seja nas redes sociais ou contribuindo financeiramente, divulgam nossas posições e em momentos de muita tensão política, vão às ruas.

Ativistas: Mais que apoiar é preciso tomar parte indo à luta, são pessoas que vem para a maioria das atividades: atos, mutirões, debates.. isso além de fazer tudo que um simpatizante ou apoiador faz.

Militantes: Compreendem que a sociedade não tem um problema que pode ser resolvido com contribuições pontuais, decide se organizar e dedicar uma parte da sua vida para a organização das lutas. Mais que ir nas atividades, ele ajuda a construí-las dentro de um objetivo maior.

Como entrar no Núcleo?

Como já dito, nossa tarefa é grandiosa e precisamos de todo mundo mas também não podemos deixar nossa luta rolar só quando der. A solução para que caibam todos é uma organização flexível e com camadas:

cebola...

Na mais superficial estão os *simpatizantes que devem ser procurados, estimulados a interagir com as nossas ações nas redes e eventos.*

Logo a seguir temos os *apoiadores*, gostam de saber o que o núcleo faz e de ajudar, devem ter sempre a oportunidade de apoiar, isso significa pedir ajuda frequentemente, *é apoiando que um apoiador pode se tornar algo mais.*

O *ativista* deve receber atenção, sempre ter projetos abertos que possa se envolver, jeitos de ser ativo quando puder ou quiser. Além de atividades especiais, formações, seminários só para eles junto com os militantes.

O *militante* é o núcleo duro, deve ter espaços de decisão e avaliação de suas ações, estudo permanente e rotina semanal.

Para se tornar militante do núcleo o ativista deve passar por três fases: A - Aproximação, B - Formação política, C - Atividades práticas, momento em que fica submetido aos critérios normais de militância do MTST.

Documento disponibilizado por uma das militantes do MTST-RS para esta dissertação e autorizado pelo movimento.